

DM

Desenvolvimento da Comunidade Migratória Venezuelana no Contexto Socioeconómico e Educativo da Região Autónoma da Madeira

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Fátima Maria Freitas Gonçalves

MESTRADO EM EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO



UNIVERSIDADE da MADEIRA
A Nossa Universidade
www.uma.pt

junho | 2025

Desenvolvimento da Comunidade Migratória Venezuelana no Contexto Socioeconómico e Educativo da Região Autónoma da Madeira

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Fátima Maria Freitas Gonçalves

MESTRADO EM EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

ORIENTAÇÃO

Carla Patrícia Martins Gonçalves

Dedicatória

Do Vazio Ao Lar

Olhei pela janela, e o mundo lá fora parecia vasto demais.
Um abismo entre o que eu era e o que agora sou.
Lembrei do calor das vozes, dos risos que enchiam o silêncio,
De tudo o que deixei para trás, como folhas caídas no outono.

Construímos uma vida inteira, tijolo por tijolo,
Entrelaçadas memórias, raízes, sonhos,
Família, amigos, histórias que moldaram o tempo,
E agora? Agora o tempo me empurra para longe delas.

A vida não pede licença, não oferece escolhas.
Ela arranca, rompe, obriga,
Diz: vá,
Deixe o lar que te aqueceu, deixe o passado que te define,
Vá para o vazio, para o desconhecido.

E eu vou, com o peso no peito, que não sei descrever,
Como se carregasse todas as despedidas do mundo.
A lágrima que escondi, que calei por orgulho ou medo,
Agora escorre, livre, queimando como fogo na pele.

Tudo o que éramos, tudo o que amávamos,
Agora vive apenas no eco de uma memória.
Mas mesmo o eco enfraquece,
E eu temo o dia em que o som se apagará.

Vou ao desconhecido, onde não há promessas,
Somente a esperança de um dia chamar de lar o que hoje é vazio,
Mas até lá, caminho cego, carregando os destroços do que fui,
E plantando com mãos trêmulas, as sementes do que serei.

O coração dói, mas dói porque vive,
Porque mesmo partido, ainda pulsa,
E talvez seja nisso que reside a coragem:
Caminhar em frente, mesmo com o peso das ruínas.

Alejandra Freitas

Agradecimentos

A Deus por presentear-me a bondade do seu amor e proteção.

A meus pais que me ensinaram com o exemplo a coragem de construir um lar depois da migração, sem perder a essência das suas raízes.

A minha família, que são o motor da minha motivação de cada passo e cada conquista.

Aos meus professores e colegas do Mestrado, pelas experiências vividas e pela aprendizagem ao longo deste processo.

Um agradecimento muito especial à minha Orientadora Científica, que me tem guiado e acompanhado de forma ética e muito profissional neste projeto.

Resumo

Os processos migratórios podem representar uma mudança significativa para um indivíduo e a sua família. A adaptação a um novo país, idioma, cultura e sistema de vida pode ser desafiador, exigindo ajustes e superação de obstáculos.

A tendência migratória dos últimos anos, nomeadamente entre 2017 e 2022, destacou-se pela chegada à Região Autónoma da Madeira de um grande número de migrantes vindos da Venezuela. Muitos dos quais emigraram voltaram com as suas famílias por diversas razões: políticas, económicas e/ou sociais, que afetavam o país latino-americano. Os dados do Instituto Nacional de Estatística (2021) confirmam que a comunidade venezuelana constitui o maior grupo de migrantes na região, representando 28,8% do total. O objetivo deste estudo foi identificar os contributos da comunidade venezuelana no contexto socioeconómico e educativo da Região Autónoma da Madeira. Desta forma, desenvolveu-se um estudo de caso, por meio de uma metodologia mista, integrando abordagens qualitativas e quantitativas. Como instrumentos de recolha de dados, aplicaram-se entrevistas semiestruturadas a representantes das instituições relacionadas com a migração e inquéritos por questionário, direcionados a migrantes venezuelanos que residem na região há mais de um ano.

O estudo das condições de integração e de desenvolvimento desta comunidade revela que a inclusão social e a oferta de oportunidades no âmbito profissional, educativo ou social são fundamentais para promover uma relação de benefício mútuo. Os migrantes venezuelanos introduziram novos elementos ao cenário socioeconómico e educativo da região, mas também revitalizaram e enriqueceram as tradições, práticas e costumes, criando uma sinergia entre o que é local e o que é trazido do exterior. Este intercâmbio contribuiu para tornar a Madeira mais diversa, consolidando a multiculturalidade como um valor essencial ao seu desenvolvimento.

Palavras-chave: migração; comunidade; integração; socioeconómica; educação

Abstrac

Migration can represent a significant change for an individual and their family. Adapting to a new country, language, culture and way of life can be challenging, requiring adjustments and overcoming obstacles.

The migration trend of recent years, particularly between 2017 and 2022, was marked by the arrival of a large number of migrants from Venezuela in the Autonomous Region of Madeira. Many of those who emigrated returned with their families for various reasons: political, economic and/or social, which affected the Latin American country. Data from the National Institute of Statistics (2021) confirm that the Venezuelan community constitutes the largest group of migrants in the region, representing 28,8% of the total.

The objective of this study was to identify the contributions of the Venezuelan community in the socioeconomic and educational context of the Autonomous Region of Madeira. Thus, a case study was developed, using a mixed methodology, integrating qualitative and quantitative approaches. As data collection instruments, semi-structured interviews were applied to representatives of institutions related to migration and questionnaire surveys, targeted at Venezuelan migrants who had been residing in the region for more than a year.

The study of the conditions of integration and development of this community reveals that social inclusion and the provision of opportunities in the professional, educational and social spheres are fundamental to promoting a relationship of mutual benefit. Venezuelan migrants have introduced new elements to the socioeconomic and educational scenario of the region, but have also revitalized and enriched traditions, practices and customs, creating a synergy between what is local and what is brought from abroad. This exchange has contributed to making Madeira more diverse, consolidating multiculturalism as an essential value for its development.

Keywords: migration; community; integration; socioeconomic; education

Résumé

Les processus de migration peuvent représenter un changement important pour un individu et sa famille. S'adapter à un nouveau pays, à une nouvelle langue, à une nouvelle culture et à un nouveau mode de vie peut être un défi, nécessitant des ajustements et des obstacles à surmonter.

La tendance migratoire des dernières années, notamment entre 2017 et 2022, a été marquée par l'arrivée dans la région autonome de Madère d'un grand nombre de migrants en provenance du Venezuela. Beaucoup de ceux qui ont émigré sont revenus avec leurs familles pour diverses raisons : politiques, économiques et/ou sociales, qui ont affecté le pays latino-américain. Les données de l'Institut national de la statistique (2021) confirment que la communauté vénézuélienne constitue le plus grand groupe de migrants de la région, représentant 28,8 % du total.

L'objectif de cette étude était d'identifier les contributions de la communauté vénézuélienne dans le contexte socio-économique et éducatif de la région autonome de Madère. De cette manière, une étude de cas a été élaborée, utilisant une méthodologie mixte, intégrant des approches qualitatives et quantitatives. En tant qu'instruments de collecte de données, des entretiens semi-structurés ont été appliqués à des représentants d'institutions liées à la migration et des enquêtes par questionnaire ont été menées, ciblant les migrants vénézuéliens qui résident dans la région depuis plus d'un an.

L'étude des conditions d'intégration et de développement de cette communauté révèle que l'inclusion sociale et l'offre d'opportunités dans les domaines professionnel, éducatif ou social sont fondamentales pour promouvoir une relation de bénéfice mutuel. Les migrants vénézuéliens ont introduit de nouveaux éléments dans le paysage socio-économique et éducatif de la région, mais ils ont également revitalisé et enrichi les traditions, les pratiques et les coutumes, créant une synergie entre ce qui est local et ce qui est apporté de l'étranger. Cet échange a contribué à rendre Madère plus diversifiée, consolidant le multiculturalisme comme valeur essentielle à son développement.

Mots-clés : migrations ; communauté; intégration; socio-économique; éducation

Resumen

Los procesos migratorios pueden representar un cambio significativo para un individuo y su familia. Adaptarse a un nuevo país, idioma, cultura y forma de vida puede ser un desafío que requiere ajustes y superar obstáculos.

La tendencia migratoria de los últimos años, particularmente entre 2017 y 2022, estuvo marcada por la llegada a la Región Autónoma de Madeira de un gran número de migrantes procedentes de Venezuela. Muchos de los que emigraron regresaron con sus familias por diversas razones: políticas, económicas y/o sociales, que afectaron al país latinoamericano. Datos del Instituto Nacional de Estadística (2021) confirman que la comunidad venezolana constituye el grupo más numeroso de migrantes en la región, representando el 28,8% del total.

El objetivo de este estudio fue identificar las contribuciones de la comunidad venezolana en el contexto socioeconómico y educativo de la Región Autónoma de Madeira. De esta manera, se desarrolló un estudio de caso, utilizando una metodología mixta, integrando enfoques cualitativos y cuantitativos. Como instrumentos de recolección de información se aplicaron entrevistas semiestructuradas a representantes de instituciones relacionadas con la migración y se realizaron encuestas mediante cuestionarios, dirigidas a migrantes venezolanos que residen en la región desde hace más de un año.

El estudio de las condiciones de integración y desarrollo de esta comunidad revela que la inclusión social y la provisión de oportunidades en el ámbito profesional, educativo o social son fundamentales para promover una relación de beneficio mutuo. Los migrantes venezolanos han introducido nuevos elementos al panorama socioeconómico y educativo de la región, pero también han revitalizado y enriquecido tradiciones, prácticas y costumbres, creando una sinergia entre lo local y lo que se trae del exterior. Este intercambio contribuyó a hacer Madeira más diversa, consolidando el multiculturalismo como un valor esencial para su desarrollo.

Palabras clave: migración; comunidad; integración; socioeconómico; educación

Índice

Resumo	iv
Abstrac.....	v
Résumé	vi
Resumen	vii
Índice de Tabelas	x
Índice de Figuras	xii
Índice de Apêndice	xii
Lista de Siglas.....	xiii
Introdução.....	1
PARTE I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO	3
Capítulo 1 – Desenvolvimento comunitário e migrações	3
1.1 Desenvolvimento comunitário: participação, educação e sustentabilidade.....	3
1.2 Intervenção social do desenvolvimento comunitário	5
1.3 O papel das migrações no desenvolvimento comunitário	7
1.4 Desenvolvimento comunitário: dificuldades e obstáculos na migração.....	10
Capítulo 2 - Interculturalidade e perspetivas educativas	12
2.1 Diversidade cultural e migrações	12
2.2 Interculturalidade – fusão de elementos culturais, sociais e educativos da migração.....	14
2.3 Educação e perspetivas interculturais.....	16
Capítulo 3 – Estratégias europeias e nacionais para a migração.....	19
3.1 Influências europeias na migração	19
3.2 Estratégias de intervenção em Portugal	21
3.3 Planos de ação na Região Autónoma da Madeira	24
Capítulo 4 - Migração entre Portugal e Venezuela.....	32

4.1 Crise Venezuelana e Visão Internacional	32
4.2 Migração entre a Venezuela e a Região Autónoma da Madeira	35
4.3 Experiências de migrantes Venezuelanos na Madeira	39
PARTE II - CONSTRUÇÃO DO PERCURSO DE INVESTIGAÇÃO	43
Capítulo 5 – Delimitação da investigação	43
5.1 Enquadramento do problema	43
5.2 Questão-problema	44
5.3 Delimitação do campo de estudo	45
5.4 Questões de investigação	45
5.5 Objetivos	46
Capítulo 6 - Metodologia de investigação	47
6.1 Metodologia mista – quantitativa e qualitativa	47
6.2 Estudo de caso	48
6.3 Técnicas e instrumentos de recolha de dados	49
6.4 Técnicas de análise e interpretação de dados	53
Capítulo 7 - Questões éticas	57
7.1 Fundamentos da carta ética	57
7.2 Princípios gerais da conduta ética na investigação.....	58
7.3 Orientações práticas	59
PARTE III – TRABALHO EMPIRICO.....	60
Capítulo 8 - Apresentação, análise e discussão dos resultados.....	60
8.1 Resultados da análise qualitativa: quadro de categorias e subcategorias	60
8.2 Análise estatística descritiva dos dados do questionário	62
8.3 Análise de resultados – triangulação	105
Considerações finais	134
Referências bibliográficas	141
Apêndices	149

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Formação de alunos venezuelanos nos cursos UFCD- Português. 2015- 2023	31
Tabela 2 - Alunos com naturalidade venezuelana, matriculados nas escolas da Madeira	32
Tabela 3 - População residente estrangeira total e de nacionalidade venezuelana na RAM por sexo	37
Tabela 4 - Análise descritiva das características sociodemográficas dos participantes .	65
Tabela 5 - Motivos de saída da Venezuela	71
Tabela 6 - Motivos de escolha da RAM como destino de imigração	73
Tabela 7 - Nomenclatura adaptada das questões da dimensão II	74
Tabela 8 - Ações promovidas na RAM - frequência nas respostas obtidas à Q1	75
Tabela 9 - Seleção das restantes opções dos quatro participantes	76
Tabela 10 - Desafios enfrentados pelo Governo - frequência nas respostas obtidas à Q2	77
Tabela 11 - Necessidades sentidas na chegada à RAM - frequência nas respostas obtidas à Q3	78
Tabela 12 - Respostas às necessidades - frequência nas respostas obtidas à Q4.....	79
Tabela 13 - Nomenclatura adaptada das questões da dimensão III	80
Tabela 14 - Situação profissional dos participantes em estudo	81
Tabela 15 - Setores de atividades exploradas na área profissional - respostas obtidas à Q6	82
Tabela 16 - Compatibilidade do trabalho com formação base - respostas obtidas à Q7	83
Tabela 17 - Desafios enfrentados na oferta profissional - respostas obtidas à Q8	84
Tabela 18 - Tempo de permanência na área profissional - respostas obtidas à Q9	86
Tabela 19 - Contributos económicos da comunidade venezuelana na RAM - respostas obtidas à Q10.....	87
Tabela 20 - Influência de fatores sociodemográficos em relação ao desenvolvimento económico e social na RAM - respostas obtidas à Q11	88
Tabela 21 - Nomenclatura adaptada das questões da dimensão IV	89
Tabela 22 - Participação em grupos - respostas obtidas à Q12	90
Tabela 23 - Atividades sociais promovidas pelo Governo - respostas obtidas à Q13	91

Tabela 24 - Dificuldades de integração - respostas obtidas à Q14.....	92
Tabela 25 - Interação social e cultural - respostas obtidas à Q15.....	93
Tabela 26 - Assessoria/acompanhamento das associações luso- venezuelana - respostas obtidas à Q16.....	94
Tabela 27 - Nomenclatura adaptada das questões da dimensão V	95
Tabela 28 - Filhos em idade escolar - respostas obtidas à Q17	96
Tabela 29 - Número filhos que frequentam o ensino - respostas obtidas à Q18	96
Tabela 30 - Nível de ensino dos filhos - respostas obtidas à Q19	97
Tabela 31 - Dificuldade no momento de matrícula - respostas obtidas à Q20.....	98
Tabela 32 - Estratégias implementadas pela escola para a integração - respostas obtidas à Q21	99
Tabela 33 - Oportunidades de formação - respostas obtidas à Q22	100
Tabela 34 - Equivalência de habilitações - respostas obtidas à Q23	101
Tabela 35 - Razões da permanência da comunidade venezuelana na RAM - respostas obtidas à Q24.....	102
Tabela 36 - Apoios sociais a família ou a população da comunidade venezuelana - respostas obtidas à Q25	103
Tabela 37 - Duração dos apoios sociais recebidos - respostas obtidas à Q26	104
Tabela 38 - Perspetivas futuras da comunidade venezuelana na RAM - respostas obtidas à Q27.....	105

Índice de Figuras

Figura 1 - População de nacionalidade estrangeira % na RAM. Censo 2011-2021.....	36
Figura 2 - População de nacionalidade portuguesa que já residiu no estrangeiro, por país de proveniência (%)	38
Figura 3 - Distribuição dos participantes por género.	67
Figura 4 - Distribuição dos participantes por faixa etária	68
Figura 5 - Distribuição dos participantes por faixa etária tendo em conta o género	69
Figura 6 - Distribuição da nacionalidade por género dos participantes	69
Figura 7 - Distribuição das habilitações académicas por género dos participantes	70
Figura 8 - Principais motivos de saída da Venezuela.....	72
Figura 9 - Principais motivos de escolha da RAM como destino de imigração.....	73
Figura 10 - Desafios enfrentados na oferta profissional.....	85

Índice de Apêndice

Apêndice A - Modelo do pedido de autorização para recolha de dados quantitativos.	149
Apêndice B - Consentimento informado, esclarecido e livre para participação em estudo de investigação	150
Apêndice C - Declaração de consentimento do participante	152
Apêndice D - Perfil dos entrevistados	153
Apêndice E - Características sociodemográficas e visão migratória.....	155
Apêndice F - Políticas públicas e contributos da comunidade migrante	158
Apêndice G - Enquadramento económico e profissional da comunidade migrante.....	162
Apêndice H - Contexto educativo; processos de integração e formação.....	167
Apêndice I - Participação comunitária, identidade cultural e perspetivas de futuro	170
Apêndice J - Guião da entrevista semiestruturada n.º 1	174
Apêndice K - Guião da entrevista semiestruturada n.º 2	176
Apêndice L - Guião da entrevista semiestruturada n.º 3	178
Apêndice M - Inquérito por questionário	180
Apêndice N - Resultados da entrevista n.º 1	191
Apêndice O - Resultados da entrevista n.º 2.....	207
Apêndice P - Resultados da entrevista n.º 3	219

Lista de Siglas

ACM – Alto Comissariado para as Migrações

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados

CCMM – Centro das Comunidades Madeirenses e Migrações

CLAIM – Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes

CPLP – Comunidade de Países de Língua Portuguesa

DGACCP – Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas

DREM – Direção Regional de Estatística da Madeira

DRCCE – Direção Regional das Comunidades e Cooperação Externa

GAPLIM – Gabinete de Apoio às Políticas Locais de Integração de Migrações

INE – Instituto Nacional de Estatística

ISSM – Instituto de Segurança Social da Madeira

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

OIM – Organização Internacional para as Migrações

ONU – Organização das Nações Unidas

PLNM – Português Língua não materna

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

RAM – Região Autónoma da Madeira

SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

SRE – Secretaria Regional de Educação

UE – União Europeia

VENECOM – Associação da Comunidade de Imigrantes Venezuelanos na Madeira

VENEXOS – Associação de Venezuelanos em Portugal

Introdução

Os fluxos migratórios estão em constante movimento e, conseqüentemente, a chegada a um novo país acarreta implicações sociais e emocionais para o ser humano. A migração é um processo acompanhado de múltiplos desafios, como sacrifícios, incertezas e perdas. No entanto, a esperança de uma nova oportunidade é um elemento fundamental que permeia esse processo. Trata-se de um fenómeno complexo, que envolve não apenas indivíduos, mas também as suas famílias, com todas as implicações inerentes. Quando uma pessoa decide migrar, geralmente considera não só as suas próprias necessidades e aspirações, mas também o impacto que essa decisão terá na sua família, incluindo cônjuge, filhos, pais e outros membros próximos (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento [PNUD], 2009).

O objetivo deste estudo é conhecer o contributo socioeconómico e educativo da comunidade venezuelana na Região Autónoma da Madeira (RAM), nos últimos dez anos (2015–2025). Como migrante venezuelana, especificamente lusodescendente, tenho um interesse pessoal em investigar o crescimento e desenvolvimento desta comunidade na Região. Pretende-se, assim, valorizar as suas contribuições e dar visibilidade às suas vivências, partilhando as histórias e necessidades dos migrantes, promovendo a aproximação entre comunidades.

A investigação parte do reconhecimento de que os processos migratórios não se esgotam na chegada ao novo território, mas implicam percursos complexos de adaptação, integração e participação. Com este trabalho, pretende-se compreender como esta comunidade tem sido acolhida e em que medida tem contribuído para o desenvolvimento da sociedade madeirense.

Este trabalho de investigação está estruturado em três partes. A primeira corresponde à revisão da literatura, composta por quatro capítulos, nos quais se abordam o papel da intervenção social no desenvolvimento comunitário, a interculturalidade e as perspetivas educativas, bem como o processo migratório (desafios e dificuldades) e, em particular, as experiências da migração venezuelana na RAM. A segunda parte apresenta o percurso de investigação, composto por três capítulos, que incluem o problema de investigação, a delimitação do campo de estudo, os objetivos gerais e específicos e as respetivas questões de investigação.

No capítulo metodológico, é descrita a abordagem de investigação adotada, através de um estudo de caso, com recolha de dados por entrevistas a representantes de instituições ligadas à migração e questionários dirigidos a migrantes venezuelanos residentes na RAM; O capítulo 7 sintetiza as orientações da Carta Ética da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação e os princípios da conduta ética na investigação, nomeadamente as considerações éticas e procedimentos institucionais da Universidade da Madeira incluindo as diretrizes estabelecidas pela Comissão de Ética da instituição. Apresenta-se ainda a terceira parte, com o capítulo 8 dedicado à apresentação, análise e discussão de resultados, à análise estatística descritiva dos dados do questionário e à triangulação de dados como estratégia para uma compreensão mais aprofundada dos contributos e desafios enfrentados por esta comunidade.

Em síntese, a migração é um processo social que influencia não só o migrante, mas também a sua família e a região de acolhimento. As suas razões, implicações e desafios estão associados a múltiplos contextos sociais. Compreender esses aspetos é essencial para uma análise abrangente do fenómeno migratório. A migração pode ainda representar a busca por uma vida melhor e abrir novas perspetivas para as famílias, enriquecendo as sociedades recetoras através da diversidade cultural. Este intercâmbio promove comunidades mais inclusivas e dinâmicas.

Entre as limitações do estudo, destaca-se a escassez de dados estatísticos específicos sobre a comunidade venezuelana na Madeira e a pouca documentação relativa a programas ou projetos que apoiem a sua integração.

PARTE I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Capítulo 1 – Desenvolvimento comunitário e migrações

1.1 Desenvolvimento comunitário: participação, educação e sustentabilidade

O desenvolvimento comunitário, de acordo com Carmo (2001), refere-se ao processo pelo qual uma comunidade trabalha de forma colaborativa para identificar e abordar as suas necessidades, desafios e oportunidades.

O desenvolvimento comunitário enfatiza a participação ativa dos residentes locais na definição das suas próprias prioridades e na implementação de soluções que reflitam as suas realidades e aspirações. Segundo Torres (2005 p. 94), a “educação e a solidariedade social adquirem novos significados de acordo com as diferentes faces da globalização”.

Requer a mobilização dos recursos disponíveis na comunidade, o fortalecimento das competências dos seus membros e o estímulo ao empoderamento coletivo, visando alcançar transformações benéficas e duradouras nos aspetos físicos, sociais, económicos e culturais da região, bem como uma articulação indissociável com a área da educação.

Partilhando esta perspetiva, Caride et al. (2007) sinalizam como essencial o binómio educação e desenvolvimento, apresentando-o como uma ligação natural e insubstituível, uma vez que a prática pedagógica é intrinsecamente voltada para o desenvolvimento das pessoas e dos grupos sociais. Da mesma forma, todo o processo de desenvolvimento, na sua essência, deveria ser concebido a partir de ações educativas.

Em setembro de 2000, na sede das Nações Unidas, representantes de 189 países assinaram a «Declaração do Milénio», procurando estabelecer os princípios para a construção de um mundo mais seguro, humano, próspero e justo. Nesse contexto, o desenvolvimento passou a ser avaliado através de indicadores como a esperança de vida saudável, a educação adquirida e o acesso a recursos essenciais para uma vida digna, integrando também dimensões éticas, culturais e ecológicas.

Destaca-se a necessidade de implementar políticas e medidas, a nível global e local, para atender às exigências do desenvolvimento social, sobretudo nos países e economias em transição. Isso implica a participação ativa desses países na conceção e execução de projetos orientados para: erradicar a pobreza extrema e a fome; universalizar o ensino primário; promover a igualdade de género e o empoderamento das mulheres; reduzir a mortalidade infantil; melhorar a saúde materna; combater o vírus da

imunodeficiência humana (VIH)/síndrome da imunodeficiência adquirida (sida), malária e outras doenças; e garantir a sustentabilidade ambiental.

Nesse sentido, a noção de desenvolvimento comunitário é enriquecida pela ideia de sustentabilidade e pelo crescimento integral do ser humano, alcançado através da interação educativa nas comunidades.

O conceito de desenvolvimento comunitário está associado à ideia de sustentabilidade, entendida como a capacidade da humanidade de conduzir e controlar o seu próprio progresso. Isso concretiza-se mediante a participação responsável de indivíduos e comunidades, apoiada numa educação de base que abre caminho para níveis mais elevados de formação. Na visão de Rodrigues (2023):

Os eixos para a intervenção comunitária, o lugar das políticas participativas e os desafios éticos que se colocam à mudança. Note-se que o apelo à participação não significa que haja mais sensatez social e mais igualdade entre indivíduos e grupos, ou até mesmo comunidades. (p. 30)

Assim, o ser humano não é meramente um participante na economia, mas o propósito central do desenvolvimento, visando a construção de uma nova ordem social, onde “todos contam e cada um possa ser capacitado para participar ativamente num processo de desenvolvimento que para o ser, recupera a centralidade da pessoa na sua mais plena e inviolável dignidade” (Carneiro, 1996, p. 193), em outras palavras, no contexto das oportunidades para o desenvolvimento do potencial de cada indivíduo, é fundamental reconhecer que as pessoas são o recurso mais valioso de uma nação.

“O desenvolvimento é o que oferece às pessoas a oportunidade de fazerem escolhas que estejam alinhadas com os seus valores e aspirações de vida. Ou seja, vai além do crescimento económico, que é apenas um meio para ampliar o espectro de opções disponíveis” (PNUD, 2001, p. 9).

Os projetos de desenvolvimento económico foram, muitas vezes, conduzidos de forma vertical, numa abordagem conhecida como *top-down development*, em que agências internacionais ou nacionais lideravam o processo sem a participação direta das comunidades envolvidas. A conceção de desenvolvimento proposta na Declaração do Milénio convida à adoção de uma abordagem centrada em soluções locais e na

mobilização das comunidades. O foco desloca-se para o fortalecimento da capacidade interna dessas comunidades de conceber e implementar estratégias próprias de desenvolvimento, reconhecendo a importância da sua participação ativa e direta no processo de transformação.

Nesse sentido, Santos (2002) defende o abandono de um paradigma de desenvolvimento centrado exclusivamente no crescimento económico, que muitas vezes é alcançado à custa de aspetos essenciais como a “marginalização de outros objetivos sociais, económicos e políticos, tais como a participação democrática na tomada de decisões, a distribuição equitativa dos frutos do desenvolvimento e a preservação do meio ambiente” (p. 45).

Desta forma, defende-se a promoção do desenvolvimento social a partir das realidades locais, viabilizando projetos de desenvolvimento comunitário assentes em três premissas essenciais:

a) A importância de reconhecer e valorizar os valores e saberes específicos do contexto local, permitindo que as comunidades se reconectem com a sua identidade e com o meio envolvente;

b) A necessidade de responsabilizar e envolver ativamente as comunidades locais nos processos de mudança e transformação social;

c) O reconhecimento de cada indivíduo como agente e protagonista da mudança, tanto na sua comunidade como em contextos globalizados.

Nesta perspetiva, o discurso da globalização atribui às comunidades locais novas competências de organização e transformação, integrando abordagens qualitativas, tal como sugerido por Carmo (2001), nomeadamente nos aspetos humanos, nas iniciativas dos grupos e comunidades, e na conceção, organização e gestão participada de projetos socialmente inclusivos.

1.2 Intervenção social do desenvolvimento comunitário

No contexto globalizado do século XXI, a intervenção social procura responder às necessidades e desafios enfrentados pelas comunidades, visando promover mudanças e melhorias nas condições de vida dos seus membros. Nesse sentido, Carmo (2001) é da opinião de que o desenvolvimento comunitário emerge como uma abordagem que

ênfatiza a participação ativa e o envolvimento das próprias comunidades no processo de transformação social.

Segundo Carmo (2001), o desenvolvimento comunitário envolve a mobilização dos recursos locais, a capacitação das pessoas e a promoção da autossuficiência comunitária. Este autor valoriza a construção de redes de solidariedade, a colaboração entre os diversos atores sociais e o fortalecimento dos laços sociais no âmbito local. Portanto, a atualidade do desenvolvimento comunitário, como estratégia de intervenção social, está relacionada com a sua capacidade de promover a participação ativa, fortalecer os vínculos comunitários e encontrar soluções contextualizadas e colaborativas para os desafios sociais contemporâneos.

A estratégia de intervenção social denominada desenvolvimento comunitário foi consagrada em 1950, num documento das Nações Unidas intitulado O progresso social através do desenvolvimento comunitário (Silva, 2020). De acordo com Ander-Egg (1980), o desenvolvimento comunitário é uma abordagem social que procura promover o bem-estar humano e mobilizar recursos humanos e institucionais através da participação ativa e democrática da população. Envolve a realização de estudos, planeamento e execução de programas em comunidades locais, com o objetivo de melhorar o seu padrão de vida.

Na perspectiva de Carmo (2001), baseado na 1.^a Conferência sobre Desenvolvimento Comunitário e Saúde Mental (ISPA, 2001), os princípios do desenvolvimento comunitário configuram as seguintes estratégias:

- d) Princípio das necessidades sentidas: O princípio das necessidades sentidas valoriza as prioridades percebidas pela própria população, complementando a visão técnica. Defende a participação ativa das comunidades para garantir intervenções relevantes, eficazes e sustentáveis.
- e) Princípio da participação: O princípio da participação defende o envolvimento ativo das comunidades no diagnóstico, planeamento e implementação de projetos, reconhecendo-as como protagonistas do seu desenvolvimento. Promove uma abordagem inclusiva, onde as pessoas são parceiras na construção de soluções sustentáveis.
- f) Princípio da cooperação: O princípio da cooperação valoriza a união de entidades públicas, privadas e da sociedade civil, promovendo sinergias que reforçam a eficácia, o impacto e a sustentabilidade dos projetos. A colaboração facilita a partilha de conhecimentos e o fortalecimento de parcerias.

- g) Princípio da autossustentação: O princípio da autossustentação defende que os projetos devem ser concebidos para garantir a sua continuidade a longo prazo, mesmo sem apoio externo. Requer adaptação às realidades locais, políticas adequadas e capacitação das comunidades para assumirem a sua gestão, promovendo resiliência e desenvolvimento sustentável.
- h) Princípio da universalidade: O princípio da universalidade defende que um projeto tem mais sucesso quando abrange toda a população, promovendo mudanças estruturais e sustentáveis. Visa responder não só às necessidades imediatas, mas também às causas da pobreza, através de uma abordagem holística que integra saúde, educação, emprego, recursos básicos e participação cívica.

A importância atribuída ao estudo, ensino e prática do processo de intervenção social é evidenciada pela investigação, pelos currículos dos programas académicos oferecidos em diversas instituições de ensino superior e pelas atividades desenvolvidas no campo de estudo. Embora seja difícil realizar um levantamento exaustivo de todas essas fontes, dada a velocidade com que a informação é produzida e considerando a sua dimensão global, é possível obter uma noção das tendências atuais através da consulta de algumas bases de dados disponíveis.

1.3 O papel das migrações no desenvolvimento comunitário

Segundo a Organização Internacional para as Migrações (OIM), órgão das Nações Unidas (ONU), as migrações são atos de deslocação ao longo de um determinado espaço geográfico, cruzando fronteiras de âmbito local ou internacional. As migrações podem ser de carácter temporário ou permanente, voluntárias ou forçadas, envolvendo um conjunto de fatores económicos, sociais, culturais e, até mesmo, naturais. Este movimento populacional compreende qualquer deslocação de pessoas, independentemente das causas, incluindo a migração de deslocados e desenraizados.

Migração é o processo de atravessamento de uma fronteira internacional ou de um Estado. É um movimento populacional que compreende qualquer deslocação de pessoas, independentemente da extensão, da composição ou das causas; inclui muitas tipologias de migrações, como: refugiados, pessoas deslocadas, pessoas desenraizadas e migrantes económicos (Ramos, 2008).

As normas internacionais sobre os direitos humanos preveem que toda a pessoa deve poder abandonar livremente qualquer país, nomeadamente o seu próprio, e que, apenas

em circunstâncias muito limitadas, os Estados podem impor restrições ao direito de um indivíduo abandonar o seu território.

As migrações assumiram um papel de extrema importância no desenvolvimento comunitário a nível global, tornando-se uma preocupação prioritária para as nações da União Europeia (UE). Esses países têm adotado políticas focadas na segurança e proteção, especialmente no que diz respeito à integração dos migrantes. Infelizmente, também se têm verificado abordagens raciais e xenófobas, alimentadas por mitos infundados, preconceitos enraizados e informações contraditórias, todas em desacordo com os princípios fundamentais da dignidade humana, como o respeito, a integridade, a liberdade, entre outros princípios fundamentais.

É de extrema importância distinguir claramente as definições de migrantes e refugiados. O termo refugiado é usado para descrever pessoas que deixaram os seus países de origem devido a guerra ou perseguição, atravessando fronteiras internacionais à procura de segurança. Por outro lado, o termo migrante refere-se a pessoas que se deslocam por razões que não se enquadram na definição legal de refugiado. Essas razões podem estar relacionadas com dificuldades políticas, sociais, económicas ou ambientais nos seus países de origem (Dicionário de Desenvolvimento, 2017).

O secretário-geral da Organização das Nações Unidas, António Guterres, na mensagem do Dia Internacional dos Migrantes, a 18 de dezembro de 2019, expressou à ONU News que as migrações são necessárias para o desenvolvimento global e para a economia dos países. As prioridades no tema das migrações são alcançadas através da cooperação internacional, procurando os meios para garantir uma migração ordenada, segura e respeitadora dos direitos humanos.

Na perspetiva de Guterres (2019), o migrante tem vindo a consolidar ações importantes dentro das sociedades, sendo um contributo visível para o desenvolvimento sustentável, tanto do seu país de origem como das sociedades de destino. Assim sendo, a obrigação de todos é garantir proteção relativamente aos seus direitos essenciais, os quais estão consagrados no Pacto Global para uma Migração Segura, Ordenada e Regular, aprovado em dezembro de 2018, na sede da ONU.

O diretor-geral da OIM, António Vitorino, participou numa reunião intitulada Diálogo Internacional sobre Migração, na sede da ONU, em Nova Iorque, a 29 de março de 2023. Durante uma entrevista à ONU News, enfatizou a importância da mobilidade humana como apoio aos objetivos de desenvolvimento sustentável. Vitorino destacou que a migração oferece grandes vantagens para as sociedades desenvolvidas, pois permite a

combinação das capacidades dos migrantes com as necessidades dos países de acolhimento.

Lamentavelmente, há percepções que não coincidem com a realidade e tendem a ver o migrante como inimigo. No entanto, a maioria dos migrantes são pessoas empreendedoras, inovadoras e com grande vontade de vencer a adversidade, verificando-se muitos casos em que desempenham tarefas que os locais não realizam. Desenvolvem projetos comunitários que beneficiam não só a comunidade migrante, mas também o local e o setor onde se encontram. De acordo com Vitorino (2023), foi o contributo dos migrantes que permitiu o desenvolvimento dos seus países de origem, através das remessas que são transferidas e que permitem resolver grande parte dos problemas familiares e sociais.

A OIM apresentou a 11.^a edição do Relatório Mundial das Migrações (World Migration Report, 2022). Nesta publicação, apontam-se as principais tendências migratórias. Verifica-se que o número de migrantes internacionais atingiu 281 milhões em 2021, o que representa aproximadamente 3,6% da população mundial.

Existe uma multiplicidade de motivos pelos quais as pessoas optam por mudar para outro país. É importante ressaltar que, em 2022, a OIM ratificou que a reunificação familiar é a principal razão para a chegada da imigração à União Europeia, representando aproximadamente 75% dos fluxos migratórios. Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE, 2007), as migrações familiares atingem 70% nos EUA. As estatísticas revelam que as migrações familiares têm uma tendência marcada para serem permanentes e predominantes. Os dados apresentados no relatório da OIM (2022) indicam um aumento significativo no envio de remessas por migrantes para os seus países de origem, apesar da pandemia de COVID-19. A queda nas remessas foi de apenas 2,4% em 2019, o que não teve um impacto significativo no contexto global.

Relativamente ao acolhimento dos migrantes, o referido relatório da OIM (2022) indicou que a Europa e a Ásia acolheram, em 2022, cerca de 87 milhões e 86 milhões de migrantes internacionais, respetivamente. Estes números foram influenciados pelo conflito entre a Rússia e a Ucrânia, bem como pela crise política e social de países latino-americanos, como a Venezuela. Estas regiões representam 61% da população migrante internacional.

Em Portugal, calcula-se que 5,2% da população residente seja migrante. Tem sido um país tradicionalmente de emigração (quase 5 milhões de portugueses estão na diáspora). A Venezuela foi um dos países que recebeu um número expressivo de portugueses. De acordo com o Instituto Nacional de Estatística, a população estrangeira com estatuto legal de residência em Portugal é de 698.536 pessoas, sendo 359.727 homens e 338.809 mulheres.

A Venezuela tem sido tradicionalmente um país de acolhimento de migração. Contudo, desde o ano 2000, a situação política, económica e social deste país latino-americano tem vindo a sofrer mudanças significativas, influenciando os fluxos migratórios. Existem dados que retratam as condições enfrentadas pela população em termos de migração e refúgio. No relatório Tendências Globais 2021 do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), foi destacado que aproximadamente 6,1 milhões de pessoas, entre refugiados, requerentes de asilo e migrantes, na sua maioria provenientes da Venezuela, estão deslocadas. Estima-se que quase 7 milhões de venezuelanos estejam fora do seu país de origem.

Segundo Rios (2008), há variáveis que influenciam significativamente o processo migratório, como a idade, o género, a profissão, o nível de escolaridade, as condições de migração, o domínio da língua e as experiências culturais. Estes fatores têm desempenhado um papel fundamental na diferenciação das experiências migratórias.

De acordo com Tseng (2001, citado por Rios, 2008), os elementos como o nível de escolaridade e a experiência profissional parecem influenciar a adaptação. Além disso, manter expectativas irreais e não atingir o sucesso esperado tem grande impacto na autoestima e motivação, especialmente quando o nível de escolaridade e as aptidões profissionais do migrante são superiores às funções desempenhadas no país de acolhimento. Migrantes com elevados níveis académicos frequentemente enfrentam desafios na procura de empregos compatíveis com as suas qualificações e expectativas.

1.4 Desenvolvimento comunitário: dificuldades e obstáculos na migração

É importante reconhecer a necessidade de distinguir entre os obstáculos e dificuldades reais enfrentados pelos migrantes e aqueles que surgem devido à falta de informação por parte do país de acolhimento e a limitada exploração de oportunidades.

Para Berry (1992) e Oliveras (2000), a componente psicológica desempenha um papel significativo ao ajudar o migrante a discernir entre obstáculos reais e fictícios, o

que facilita a adoção de uma atitude mais informada diante dos desafios enfrentados. Existem diversos fatores culturais e sociais, como a linguagem, a integração escolar e o recebimento dos seus conterrâneos, que favorecem a rápida adaptação.

Berry (1992) e Oliveras (2000) percebem que ter uma atitude positiva, manter o respeito pela diversidade cultural, ter um nível de escolaridade mais elevado e a habilidade de falar várias línguas são aspectos que podem contribuir significativamente para uma integração bem-sucedida. Esses elementos proporcionam uma base sólida para compreender e interagir de forma efetiva com a nova cultura e sociedade em que o migrante se encontra.

À medida que a distância entre a cultura de origem e a cultura ‘nova’ aumenta, o impacto do choque cultural também aumenta. Além disso, é fundamental destacar a relevância do tempo de residência no país estrangeiro, bem como a criação de laços profissionais e pessoais com indivíduos da nova cultura e a frequência de encontros com pessoas da cultura de origem (Oliveras, 2000). Por outras palavras, Calegari (2016) é da opinião de que a adaptação cultural tende a ser menos desafiadora quando o país de destino apresenta menos diferenças culturais em relação ao país de origem.

A OIM, no Relatório Mundial das Migrações de 2022, destaca o aumento significativo do número de deslocados internos como resultado de desastres naturais, conflitos e violência. Esta tendência está ocorrendo ao mesmo tempo em que há uma redução geral na mobilidade global devido às restrições impostas pela pandemia da COVID-19. Ao longo do tempo, as restrições nas fronteiras, assim como as medidas sanitárias, foram gradualmente reduzidas, em conformidade com as diretrizes de segurança estabelecidas pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Isso resultou num aumento da ênfase nas medidas sanitárias em relação às restrições, levando a uma certa normalização da situação em outubro de 2020.

Em geral, as dificuldades e obstáculos que enfrentam a população migrante, variam consoante o lugar onde ocorrem e as características pessoais de cada indivíduo. É importante mencionar que existem países que mantêm políticas migratórias favoráveis e acordos com a lei. No entanto, a supervisão e o controlo por parte dos organismos internacionais que defendem as migrações e procuram garantir processos migratórios organizados e seguros ainda não é tarefa fácil.

Capítulo 2 - Interculturalidade e perspectivas educativas

2.1 Diversidade cultural e migrações

Os padrões das migrações internacionais tornam-se cada vez mais complexos, dado que ligam povos e sociedades a distâncias cada vez maiores e significativas. Enquanto a proporção da população mundial que atravessa fronteiras evoluiu significativamente nos últimos anos, os destinos, as motivações e os meios de transporte dos migrantes são, nos dias que correm, também, muito mais diversificados. Uma vez estabelecidos, os laços são conservados e reproduzidos graças à mediação de vastas redes sociais que se estendem através do globo.

Segundo Candau (2008), “a promoção da inter-relação entre diferentes grupos interculturais favorece processos de afirmação de identidades culturais específicas, concebendo as culturas como em contínuo processo de construção e reconstrução” (p. 22). Nesse sentido, a afirmação das identidades culturais das minorias, neste caso da comunidade venezuelana, que se encontra na Região Autónoma da Madeira, contribui para o reforço da entidade desta comunidade minoritária, e, igualmente, o reforço da cultura dominante. É importante notar que uma boa integração da comunidade migrante venezuelana na sociedade madeirense implica também a integração de características de outras culturas que coabitam e procuram uma necessidade autêntica de integração e adaptação, sem desligar-se dos costumes e tradições do país de origem.

Todavia, esta integração não dilui a identidade da comunidade minoritária na cultura dominante da sociedade em que se integra, contribuindo apenas para uma maior diversidade cultural sem perda identitária de qualquer uma delas.

Recorde-se que, em certas ocasiões, essa situação tem ocorrido no contexto da baixa visibilidade de algumas comunidades migrantes em países mais desenvolvidos. Pelo contrário, a integração deve promover uma coexistência harmoniosa e enriquecedora, onde as diversas identidades culturais se complementam e fortalecem mutuamente.

Nesse contexto, a integração contribui para a valorização e preservação das tradições, línguas e costumes das comunidades minoritárias, garantindo assim uma maior diversidade cultural sem que haja uma perda de identidade para qualquer uma das partes envolvidas. Essa interação cultural positiva não só enriquece o tecido social, mas também

fomenta um ambiente de compreensão mútua e respeito pelas diferenças, construindo uma sociedade mais inclusiva e plural.

Ferreira e Ramos (2012), referem que “as teses multiculturalistas vieram retomar algumas questões, nomeadamente o conteúdo do termo assimilação – que pode ser integração, inserção ou inclusão”, salientando que a integração envolve “a sociedade no seu todo e tem implicações em diversas questões, como a não discriminação e a inclusão das diferenças, a abertura a novas relações e comportamentos, a prevenção de situações de marginalização, a interação positiva entre imigrantes e os elementos da sociedade de acolhimento, entre outras” (p. 365). Ou seja, a boa integração dos indivíduos e das comunidades migrantes numa determinada sociedade enriquece-a, do ponto de vista cultural e humano, tornando-a culturalmente diversa, mais solidária e mais tolerante.

Por outras palavras, quando os indivíduos e comunidades migrantes estão bem integrados numa sociedade, os benefícios são mútuos, para além do aspeto cultural e humano. Essa integração promove vários elementos fundamentais nas sociedades: um intercâmbio constante de experiências, conhecimentos e tradições entre diferentes grupos, enriquecendo o tecido social e cultural da sociedade recetora.

Além disso, contribui para a criação de uma atmosfera de solidariedade, cooperação e progresso social, económico e cultural, onde as pessoas estão mais dispostas a apoiar-se mutuamente e a trabalhar juntas para o bem comum. A presença de diversas culturas, com visões, pontos de vista e formas de convivência diferentes, também estimula a tolerância e o respeito pelas diferenças, essenciais para a construção de uma sociedade verdadeiramente inclusiva e harmoniosa. Assim, a boa integração dos migrantes não só fortalece a identidade cultural da sociedade anfitriã, mas também promove valores fundamentais de convivência pacífica e enriquecimento mútuo.

A existência de diversos grupos socioculturais, formados maioritariamente por migrantes, nos contextos públicos, tanto em níveis internacionais como nacional, tem gerado tensões, conflitos, diálogos e negociações direcionadas para a construção de políticas públicas que abordem estas questões de forma específica.

Relativamente às representações das diferenças étnicas, de género, religiosas e outras, estas ocorrem de formas diversas, expressando-se através de múltiplas manifestações e linguagens (Candau, 2012). As problemáticas associadas a estas diferenças são diversas e são trazidas à luz, principalmente, pelos movimentos sociais, que denunciam injustiças, desigualdades e discriminações, ao mesmo tempo em que

reivindicam a igualdade de acesso a recursos e serviços, bem como o reconhecimento do ser humano como ente social e cultural.

2.2 Interculturalidade – fusão de elementos culturais, sociais e educativos da migração

Nos últimos anos, a redução das distâncias proporcionou vantagens significativas para os movimentos demográficos, destacando as migrações como uma questão emergente no contexto da globalização e as suas dinâmicas territoriais, espaciais e comerciais. Dessa forma, esses deslocamentos e movimentos populacionais surgem como produtos de mudanças e processos estruturais, que levam os cidadãos a se deslocarem espacialmente, tornando mais acessível a identificação dos contextos, motivações e razões específicas por trás desses movimentos (Silva, 2020).

Para compreender o contexto dos processos migratórios, é fundamental considerar como a diversidade cultural e a interculturalidade fornecem elementos significativos para uma migração eficaz e bem-sucedida.

A interculturalidade é um princípio que incentiva a relação comunicativa entre grupos culturais distintos nas suas abordagens, fomentando constantemente a interação, o entendimento e a consideração mútua entre as diferentes expressões culturais e grupos étnicos. O conceito de interculturalidade também pode ser utilizado para descrever a dinâmica pela qual a cultura se mistura e se entrelaça com outras culturas (Melo, 2023). No entanto, a interculturalidade pode ser percebida como uma forma de vivenciar a cultura de outro indivíduo e aprofundar o conhecimento sobre ela, valorizando princípios como respeito, cidadania, igualdade, tolerância, democracia na educação e direitos humanos.

Segundo Melo (2023), o fluxo e a fusão de elementos culturais entre diferentes grupos, promovem um ambiente de intercâmbio e enriquecimento mútuo. Contudo, dentro do sistema capitalista presente, tanto em países desenvolvidos quanto em países em desenvolvimento, existe uma teoria macro predominante que se baseia num mercado de trabalho dual e segmentado. Essa teoria reconhece que o tipo de trabalho se concentra em duas vertentes, cada uma correspondendo a uma realidade distinta, o que influencia de maneira significativa as comunicações e a mobilidade laboral. Nesse contexto, o trabalhador é frequentemente percebido como um recurso de capital social (Anastácio, 2019).

Esta abordagem teórica à migração manifesta-se como uma dualidade social; a situação ilegal representa um grande desafio para diversos países. No entanto, muitos destes optam por ignorar a entrada ou chegada destes migrantes, implementando políticas restritivas que, por vezes, carecem de considerações relacionadas com a segurança e a dignidade humana.

O fenómeno da globalização tem posto em observação a situação desta população e a verdadeira intenção dos governos, os quais aceitam discretamente os migrantes porque pretendem beneficiar-se do talento e das capacidades da mão de obra barata.

Apesar do benefício invisível desta massa migratória, esse contributo tem promovido o desenvolvimento económico em muitos países que, no entanto, se recusam a legalizar o estatuto destas pessoas, colocando-as permanentemente à margem dos seus direitos e de um verdadeiro progresso familiar, económico e social.

Segundo Harari (2018), estas situações têm o potencial de gerar desafios sociais, estabelecendo distintos estratos na sociedade, nos quais uma classe mais privilegiada exerce influência sobre uma classe menos favorecida, muitas vezes com limitadas alternativas.

Os migrantes devem demonstrar um compromisso genuíno em integrar-se e adotar o princípio da aceitação mútua. A nação anfitriã, conforme descrito por Harari (2018), deve tratá-los com equidade, reconhecendo-os como membros integrais da sociedade, no entanto, nem sempre é assim, ainda encontramos sociedades cheias de prejuízos e condutas discriminatórias para os migrantes, outras fazem ver os migrantes como um prejuízo social e económico. A visão de Harari (2018) critica o contrato de imigração, discordando e apontando diferenças, argumentando que as partes muitas vezes não cumprem suas obrigações. Os Estados, segundo ele, nem sempre facilitam nem promovem uma migração que garanta plenamente os direitos sociais e jurídicos fundamentais, como estabelecido pelas diretrizes da ONU.

Os migrantes devem demonstrar um compromisso genuíno em integrar-se e adotar o princípio da aceitação mútua. A nação anfitriã, conforme descrito por Harari (2018), deve tratá-los com equidade, reconhecendo-os como membros integrais da sociedade. No entanto, nem sempre é assim: ainda existem sociedades marcadas por preconceitos e condutas discriminatórias em relação aos migrantes.

Carneiro (2009) levanta questões sobre as políticas da União Europeia na construção da imigração, fazendo referência ao tratado de Amesterdão, assinado a 2 de outubro de 1997, onde em reunião com os Ministros dos Negócios Estrangeiros dos então 15 Estados-Membros da União Europeia acordaram no Palácio Real de Amesterdão, nos Países Baixos. Esse tratado teve como objetivos: afirmar a identidade da UE no contexto internacional; fortalecer os direitos e os interesses dos cidadãos da UE; preservar e desenvolver a UE enquanto espaço de liberdade, segurança e justiça; manter e fortalecer o corpo jurídico da UE. Em resumo, o tratado defende valores como a dignidade humana, independentemente da etnia, cultura, credo ou origem, destacando a importância da reunificação familiar por parte dos migrantes.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2009), no seu relatório mundial fixou a sua posição sobre a diversidade cultural para a pacificação das nações. Adotou como foco central do século XXI das migrações, a variedade cultural e a defende como a chave para a interação entre culturas e a harmonia global. Considera-a uma fonte de pacificação, uma vez que, em comunidades pluriculturais, a interculturalidade se apresenta como prioridade, torna-se um fator de coesão social na integração das minorias e na procura de soluções aos problemas sociais. Adicionalmente, é reconhecida como um impulsionador do governo democrático, implementando políticas que promovem a autonomia e participação. Além disso, desempenha um papel crucial na luta contra a pobreza, ao defender os direitos humanos e encarar a diversidade cultural como um componente essencial do desenvolvimento.

2.3 Educação e perspectivas interculturais

A escola tem o dever de consciencializar os alunos do seu papel como cidadãos com direitos, mas também deveres, para que estes, que carregam consigo o futuro do país, sejam cidadãos ativos e participativos, conscientes da democracia e com sentido de responsabilidade e luta contra as injustiças e discriminações.

No entanto, e de acordo com Perrenoud (2005), não basta culpar o sistema educativo pela falta de preparação para uma cidadania ativa, visto que a escola é fruto da sociedade, não se podendo esperar que esta incuta valores que a própria sociedade ignora.

Carneiro (2009) enfatiza o papel da família na formação de valores, em fortalecer os laços da parentalidade, para que, a escola acompanhe com a formação psicossocial na construção de indivíduos com consciência e responsabilidade social. As disciplinas na escola devem ser abordadas de maneira transversal como estratégia para uma verdadeira educação em valores, em conjunto com a educação cívica que conduz a um comportamento para e em prol da comunidade.

Relativamente ao papel da escola para a cidadania, Nóvoa (2006) avança com três sugestões para o sistema educacional: mais aprendizagem, pois “a primeira condição de cidadania é a aprendizagem” (p. 11), sendo essencial que os alunos obtenham da escola as ferramentas necessárias do conhecimento e da cultura para que tenham sucesso pessoal e contribuam para a construção de uma sociedade melhor.

Na sequência das migrações e da interculturalidade na educação Candau e Russo (2010), focam uma perspectiva da intrínseca articulação entre os eixos educativos e os contextos socioculturais, colocando assim os entornos culturais no centro das ações pedagógicas. Os Estados incorporaram nas suas Constituições o reconhecimento do caráter multiétnico, pluricultural e multilíngue das suas sociedades.

Na configuração recente, a abordagem multilíngue e a herança cultural de civilizações antigas deixam de ser consideradas meramente como estratégias de transição ou como meios de preservar uma cultura ameaçada. Agora, são incorporadas a um discurso mais abrangente, no qual a perspectiva intercultural desafia o tradicional modelo educacional e abraça não apenas uma variedade de idiomas, mas também uma diversidade de elementos culturais. (Candau & Russo, 2010).

Essa visão dos autores supramencionados, enfatiza a interculturalidade como um dos principais elementos nos processos de transformação das sociedades, passando pelo contexto educativo e assumindo uma dimensão ética e política voltada para a construção de democracias, onde a redistribuição e o reconhecimento cultural são considerados fundamentais para alcançar a justiça social e um melhor comportamento cívico, combatendo diversos problemas sociais.

De um modo geral, tudo o que afeta a cultura também afeta a educação, dado que os fenómenos educacionais são igualmente processos de aculturação, afetando todos os indivíduos. Assim, os movimentos migratórios, acompanhados das suas expressões culturais, projetam-se nas temáticas a transmitir, nas respetivas formas de comunicação, bem como em tudo aquilo que consideramos legítimo (Sacristán, 2003).

A educação escolarizada, desde os primeiros anos até ao ensino superior, é uma força de extensão cultural a nível da globalização, que é exercida de modo premeditado, sendo que exerce essa função transformando todos os sujeitos “que a ela assistem em participantes de determinados traços selecionados da ou das culturas” (Sacristán, 2003, p. 121). Assim, a escola é identificada como um agente que acelera uma globalização cultural seletiva. Efetivamente, as instituições escolares possibilitam a criação de vínculos sociais simbólicos que contribuem para o fortalecimento das relações entre os seres humanos. Com efeito, o seu poder socializador incide na capacidade de incluir ou englobar os estudantes numa determinada tradição cultural.

Neste sentido, a educação constitui um fator de evolução para os indivíduos, pois converte-os em membros de uma comunidade cultural mais vasta, incentivando-os a ir além da sua posição atual. Assim, a escola globaliza conteúdos, amplifica a cultura e colabora para o processo de civilização, entendido como natural e homogeneizador. Assim sendo, a educação é assumida como um recurso que possibilita transcender o próximo e o local, assim como abrir-se a um mundo mais cosmopolita, aproveitando todas as oportunidades que lhes são oferecidas e dotando os indivíduos com atitudes e competências necessárias para uma sociedade mais justa e evoluída (Sacristán, 2003).

Na sociedade, assim como no contexto escolar, persistem diferentes manifestações de preconceito, discriminação e várias formas de violência, incluindo a física, simbólica e o bullying, além da homofobia, xenofobia, intolerância religiosa e exclusão de pessoas com necessidades educativas especiais. A consciência desta realidade tem-se fortalecido cada vez mais entre a população dos centros educativos (Candau, 2012).

Todavia, a escola não consegue responder a estas expectativas, surgindo frequentemente elementos de exclusão, de reprodução social, de estereótipos e preconceitos, de insucesso e de desigualdades, não proporcionando, assim, uma efetiva igualdade de oportunidades para os diferentes grupos aí presentes, nem constituindo uma força atrativa e mobilizadora de aprendizagem, de preparação para o futuro e de construção de projetos de vida (Bernstein et al., 1977, citado por Ramos, 2007).

A problemática na área da educação engloba a participação ativa dos alunos em projetos, propostas e empreendimentos que requerem exploração e cooperação. Ao encarar os propósitos bem definidos, os estudantes devem ir além das fronteiras dos conhecimentos específicos, descobrir alternativas viáveis e originais para o combate a este desfasamento social e cultural.

A UNESCO (2009), no seu relatório mundial, dá ênfase às questões e empreendimentos durante o processo educacional, o qual pode proporcionar aos estudantes uma base sólida a partir das suas próprias vivências, auxiliando-os a ver o mundo com as suas próprias mudanças. Isso permite que construam conhecimento e consciência crítica, além de desenvolverem as suas habilidades nas áreas formativas.

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável reconhece a importância de os estudantes adotarem uma abordagem abrangente e convergente para lidar com os desafios que enfrentam. Especificamente, a Meta 4.7 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) reconhece os estudantes como cidadãos globais que necessitam adquirir conhecimentos e competências para construir um futuro sustentável num mundo cada vez mais interconectado. Nestes objetivos, o dinamismo e a inovação da população migrante desempenham um papel crucial, contribuindo com novas ideias e proporcionando uma visão mais abrangente deste processo.

A abordagem pedagógica necessária para promover a interculturalidade deve ser fundamentada na compreensão mútua e na tolerância, no respeito pela diversidade e no reconhecimento das habilidades do outro. Deve-se auxiliar cada indivíduo a expressar-se dentro das suas representações culturais e de identidade, criando um contexto de aprendizagem que promova a compreensão intercultural e combata o etnocentrismo e a xenofobia (Ramos, 2001).

É de extrema importância desenvolver elementos que se baseiem na comunicação das relações interculturais (Hopes, 1979, citado por Ramos, 2007). O primeiro passo consiste em tomar consciência do nosso nível de integração intercultural e dos nossos comportamentos, a fim de desenvolver uma cultura consciente. Esse processo reverte-se numa reaprendizagem cultural, cujo objetivo é desenvolver as capacidades dos dois mundos envolvidos e destacar as competências que nos tornam diferentes num contexto plural.

Capítulo 3 – Estratégias europeias e nacionais para a migração

3.1 Influências europeias na migração

É evidente o acelerado aumento da migração global e a influência que a deslocação de indivíduos exerce sobre as comunidades, tanto nos países de origem quanto nos de acolhimento. Esta realidade ressalta a necessidade de fortalecer e implementar

novas iniciativas que proporcionem respostas organizadas e seguras, contribuindo assim para o desenvolvimento positivo desses fluxos migratórios.

Neste contexto, a União Europeia estabeleceu o Plano de Ação para Promover a Integração de Migrantes nos países recetores, iniciado em 2016. A UE implementa medidas destinadas a estimular e apoiar os Estados-Membros na bem-sucedida incorporação dos seus compatriotas que residem na Diáspora.

A 18 de abril de 2018, a Comissão Europeia e a OCDE divulgaram um relatório em que apontam os principais obstáculos relacionados à inclusão de migrantes e propõem orientações práticas para abordar esses desafios. Essas recomendações têm como base uma série de exemplos bem-sucedidos observados em várias cidades e devem ser consideradas a nível local, regional e nacional na implementação de programas de integração. O objetivo é alinhar as habilidades dos migrantes com as exigências do mercado de trabalho e facilitar a criação de espaços onde as comunidades possam conviver e interagir socialmente.

As áreas de intervenção envolvem questões relacionadas com a saúde, o emprego, a habitação e a educação. Pouco tempo depois, a Comissão Europeia propôs modificações visando a modernização da Política de Coesão para o período 2021-2027, o que implica ajustes no orçamento da UE, abrangendo diversas áreas, incluindo Coesão e Valores, bem como Migração e Gestão de Fronteiras.

Em 2019, pelo oitavo ano consecutivo, a Comissão Europeia divulgou o Monitor da Educação e Formação, um instrumento criado para avaliar o progresso do ensino e da formação nos países da UE, estabelecendo para cada Estado-Membro um conjunto de metas a serem alcançadas.

O mesmo documento também aborda uma série de iniciativas, incluindo a criação de universidades europeias e a introdução de um Cartão Europeu de Estudante. Estas ações estão em linha com as propostas de recomendações do Conselho da Europa relacionadas com a educação e o acolhimento na primeira infância, o reconhecimento mútuo automático de diplomas e períodos de aprendizagem no exterior, bem como a melhoria do ensino e da aprendizagem de idiomas. Além disso, visam promover competências essenciais que incentivem os princípios fundamentais da Educação e Formação ao Longo da Vida, como a empregabilidade, o desenvolvimento pessoal, a compreensão intercultural e a cidadania ativa, incluindo, entre outras dimensões fundamentais.

Por meio da coordenação entre vários ministérios e da atribuição específica de responsabilidades a cada um, nasce um programa político ambicioso para alcançar patamares mais elevados de integração dos imigrantes na sociedade portuguesa. Isso ocorre tanto pelo lançamento de novas iniciativas quanto pela consolidação das já existentes, juntamente com a simplificação e redução da burocracia.

3.2 Estratégias de intervenção em Portugal

A integração de imigrantes em Portugal está em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Comissão Europeia para todos os Estados-Membros. Isso inclui a implementação dos Planos de Integração da Imigração (PII) I e II. Nesse contexto, faz-se referência aos planos mais recentes, nos quais Portugal passou de um país de emigração para tornar-se um país de acolhimento.

Os planos referidos são: o Plano Nacional para o Pacto das Migrações, aprovado pelo Conselho de Ministros em 2019 e o Plano Estratégico para as Migrações (2015-2020), em conformidade com a ratificação do Pacto Global das Migrações Seguras, Ordenadas e regulares proposta pela ONU.

A criação dos Planos Individuais de Integração procurou atingir diversos propósitos. Por um lado, teve como objetivo promover uma maior mobilização em todo o país para acolher e integrar os imigrantes. Por outro lado, também procurou oferecer uma visão abrangente e unificada das principais ações a serem realizadas pelo Estado nesse campo, além de estimular uma participação mais ativa e compartilhada dos imigrantes nas políticas de imigração, com o intuito de melhor gerir os recursos financeiros, direcionando-os para questões prioritárias de intervenção.

Mais concretamente, agregando alguns dos propósitos, importa salientar os seguintes:

1) A promoção da igualdade de direitos dos imigrantes face aos restantes cidadãos, nomeadamente, através do reforço da rede de serviços de apoio à integração (por exemplo: gabinetes de apoio dos Centros Nacionais e Locais de Integração de Imigrantes, a melhoria do serviço de tradução e interpretação; o acesso a formação profissional, entre outras);

2) Maior acessibilidade à informação, através de campanhas, ações de formação, educação e comunicação relativamente a áreas setoriais como a saúde, educação e emprego;

3) A participação e corresponsabilidade dos imigrantes nas políticas de imigração, através da participação das associações de imigrantes na política de acolhimento e integração;

4) A proteção de vulnerabilidades específicas dos imigrantes, no acesso à saúde, aos direitos dos trabalhadores, acesso à justiça, entre outros.

5) A valorização da interculturalidade, com a previsão de um plano de formação para a interculturalidade junto de profissionais nas áreas da saúde e educação, mediação intercultural junto das escolas e da diversidade cultural nos média;

6) A promoção de campanhas de divulgação dos principais direitos e deveres, reforço do incentivo ao cumprimento de obrigações junto da segurança social e administração fiscal, entre outros.

O primeiro Plano de Integração da Imigração foi divulgado em 2007, conforme estabelecido na Resolução do Conselho de Ministros n.º 63-A/2007, datada de 3 de maio.

O objetivo deste plano consistia em promover a igualdade de oportunidades para todos, com particular ênfase na redução das disparidades no acesso à educação, ao emprego, aos cuidados de saúde, à habitação e aos direitos sociais.

Em síntese, o plano comprometia-se a combater qualquer tipo de discriminação fundamentada na etnia, nacionalidade, língua, religião ou sexo, e também a corrigir questões legais ou administrativas.

Com o primeiro Plano de Integração da Imigração, Portugal estabeleceu-se como uma referência em boas práticas para políticas públicas de integração de imigrantes, tanto no âmbito nacional quanto internacional. Por sua vez, o segundo Plano para a Integração dos Imigrantes (2010-2013), aprovado numa reunião do Conselho de Ministros n.º 74/2010, teve como base a avaliação final do plano anterior.

Nesse contexto, o segundo Plano manteve a continuidade ao abordar medidas previamente não implementadas. Além disso, foram introduzidas novas diretrizes na esfera da Promoção da Diversidade e da Interculturalidade, englobando o Reagrupamento Familiar no Acolhimento e a Sociedade de Informação, incluída na área dos Descendentes de Imigrantes.

Destaca-se, na estruturação do Plano de Integração da Imigração II, as áreas da diversidade e interculturalidade, da proteção e integração dos imigrantes numa situação de desemprego e, de uma forma especial, a dos idosos imigrantes, visando responder a novos desafios do envelhecimento de alguns imigrantes em Portugal. Esta última opção

também procurou alinhar-se ao Ano Europeu para o Envelhecimento Ativo e Solidariedade Inter - geracional de 2012.

Face à complexidade dos desafios migratórios, tornou-se imperativa a criação de uma estratégia nacional abrangente, consubstanciada no Plano Estratégico para as Migrações (PEM). Este plano contou com o reforço do envolvimento do Ministério dos Negócios Estrangeiros, tendo sido aprovado em Conselho de Ministros e publicado como Resolução do Conselho de Ministros n.º 12-B/2015, de 20 de março, com entrada em vigor no dia seguinte.

Este plano apresenta um enquadramento político, principais desafios, áreas prioritárias, bem como métodos de monitorização e avaliação, organizando-se em eixos estratégicos como:

- Integração de imigrantes;
- Promoção da inclusão dos novos cidadãos;
- Coordenação dos fluxos migratórios;
- Reforço da legalidade migratória e da qualidade dos serviços migratórios;
- Apoio ao regresso dos cidadãos nacionais.

Incluiu ainda medidas como o ensino da língua portuguesa para migrantes, abrangendo crianças e adultos, e a revisão dos critérios de realização do exame de português para obtenção da nacionalidade.

Neste sentido, em 2019, foi implementado o Plano Nacional para a Implementação do Pacto Global das Migrações, que consiste na adaptação do Pacto Global das Migrações Seguras, Ordenadas e Regulares pela ONU (2018). Este Acordo é fundamentado em 10 princípios orientadores, centrados nas pessoas, na cooperação internacional, na soberania nacional e no Estado de Direito. Valoriza o desenvolvimento sustentável, o respeito pelos direitos humanos, a igualdade de género, o interesse superior da criança e uma abordagem integrada das migrações, envolvendo todos os níveis da administração pública e da sociedade civil.

Este plano enfatiza o reforço da cooperação com os países de origem e de destino, bem como com os diversos intervenientes, com o objetivo de simplificar e tornar mais seguro o processo migratório.

3.3 Planos de ação na Região Autónoma da Madeira

Na Região Autónoma da Madeira, são rigorosamente observadas as diretrizes da legislação nacional, sendo realizados ajustes sempre que necessário, de forma a garantir a sua adequação ao contexto regional específico. Esta abordagem visa assegurar que as políticas e medidas adotadas estejam alinhadas com as necessidades e particularidades da Madeira, promovendo, assim, uma aplicação mais eficaz e coerente dos planos nacionais e das leis migratórias.

Face à situação vivida na RAM, caracterizada pela chegada significativa de migrantes venezuelanos, o Conselho do Governo, reunido em plenário no dia 1 de junho de 2017, constituiu o Gabinete de Apoio aos Emigrantes Madeirenses, com especial enfoque no atendimento da população regressada da República Bolivariana da Venezuela. O titular da secretaria encarregada das comunidades madeirenses ao redor do mundo destacou a relevância e urgência desta medida, enunciando os três principais objetivos da reunião do Gabinete: (1) identificar medidas que facilitem a integração dos emigrantes regressados da Venezuela; (2) agilizar os processos essenciais à sua inserção na sociedade madeirense; e (3) avaliar o impacto do retorno desses emigrantes no Orçamento Regional.

Este Gabinete, sob a dependência direta do Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Europeus, manteve-se em funcionamento até ao dia 20 de março de 2018. Os objetivos definidos para a sua criação enquadravam-se na missão e nas atribuições do Centro das Comunidades Madeirenses e Migrações (CCMM), organismo que deu continuidade aos procedimentos relacionados com a integração dos imigrantes.

Em 2019, foi publicado o Decreto Regulamentar Regional n.º 12/2020/M, que aprovou a orgânica da Direção Regional das Comunidades e Cooperação Externa (DRCCE). O Decreto Regulamentar Regional n.º 8-A/2019/M, de 19 de novembro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 59/2019, de 5 de dezembro, procedeu à aprovação da estrutura orgânica do XIII Governo Regional da Madeira. Nesta estrutura insere-se a Presidência do Governo Regional, sendo que, nos termos do artigo 2.º do referido decreto, foram-lhe atribuídas competências na área das Comunidades, tendo sido criada, nesse âmbito, a Direção Regional das Comunidades e Cooperação Externa.

A DRCCE é o serviço da administração direta da Região Autónoma da Madeira, integrado na Presidência do Governo Regional, com a responsabilidade primordial de analisar, coordenar e implementar as políticas de migração, bem como oferecer suporte e apoiar as comunidades madeirenses espalhadas pelo mundo.

Em 2020, o responsável pela DRCCE iniciou as suas atividades com um conjunto de encontros e reuniões junto de instituições e associações representativas, tanto dos madeirenses regressados à Região como dos estrangeiros (imigrantes) que escolheram a Madeira para viver e estabelecer os seus projetos de vida. Estas ações visam promover e incentivar a participação ativa desses grupos nas organizações associativas locais.

A criação da DRCCE permitiu ao Governo Regional tomar medidas imediatas para a integração desses cidadãos. Entre as principais iniciativas e ações desenvolvidas, destacam-se a coordenação entre diferentes setores do Governo e a implementação de programas específicos voltados para a inclusão e integração dos migrantes, como políticas de apoio à integração social, programas de assistência linguística, oportunidades de emprego e educação adaptadas às suas necessidades, demonstrando um esforço abrangente e multifacetado para garantir a participação ativa e o bem-estar desses indivíduos na sociedade madeirense.

Um serviço de grande relevância para o apoio aos migrantes é constituído pelos Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM). Estes gabinetes ou espaços de acolhimento, informação e apoio descentralizado estão ligados aos Centros Nacionais de Apoio à Integração de Migrantes (CNAIM), localizados em Lisboa, no Norte e no Algarve. A sua principal missão é fornecer respostas locais articuladas com as necessidades de acolhimento e integração dos cidadãos migrantes.

O Portal das Comunidades Portuguesas, do Ministério dos Negócios Estrangeiros, apresenta as informações relativas aos Gabinetes de Apoio ao Emigrante (GAE). Estes gabinetes resultam de acordos de cooperação entre a Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas (DGACCP) e as Câmaras Municipais. Estes protocolos baseiam-se, essencialmente, na celeridade no atendimento ao migrante e na proximidade com as suas necessidades. Embora não tenham sido criados exclusivamente para apoiar os migrantes venezuelanos, têm tido um papel fundamental na sua integração, facilitando o acesso à informação e aos serviços.

O Decreto Legislativo Regional n.º 5/2016/M criou o Fórum Madeira Global e o Conselho da Diáspora Madeirense, eventos que se realizam anualmente desde 2016. O Fórum constitui um espaço propício ao encontro, diálogo e debate entre as comunidades da Madeira, tanto no interior da Região como no exterior, em articulação com o Governo Regional. O seu principal objetivo é fomentar a participação ativa na formulação da política regional, reforçando os laços entre os madeirenses, independentemente da sua localização geográfica. Este encontro tem lugar todos os anos no mês de julho, sendo

presidido pelo Presidente do Governo Regional ou pelo membro do Governo responsável pelas Comunidades Madeirenses, atualmente representado pela DRCCE.

A razão por trás da criação deste fórum assenta na compreensão de que os emigrantes madeirenses e os seus descendentes, espalhados por várias partes do mundo, constituem uma parte essencial da população madeirense. Ao longo do tempo, estes têm desempenhado um papel determinante na promoção e no desenvolvimento da Região. Reconhece-se, assim, a importância vital dessas comunidades dispersas, não apenas como um elo cultural e histórico, mas também como agentes ativos no desenvolvimento e na projeção internacional da Madeira.

O primeiro encontro do Fórum Madeira Global teve lugar em 2016 e, desde então, tem-se realizado anualmente, com exceção dos anos de 2020 e 2021 devido à pandemia. Após dois anos de interrupção forçada, o Fórum das Comunidades e o Conselho da Diáspora retomaram a sua realização, constituindo a reunião magna anual da Diáspora Madeirense, organizada pelo Governo Regional, através da Direção Regional das Comunidades e Cooperação Externa. O Secretário Regional destacou a importância deste encontro para o reforço dos laços entre a Região e as comunidades madeirenses espalhadas pelo mundo, bem como para o estímulo ao investimento da Diáspora na Madeira. Além disso, sublinhou a necessidade permanente de divulgar a cultura, os costumes e as tradições madeirenses nos diversos países de acolhimento.

Estas entidades desempenham um papel fundamental na proteção dos direitos e interesses das comunidades dispersas, além de contribuírem significativamente para o Governo Regional na formulação de políticas de integração de imigrantes na Região Autónoma da Madeira. A sua atuação abrange desde a defesa de direitos individuais até à promoção de programas e iniciativas que facilitam a adaptação e a inclusão dos imigrantes na sociedade madeirense. Desta forma, contribuem para a coesão social e para a promoção da harmonia intercultural.

Nas conclusões dos seis fóruns realizados até ao momento, todos no mês de julho, tem sido reiterada a preocupação com as comunidades madeirenses no exterior. Nos últimos encontros, a atenção tem-se centrado especialmente na situação crítica vivida pela comunidade madeirense na Venezuela. Esta ênfase demonstra a importância de acompanhar de perto e prestar apoio a estas comunidades, particularmente quando enfrentam dificuldades específicas derivadas de contextos adversos nos países onde residem.

A presença ativa e o apoio contínuo são cruciais para garantir que estas comunidades mantenham uma ligação sólida com a sua terra natal, enquanto recebem o auxílio necessário para ultrapassar os desafios vivenciados no estrangeiro.

Muitos cidadãos das comunidades madeirenses que residem na Venezuela encontram-se atualmente em situações particularmente difíceis, devido à crise económica, política e social que afeta o país. Estes contextos adversos traduzem-se em desemprego elevado, carência de acesso a serviços essenciais como saúde e educação, perseguições e insegurança. Ao acompanhar de perto estas comunidades, torna-se possível identificar rapidamente as suas necessidades e implementar respostas adequadas e eficazes (Durán, 2021).

O apoio pode assumir várias formas, desde assistência financeira e logística até programas de formação profissional e educacional. É igualmente importante fomentar a coesão social e cultural dentro destas comunidades, reforçando os laços com a Madeira através de eventos culturais, intercâmbios e outras iniciativas que mantenham viva a identidade e as tradições madeirenses.

Além disso, um acompanhamento próximo facilita a articulação com autoridades locais e organizações internacionais, permitindo mobilizar recursos e concretizar soluções mais eficazes. Este esforço concertado contribui para garantir que as comunidades madeirenses no estrangeiro não sejam esquecidas ou negligenciadas, independentemente da distância que as separa da Madeira.

Em síntese, o acompanhamento e o apoio estruturado às comunidades madeirenses no estrangeiro são fundamentais para assegurar que estas populações possam enfrentar e ultrapassar as adversidades, preservando, simultaneamente, uma ligação forte e contínua com a sua terra de origem.

Há uma necessidade evidente de criar condições favoráveis à integração efetiva, tanto para aqueles que regressam à Madeira como para os que chegam pela primeira vez. Para os lusodescendentes, estrangeiros residentes na Região e membros da diáspora, tem sido recomendado o reforço e a consolidação de programas sociais. Esta medida visa não só facilitar a integração socioeconómica e cultural destes grupos, mas também promover uma sociedade mais inclusiva e coesa, onde todos tenham igualdade de oportunidades e acesso a serviços essenciais.

No domínio educativo, foram também implementadas políticas regionais orientadas para a proteção e inclusão dos alunos provenientes deste fluxo migratório vulnerável, particularmente da Venezuela. Foram muitos os novos estudantes que se

integraram nas escolas da Região. A Secretaria Regional de Educação realizou consultas regulares com as direções escolares que acolheram estes alunos, com o objetivo de adotar uma abordagem integradora, valorizando as capacidades dos migrantes e respeitando as suas necessidades educativas específicas. Estas medidas visavam assegurar uma transição suave e bem-sucedida para esses alunos no sistema educativo da Madeira.

Para reforçar a perspetiva educativa, o Secretário Regional da Educação destacou que, nos últimos anos, cerca de 1.700 crianças oriundas da Venezuela foram integradas no sistema de ensino da Região. Este acréscimo, atendendo à realidade regional de diminuição do número de alunos, não exigiu a expansão da rede escolar nem o reforço dos quadros docentes, mas sim uma atenção especial a outros aspetos fundamentais: a orientação contínua quanto à integração de alunos sem documentação autenticada das habilitações, conforme exigido pela legislação; e o aumento proporcional da frequência na disciplina de Português Língua Não Materna (PLNM), com a criação de Unidades de Formação de Curta Duração (UFCD) para falantes de outras línguas.

Os principais constrangimentos verificam-se na obtenção de equivalência das qualificações académicas obtidas na Venezuela, sobretudo para a prossecução de estudos no ensino superior e para o acesso ao mercado de trabalho. A situação agrava-se na ausência de documentos comprovativos ou quando os documentos apresentados não estão devidamente autenticados, conforme previsto na legislação portuguesa.

Neste contexto, a Secretaria Regional de Educação, Ciência e Tecnologia emitiu orientações claras a todas as instituições da rede pública regional, recomendando a aceitação imediata de alunos oriundos da Venezuela, independentemente da situação documental. Esta medida visa assegurar a continuidade educativa dos estudantes, minimizando os obstáculos burocráticos e reconhecendo as dificuldades enfrentadas por muitos na obtenção ou legalização da documentação necessária. A Secretaria sublinha, assim, a importância de promover um ambiente inclusivo e acolhedor, facilitando o acesso à educação para todos os estudantes, independentemente das circunstâncias que motivaram a sua migração.

No dia 24 de junho de 2020, o Secretário Regional de Educação, Ciência e Tecnologia apresentou à Assembleia Legislativa da Madeira a proposta de adaptação regional dos Decretos-Lei n.º 54/2018 e n.º 55/2018. A proposta foi aprovada por unanimidade, sendo reconhecida como uma medida estruturante e necessária.

O Decreto-Lei n.º 54/2018 orienta uma política educativa centrada na democratização do ensino, com o propósito de garantir uma educação de qualidade para

todas as crianças e jovens, combater desigualdades de partida e promover igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolar, conforme os princípios da Constituição da República Portuguesa.

O Decreto-Lei n.º 55/2018 reforça a relevância de uma escola inclusiva, promotora de aprendizagens significativas e de competências para uma cidadania ativa e informada. Para isso, é essencial que as escolas disponham de autonomia curricular para adaptar os conteúdos e as metodologias aos contextos e às necessidades dos seus alunos.

Para garantir aprendizagens profundas e competências avançadas, é necessário tempo para a consolidação dos conhecimentos, bem como uma gestão articulada das áreas disciplinares. Isto implica valorizar os saberes específicos de cada área, promover o trabalho interdisciplinar, diversificar métodos e instrumentos de avaliação, e fomentar a investigação, a reflexão crítica e o desenvolvimento de competências sociais. Importa também estimular a capacidade de argumentação e o trabalho colaborativo e autónomo. Este processo deve ser cuidadosamente estruturado, assegurando que os alunos não apenas assimilem informação, mas saibam aplicá-la de forma crítica e contextualizada.

Segundo António (2020), no âmbito destes diplomas, a educação inclusiva é concebida como um processo que valoriza a diversidade, respeitando as necessidades e potencialidades de cada aluno. As diretrizes da avaliação das aprendizagens assumem aqui um papel central, garantindo equidade, abrangência e adaptação aos diferentes perfis de aprendizagem. Assim, educação inclusiva e avaliação são dimensões complementares na construção de ambientes educativos onde todos os alunos podem desenvolver plenamente o seu potencial.

Reconhecendo que há escolas que têm superado os principais fatores de insucesso escolar através de soluções ajustadas às realidades locais, torna-se fundamental conceber o currículo como uma ferramenta flexível e gerável pelas próprias escolas. Desta forma, todos os alunos terão a oportunidade de atingir as competências previstas no perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória. Para isso, é essencial que as decisões pedagógicas e curriculares sejam assumidas pelas equipas educativas, que melhor conhecem as necessidades concretas das suas comunidades escolares.

De acordo com António (2020), as ações do Governo Regional não se limitam ao campo do ensino formal. Através destes diplomas, as intervenções articulam-se com outras iniciativas orientadas para o ensino e domínio da língua portuguesa, nas diferentes esferas educativas. Além disso, é fundamental salientar os esforços significativos direcionados para o ensino da língua portuguesa, representando uma iniciativa de grande

relevância para a comunidade imigrante, ao contribuir para a sua integração. Esta colaboração reflete um compromisso efetivo com o apoio à adaptação e à participação ativa dessa comunidade nos domínios educativo, social e laboral.

Na sua dissertação, António (2020) realiza uma análise documental aprofundada dos instrumentos aprovados e adotados pelos diferentes organismos governamentais, os quais facilitaram a integração dos cidadãos migrantes venezuelanos em programas de ensino da língua portuguesa, favorecendo a obtenção da nacionalidade portuguesa e a sua inserção no mercado de trabalho.

No que respeita ao ensino de Português Língua Não Materna, destacam-se os seguintes diplomas legais: o Despacho Normativo n.º 7/2006, de 6 de fevereiro, e o Despacho Normativo n.º 12/2011, de 22 de agosto, que estabelecem normas orientadoras para a implementação, acompanhamento e avaliação das atividades no âmbito do ensino de PLNM nas etapas educativas. Acrescem ainda a Portaria n.º 1262/2009, de 15 de outubro, e a Portaria n.º 216-B/2012, de 18 de julho.

No que diz respeito à legislação relativa à obtenção da nacionalidade portuguesa, no que se refere à prova de conhecimento da língua, são de destacar os seguintes diplomas: Portaria n.º 1403-A/2006, de 15 de dezembro; Decreto-Lei n.º 43/2013, de 1 de abril; Despacho n.º 12941/2014, de 23 de outubro; e Portaria n.º 176/2014, de 11 de setembro.

Neste contexto, e dando continuidade à formação de adultos estrangeiros em língua portuguesa, é relevante destacar que o Centro de Formação Qualifica registou uma crescente necessidade de ampliar a oferta de cursos de PLNM. Entre os principais fatores está a elevada procura por parte da comunidade imigrante, particularmente da população venezuelana. Além disso, verificou-se a necessidade de proporcionar formação linguística para que os imigrantes pudessem cumprir os requisitos legais para a obtenção da nacionalidade portuguesa e aceder ao mercado de trabalho, dominando as bases essenciais de comunicação.

Para dar resposta a esta necessidade, foi estabelecida uma colaboração direta entre a DRCCE e a SRE. Graças a esta parceria, foi possível disponibilizar gratuitamente os cursos de língua portuguesa a esta população vulnerável e economicamente desfavorecida. Este apoio permitiu não só a aprendizagem da língua, mas também o acesso a outras formações complementares, conforme apresentado na Tabela 1.

Tabela 2*Alunos com nacionalidade venezuelana, matriculados nas escolas da Madeira*

	Total de alunos	Creche	Pré-Escolar	1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Secundário
2013/2014	553	1	5	17	45	169	316
2014/2015	519	9	8	25	32	138	307
2015/2016	516	1	13	46	39	130	287
2016/2017	611	12	37	79	57	157	269
2017/2018	1110	4	113	239	141	313	300
2018/2019	1715	31	162	361	211	448	502
2019/2020	1907	12	174	393	200	445	683
2020/2021	1792	7	127	390	177	403	688
2021/2022	1671	6	86	397	180	393	609
2022/2023*	1602	8	64	426	213	338	553
2023/2024*	1286	2	28	312	204	315	425

Nota. Dados provisórios extraídos a 4 de setembro de 2023, fornecidos pela OERAM.

Capítulo 4 - Migração entre Portugal e Venezuela

4.1 Crise Venezuelana e Visão Internacional

A Venezuela, no passado, foi um dos países mais procurados por emigrantes, tanto pela Região como por cidadãos de várias partes do mundo, que viam na sua realidade a possibilidade de viver e consolidar um projeto familiar. Era vista, ainda, como um país de oportunidades. Os portugueses, particularmente os madeirenses, constituíram uma das comunidades com maior presença migratória desde 1950. No entanto, desde o ano 2000, tem-se verificado um fluxo migratório no sentido oposto: a população portuguesa, e mesmo os naturais da Venezuela, têm vindo progressivamente a emigrar, em virtude das tensões no país, alterando a sua configuração migratória e convertendo-se num país de partida, em vez de chegada, como anteriormente (Pena Pires, Pereira, Azevedo, Vidigal & Moura Veiga, 2017).

No estudo sobre a Mobilidade Humana Venezuelana, realizado em 2018, foram apresentados os seguintes resultados: em 2015, estimava-se que aproximadamente 3,7 milhões de pessoas tinham saído da Venezuela e residiam fora do país. Entretanto, a situação agravou-se, com as Nações Unidas a reportarem, em 2017, a saída diária de cerca de 5.000 pessoas. Em 2018, estima-se que cerca de 5 milhões de venezuelanos estavam já fora do país, sendo que 73,6% tinham entre 20 e 39 anos e 59,2% possuíam formação universitária.

A comunidade migrante da Venezuela é extremamente diversificada, assim como as razões que motivaram a sua saída. Tal deve-se à crise generalizada que afeta diversos setores daquele país sul-americano. No estudo referido, as principais motivações manifestadas foram: insegurança (72,3%), desespero (70,8%), fome (63,1%), altos níveis de stress (62,9%), incerteza quanto ao futuro (58,8%) e falta de medicamentos (56,3%). Adicionalmente, 83,6% dos emigrantes procuraram locais mais seguros e 31,2% afirmaram ter sido forçados a sair. Do total da população inquirida, 87,3% tinha um emprego estável antes de abandonar o país.

O ACNUR, na região, tem vindo a reforçar a sua resposta e colabora estreitamente com vários governos dos países de acolhimento e com parceiros estratégicos, especialmente a OIM, com vista a responder, de forma coordenada e abrangente, às necessidades dos refugiados e migrantes provenientes da Venezuela.

É crucial destacar que o ACNUR, em conjunto com outros aliados, reforçou a sua presença ao longo das fronteiras mais relevantes, onde existem corredores migratórios fixos provenientes da Venezuela, com o objetivo de mitigar riscos, especialmente no que se refere ao acesso ao território, ao tráfico e à exploração (em especial de crianças e mulheres), bem como identificar indivíduos que carecem de proteção e de serviços específicos, como mulheres grávidas, crianças e mulheres desacompanhadas ou sem apoio familiar.

Contudo, as autoridades venezuelanas, nomeadamente o Governo, não reconhecem estes dados, considerando-os falsos, e recusam-se a colaborar com qualquer análise aprofundada sobre o que é descrito como um êxodo populacional massivo.

A crise de deslocação da população venezuelana é hoje uma das maiores do mundo. Em dezembro de 2022, estimava-se que mais de 7,1 milhões de venezuelanos tinham deixado o seu país. O aumento do custo de vida, os efeitos da pandemia da COVID-19, a ausência de documentação e de estatuto legal e as elevadas taxas de desemprego agravaram a vulnerabilidade dos refugiados e migrantes venezuelanos, dificultando a reconstrução das suas vidas e a sua integração nas comunidades de acolhimento.

A situação da migração massiva de venezuelanos tem vindo a ganhar cada vez mais relevância, razão pela qual foi realizado um evento coorganizado pela União Europeia e pelo Canadá, em estreita colaboração com a Agência das Nações Unidas para os Refugiados, a Organização Internacional para as Migrações e a Plataforma Regional de Coordenação Interagências para Refugiados e Migrantes da Venezuela (R4V),

intitulado *Conferência Internacional em Solidariedade com os Refugiados e Migrantes Venezuelanos e os Países e Comunidades de Acolhimento*, realizada em 2023. Este evento teve como objetivo manter a visibilidade da crise e continuar a apoiar os países de acolhimento, esforço particularmente significativo nos países da América Latina.

Os principais objetivos da Conferência centraram-se na importância de uma ação coordenada entre humanidade, desenvolvimento e estabilização. Neste contexto, destacou-se a necessidade de: dar visibilidade aos programas já implementados e aos progressos alcançados, manter a solidariedade internacional através da mobilização de recursos adicionais, identificar oportunidades em áreas prioritárias, bem como promover um maior envolvimento do setor privado, gerando assim um conjunto abrangente de respostas.

A União Europeia, em conjunto com o ACNUR e diversas instituições internacionais, reconhece que a situação migratória da comunidade venezuelana é extremamente complexa, sendo necessária a união de esforços de diferentes pontos do hemisfério para enfrentar aquela que já é considerada a maior crise migratória dos nossos tempos, ultrapassando em escala episódios de guerra e catástrofes naturais.

Neste cenário, importa salientar que a Região Autónoma da Madeira tem acolhido um expressivo contingente de madeirenses regressados da Venezuela, acompanhados pelos seus descendentes, incluindo idosos, crianças e jovens luso-venezuelanos de várias faixas etárias. Esta migração assume contornos variados, sendo que muitos destes migrantes não tinham qualquer contacto prévio com o território insular, desconhecendo a língua, o clima, a gastronomia e até o contexto familiar, incluindo parentes que não conheciam, tornando este processo um verdadeiro desafio, tanto para os migrantes como para a Região.

Perante esta realidade, e considerando a complexidade do fenómeno migratório venezuelano, torna-se imperativo promover uma investigação abrangente. Esta deve procurar compreender as principais motivações da migração, os processos de acolhimento, bem como as políticas desenvolvidas pelos governos nacional e regional, avaliando os níveis de integração social e educativa e analisando o impacto económico e demográfico, sobretudo tendo em conta o elevado número de jovens e profissionais envolvidos.

Conforme expressado pelas autoridades da RAM, tem sido evidenciada uma preocupação central: a maioria destes migrantes não domina a língua portuguesa, o que constitui um desafio relevante à sua integração social e no sistema educativo. Ainda

assim, tem sido reconhecido que, apesar das dificuldades iniciais, muitos destes migrantes têm superado obstáculos significativos, merecendo, por isso, especial reconhecimento. O fenómeno migratório tem desempenhado, historicamente, um papel central na evolução demográfica da Região.

As deslocações populacionais, motivadas por razões económicas, sociais, políticas ou culturais, representam um campo fértil de análise, dado que as interpretações e perspetivas variam ao longo do tempo e das culturas, com especial destaque para as leituras de natureza económica. Nesta linha, coincide-se com Trindade (2000), ao afirmar que “a criação e a manutenção de um movimento migratório acontecem quando há uma combinação entre a vontade interna de sair e uma atração proveniente do exterior que estimula a receção” (p. 156).

No âmbito desta dinâmica migratória, é essencial reconhecer que os migrantes não devem ser vistos apenas como indivíduos isolados om potencial económico, mas antes como atores sociais participativos, com experiências complexas que podem influenciar positivamente o tecido social e económico das comunidades de acolhimento.

Para Sampaio (2014), muitos destes migrantes detêm uma identidade cultural dual. Estabelecer uma nova vida em Portugal não é, para todos, um processo fácil. A adaptação, muitas vezes, é acompanhada de sofrimento e desconforto, resultantes de influências culturais divergentes ou de vivências menos positivas no país de acolhimento. A adaptação constitui um processo complexo, que depende da atitude individual e varia consoante o nível de stress enfrentado pelos migrantes. Estes recorrem a estratégias, sejam elas adaptativas ou não, para gerir da melhor forma possível as adversidades, iniciando, assim, um processo de integração e socialização numa nova cultura. Esse processo implica mudanças nos hábitos e nas atitudes, bem como alterações nos padrões de pensamento e nos valores (Sampaio, 2014).

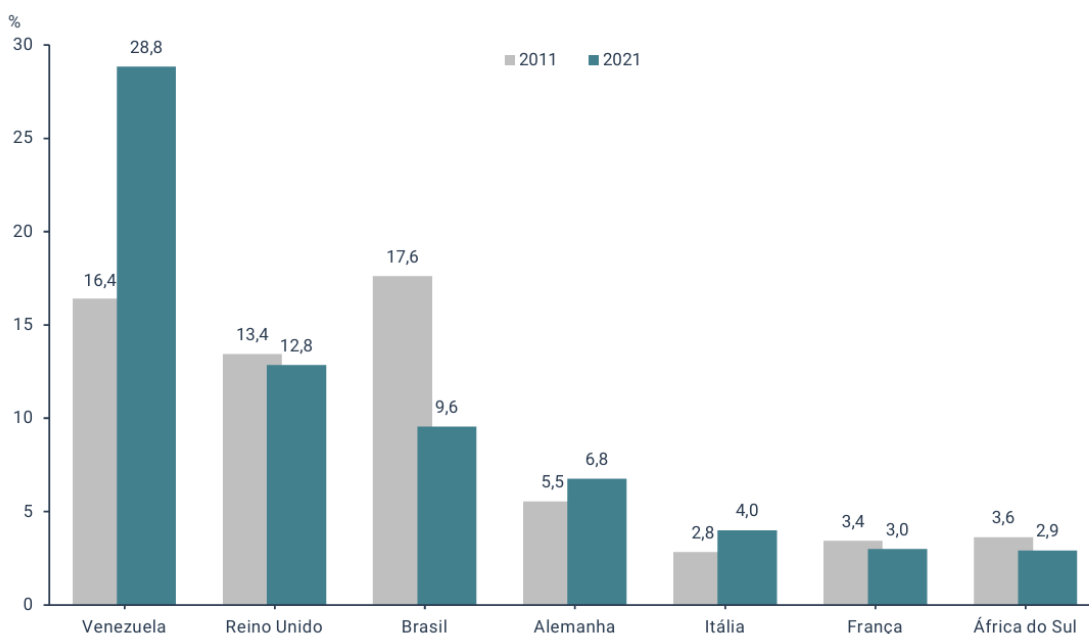
4.2 Migração entre a Venezuela e a Região Autónoma da Madeira

A população estrangeira residente na Região Autónoma da Madeira totalizava 11794 pessoas a 31 de dezembro de 2022, conforme o Relatório de Imigração Fronteiras e Asilo (RIFA, 2022, p. 13). Esta população é composta exclusivamente por detentores de títulos de residência, não havendo registo de portadores de vistos de longa duração.

De acordo com os dados da Direção Regional de Estatística da Madeira (DREM), divulgados em 2022, com base nos dados do Censo 2021, a população estrangeira residente na RAM era de 7033 indivíduos, representando 2,8% do total da população residente na Região. Destacando-se a população de nacionalidade venezuelana pelo expressivo crescimento na última década e pela elevada representatividade em 2021, sendo 28,8% do total de estrangeiros a residir na RAM, observando um aumento bastante considerável em relação ao ano 2011 (Censo 2021; Resultados Definitivos – Região Autónoma da Madeira pp. 30 -31); assim como se observa na Figura 1 apresentada de seguida.

Figura 1

População de nacionalidade estrangeira % na RAM. Censo 2011-2021



Nota. INE/DREM - Recenseamentos da população e habitação.

Na Tabela 3 apresenta-se a distribuição da população estrangeira residente na Região, bem como o número de pessoas de nacionalidade venezuelana a viver na RAM. O Funchal mantém-se como o concelho com maior concentração de população migrante, seguido de Santa Cruz e da Ribeira Brava.

Por género, mantém-se uma ligeira preponderância do sexo feminino (59%) sobre o masculino (41%). Estes números podem variar em função da mobilidade interna e da distribuição dos postos de trabalho.

Tabela 3*População residente estrangeira total e de nacionalidade venezuelana na RAM por sexo*

	Total*			Venezuela
	HM	H	M	
Portugal	542 314	265 652	276 662	9 469
R. A. Madeira	7 033	3 366	3 667	2 028
Calheta	636	322	314	159
Câmara de Lobos	510	241	269	228
Funchal	3 109	1 463	1 646	750
Machico	306	133	173	85
Ponta do Sol	367	180	187	148
Porto Moniz	69	38	31	46
Ribeira Brava	432	194	238	218
Santa Cruz	1 089	541	548	274
Santana	134	65	69	45
São Vicente	143	72	71	63
Porto Santo	238	117	121	12

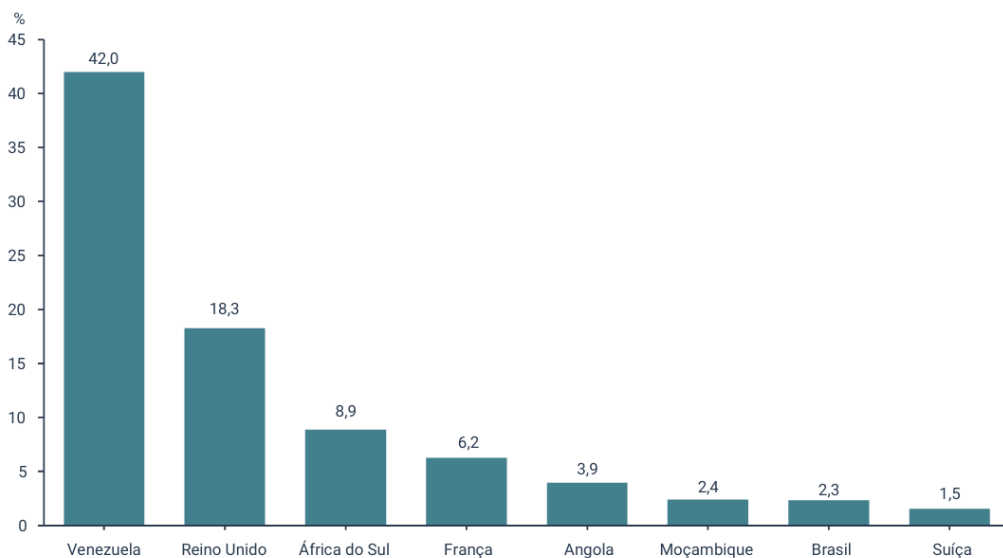
Nota. INE/DREM – Recenseamentos da população e habitação.

Outro fator de grande relevância nesta comunidade migrante, já salientado anteriormente nesta investigação, é a presença de um número significativo de cidadãos portugueses que residiram na Venezuela e que, em consequência da crise económica, social e política vivida naquele país, decidiram regressar à Região. Este movimento de retorno tem vindo a adquirir uma expressão cada vez maior na RAM, como se evidencia na figura apresentada de seguida, refletindo o fortalecimento e a reconfiguração desta comunidade luso-venezuelana no contexto regional.

Verifica-se uma presença bastante expressiva desta comunidade em praticamente toda a ilha. Importa destacar que existem freguesias onde uma percentagem muito significativa da população já residiu durante um longo período na Venezuela, o que evidencia a forte ligação histórica e social entre esses territórios e o país de acolhimento.

Figura 2

População de nacionalidade portuguesa que já residiu no estrangeiro, por país de proveniência (%)



Nota.

INE/DREM – Recenseamentos da população e habitação.

A Ministra da Presidência, Mariana Vieira da Silva, em declarações à agência Lusa, em Paris, em janeiro de 2020, na sequência de um painel na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, referiu que a procura de trabalhadores e a necessidade de crescimento populacional são áreas em que a imigração tem contribuído para o progresso do país, aliadas à vontade do Governo de estabelecer condições favoráveis à fixação desses indivíduos em território português. Em 2019, Portugal registou a entrada de cerca de 580 000 pessoas.

Esta visão é partilhada pela antiga Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa, Maria Manuel Leitão Marques, que defendeu que o acolhimento de migrantes traz vantagens significativas para o país, podendo contribuir para a sustentabilidade demográfica e a coesão territorial.

No que diz respeito aos estudos sobre migrações em Portugal, Góis (2019) e os seus parceiros da Cáritas desenvolveram um projeto intitulado *Casa Comum. Migrações e desenvolvimento em Portugal. Avançar nas práticas: rumo à inclusão e coesão social*, no qual refletem sobre a importância dos contributos migratórios:

A presença de imigrantes em áreas artísticas, culturais e desportivas em Portugal não tem recebido a atenção merecida. No entanto, não há dúvida de que a sua contribuição para a sociedade portuguesa tem sido bastante positiva e começa a ser visível e transformadora. (p. 25)

No campo das artes, defende-se que as fronteiras são praticamente inexistentes. As contribuições dos residentes estrangeiros para a literatura, a música, a dança e as artes visuais são amplamente reconhecidas e valorizadas. O *Festival ImigrArte* é um exemplo notável, que procura destacar a riqueza e a diversidade cultural trazidas pelos imigrantes. No domínio desportivo, existem numerosos casos de indivíduos provenientes de outros países que representam clubes e seleções nacionais em diversas modalidades, como o futebol ou o atletismo.

De acordo com Góis (2019), em Portugal, a migração nem sempre tem sido valorizada como deveria; no entanto, tem-se verificado um percurso positivo no processo de integração, através de diversas iniciativas que abrangem desde a gastronomia internacional até conferências e workshops. Estes eventos têm como objetivo realçar o potencial social e cultural dos imigrantes e promover o diálogo entre as diferentes comunidades estrangeiras e os cidadãos portugueses.

4.3 Experiências de migrantes Venezuelanos na Madeira

Conforme foi mencionado nos capítulos iniciais, a comunidade migrante venezuelana na Região Autónoma da Madeira tem crescido de forma significativa nos últimos anos. Com este aumento populacional, surgiram também diversas experiências, dinâmicas e iniciativas.

A seguir, apresenta-se uma visão geral dessas vivências, que refletem a riqueza e a complexidade do processo de integração. Algumas dessas iniciativas são inovadoras, procurando novas formas de promover a inclusão, o intercâmbio cultural e a dinamização económica. Outras, por sua vez, valorizam e preservam os costumes e tradições tanto da Venezuela como de Portugal, criando uma ponte cultural entre as duas nações. Este panorama ilustra como a comunidade venezuelana está a contribuir para o enriquecimento cultural e social da RAM, enquanto se adapta e se integra na vida madeirense.

Existem várias associações que se têm vindo a formar para facilitar a comunicação e integração da comunidade venezuelana na Madeira. Entre elas, podemos mencionar:

Associação da Comunidade de Imigrantes Venezuelanos na Madeira (VENECOM): os principais objetivos desta associação são a integração dos venezuelanos e lusodescendentes que residem na RAM, mantendo a ligação com as tradições e costumes venezuelanos. Além disso, procura promover os direitos e deveres dos cidadãos, em colaboração com os diversos intervenientes sociais e governamentais.

Entre as várias atividades desta associação, destaca-se o apoio prestado aos clubes desportivos constituídos por migrantes venezuelanos. A associação tem promovido cursos de Português como língua de acolhimento, facilitando a integração linguística e cultural dos recém-chegados. Outro ponto importante são os diversos espetáculos organizados, que contam com a participação de artistas e cantores venezuelanos, proporcionando momentos de convívio e celebração da cultura venezuelana na Região. Para além destas iniciativas, a associação tem colaborado com instituições governamentais regionais na realização de congressos e formações. Estas atividades têm como objetivo sensibilizar a comunidade local para a realidade e os desafios enfrentados pelos migrantes venezuelanos residentes na RAM, criando uma maior consciência e promovendo a sua integração.

Associação de Venezuelanos em Portugal (VENEXOS): trata-se de uma organização humanitária formada por um conjunto de venezuelanos e lusodescendentes que, conscientes da situação crítica enfrentada pelo seu país de origem, têm vindo a realizar uma série de iniciativas no campo da assistência humanitária. Possui representantes em todo o país, incluindo na Madeira, e procura dar resposta às necessidades que surgem, contribuindo para o conforto e estabilidade da comunidade venezuelana em Portugal.

Fundada em 2014, é uma organização privada sem fins lucrativos, criada por venezuelanos e luso-venezuelanos integrados em Portugal. Visa preservar as raízes culturais, fortalecer os laços entre Portugal e a Venezuela e promover iniciativas em benefício da comunidade luso-venezuelana e da diáspora. A associação dá especial destaque ao ensino da língua portuguesa, organizando aulas com forte adesão da comunidade venezuelana. Destaca-se também pelo apoio a venezuelanos em privação de liberdade na Madeira e no continente, prestando assistência humanitária, emocional e, quando possível, jurídica.

Esta ação discreta, mas impactante, reforça o seu compromisso com a dignidade e inclusão de todos os membros da comunidade.

Redes sociais: o desenvolvimento das redes sociais tem desempenhado um papel unificador e abrangente, servindo como plataforma crucial para diversas atividades. Na Madeira, a comunidade venezuelana utiliza estas redes para formar grupos dedicados a várias iniciativas. Estes grupos promovem produtos venezuelanos, ajudam na preservação da cultura de origem e divulgam oportunidades de emprego, atividades culturais, cursos e iniciativas sociais, facilitando a comunicação e a partilha de informação. As redes sociais também funcionam como meio vital de ligação entre as culturas venezuelana e portuguesa. Através delas, os membros da comunidade mantêm vivas as suas tradições, enquanto se adaptam e se inserem na sociedade madeirense. Este intercâmbio cultural enriquece tanto os imigrantes como a população local, promovendo uma convivência harmoniosa e multicultural. A interdependência entre as dimensões socioeconómica, educativa, cultural e institucional ficou patente ao longo deste estudo, revelando que os contributos da comunidade migrante são múltiplos, complementares e profundamente enraizados na realidade regional.

Ao consultar as Casas do Povo da RAM sobre as atividades frequentadas pela comunidade migrante venezuelana, identificaram-se como principais os cursos de português, língua não materna, devido à sua importância para a integração plena e a comunicação no dia a dia.

Além disso, os cursos de inglês também têm registado elevada adesão, dado o seu valor como ferramenta de empregabilidade. Esta procura demonstra o compromisso da comunidade venezuelana em adquirir competências para melhorar as suas oportunidades profissionais e integrar-se de forma mais eficaz. Este esforço em desenvolver competências linguísticas demonstra a determinação dos migrantes venezuelanos em adaptar-se ao novo contexto, superando barreiras e construindo uma integração bem-sucedida.

Outra experiência marcante é a criação de grupos desportivos de softball, desporto originário da cultura venezuelana, que promove a participação familiar. Na Madeira, existem sete equipas distribuídas entre o Funchal, Calheta e Ribeira Brava, compostas maioritariamente por venezuelanos e lusodescendentes, embora já incluam madeirenses que aprenderam o jogo e participam ativamente

Por fim, a música tem sido um dos contributos mais significativos para a integração cultural na Região. Com a chegada da comunidade venezuelana, surgiram — e continuam a surgir — inúmeras experiências musicais que refletem a convivência entre diferentes identidades. Têm-se formado grupos de vários géneros, compostos por jovens venezuelanos, luso-descendentes e madeirenses, que inicialmente atuavam maioritariamente em espanhol.

Com o tempo, estes grupos passaram a integrar no seu repertório canções em português, incluindo temas da tradição musical madeirense e até composições originais criadas em conjunto. Esta evolução demonstra não apenas a adaptação linguística, mas também um processo ativo de diálogo cultural.

A fusão de ritmos, estilos e línguas tem funcionado como uma verdadeira ponte cultural, aproximando comunidades e promovendo a partilha de referências artísticas. Graças à sua crescente popularidade, estas iniciativas musicais têm conquistado espaço nas festividades locais, reforçando o sentimento de pertença e contribuindo para uma maior visibilidade da diversidade cultural na ilha.

A Região evidencia, cada vez mais, uma aposta em atividades que combinam música, lazer e expressões culturais tanto venezuelanas como madeirenses. Esta aproximação entre práticas artísticas e recreativas tem promovido espaços de encontro intercultural, onde diferentes comunidades participam de forma conjunta.

A relevância desta dinâmica inovadora reside, sobretudo, na capacidade de envolver a população madeirense, incentivando a sua participação ativa nestas experiências e reforçando a identificação com as novas formas de expressão cultural que emergem deste contacto. A adesão da comunidade local permite não apenas o reconhecimento das influências culturais trazidas pela diáspora venezuelana, mas também a construção de um ambiente de partilha onde se estabelecem laços afetivos e culturais mais fortes e duradouros.

Este processo de fusão cultural proporciona um enriquecimento mútuo, ampliando o repertório artístico e social da Região. Importa salientar que tal intercâmbio se desenvolve sem comprometer a preservação da identidade madeirense; pelo contrário, a circulação de práticas e saberes contribui para valorizar e reafirmar as suas raízes, enquanto integra novas referências culturais. Assim, configura-se um cenário de convivência plural, no qual a tradição e a inovação dialogam de forma harmoniosa, fortalecendo a coesão social e promovendo uma cultura regional mais diversa e inclusiva.

PARTE II - CONSTRUÇÃO DO PERCURSO DE INVESTIGAÇÃO

Capítulo 5 – Delimitação da investigação

5.1 Enquadramento do problema

A comunidade portuguesa tem sido, tradicionalmente, uma população migrante desde a década de 1940. As consequências da Segunda Guerra Mundial levaram a uma grande diáspora portuguesa espalhada pelo mundo. Um dos países onde a chegada de portugueses foi mais significativa foi a Venezuela.

De acordo com a Embaixada de Portugal na Venezuela, este é o segundo país latino-americano que recebeu mais portugueses, com um registo de cerca de 218 mil emigrantes, maioritariamente provenientes da Madeira, Aveiro e Porto. Este país acolheu a migração portuguesa e facilitou o crescimento da comunidade, fazendo com que uma parte significativa destes migrantes criasse raízes nesse território sul-americano, transformando-o na sua segunda terra.

A compreensão dos fenómenos migratórios em Portugal, tanto no que se refere à emigração dos portugueses como à imigração de estrangeiros, é enriquecida por uma abordagem que considera o desenvolvimento simultâneo destes dois movimentos, bem como a interação entre diferentes sistemas migratórios.

Na perspetiva de Góis e Marques (2006), neste complexo mundo de relações interculturais, os fluxos de chegada e partida tornam-se componentes integrantes da estrutura e dinâmica de um sistema migratório em constante evolução. A compreensão da evolução temporal dos sistemas migratórios e da forma como as fronteiras entre eles se estabilizam ou se tornam permeáveis é crucial para a análise dos fluxos contemporâneos, especialmente no estudo da migração em Portugal, e mais especificamente na RAM, uma vez que se trata de uma ilha geograficamente distante da capital do país.

Por outro lado, a situação na Venezuela, desde o ano 2000, tem sofrido transformações profundas em todos os seus aspetos sociais, educativos, políticos e económicos, levando muitos portugueses, já com famílias enraizadas naquele país, a regressarem a Portugal em busca de novas oportunidades.

Segundo o Observatório Nacional de Luta Contra a Pobreza e o Núcleo da Região Autónoma da Madeira da Rede Europeia Anti-Pobreza, citando dados do Serviço de

Estrangeiros e Fronteiras, referidos num boletim recente, em 2021 o número total de cidadãos venezuelanos na Madeira cifrava-se em 2.353 pessoas, o que corresponde a 28,8% da população estrangeira residente na Região, revelando um aumento de 14% face a 2011. Por esta razão, tornou-se pertinente focar esta investigação na migração venezuelana em território português, mais concretamente na RAM, com o objetivo de identificar os contributos sociais, económicos e educativos desta comunidade perante os desafios e dificuldades enfrentados.

Na Venezuela, observa-se atualmente um forte desequilíbrio, resultante da grave crise económica, social e política que o país atravessa. Sob o impulso de um novo paradigma migratório, o país passou de destino de emigrantes a território de partida, assistindo-se a uma crescente emigração de indivíduos em busca de segurança e bem-estar para si e para as suas famílias.

Na perspetiva de Durán (2021), esta situação prolonga-se há vários anos, com repercussões em todo o continente sul-americano, bem como nos países de destino dos emigrantes e refugiados venezuelanos. Estes indivíduos chegam com as suas histórias de vida e um conjunto de necessidades, guiado pela esperança de encontrarem condições dignas de vida.

No passado, a Venezuela apresentava uma economia em crescimento, com elevados índices de desenvolvimento social e económico e uma perspetiva de progresso. Contudo, segundo Durán (2021), a partir de 2000, o país entrou na pior crise da sua história, marcada por hiperinflação persistente, que afetou gravemente o acesso a bens e serviços básicos, levando à saída de milhões de pessoas.

O processo de integração dos lusodescendentes no país de origem dos seus pais constitui um verdadeiro desafio, influenciado pela identidade que estes indivíduos desenvolveram. Sendo descendentes da diáspora portuguesa, transportam traços culturais e experiências próprias resultantes das vivências no país de nascimento.

5.2 Questão-problema

Quais são os contributos da comunidade de migrantes venezuelanos no desenvolvimento socioeconómico e educativo na Região Autónoma da Madeira?

5.3 Delimitação do campo de estudo

Este estudo foi desenvolvido na Região Autónoma da Madeira, entre os meses de outubro de 2023 e maio de 2025, e incidiu sobre a comunidade venezuelana, abrangendo diferentes faixas etárias (a partir dos 18 anos de idade). Esta delimitação etária justifica-se pelo facto de a participação de crianças e adolescentes, neste contexto, tender a ser limitada no que diz respeito a questões socioeconómicas.

Os participantes residem nos dez concelhos da Ilha da Madeira, excluindo-se o concelho do Porto Santo. A ausência deste último justifica-se sobretudo por motivos logísticos e de abrangência geográfica. Embora o Porto Santo integre a Região Autónoma da Madeira, trata-se de uma ilha distinta, cuja localização e distância física colocam desafios práticos significativos à realização da investigação. Além disso, o Porto Santo apresenta particularidades próprias ao nível da economia, do emprego e do sistema educativo, que o diferenciam do contexto madeirense principal.

Foram contactadas instituições e organismos públicos, nomeadamente a Direção Regional das Comunidades e Cooperação Externa, a Secretaria Regional de Educação, o Ministério dos Negócios Estrangeiros, a Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, entre outros, que disponibilizaram informações no âmbito do desenvolvimento comunitário da comunidade venezuelana na Madeira.

5.4 Questões de investigação

- Quais são as variáveis sociodemográficas que influenciam os desafios enfrentados pelas famílias venezuelanas durante a sua transição e integração na Região Autónoma da Madeira?
- De que forma é percecionada a evolução socioeconómica das famílias venezuelanas na RAM, e qual a sua relação com as variáveis sociodemográficas identificadas?
- Quais são as estratégias políticas, sociais e educativas integradas na RAM, com vista à promoção do desenvolvimento e adaptação da comunidade venezuelana?
- Quais são as áreas do desenvolvimento socioeconómico da comunidade venezuelana que têm sido mais valorizadas ou investidas pelas entidades regionais?

- Qual tem sido o impacto cultural e social da participação da população venezuelana no tecido comunitário da Madeira?
- Quais são os principais desafios e oportunidades identificados no percurso educacional da comunidade venezuelana na RAM?

5.5 Objetivos

5.5.1 Objetivo geral

- Analisar o contributo da comunidade migratória venezuelana para o desenvolvimento socioeconómico e educativo da Região Autónoma da Madeira.

5.5.2 Objetivos específicos

- Identificar as variáveis sociodemográficas que influenciam os desafios de transição e integração das famílias venezuelanas na Região Autónoma da Madeira;
- Avaliar a perceção da evolução socioeconómica das famílias venezuelanas na RAM e a sua relação com as variáveis sociodemográficas identificadas;
- Caracterizar as estratégias políticas, sociais e educativas integradas na RAM com vista à promoção do desenvolvimento e adaptação da comunidade venezuelana;
- Determinar as áreas do desenvolvimento socioeconómico da comunidade venezuelana que têm sido mais valorizadas ou alvo de investimento pelas entidades regionais;
- Analisar o impacto cultural e social da participação da população venezuelana no tecido comunitário da Madeira;
- Identificar os principais desafios e oportunidades presentes no percurso educacional da comunidade venezuelana na RAM.

Capítulo 6 - Metodologia de investigação

6.1 Metodologia mista – quantitativa e qualitativa

A metodologia é composta por uma sequência organizada de etapas, realizadas com o propósito de atingir um ou mais objetivos. Nesta investigação, o objetivo principal consistiu em analisar o contributo da comunidade migrante venezuelana para o desenvolvimento socioeconómico e educativo da Região Autónoma da Madeira.

A metodologia é amplamente reconhecida como um plano de ação direcionado para um fim específico. Para Mariano et al. (2019, s/p.), a metodologia é a “explicação minuciosa e detalhada de todas as etapas e ações a serem desenvolvidas de acordo com o método a ser utilizado na pesquisa.”

Para o desenvolvimento deste trabalho, optou-se por uma abordagem mista (quantitativa e qualitativa), caracterizada por ser indutiva, interpretativa, contextual e compreensiva, entre outras dimensões.

De acordo com Bogdan e Biklen (2010), este tipo de investigação visa o estudo de fenómenos a partir de uma realidade dinâmica, permitindo aos investigadores interagir com os indivíduos de uma determinada comunidade, de modo a compreender aspetos até então não evidenciados ou pouco explorados.

Segundo Bogdan e Biklen (1994) a investigação qualitativa “exige que o mundo seja examinado com a ideia de que nada é trivial, que tudo tem potencial para constituir uma pista que nos permita estabelecer uma compreensão mais esclarecedora do nosso objeto de estudo” (p. 49).

Entre as diversas estratégias de investigação que se enquadram na abordagem qualitativa, destaca-se o estudo de caso, que Yin (2001) define como “uma investigação empírica que investiga um fenómeno contemporâneo dentro do seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenómeno e o contexto não estão claramente definidos” (p. 32).

Num mundo em constante transformação social, que decorre das diferentes esferas da vida, os investigadores sociais deparam-se com novos contextos e perspetivas. Assim, é essencial que interpretem a realidade de forma renovada.

Segundo Flick (2007), “a pesquisa qualitativa é de particular relevância ao estudo das relações sociais devido à pluralização das esferas de vida” (p. 20).

No âmbito da abordagem quantitativa, esta caracteriza-se por ser um processo sistemático de recolha de dados passíveis de análise e quantificação, com base na observação de factos e eventos independentes do investigador (Freixo, 2011).

Considera-se que todos os dados são quantificáveis e passíveis de serem interpretados em números, juízos e categorias, normalmente por via de métodos estatísticos. O principal objetivo da recolha de dados quantitativos é quantificar fenómenos e generalizar os resultados da amostra à população-alvo (Freixo, 2011).

O questionário surgiu como instrumento de medição que traduziu os objetivos do estudo em variáveis mensuráveis, permitindo organizar, sistematizar e controlar os dados recolhidos, de modo a garantir rigor e fiabilidade (Fortin, 2009). Além disso, possibilitou a confirmação ou refutação de hipóteses de investigação (Freixo, 2011).

Esta investigação integrou um conjunto articulado de estratégias metodológicas que se complementaram. A recolha de dados foi realizada através de entrevistas semiestruturadas, questionários e análise documental.

Os dados qualitativos, obtidos por meio das entrevistas e da análise de documentos, proporcionaram descrições ricas e detalhadas de pessoas, contextos e práticas. Por sua vez, os dados quantitativos, provenientes dos questionários, foram tratados estatisticamente, permitindo uma abordagem numérica dos fenómenos em estudo.

Estas abordagens complementares permitiram uma compreensão abrangente e aprofundada dos contributos socioeconómicos e educativos da comunidade venezuelana na RAM.

6.2 Estudo de caso

O estudo de caso é uma abordagem de investigação frequentemente aplicada nas áreas da educação e das ciências sociais. Revela-se apropriada para a compreensão, exploração e descrição de eventos e situações complexas, marcadas por múltiplos fatores interligados. Caracteriza-se por envolver indivíduos, equipas, organizações ou comunidades suscetíveis de serem estudados em profundidade. Yin (2010) e Stake (2012) têm contribuído significativamente para o desenvolvimento, sistematização e credibilização desta abordagem metodológica.

Por meio da abordagem do estudo de caso, foi realizada uma análise aprofundada do desenvolvimento social, económico e educativo da comunidade migrante venezuelana na

RAM. Esta investigação procurou oferecer uma visão abrangente e detalhada sobre as características, contribuições, vantagens e desafios desta migração para a Região.

Para Amado (2014), o estudo de caso possui uma natureza interativa, assente no contexto natural e espontâneo, implicando trabalho empírico no terreno para a recolha de dados, seguido da sua análise e tratamento.

O estudo de caso deve ser entendido como um método estruturado, que orienta a investigação por etapas: recolha, análise e interpretação da informação proveniente de diversas fontes. Para tal, recorre-se a instrumentos como a análise de conteúdo, entrevistas e questionários, com vista à obtenção e validação da informação.

Por fim, foi efetuada a análise e comparação dos dados recolhidos, utilizando a triangulação como estratégia de validação (Yin, 2010).

6.3 Técnicas e instrumentos de recolha de dados

6.3.1 Inquérito por entrevista

A entrevista pode assumir diferentes tipologias, sendo as mais utilizadas a estruturada e a semiestruturada. Segundo Ander-Egg (1978, citado por Marconi & Lakatos, 2003), este tipo de entrevista apresenta três modalidades: focalizada, clínica e dirigida.

Trata-se de uma técnica de recolha de dados que visa aprofundar a investigação, privilegiando a visão dos participantes sobre a realidade ou experiência em análise. O seu objetivo é compreender, de forma abrangente e detalhada, as perspetivas dos envolvidos, sejam elas relativas à sua cultura, casos particulares ou vivências. Esta abordagem proporciona uma análise mais contextualizada, permitindo uma compreensão mais profunda dos fenómenos estudados (Savoie-Zajc, 2003).

A entrevista permite “um acesso aos discursos dos indivíduos, tal como estes se expressam, ao não observável: opiniões, atitudes, representações, recordações, afetos, intenções, ideais e valores, que animam uma pessoa a comportar-se de determinado modo” (Amado, 2021, pp. 211–212).

Segundo Yin (2010), a entrevista desempenha um papel fundamental na triangulação de dados, nomeadamente no que diz respeito às opiniões dos participantes ou instituições sobre determinados acontecimentos.

Na perspectiva de Bogdan e Biklen (2010), a entrevista é de vital importância no estudo de caso, pois ajuda o investigador a compreender a forma como os indivíduos interpretam as suas experiências.

Enquanto técnica de recolha de dados, a entrevista apresenta várias vantagens e limitações. Entre as vantagens, destacam-se: maior representatividade da população, flexibilidade na condução (permitindo ao entrevistador repetir ou esclarecer perguntas), maior possibilidade de avaliar atitudes, condutas, reações e gestos, bem como a possibilidade de os dados serem quantificados e tratados estatisticamente. Por outro lado, a entrevista apresenta também constrangimentos, que podem ser superadas ou minimizadas se o investigador tiver experiência ou agir com discernimento.

Marconi e Lakatos (2003) apontam como limitações: dificuldades de expressão e comunicação de ambas as partes, possibilidade de o entrevistado ser influenciado, consciente ou inconscientemente, pelo entrevistador (ideias, opiniões, atitudes), relutância do entrevistado em fornecer informações, além de ser um método moroso e exigente em termos logísticos. Ainda segundo os mesmos autores, a entrevista requer conhecimento prévio do campo e uma preparação minuciosa.

Nesse sentido, os procedimentos formais de contacto com o entrevistado, assim como a ordem e formulação das perguntas, devem ser cuidadosamente planeados, a fim de garantir a validade dos resultados e evitar viés na investigação.

Para Marconi e Lakatos (2003), a preparação adequada e a estruturação da entrevista são fundamentais para garantir informações fiáveis e representativas dos objetivos do estudo.

No âmbito da presente investigação, foram realizadas entrevistas semiestruturadas a representantes de diferentes organizações sediadas na RAM, que mantêm ligação direta com a comunidade venezuelana.

Optou-se por este tipo de entrevista porque permitiu aos entrevistados apresentar contributos espontâneos e informações relevantes para o desenvolvimento da investigação. De acordo com Amado (2021), a entrevista semiestruturada permite “guiar a entrevista em direção às temáticas que interessa explorar” (p. 215).

6.3.2 Inquérito por questionário

O inquérito por questionário é um método utilizado para recolher informações relevantes que possam contribuir para a investigação. Consiste numa série de perguntas

abertas ou fechadas, dirigidas aos participantes, sendo uma ferramenta essencial para compreender atitudes, percepções e intenções de um grupo específico. É fundamental que este instrumento possua um objetivo claro e que as perguntas estejam organizadas por tópicos relevantes (Sousa, 2005).

Este instrumento permitiu a recolha consistente de dados junto de uma grande amostra, tendo sido aplicado presencialmente ou à distância, o que possibilitou alcançar um número maior de pessoas e proporcionar-lhes mais tempo para refletir sobre as questões colocadas (Sousa, 2005).

Tal como outras técnicas de recolha de dados, o questionário apresenta vantagens e limitações. Entre as vantagens, destacam-se: economia de tempo e recursos, cobertura geográfica alargada, anonimato que favorece a liberdade de resposta, menor influência do investigador, e flexibilidade temporal para os participantes responderem. As limitações incluem: inaplicabilidade a pessoas analfabetas, ausência de apoio direto em caso de dúvidas, possível devolução tardia, falta de controlo sobre o contexto de resposta e, em alguns casos, incerteza sobre a identidade de quem efetivamente responde, o que pode comprometer a validade dos dados. Por isso, este instrumento exigiu um universo mais homogéneo (Marconi & Lakatos, 2003).

A seleção dos participantes foi realizada de forma aleatória, com base em:

- Registos oficiais, como os dados fornecidos pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e por outras entidades que detinham informação sobre a população estrangeira residente na região;
- Redes sociais, assegurando-se que a amostra fosse representativa da comunidade venezuelana residente na Ilha da Madeira;
- Parcerias com organizações que atuam junto desta comunidade e que auxiliaram na identificação e seleção dos participantes.

Os questionários foram aplicados online, o que permitiu abranger uma diversidade demográfica essencial à fiabilidade do estudo. De acordo com Freixo (2011), o investigador deve analisar questionários de estudos anteriores sobre temáticas similares, de forma a beneficiar da experiência acumulada e evitar erros de formulação. Ainda segundo Freixo (2011), o questionário é constituído por afirmações ou perguntas destinadas a avaliar atitudes, opiniões ou outras variáveis relevantes. Este instrumento contribui para a normalização e controlo dos dados, garantindo rigor na recolha das informações desejadas.

Embora não tenha permitido um aprofundamento tão significativo quanto a entrevista, o questionário ofereceu maior controlo metodológico, permitindo uma abordagem mais estruturada.

Para o desenvolvimento da investigação e conseqüente estudo estatístico, os dados foram recolhidos através de um inquérito por questionário, desenvolvido e aplicado na plataforma Microsoft 365. O questionário incluiu questões que abrangeram diferentes dimensões.

a) Pressupostos usados na construção do instrumento da recolha de dados (inquérito por questionário): o pressuposto subjacente à construção do instrumento de recolha de dados, foi assegurar uma distribuição equilibrada e abrangente das principais áreas de interesse a explorar. O processo iniciou-se com a recolha de dados sociodemográficos da população; seguidamente, foram abordadas as ações políticas e governamentais implementadas na RAM, analisando-se o seu papel crucial na receção e integração dos migrantes. Analisaram-se, numa fase posterior, as políticas educativas de integração dos migrantes e as estratégias de adaptação ao sistema educativo. Destacou-se também a dimensão sociocultural, promovendo o entendimento mútuo através da valorização das tradições e da convivência intercultural.

b) Relevância das dimensões e das variáveis emergentes para a compreensão do problema: a definição das dimensões e das variáveis emergentes em cada uma delas foi cuidadosamente delineada para garantir uma análise abrangente e rigorosa dos contributos socioeconómicos e educativos da comunidade migrante venezuelana na RAM. Estas dimensões foram selecionadas com base na pertinência que apresentavam para responder às questões de investigação, assegurando que cada uma delas contribuisse de forma significativa para a compreensão do fenómeno em estudo.

c) Importância do pré-teste do questionário ou teste de validação: O pré-teste do questionário teve como principal objetivo avaliar a clareza, pertinência e compreensibilidade das questões, identificando eventuais dificuldades na sua interpretação. Foi aplicado a cinco migrantes venezuelanos residentes na Madeira, com perfis diversos em termos de idade, nível de habilitações, condições socioeconómicas e tempo de permanência na Região. Este procedimento permitiu ajustar o instrumento às características do público-alvo, garantindo maior rigor e precisão. Os resultados obtidos contribuíram para a validação do questionário, reforçando a fiabilidade dos dados e a consistência da análise subsequente.

d) Pressupostos na seleção da amostra, representatividade da população em estudo: a amostra foi selecionada com base em critérios que garantissem a representatividade da comunidade migrante venezuelana na Madeira. Incluiu indivíduos com mais de 18 anos e pelo menos um ano de residência na região, assegurando experiência de integração. Apesar de representar cerca de 1% da população estimada, a amostra refletiu a diversidade interna da comunidade, considerando diferentes idades, perfis socioeconómicos e áreas de atuação, o que reforçou a validade e fiabilidade.

e) Percurso da análise de dados do inquérito por questionário: após a aplicação do questionário, procedeu-se à limpeza e preparação dos dados para análise. Numa primeira fase, foram eliminadas variáveis consideradas irrelevantes para o tratamento estatístico, como o identificador (ID), o endereço de correio eletrónico e os registos de horário de submissão. Seguidamente, verificou-se a conformidade ética e metodológica dos dados, confirmando-se que todos os 122 participantes tinham fornecido o consentimento informado e cumpriam o critério etário mínimo de 18 anos. Durante o processo de verificação da qualidade dos dados, foi identificado um questionário com respostas nulas em grande parte dos itens, o que inviabilizou a sua inclusão na análise. Assim, a amostra final ficou constituída por 121 participantes válidos. Esta etapa de controlo e limpeza dos dados foi essencial para assegurar a fiabilidade dos resultados, a consistência interna do conjunto de respostas e a robustez das análises subsequentes.

6.4 Técnicas de análise e interpretação de dados

No âmbito da presente investigação, foi dada especial relevância à análise de conteúdo como técnica fundamental para a interpretação e validação dos dados recolhidos. Esta abordagem permitiu uma leitura aprofundada e sistemática das informações, possibilitando a identificação de padrões, categorias e significados emergentes a partir do material empírico.

Paralelamente, recorreu-se à triangulação dos dados, uma estratégia metodológica que visou reforçar a validação e fiabilidade dos resultados, através da comparação e articulação de diferentes fontes de informação, métodos e/ou perspectivas analíticas (Sousa, 2005). Ao cruzar dados obtidos por distintas vias como entrevistas, observações e inquéritos, procurou-se garantir uma compreensão mais robusta, coerente e abrangente do fenómeno em estudo, minimizando assim possíveis enviesamentos e aumentando a credibilidade das conclusões.

6.4.1 Análise de conteúdo

Uma das técnicas de investigação mais utilizadas nas Ciências Sociais e Humanas é a análise de conteúdo, pois permite apresentar uma visão global e comparativa dos resultados, facilitando a interpretação do material recolhido (Bento, 2015). Esta técnica favorece a análise e a compreensão dos dados obtidos através de entrevistas. Cardoso e Lycarião (2021) definem a análise de conteúdo como “uma técnica de pesquisa científica baseada em procedimentos sistemáticos, intersubjetiva mente validados e públicos (...) procurando descrever, quantificar ou interpretar certo fenómeno em termos dos seus significados, intenções, consequências ou contextos” (p. 17).

Na mesma linha, Bardin (1977) caracteriza a análise de conteúdo como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (p. 38). O seu objetivo é identificar significados subjacentes às palavras examinadas, procurando compreender o que está implícito e ir além do que é comunicado de forma explícita.

A análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (1977), é um método rigoroso e sistemático de tratamento das informações, com o intuito de extrair significados latentes ou manifestos dos dados. Este processo desenvolveu-se em três fases, articuladas entre si e orientou o trabalho do investigador desde o contacto inicial com o material até à elaboração de inferências interpretativas.

Segundo o mencionado autor, a análise de conteúdo desenvolve-se em três fases fundamentais:

a) Pré-análise do material; esta fase inicial correspondeu à preparação do corpus documental e teve como objetivo organizar o material de forma a torná-lo operacional. Aqui, o investigador procedeu a uma leitura flutuante e exploratória dos dados (por exemplo, transcrições de entrevistas, textos escritos, notas de campo), com o intuito de se familiarizar com o conteúdo e obter uma visão geral. Foram também definidas as unidades de registo, os critérios de inclusão/exclusão, bem como os objetivos da análise. Nesta etapa, foi essencial seleccionar e delimitar o material a ser analisado, garantindo a sua pertinência para a investigação.

b) Exploração do material; esta etapa constituiu o momento principal da análise de conteúdo. Envolveu a codificação dos dados, ou seja, a decomposição do material em unidades significativas, que foram classificadas em categorias ou temas previamente definidos, ou emergentes do próprio conteúdo (análise temática indutiva). O objetivo desta fase foi organizar e sistematizar os dados de modo a permitir uma análise quantitativa (frequência de ocorrências) e qualitativa (significados contextuais).

c) Tratamento dos resultados: inferência e interpretação: nesta última fase, procedeu-se à interpretação dos dados tratados, com base nos objetivos da investigação e no referencial teórico adotado. As categorias e temas identificados foram analisados criticamente, procurando-se estabelecer relações, contrastes ou regularidades que permitissem formular referências válidas e responder às questões de investigação. Esta etapa culminou com a construção do sentido global do material analisado, dando origem às conclusões que foram integradas na discussão dos resultados.

No contexto desta investigação, realizou-se uma análise sistemática da documentação e dos decretos relacionados com a chegada de migrantes venezuelanos à Região Autónoma da Madeira. Esta análise visou compreender a evolução das políticas e das medidas governamentais adotadas em resposta a este fenómeno migratório e avaliou o seu impacto na integração e no desenvolvimento da comunidade venezuelana na ilha.

Com a combinação de diferentes técnicas de recolha e análise de dados, procurou-se obter uma compreensão mais completa e integrada dos efeitos da migração venezuelana na RAM, bem como dos fatores que influenciam a sua adaptação e progresso social, económico e educativo.

6.4.2. Triangulação de dados

Para analisar e comparar os dados recolhidos ao longo do estudo de caso, recorreu-se a duas técnicas fundamentais: a análise de conteúdo e a triangulação de dados. São vários os autores que realçam a triangulação como uma técnica indispensável para integrar a informação e proporcionar resultados mais fiáveis na investigação. Segundo Flick (2007), a triangulação conferiu seriedade e consistência à investigação qualitativa.

Através da triangulação de perspetivas, foi possível revelar uma diversidade de facetas, procurando maximizar a proximidade com o objeto de estudo.

Este autor refere que a triangulação constitui um dos pilares fundamentais para conferir seriedade, rigor metodológico e consistência interna à investigação qualitativa. Esta abordagem consiste na combinação de diferentes métodos, fontes de dados, teorias ou perspetivas analíticas no processo de investigação, com o objetivo de enriquecer a compreensão do fenómeno estudado, aumentar novas fontes de conhecimento e fortalecer a credibilidade dos resultados obtidos.

À luz do pensamento de Sousa (2005), a triangulação procura “recolher e analisar dados obtidos de diferentes origens, para os estudar e comparar entre si” (p. 173). Além disso, “possui o mérito de conferir uma certa robustez e validar uma investigação qualitativa” (p. 173).

Ao recorrer à triangulação de perspetivas, que envolveu, por exemplo, a análise dos mesmos dados por diferentes investigadores, a comparação entre visões de diferentes grupos participantes ou ainda a integração de múltiplos quadros teóricos, o investigador foi capaz de aceder a uma diversidade de variantes e interpretações, revelando múltiplas facetas da realidade e reduzindo a possibilidade de enviesamentos decorrentes de uma abordagem única e limitada.

Para Flick (2007), este cruzamento sistemático de pontos de vista não só aproximou o investigador do objeto de estudo, como também permitiu validar os resultados através de uma confrontação crítica entre diferentes dimensões da realidade empírica, promovendo uma análise mais profunda, reflexiva e contextualizada. De acordo com Sousa (2005), a triangulação de dados, enquanto metodologia de pesquisa, teve como objetivo recolher e analisar dados obtidos ao longo da investigação, com o propósito de estabelecer um estudo comparativo entre eles.

A triangulação, como técnica sistemática, revelou-se essencial na metodologia de estudo de caso, ao permitir o cruzamento dos dados provenientes da análise documental, dos inquéritos por questionário, das entrevistas semiestruturadas e da análise de conteúdo.

Esta estratégia visou aumentar a credibilidade e a validade interna dos resultados, assegurando uma visão mais completa e fundamentada da realidade investigada.

Capítulo 7 - Questões éticas

7.1 Fundamentos da carta ética

Neste estudo de investigação, foram seguidas as normas da Carta Ética da Sociedade Portuguesa das Ciências da Educação, com o compromisso de manter o anonimato e a confidencialidade dos dados pessoais e organizacionais, respeitando o dever de sigilo por parte do investigador.

A Carta Ética sintetiza as orientações fundamentais de diversos documentos de regulação ético-deontológica, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), os Princípios Éticos do Capítulo dos Direitos Fundamentais da União Europeia (2013), o Código Europeu de Conduta para a Integridade na Investigação (2018), a Lei Geral de Proteção de Dados (GDPR, 2018), entre outros. Reconhece-se ainda a relação estreita entre os procedimentos éticos a respeitar numa investigação científica e a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia (2016).

A Universidade da Madeira zela pelo cumprimento rigoroso dos princípios da conduta ética e da integridade científica, em consonância com as orientações nacionais e internacionais que regem a prática da investigação. Neste enquadramento, a instituição assume um papel ativo na promoção de uma cultura de responsabilidade científica, definindo diretrizes e procedimentos que asseguram a transparência, a honestidade e o rigor em todas as etapas do processo investigativo.

Para garantir estes princípios, a Universidade estabelece um conjunto de requisitos e normas que orientam o trabalho dos investigadores, desde a conceção e desenvolvimento dos projetos até à análise, interpretação e divulgação dos resultados. Cabe, assim, a cada investigador assegurar o cumprimento destas exigências institucionais, garantindo que a sua prática científica decorra em conformidade com os padrões éticos e de integridade que sustentam a credibilidade da investigação académica.

Neste contexto, o processo de submissão e aprovação ética da presente investigação seguiu rigorosamente as orientações institucionais. Num primeiro momento, foi submetido à Comissão de Ética o título do estudo, acompanhado de uma breve descrição dos objetivos e do enquadramento metodológico, com o propósito de obter uma análise preliminar da conformidade ética.

Posteriormente, cumpriram-se os requisitos formais definidos pela Universidade, nomeadamente através da apresentação de documentação ao Departamento de Proteção de Dados. Esta etapa integrou o preenchimento e submissão dos formatos institucionais obrigatórios, assegurando a assinatura dos participantes e das instituições envolvidas. De forma complementar, foi incluída no inquérito por questionário uma declaração de consentimento informado, permitindo que cada participante expressasse explicitamente a sua concordância, após ter sido esclarecido sobre os objetivos do estudo, a confidencialidade e o uso dos dados recolhidos.

Entre os principais documentos exigidos pela Universidade da Madeira incluem-se:

- Pedido de autorização para recolha de dados quantitativos na XXX (Apêndice A);
- Consentimento informado, esclarecido e livre para participação em estudos de investigação (Apêndice B);
- Declaração de consentimento do participante (Apêndice C).

Após a autorização da Orientadora Científica e a aprovação do Departamento de Proteção de Dados, toda a documentação e os instrumentos de recolha foram submetidos à Comissão de Ética. Após análise detalhada, esta emitiu parecer favorável, autorizando a realização do estudo e validando os procedimentos metodológicos apresentados.

A observância rigorosa destes procedimentos éticos não representa apenas uma formalidade administrativa, mas um elemento central da credibilidade científica da investigação. O respeito pelas normas de ética e proteção de dados garante a salvaguarda dos participantes e reforça a legitimidade académica e social do estudo, assegurando que os resultados contribuam de forma responsável e fidedigna para o avanço do conhecimento. Assim, a investigação reafirma o compromisso com os valores da integridade, da transparência e da responsabilidade científica.

7.2 Princípios gerais da conduta ética na investigação

Os princípios éticos fundamentais consagrados pelo *The European Code of Conduct for Research Integrity* (2017), que orientam uma investigação responsável, incluem:

- Integridade científica – refere-se à utilização de métodos rigorosos e verificáveis para conceber, realizar e divulgar a investigação, respeitando padrões éticos, códigos de conduta profissional e legislação em vigor, tanto nacional como internacional.

- Responsabilidade – relativamente ao impacto da investigação sobre os participantes, garantindo o respeito pela sua dignidade e bem-estar; sobre a sociedade, procurando maximizar os benefícios sociais da investigação e prestando contas de forma transparente e rigorosa; sobre o meio ambiente, minimizando impactos negativos; e sobre o conhecimento científico, contribuindo para a sua evolução de forma ética.
- Honestidade – no que se refere aos métodos, resultados e créditos de autoria, assegurando a transparência dos dados, dos processos e das conclusões, reconhecendo devidamente o contributo de terceiros e aderindo às boas práticas na divulgação científica. O investigador deve evitar ou declarar quaisquer conflitos de interesse, reais ou potenciais, atuando sempre em conformidade com os princípios éticos e legais.
- Rigor e precisão – o investigador deve atuar com exatidão e cuidado em todas as fases da investigação, garantindo consistência na evidência recolhida e fidelidade na análise e comunicação dos resultados.

7.3 Orientações práticas

- Relevância e qualidade da investigação – os estudos devem ser planeados e executados em função de problemas relevantes, contribuindo para o avanço do conhecimento, o desenvolvimento de novos métodos ou a melhoria dos já existentes.
- Consentimento informado – os/as participantes iniciaram a sua participação apenas após compreenderem plenamente os objetivos do estudo e terem dado o seu consentimento livre e esclarecido.
- Confidencialidade – toda a informação recolhida no âmbito da investigação foi tratada com confidencialidade e, quando publicada, não permite a identificação dos/as participantes. Foram recolhidos apenas os dados pessoais estritamente necessários.
- Proteção e segurança dos/as participantes – o respeito pela dignidade, segurança e bem-estar dos/as participantes foi uma prioridade. Foram avaliados eventuais riscos associados à sua participação e adotadas medidas de prevenção e mitigação.

PARTE III – TRABALHO EMPIRICO

Capítulo 8 - Apresentação, análise e discussão dos resultados

8.1 Resultados da análise qualitativa: quadro de categorias e subcategorias

Nas tabelas apresentadas nos Apêndices D, E, F, G, H, I; refere-se à informação fornecida pelos entrevistados, organizada em categorias e subcategorias. Esta constituição através de indicadores, possibilita uma análise mais detalhada e facilita a compreensão dos dados.

O apêndice D apresenta o perfil dos entrevistados, incluindo o respetivo percurso profissional e os cargos que exerceram nestes últimos anos. A escolha dos participantes foi específica, com critério abrangente e tendo em vista a obtenção de uma perspetiva global das diversas áreas de estudo relacionadas com a migração. Procurou-se garantir a diversidade de experiências e conhecimentos.

No apêndice E se apresenta as principais características sociodemográficas da comunidade migrante, de acordo com a perceção dos entrevistados. Embora a RAM ainda não disponha de uma plataforma oficial dedicada à recolha e sistematização de dados estatísticos sobre a chegada e evolução quantitativa desta população, é possível identificar diversos indicadores que permitem traçar estimativas razoavelmente fiáveis quanto ao volume, perfil e distribuição geográfica desta comunidade na RAM.

Dados consultados nos organismos governamentais indicam um crescimento expressivo da comunidade migrante na RAM, evidenciado pelo aumento do número de crianças nas escolas, pela criação de novos empreendimentos - comércio e pela redução do desemprego. Estes sinais se traduzem num impacto demográfico e económico da presença migratória na Região.

Segundo Rios (2008), diversos fatores exercem uma influência significativa sobre os processos migratórios, entre os quais se destacam a idade, o género, a profissão, o nível de escolaridade e as condições em que ocorre a migração. Estas variáveis contribuem de forma decisiva para moldar as motivações, os percursos e os desafios enfrentados pelos migrantes, desempenhando um papel central na diferenciação das suas experiências.

Mais do que identificar os obstáculos associados a esta dinâmica migratória, o foco está também nas estratégias adotadas para promover a integração efetiva desta comunidade na sociedade madeirense.

Neste contexto, o apêndice F, se apresenta uma análise das políticas sociais e respostas emergentes que foram implementadas na sequência da chegada, num curto espaço de tempo, de um número significativo de migrantes à RAM. Este aumento migratório repentino gerou diversos desafios para o governo regional, particularmente ao nível da logística, da capacidade de resposta dos serviços públicos e da alocação de recursos orçamentais.

Assim mesmo, no apêndice G oferece-se uma categorização detalhada da construção económica e profissional da comunidade migrante venezuelana. São analisados diversos indicadores, tais como a taxa de ocupação, os setores de atividade, os níveis de qualificação e a questão das equivalências académicas e profissionais. Além disso, é também explorada a relação entre o investimento feito pelos migrantes e os benefícios gerados, bem como a evolução das condições económicas das respetivas famílias neste curto tempo, contribuindo assim para a diversificação da economia local. “O sucesso de uma região, ou de um país, depende muito da sua capacidade de empregabilidade e, por consequência, do crescimento económico e social” (Rodrigues, 2023, p. 37). Esta transformação tem vindo a alterar significativamente a paisagem socioeconómica da Madeira, constituindo um contributo relevante para o desenvolvimento regional. Segundo Carneiro (1996), no âmbito da promoção de oportunidades que favoreçam o desenvolvimento pleno das capacidades de cada pessoa, torna-se essencial reconhecer que os indivíduos constituem o recurso mais precioso e insubstituível de qualquer país. Valorizar o potencial humano é, assim, um passo muito importante para o progresso sustentável e equilibrado no desenvolvimento da sociedade. Outro elemento destacado e muito importante é o domínio educativo, no apêndice H se apresenta uma visão abrangente sobre os processos de integração e adaptação da comunidade migrante, em vários níveis de ensino, as políticas públicas implementadas, até à criação de oportunidades formativas adaptadas às suas necessidades. “Sabemos que muitos territórios necessitam de transformações estruturais e todas elas dependem, essencialmente, da educação e da formação que oferecem” (Rodrigues, 2023, p. 37).

Os entrevistados referem diversos exemplos de boas práticas educativas e resultados concretos que favorecem a integração bem-sucedida destes alunos, revelando trajetórias académicas positivas e um envolvimento crescente das famílias nas dinâmicas escolares. “A escola constitui também para as famílias migrantes ou de minorias étnico-culturais, um espaço importante de contacto e integração na sociedade e desempenha um papel fundamental para a criança e sua família” (Ramos, 2007, p. 233).

Por outra parte, o apêndice I mostra uma contextualização da participação da comunidade migrante no tecido cultural da RAM, evidenciando o seu contributo para o reforço da identidade sociocultural local e para a promoção da convivência intercultural. Os entrevistados destacaram a influência marcante desta comunidade em áreas como a gastronomia, a música e o desporto, referindo que a sua presença tem vindo a enriquecer o panorama multicultural da Região

Outro dos aspetos analisados nesta tabela refere-se às perspetivas de futuro da comunidade migrante. De forma transversal, os entrevistados convergem na perceção de que esta comunidade tem vindo a alcançar uma integração bem-sucedida na Região. A integração manifesta-se em várias dimensões: a nível profissional, com percursos estáveis e contributos relevantes para a economia regional; a estrutura familiar mostra sinais de estabilidade e progresso; e os filhos estão plenamente integrados no sistema educativo, participando ativamente na vida escolar e social.

Para Oliveras (2000), a adaptação dos migrantes ao país de acolhimento é influenciada por uma variedade de fatores culturais e sociais, entre os quais se incluem a língua, a integração no sistema educativo, bem como a forma como são acolhidos pelos seus conterrâneos. Neste contexto, Berry (1992) reforça a importância que estes elementos representam, pois não só favorecem uma adaptação mais rápida e harmoniosa, como também conformam a base do desejo de permanecer e construir uma vida no novo país de acolhimento.

8.2 Análise estatística descritiva dos dados do questionário

Com o objetivo de caracterizar de forma rigorosa os dados recolhidos e de compreender em detalhe as características sociodemográficas relevantes da amostra, foram conduzidas análises descritivas e exploratórias. Sempre que possível e adequado, procurou-se complementar estes procedimentos com a realização de inferências estatísticas, de modo a aprofundar a interpretação dos resultados e a sustentar conclusões mais robustas.

Contudo, ao avançar com a análise dos dados recolhidos através do questionário, foram identificados vários fatores limitativos que inviabilizaram a realização de análises inferenciais robustas, nomeadamente:

- A frequência de participantes que escolhem a opção “prefiro não responder” é muito variável, dentro de uma dimensão e entre diferentes dimensões, sendo particularmente elevada em algumas questões. Desta forma, revelou-se incompatível o estabelecimento de relações entre variáveis para as quais os participantes respondentes na escolha de opções não coincidiram de forma consistente;
- O estudo consistiu em 121 participantes, contudo, nas diferentes questões, mesmo na mesma dimensão, a percentagem de participantes respondentes foi muito variável, sendo privilegiada uma análise descritiva e interpretativa, evitando testes de correlação e inferências estatísticas;
- As respostas evidenciadas permitiram que, no cruzamento de dados, fossem detetadas algumas incongruências. Devido à diversidade de respondentes em distintas questões e à possibilidade de múltiplas respostas, adotou-se uma abordagem descritivo-exploratória, evitando a realização de correlações estatísticas que poderiam resultar em conclusões menos sólidas.

Todas as análises foram realizadas através do *software R* (versão 4.4.1), recorrendo à interface *RStudio*, através da qual se utilizaram funções básicas, como por exemplo, *table {base}*, *sum {base}* e *aggregate {base}*. Para além disto, as análises foram conduzidas tendo como referência um nível de significância de 5%. Adicionalmente, foram construídos gráficos para facilitar a visualização dos resultados e proporcionar uma interpretação mais intuitiva. Estas visualizações foram construídas utilizando o *package ggplot2*.

Dimensão I: Caracterização pessoal e sociodemográfica

1. Análise descritiva e exploratória

Inicialmente, realizaram-se análises sumárias para caracterizar a amostra. Calcularam-se frequências absolutas e percentuais para variáveis categóricas. Adicionalmente, foram aplicados testes estatísticos de associação, nomeadamente o Teste Exato de Fisher, apropriado para frequências esperadas inferiores a 5, condição verificada em várias variáveis.

Utilizou-se o Teste Exato de Fisher no sentido de avaliar se existiam associações entre o sexo e as restantes variáveis sociodemográficas (nacionalidade, habilitações, tempo de permanência na RAM, entre outras). O uso do Teste de Fisher foi utilizado, uma vez que existem variáveis categóricas com frequências esperadas muito baixas, menos de 5. Quando isto acontece, o teste de Fisher é o mais indicado, tornando o Teste de Qui-Quadrado não confiável nestas análises. Estas análises oferecem uma visão geral do perfil dos participantes envolvidos neste estudo.

Para a análise sumária foi utilizado o *package gtsummary*. Esta ferramenta permitiu a criação de tabelas sumárias detalhadas que fornecem um panorama geral das nove características sociodemográficas dos participantes: Género, idade, nacionalidade, habilitações académicas, estado civil, concelho de residência, tempo de permanência na RAM, motivo de saída da Venezuela e motivo de escolha da Madeira como destino, como podemos observar na Tabela 3.

Explorou-se a distribuição dos participantes tendo em conta o género. Dos 121 participantes, verificou-se que 43 (36%) são do género masculino e 78 (64%) do género feminino. No que diz respeito à idade, observa-se que a maior parte das mulheres encontra-se na faixa etária dos 41-50 anos (38,5%). No género masculino, predominam as faixas etárias de 51-75 anos (30,2%) e 41-50 anos (23,3%).

Salienta-se a existência de categorias de faixas etárias com diferentes amplitudes, isto é, a faixa etária 41-50 anos apresenta uma amplitude de 10 anos, enquanto a faixa etária 51-75 anos possui uma amplitude de 25 anos. Contudo, no caso do género feminino, a faixa etária com menor amplitude é a que apresenta maior frequência.

Relativamente à nacionalidade, verificou-se que a lusodescendente é predominante em ambos os géneros. No género feminino, aproximadamente 85% corresponde à nacionalidade venezuelana / lusodescendente. O género masculino apresenta menor dispersão no que se refere à nacionalidade.

A habilitação académica predominante no género feminino corresponde ao grau de licenciatura (50,0%), enquanto no género masculino é o ensino secundário (30,2%). A maioria dos participantes tem tempo de permanência na RAM superior ou igual a seis anos. Em ambos os géneros, o concelho de residência predominante é o Funchal, e o estado civil mais frequente é casado/a, união de facto.

Relativamente aos valores p obtidos, utilizou-se o Teste Exato de Fisher, no sentido de explorar se existiam associações significativas entre o género e as restantes variáveis sociodemográficas em estudo.

Observou-se que, no que se refere à associação entre o género e a idade, o valor $p=0,056$ está muito próximo da significância estatística. O mesmo acontece entre género e nacionalidade. Estes resultados indicam que, apesar de não ter sido alcançada significância estatística, existe uma tendência que sugere uma possível associação entre estas variáveis.

Tabela 4

Análise descritiva das características sociodemográficas dos participantes

Característica	Género		Valor p^2
	Feminino (N=78) ¹	Masculino (N=43) ¹	
-	-	-	-
Idade	-	-	0.056
18-30	15 (19.2%)	9 (20.9%)	-
31-40	15 (19.2%)	5 (11.6%)	-
41-50	30 (38.5%)	10 (23.3%)	-
51-75	16 (20.5%)	13 (30.2%)	-
> 75	2 (2.6%)	6 (14.0%)	-
Nacionalidade	-	-	0.055
Lusodescendente	39 (50.0%)	15 (34.9%)	-
Portuguesa	12 (15.4%)	14 (32.6%)	-
Venezuelana	27 (34.6%)	13 (30.2%)	-
Prefiro Não Responder	0 (0%)	1 (2.3%)	-
Habilitações Académicas	-	-	0.12
Ensino Básico – 1.º Ciclo	1 (1.3%)	3 (7.0%)	-
Ensino Básico – 2.º Ciclo	1 (1.3%)	1 (2.3%)	-
Ensino Básico – 3.º Ciclo	1 (1.3%)	0 (0%)	-
Ensino Secundário	18 (23.1%)	13 (30.2%)	-
Formação Profissional	14 (17.9%)	11 (25.6%)	-
Licenciatura	39 (50.0%)	12 (27.9%)	-
Mestrado	4 (5.1%)	2 (4.7%)	-
Doutoramento	0 (0%)	1 (2.3%)	-

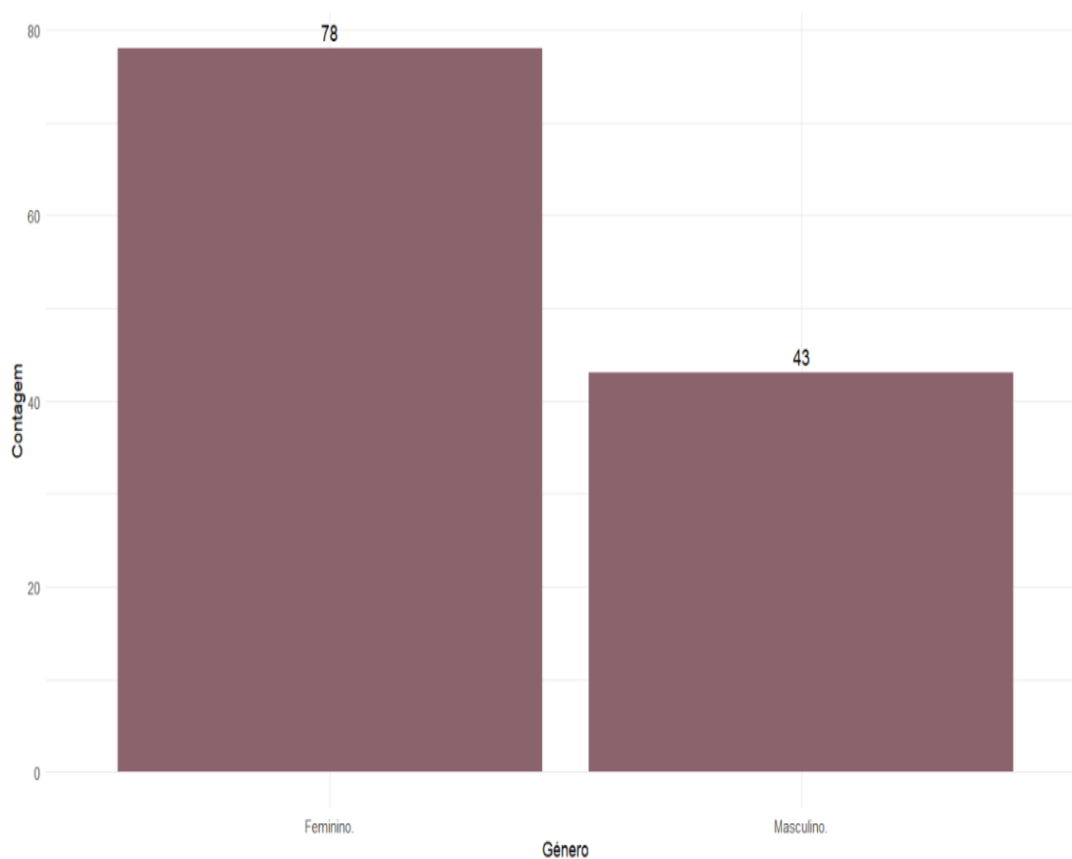
Tempo Permanência RAM	-	-	0.3
1-2 Anos	12 (15.4%)	3 (7.0%)	-
3-5 Anos	22 (28.2%)	10 (23.3%)	-
6-10 Anos	41 (52.6%)	25 (58.1%)	-
>10 Anos	3 (3.8%)	4 (9.3%)	-
Prefiro Não Responder	0 (0%)	1 (2.3%)	-
Concelho de Residência	-	-	0.8
Calheta	6 (7.7%)	6 (14%)	-
Câmara de Lobos	5 (6.4%)	3 (7.0%)	-
Funchal	28 (35.9%)	10 (23.3%)	-
Machico	7 (9.0%)	4 (9.3%)	-
Ponta de Sol	1 (1.3%)	2 (4.7%)	-
Porto Moniz	5 (6.4%)	2 (4.7%)	-
Ribeira Brava	8 (10.3%)	4 (9.3%)	-
Santa Cruz	9 (11.5%)	6 (14%)	-
Santana	7 (9.0%)	3 (7.0%)	-
São Vicente	2 (2.6%)	3 (7.0%)	-
Estado Civil	-	-	0.6
Casado/a - União de Facto	47 (60.3%)	29 (67.4%)	-
Divorciado/a – Separado/a	5 (6.4%)	0 (0.0%)	-
Viúvo/a	3 (3.8%)	2 (4.7%)	-
Numa relação	4 (5.1%)	2 (4.7%)	-
Solteiro/a	19 (24.4%)	10 (23.3%)	-
¹n (%), ²Teste Exato de Fisher			

Dados da dimensão sociodemográfica

A Figura 3 evidencia a distribuição dos participantes por género, com clara predominância do feminino (64%) face ao masculino (36%), refletindo uma maior representatividade das mulheres na amostra do estudo.

Figura 3

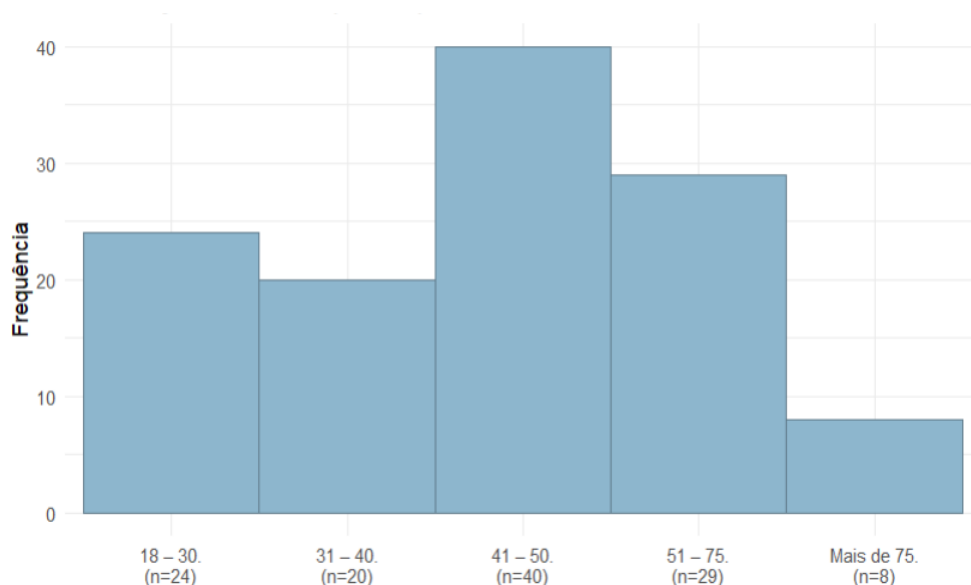
Distribuição dos participantes por género.



Na Figura 4, apresenta-se a distribuição dos participantes por faixa etária. Conforme referido anteriormente, observa-se uma maior concentração de participantes nas faixas etárias dos 41-50 anos ($n = 40$) e dos 51-70 anos ($n = 29$). Esta distribuição poderá indicar uma incidência mais acentuada do recrutamento nestas faixas etárias, refletindo talvez o perfil demográfico predominante da comunidade migrante que participou no estudo.

Figura 4

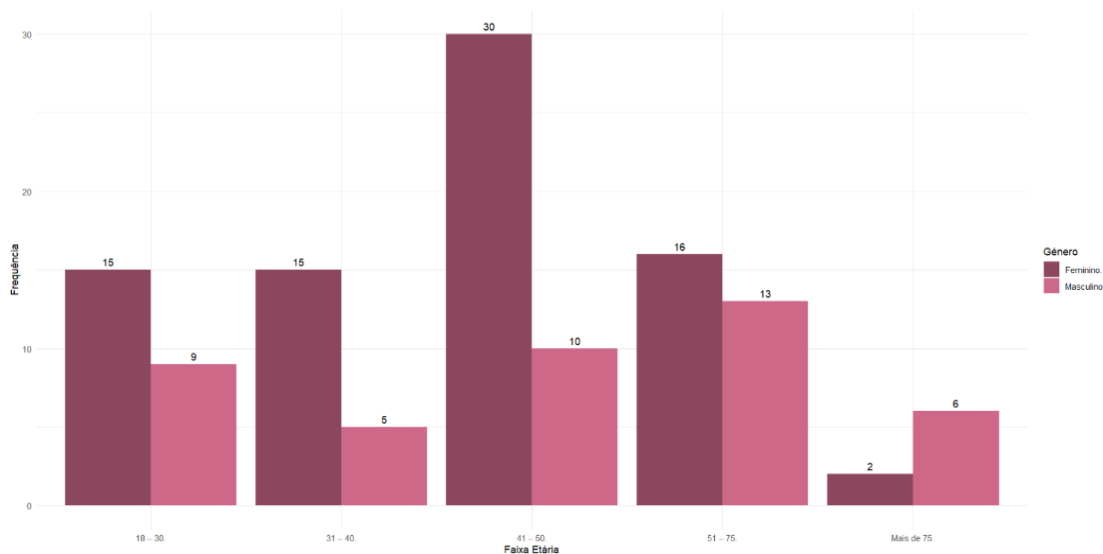
Distribuição dos participantes por faixa etária



Na Figura 5 apresenta-se a distribuição dos participantes por faixa etária e por género. Verifica-se que, no género feminino, a maior frequência corresponde à faixa etária dos 41-50 anos, com 30 participantes. No género masculino, destaca-se a faixa dos 51-75 anos como a mais representativa. Importa ainda referir que as faixas etárias dos 18- 30 e 31-40 anos apresentam uma distribuição mais equilibrada entre os dois géneros, contrastando com a tendência observada nas restantes categorias etárias.

Figura 5

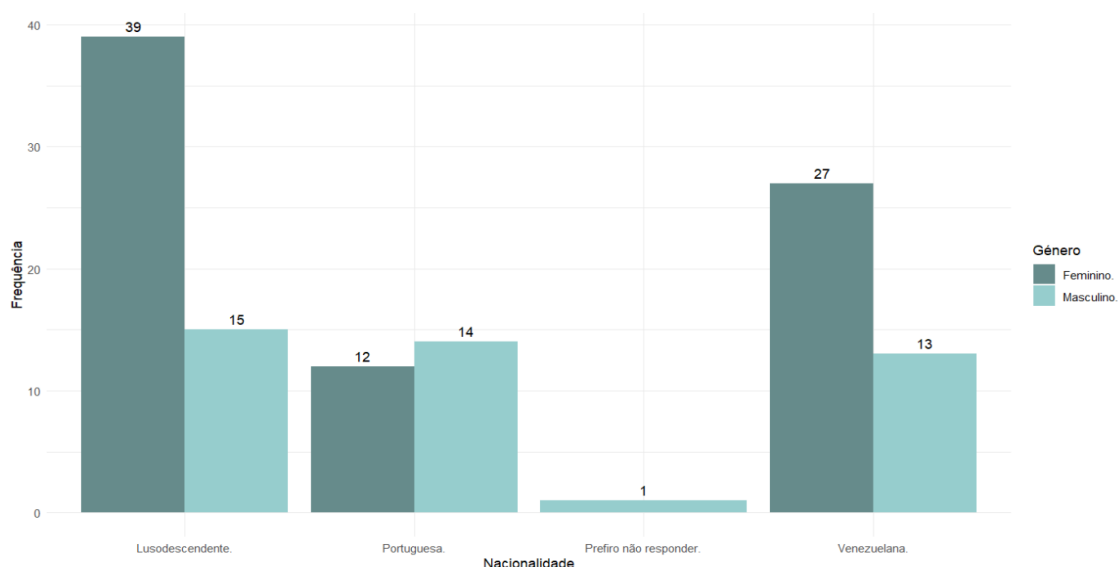
Distribuição dos participantes por faixa etária tendo em conta o género



Na Figura 6 apresenta-se a distribuição da nacionalidade por género. Verifica-se que a maioria dos participantes do género feminino são lusodescendentes ($n=39$), enquanto no género masculino este número é significativamente inferior ($n=15$). Importa ainda salientar que um dos participantes optou por não responder à questão.

Figura 6

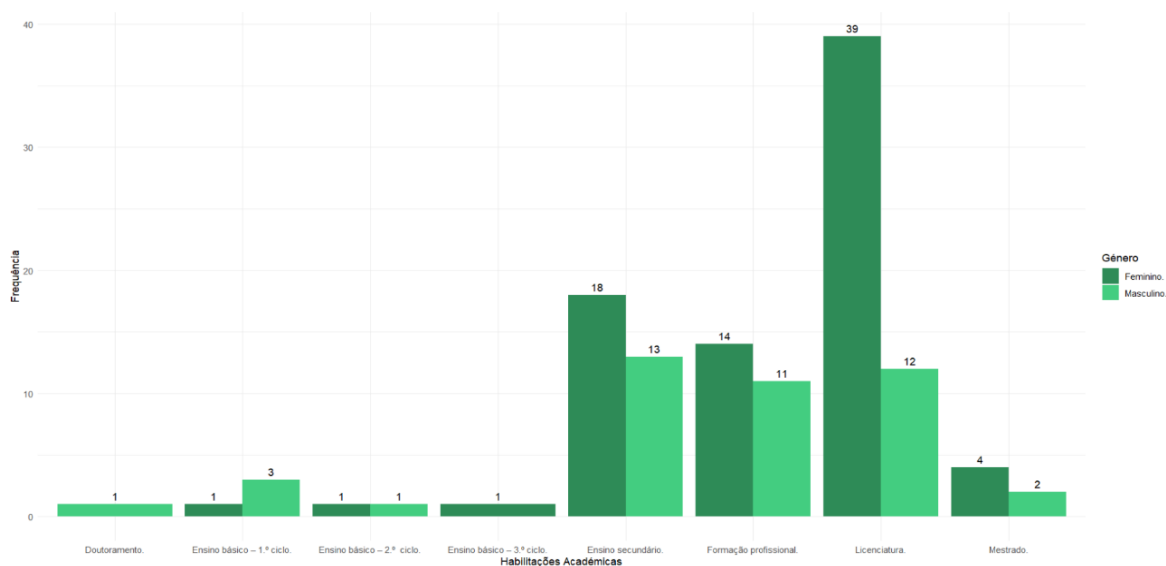
Distribuição da nacionalidade por género dos participantes



Na Figura 7 encontra-se representada a distribuição das habilitações académicas, de acordo com o género dos participantes envolvidos no estudo. Verifica-se que o grau de licenciatura é a habilitação académica mais frequente, com destaque para o género feminino (n=39). No caso dos participantes do género masculino, a habilitação mais comum corresponde ao ensino secundário (n=13), seguida de perto pela licenciatura (n=12).

Figura 7

Distribuição das habilitações académicas por género dos participantes



Este questionário abordou um fator crucial, os principais motivos que levaram à saída da Venezuela, disponibilizando várias opções de resposta e um campo aberto para comentários adicionais. As opções incluíam razões económicas, insegurança, questões políticas, de saúde, entre outras.

A análise centrou-se na identificação das respostas mais frequentes, tendo em conta que os participantes podiam assinalar múltiplos motivos, o que resultou numa frequência total superior ao número de inquiridos.

Na Tabela 5 encontra-se apresentada a frequência absoluta dos motivos mais frequentemente referidos para o abandono da Venezuela. Optou-se por não apresentar os

valores em percentagem, uma vez que esta poderia induzir em erro, dado o carácter de escolha múltipla.

Por exemplo, quatro participantes indicaram “desejo de regressar ao país de origem” como motivo, o que representa 3% dos inquiridos. No entanto, em termos de frequência total de respostas (280 opções seleccionadas), essa resposta representa apenas cerca de 1%.

Assim, sempre que se pretender evidenciar a percentagem de participantes que indicaram determinada opção, essa informação será explicitada no corpo da análise e não na tabela.

Tabela 5

Motivos de saída da Venezuela

Motivo de Saída	Frequência (N)
Insegurança	79
Económicos	56
Escassez de alimento/ medicamento	49
Políticos	44
Saúde	44
Regressar ao país de origem	4
Prefiro não responder	4

Podemos verificar na figura apresentada a seguir que a sensação de insegurança sentida pelos participantes no seu país de origem constitui o motivo mais frequentemente referido para a saída da Venezuela (n=79).

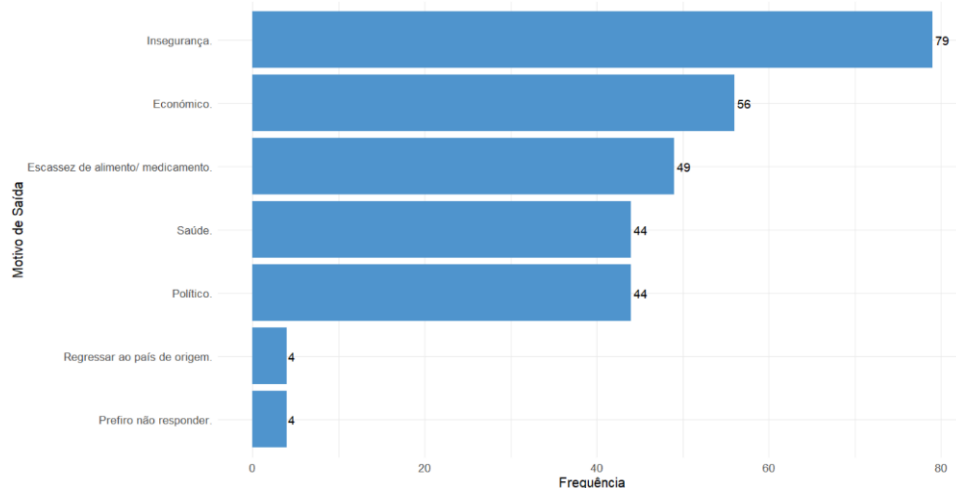
Em segundo lugar, surgem as razões de ordem económica e a escassez de alimentos e medicamentos, que também se destacam como fatores relevantes neste processo migratório.

Conclui-se igualmente que apenas uma minoria (n=4) dos participantes indicou o desejo de regressar ao país de origem como principal motivo para a migração. Outros quatro participantes assinalaram a opção “prefiro não responder”.

A Figura 8 ilustra graficamente os dados descritos, oferecendo uma representação visual complementar à análise apresentada.

Figura 8

Principais motivos de saída da Venezuela

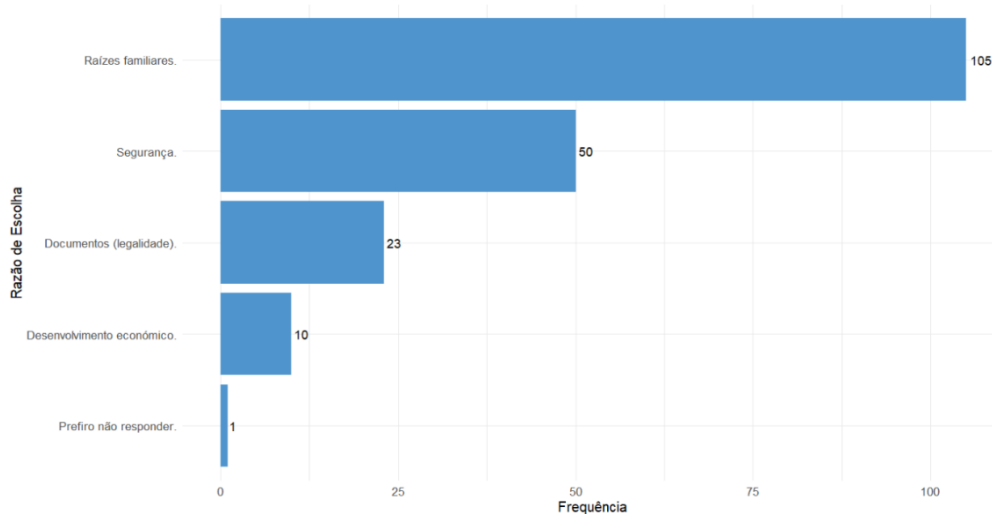


A metodologia anteriormente adotada para a análise dos principais motivos de saída da Venezuela foi igualmente aplicada para identificar as razões que levaram os participantes a escolher a Região Autónoma da Madeira como destino migratório. Os resultados obtidos encontram-se sistematizados na Tabela 6 e representados graficamente na Figura 9.

Verifica-se que os laços familiares constituem o principal motivo para a escolha da RAM como região de acolhimento, com uma frequência expressiva ($n=105$). Este dado reforça a tese de que se trata, maioritariamente, de uma migração de retorno, protagonizada por portugueses que anteriormente emigraram e que, agora, regressam ao seu país de origem, frequentemente acompanhados pelas gerações seguintes. Outro motivo de relevo, apontado por 50 participantes, é a perceção de segurança proporcionada por esta região, fator que se destaca como determinante na decisão de regresso.

Tabela 6*Motivos de escolha da RAM como destino de imigração*

Motivo de Escolha	Frequência (N)
Raízes Familiares	105
Segurança	50
Documentos (Legalidade)	23
Desenvolvimento Económico	10
Prefiro não responder	1

Figura 9*Principais motivos de escolha da RAM como destino de imigração*

Dimensão II: Política/Governamental

A dimensão II – política/governamental aborda questões fundamentais relacionadas com as ações promovidas pelo governo da RAM na integração desta comunidade, assim como os principais desafios enfrentados pelo governo e as necessidades de adaptação dos indivíduos na RAM. Esta dimensão é composta por quatro questões, nas quais os participantes puderam selecionar mais do que uma resposta.

Num primeiro momento, as colunas do *dataframe* foram renomeadas, correspondendo às diferentes questões da dimensão II, com o objetivo de facilitar a análise e a manipulação dos dados (Tabela 7). Posteriormente, para cada questão, identificaram-se as respostas mais evidenciadas pelos participantes do estudo e foi construída uma tabela para facilitar a visualização das mesmas.

Tabela 7

Nomenclatura adaptada das questões da dimensão II

Questão Original do Questionário	Renomeação
Q1: Quais são as ações promovidas pelas autoridades da RAM, para a integração da Comunidade venezuelana na Madeira?	Ações Promovidas RAM para a Integração
Q2: Na sua perspectiva, quais têm sido os principais desafios enfrentados pelo Governo da RAM com a chegada da migração venezuelana na Madeira?	Desafios Enfrentados pelo Governo
Q3: Quais foram as principais necessidades, na sua chegada a Madeira?	Necessidades Sentidas na Chegada RAM
Q4: Encontrou resposta às suas necessidades ou desafios nas entidades da Região?	Respostas às Necessidades

DII – Q1 Ações promovidas na RAM

A Tabela 8 apresenta a frequência de respostas dadas pelos participantes à questão Q1 da dimensão II. Podemos concluir que, dos 121 participantes envolvidos no estudo, 57 mencionaram que desconhecem as ações promovidas na RAM para os migrantes. O Balcão de Atendimento ao Migrante foi a ação mais referida, com 28% dos participantes a indicarem conhecimento da sua existência. A ação menos evidenciada foi a orientação prestada por associações de migrantes venezuelanos, com uma percentagem de 10% das respostas (salienta-se que não corresponde a 10% dos participantes, dado tratar-se de uma

questão de resposta múltipla). Podemos observar também que quatro sujeitos preferiram não responder a esta questão.

Tabela 8

Ações promovidas na RAM - frequência nas respostas obtidas à Q1

Ações Promovidas RAM	Frequência
Não conheço as ações promovidas na RAM para os migrantes	57
Balcão de Atendimento ao migrante	34
Ações de sensibilização	20
Ação de esclarecimento nas dependências do Instituto da Segurança Social	19
Orientação por parte das associações de migrantes venezuelanos.	13
Prefiro não responder	4

Uma análise mais aprofundada aos 57 participantes que indicaram não possuir conhecimento das ações promovidas na RAM para os migrantes mostrou que quatro desses participantes também selecionaram outras opções de resposta, conforme ilustrado na Tabela 9. Este aspeto revela uma certa incongruência nas respostas, indicando que, apesar de declararem desconhecer tais ações, assumem simultaneamente ter tido contacto ou conhecimento de algumas iniciativas específicas.

Tabela 9*Seleção das restantes opções dos quatro participantes*

Ações Promovidas RAM	Número de Participantes
Ações de sensibilização, balcão de Atendimento ao migrante, ação de esclarecimento nas dependências do Instituto da Segurança Social, orientação por parte das associações de migrantes venezuelanos, não conheço as ações promovidas na RAM para os migrantes.	1
Ações de sensibilização, orientação por parte das associações de migrantes venezuelanos, não conheço as ações promovidas na RAM para os migrantes	1
Balcão de Atendimento ao migrante, não conheço as ações promovidas na RAM para os migrantes	2

Assim sendo, pode afirmar-se que 47% dos participantes indicaram não possuir qualquer tipo de conhecimento sobre iniciativas ou estratégias promovidas com o objetivo de facilitar a sua integração na RAM.

DII – Q2 Desafios enfrentados pelo Governo

Na Tabela 10 podemos observar possíveis desafios enfrentados pelo governo da RAM relativamente à migração. Podemos concluir que 29% dos participantes indicaram que as autoridades não estavam preparadas para compreender a dinâmica e o fluxo migratório.

Outro fator com grande peso nas respostas dos participantes foi a chegada significativa de migrantes à região, podendo destacar que esta comunidade, num primeiro momento, não identificou ações nem estratégias claras de integração promovidas pelo governo da RAM para lidar com esta questão. Em terceiro lugar, 23% dos participantes

revelaram não ter conhecimento suficiente sobre os desafios e constrangimentos associados à migração.

Tabela 10

Desafios enfrentados pelo Governo - frequência nas respostas obtidas à Q2

Desafios Enfrentados pelo Governo	Frequência
As autoridades desconheciam a dinâmica desta migração	36
A quantidade de migrantes que chegaram a RAM	32
Não tenho conhecimento	28
As políticas de recebimento migratório não estavam bem definidas	26
Houve uma adequação as necessidades dos migrantes	17
O orçamento para a chegada desta comunidade, tornou-se difícil	17
Prefiro não responder	11
Foram muito diligentes na abordagem da migração	9

DII – Q3 Necessidades sentidas na chegada à RAM

Na seguinte tabela (Tabela 11), encontram-se representadas possíveis dificuldades ou necessidades sentidas pelos participantes aquando da chegada à região. Podemos concluir que a maioria dos participantes (75%) indicou dificuldades na procura de trabalho, representando a necessidade mais expressiva e, conseqüentemente, uma das principais fontes de instabilidade no processo de integração.

Cerca de 50% dos participantes evidenciou a necessidade de aprender o idioma, apontando a barreira linguística como um dos principais obstáculos à integração na RAM.

As restantes opções apresentam proporções menos acentuadas, demonstrando um menor grau de relevância comparativamente com as necessidades anteriormente discutidas.

A opção referente ao estabelecimento de ligação com outros membros da comunidade venezuelana revelou-se pouco expressiva (8%), e a necessidade menos mencionada foi o acesso a apoios sociais, com apenas 7% de frequência.

Tabela 11

Necessidades sentidas na chegada à RAM - frequência nas respostas obtidas à Q3

Necessidades Sentidas pela Comunidade	Frequência
Procurar trabalho	91
Aprender o idioma	61
Fazer os trâmites para ter a documentação legal	37
Procurar sítio onde viver	34
Conhecer a Região e o seu desenvolvimento	21
Fazer conexão com outros elementos da comunidade venezuelana	10
Procurar apoios sociais	9
Prefiro não responder	1

DII – Q4 Respostas às necessidades

Na Tabela 12 apresentam-se os dados relativos à perceção dos participantes sobre a eficiência das respostas encontradas face às suas necessidades ou desafios. No sentido de explorar se os participantes consideraram ter encontrado respostas eficazes às dificuldades sentidas, foi colocada esta questão.

A maioria dos participantes (40%) referiu ter experienciado dificuldades relacionadas com a burocracia.

Com percentagem muito próxima (38%), os participantes afirmaram que as informações foram oportunas e adequadas às suas necessidades.

Atendendo a que foi possível selecionar múltiplas opções, alguns participantes assinalaram simultaneamente que “as informações eram claras” e que existia “muita burocracia”.

Esta aparente contradição sugere que, apesar de as informações prestadas serem compreensíveis, o excesso e a complexidade dos procedimentos burocráticos constituem um entrave significativo.

Dessa forma, torna-se evidente que muitos migrantes enfrentam dificuldades na gestão documental e na compreensão dos processos administrativos exigidos na Região Autónoma da Madeira.

Tabela 12

Respostas às necessidades - frequência nas respostas obtidas à Q4

Respostas às Necessidades	Frequência (%)
Muita burocracia nos trâmites	49 (40%)
As informações foram oportunas e adequadas	47 (38%)
As informações não eram claras	35 (28%)
Houve boa cooperação e facilitaram os trâmites	23 (19%)
Prefiro não responder	4 (3%)

Dimensão III: Económica / Profissional

A metodologia aplicada na análise da dimensão II será igualmente utilizada na exploração desta nova dimensão.

Assim, num primeiro momento, procedeu-se à renomeação das colunas do *dataframe*, correspondentes às diferentes questões incluídas nesta dimensão, de forma a facilitar a leitura e o tratamento estatístico dos dados. As novas designações atribuídas a cada variável podem ser consultadas na Tabela 13.

Tabela 13

Nomenclatura adaptada das questões da dimensão III

Questão Original do Questionário	Renomeação
Q5: Situação Profissional	Situação Profissional (manteve)
Q6: Quais são os sectores de atividades que tem explorado no âmbito laboral na Madeira?	Setores de Atividade laboral
Q7: Os trabalhos que tem desempenhado na RAM, são compatíveis com a sua formação anterior e as suas qualificações?	Compatibilidade do Trabalho com Formação Base
Q8: Quais são os principais desafios enfrentados na procura e permanência de ofertas laborais na RAM?	Desafios Enfrentados na oferta laboral
Q9: Na esfera laboral, seja por conta própria ou de outrem, a sua permanência tem sido	Tempo de Permanência na área laboral
Q10: O contributo económico que tem alcançado na Madeira e que consolida a sua permanência vai direcionado a	Contributos Económicos
Q11: Na sua perspectiva, acha que existem alguns fatores sociodemográficos que têm interferido com o seu desenvolvimento económico e social na RAM?	Interferência Fatores Sociodemográficos

DIII – Q5 Situação profissional

A maioria dos participantes expressou estar a trabalhar, sendo 52% trabalhadores por conta de outrem e 11% por conta própria.

Dezasseis dos participantes responderam estar desempregados, correspondendo a uma percentagem de 13%.

A percentagem de estudantes é de 8% e a de participantes reformados é de 5%. Novamente, por ser dada hipótese de selecionarem mais do que uma resposta, revela-se

necessário uma análise crítica às combinações de resposta apresentadas pelos participantes, descritas na Tabela 14.

Observamos existirem três participantes que afirmaram ser estudantes trabalhadores, dois por conta própria e um por conta de outrem.

Relativamente aos participantes desempregados (n=16), observamos que dois afirmaram que são estudantes e um afirmou ser, simultaneamente, desempregado e trabalhador por conta própria.

Um participante reformado afirma ser, também, trabalhador por conta de outrem.

Um participante preferiu não responder a esta questão.

Tabela 14

Situação profissional dos participantes em estudo

Situação Profissional	Frequência
Trabalhador por conta de outrem	64
Desempregado/a	16
Trabalhador por conta própria	14
Estudante	11
Reformado/a	7
Estudante, trabalhador por conta própria	2
Desempregado/a, trabalhador por conta própria	2
Desempregado/a, estudante	2
Estudante, trabalhador por conta de outrem	1
Reformado/a, trabalhador por conta de outrem	1
Prefiro não responder	1

DIII – Q6 Setores de atividade profissional

Na Tabela 15 apresentam-se os dados relativos aos setores de atividade profissional exercidos pelos participantes.

Conforme mencionado anteriormente, verifica-se que a maioria dos participantes (82) está empregada no setor terciário, que abrange áreas como comércio, transporte, educação, saúde, turismo e entretenimento. Este setor destaca-se como a principal fonte de emprego dentro da comunidade migrante analisada.

Apesar da predominância do setor terciário, também se registraram participantes (14) com ocupações no setor secundário, nomeadamente na construção civil e na produção industrial, embora em número significativamente inferior.

Da mesma forma, um grupo ainda mais reduzido (7 participantes) trabalha no setor primário, que engloba atividades como agricultura, pesca e silvicultura.

Adicionalmente, é relevante destacar que 5 participantes indicaram exercer funções simultaneamente nos setores secundário e terciário, enquanto 3 afirmaram estar inseridos tanto no setor primário como no terciário.

Estes dados refletem a diversidade de ocupações dentro da comunidade, ainda que com uma clara concentração no setor dos serviços.

Tabela 15

Setores de atividades exploradas na área profissional - respostas obtidas à Q6

Setores de Atividade	Frequência
Terciário (Comércio, serviços, transporte, educação, saúde, turismo, entretenimento)	82
Secundário (construção civil, produção industrial)	14
Prefiro não responder	10
Primário (pesca, agricultura, silvicultura)	7
Secundário (construção civil, produção industrial), terciário (Comércio, serviços, transporte, educação, saúde, turismo, entretenimento)	5
Terciário (Comércio, serviços, transporte, educação, saúde, turismo, entretenimento), primário (pesca, agricultura, silvicultura)	3

DIII – Q7 Compatibilidade do trabalho com formação base

Nas respostas à Questão 7, referente à compatibilidade de trabalho com a formação de base dos participantes, observa-se novamente, pela Tabela 16, que o total das frequências absolutas é superior ao total da amostra (121 participantes). Tal aspeto deve-se à possibilidade de seleção múltipla de hipóteses. Contudo, por análise à referida tabela, observamos que 73 participantes afirmaram não se encontrar a trabalhar na sua área de formação. Vinte e quatro participantes indicaram estar a trabalhar na sua área de formação profissional, sendo que, destes, 12 salientaram que o seu salário não corresponde ao desempenho. Vinte e um participantes referem que, mesmo tendo formação numa determinada área, estão a aprender outra no campo laboral. Dez participantes optaram por não responder a esta questão.

Tabela 16

Compatibilidade do trabalho com formação base - respostas obtidas à Q7

Compatibilidade do Trabalho com Formação Base	Frequência
Não me encontro a trabalhar na minha área de formação	73
Tenho formação em alguma área e estou a aprender outra no campo laboral	21
Estou a trabalhar na área da minha formação profissional	12
Estou na área profissional, no entanto, o salário não corresponde ao desempenho	12
Prefiro não responder	10

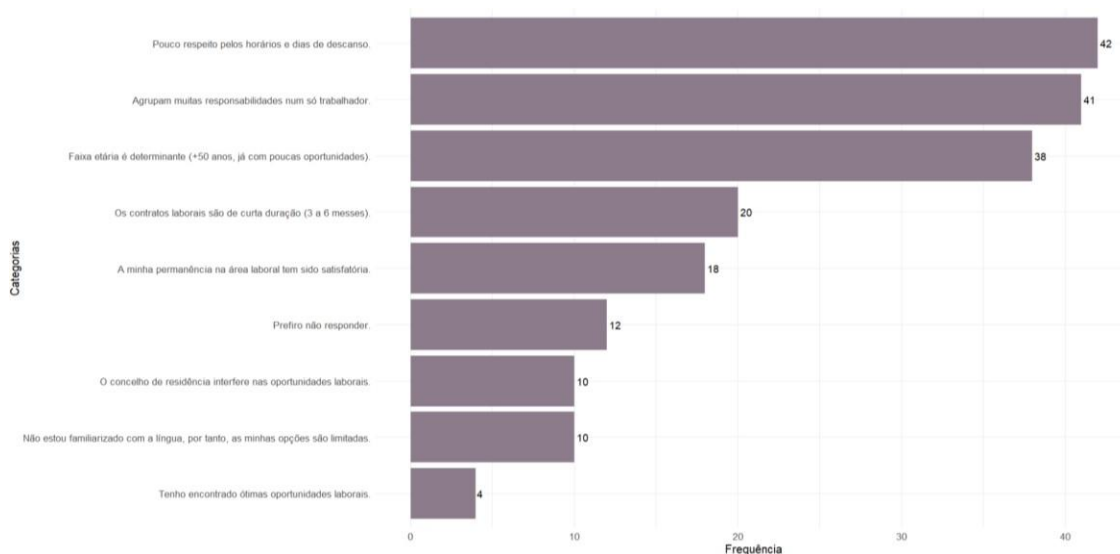
DIII – Q8 Desafios enfrentados na oferta profissional

Na Tabela 17, bem como na Figura 10, estão organizados, por ordem de frequência, os desafios evidenciados pelos participantes no que se refere ao mercado de trabalho. A opção mais escolhida, por 42 participantes, foi o pouco respeito pelos horários e dias de descanso, quase se equiparando ao facto de os participantes considerarem que os trabalhos agrupam muitas responsabilidades num só trabalhador (41 respostas). Trinta e oito participantes consideram que a faixa etária é determinante. Os outros desafios evidenciados apresentam uma frequência inferior, comparativamente com os anteriormente discutidos, conforme se pode depreender da Tabela 17. Salienta-se que 12 participantes preferiram não responder e que apenas quatro participantes, dos 121, referiram ter encontrado ótimas oportunidades laborais.

Tabela 17

Desafios enfrentados na oferta profissional - respostas obtidas à Q8

Desafios Enfrentados	Frequência
Pouco respeito pelos horários e dias de descanso	42
Agrupam muitas responsabilidades num só trabalhador	41
Faixa etária é determinante (+50 anos, já com poucas oportunidades)	38
Os contratos laborais são de curta duração (3 a 6 meses)	20
A minha permanência na área laboral tem sido satisfatória	18
Prefiro não responder	12
Não estou familiarizado com a língua, por tanto, as minhas opções são limitadas	10
O concelho de residência interfere nas oportunidades laborais	10
Tenho encontrado ótimas oportunidades laborais	4

Figura 10*Desafios enfrentados na oferta profissional***DIII – Q9 Tempo de permanência na área profissional**

Outro dado relevante diz respeito ao tempo de permanência no emprego, a fim de averiguar a estabilidade profissional dos participantes. Verificou-se, conforme os dados da Tabela 18, que a maior frequência de resposta aponta para participantes com mais de dois anos (37 respostas) ou mais de cinco anos no mesmo emprego (23 respostas). Contudo, 26 participantes indicaram não possuir contrato fixo, sendo também de 15 a frequência da resposta que associa uma mudança repetitiva de emprego. Seis participantes afirmaram estar “por conta” do Instituto de Emprego da Madeira, revelando igualmente uma situação de instabilidade laboral. De referir que 19 participantes preferiram não responder a esta questão, o que corresponde a 16 % do total de participantes.

Tabela 18*Tempo de permanência na área profissional - respostas obtidas à Q9*

Tempo de Permanência	Frequência
Tenho mais de 2 anos no mesmo emprego	37
Não tenho contrato fixo	26
Tenho mais de 5 anos, estou já efetivo/a	23
Prefiro não responder	19
Tenho mudado muito de emprego	15
Atualmente estou por conta do Instituto de Emprego da Madeira	6

DIII – Q10 Contributos económicos

A Questão 10 da Dimensão III procurou evidenciar possíveis contributos económicos alcançados na Madeira por parte dos participantes. A Tabela 19 mostra que 51 participantes afirmam não ter consolidado estabilidade económica na RAM. Contudo, destacam-se frequências consideráveis nas opções relativas à aquisição de imóvel (42 respostas) e à aquisição de uma ou mais viaturas (37 respostas). O contributo menos expressivo foi a aquisição de outros imóveis secundários, referida por apenas três participantes. Adicionalmente, oito participantes optaram por não responder a esta questão.

Tabela 19

Contributos económicos da comunidade venezuelana na RAM - respostas obtidas à Q10

Contributos Económicos	Frequência
Não tenho consolidado uma estabilidade económica	51
Adquisição de um imóvel (residência familiar)	42
Aquisição de uma ou várias viaturas	37
Garantir um fundo de poupança	14
Um investimento comercial/empresarial	14
Prefiro não responder	8
Aquisição de outros imóveis secundários (investimento)	3

DIII – Q11 Influência de fatores sociodemográficos

Na Questão 11 da Dimensão III, pretendeu-se aferir as perceções dos participantes sobre os fatores sociodemográficos que interferem no seu desenvolvimento económico e social na RAM.

Por análise à Tabela 20, verifica-se que a idade surge como o fator mais evidenciado, com uma frequência de 57 participantes. A nacionalidade e o nível de formação também se revelam expressivos, seguidos do lugar de residência, com uma frequência inferior (23 respostas).

Os fatores género e existência de filhos não apresentam grande expressividade nas respostas dos participantes. Salienta-se ainda que 20 participantes, aproximadamente 17 % da amostra, optaram por não responder a esta questão.

Tabela 20

Influência de fatores sociodemográficos em relação ao desenvolvimento económico e social na RAM - respostas obtidas à Q11

Influência de Fatores Sociodemográficos	Frequência
Idade	57
Nacionalidade	46
Nível de Formação	44
Lugar de Residência	23
Prefiro não responder	20
Estado Civil	3
Filhos	2
Género	2

Dimensão IV: Social e Cultural

Na Dimensão IV, relativa ao envolvimento social e cultural dos participantes, analogamente ao que foi efetuado nas outras dimensões, procedeu-se à renomeação das colunas do *dataframe*, referentes às diferentes questões. A nova nomenclatura pode ser consultada na Tabela 21.

Tabela 21

Nomenclatura adaptada das questões da dimensão IV

Questão Original do Questionário	Renomeação do <i>Dataframe</i>
Q12: Participa na RAM em algum grupo?	Participação em grupo na RAM
Q13: Quais são as atividades promovidas pelo Governo Regional para fortalecer as políticas de integração e de confraternização cultural entre as comunidades migrantes?	Atividades Promovidas pelo Governo
Q14: Onde apresentou maior dificuldade de integração	Dificuldades de Integração
Q15: Como pode descrever a interação cultural e social dos migrantes venezuelanos com o povo madeirense?	Interação Cultural e Social
Q16: Tem recebido assessoria ou acompanhamento por parte de associações constituídas por lusodescendentes?	Assessoria / Acompanhamento

DIV – Q12 Participação em grupo na RAM

Dos 116 participantes que responderam a esta questão, observa-se, na Tabela 22, que 76 não participam em qualquer tipo de grupo, ou seja, trata-se da maioria dos participantes.

Das restantes opções, destacam-se os grupos desportivos e musicais como sendo as mais assinaladas.

Ainda que alguns participantes tenham referido estar envolvidos em mais do que um grupo, observa-se que a soma dessas respostas nunca se equipara ao número daqueles que não participam em grupo algum, o que denota que a participação social e cultural dos inquiridos poderá estar condicionada por fatores como o tempo disponível ou o lugar de residência.

Tabela 22*Participação em grupos - respostas obtidas à Q12*

Participação em grupo na RAM	Frequência
Não participo	76
Desportivo	29
Cultural	21
Musical	13
Prefiro não responder	5

DIV – Q13 Atividades promovidas pelo Governo

Conforme se constata na Tabela 23, as festas luso-venezuelanas são apontadas pelos participantes como um fator expressivo no fortalecimento das políticas de integração e de confraternização cultural entre as comunidades migrantes, com 71 respostas, num total de 114 obtidas na Questão 13 da Dimensão IV.

O festival gastronómico foi evidenciado por 47 participantes, seguido da Festa da Diversidade Cultural e da Semana da Interculturalidade, ambas com frequências de resposta menos expressivas.

Salienta-se que, entre os 114 respondentes, 16 afirmaram não conhecer as atividades promovidas pelo Governo Regional, o que corresponde a 14 %. Além disso, sete participantes optaram por não responder a esta questão.

Tabela 23*Atividades sociais promovidas pelo Governo - respostas obtidas à Q13*

Atividades Promovidas pelo Governo	Frequência
Festas luso-venezuelanas	71
Festival gastronómico	47
Festa da diversidade cultural	28
Semana da interculturalidade	21
Não conheço as atividades promovidas pelo Governo Regional	16
Prefiro não responder	7

DIV – Q14 Dificuldades de integração

A maior dificuldade de integração evidenciada pelos participantes prende-se com a esfera laboral, assinalada por 58 participantes, num total de 110 respondentes, conforme se constata na Tabela 24.

Outros dois aspetos fortemente salientados foram a dificuldade na interação social (55 respostas) e os ajustes económicos (41 respostas).

As dificuldades na integração académica e na dinâmica familiar também foram selecionadas, mas com menor expressividade.

Tabela 24*Dificuldades de integração - respostas obtidas à Q14*

Dificuldades de Integração	Frequência
Na esfera laboral	58
Na interação social.	55
Nos ajustes económicos	41
Na integração académica	19
Na dinâmica familiar	12
Prefiro não responder	11

DIV – Q15 Interação social e cultural

Relativamente à interação social e cultural dos migrantes venezuelanos com o povo madeirense, observa-se, pelas frequências de respostas apresentadas na Tabela 25, que 54 participantes, num total de 117, referem que essa interação representa grandes desafios, devido às diferenças culturais.

Contudo, 48 participantes destacaram a existência de partilha de costumes e tradições, e 26 consideraram tratar-se de uma interação muito positiva e de cooperação.

Destaca-se ainda que, entre os 117 respondentes, 26 afirmaram haver pouca inclusão e tolerância. Daqui se depreende que, entre os participantes que opinaram sobre esta questão, 22 % identificaram aspetos menos positivos na interação social e cultural entre os migrantes venezuelanos e o povo madeirense.

Tabela 25*Interação social e cultural - respostas obtidas à Q15*

Integração Social e Cultural	Frequência
Representa grandes desafios, são culturas diferentes	54
Há partilha de costumes e tradições	48
Há pouca inclusão e tolerância	26
É uma interação muito positiva e de cooperação	26
Prefiro não responder	4

DIV – Q16 Assessoria/ Acompanhamento

Quanto ao acompanhamento providenciado por associações constituídas por lusodescendentes, apurou-se, através do questionário, que mais de metade dos respondentes a esta questão, ou seja, 64 participantes, em 115, referiram não possuir qualquer interação com associações deste tipo, conforme se pode analisar na Tabela 26.

Outros 36 participantes afirmaram não conhecer estas associações.

As frequências relativas às respostas dos participantes que se sentem acompanhados por associações de lusodescendentes revelam-se bem menos expressivas.

Tabela 26

Assessoria/acompanhamento das associações luso- venezuelana - respostas obtidas à Q16

Assessoria / Acompanhamento	Frequência
Não tive interação com nenhuma delas	64
Não conheço estas associações.	36
Associação da Comunidade de Imigrantes Venezuelanos na Madeira - VENECOM.	13
Associação de Imigrantes Venezuelanos em Portugal – VENEXOS	13
Prefiro não responder.	6
Associação Amigos da Diáspora é os Emigrantes Madeirenses – AADAM	3

Dimensão V: Educativa

A educação constitui um dos pilares fundamentais no processo de adaptação dos migrantes, influenciando não apenas os indivíduos, mas toda a dinâmica familiar.

À semelhança do que foi efetuado nas outras dimensões, procedeu-se à renomeação das colunas do *dataframe*.

Tabela 27

Nomenclatura adaptada das questões da dimensão V

Questão Original do Questionário	Renomeação do <i>Dataframe</i>
Q17: Tem filhos em idade escolar?	Filhos em Idade Escolar
Q18: Número de filhos a frequentar o ensino	Número Filhos que Frequentam o Ensino
Q19: Níveis de ensino que frequentam os seus filhos	Nível de Ensino dos Filhos
Q20: Quais foram os desafios para matricular os seus filhos nos estabelecimentos de educação na RAM?	Desafios no Momento de Matrícula
Q21: Quais foram as estratégias que a escola implementou, através da Secretaria Regional de Educação, Ciência e Tecnologia, para apoiar ou garantir a adaptação dos seus educandos no sistema educativo na RAM.	Estratégias Implementadas pela Escola
Q22: Na sua permanência na RAM, teve acesso a oportunidades de formação em alguma área ou nível de ensino?	Oportunidades de Formação
Q23: Solicitou a equivalência das suas habilitações universitárias obtidas no país de origem?	Equivalência de Habilitações

DV – Q17 Filhos em idade escolar

Conforme se observa na Tabela 28, uma parte significativa desta comunidade migrante é composta por famílias, sendo a área educativa um dos pilares fundamentais para a estabilidade e o fortalecimento da sua integração na sociedade local.

A grande maioria dos participantes, especificamente 67, indicou ter filhos em idade escolar, o que demonstra a presença de uma população de casais jovens e em processo de adaptação ao sistema educativo da Região. Por outro lado, 54 participantes

afirmaram não ter filhos em idade escolar, o que também reflete a diversidade de estruturas familiares dentro desta comunidade migrante.

Tabela 28

Filhos em idade escolar - respostas obtidas à Q17

Filhos em Idade Escolar	Frequência
Sim	67
Não	54

DV – Q18 Número filhos que frequentam o ensino.

A presente questão desta dimensão procura aferir o número de filhos dos participantes que frequentam o ensino. Conforme apresentado na Tabela 29, a maioria dos inquiridos com filhos em idade escolar referiu ter dois filhos (34 participantes), seguida de 25 participantes que indicaram ter apenas um filho. Já um número mais reduzido mencionou ter três filhos (7 participantes) e apenas um inquirido declarou ter mais de três filhos. Estes dados refletem a diversidade na estrutura das famílias migrantes.

Tabela 29

Número filhos que frequentam o ensino - respostas obtidas à Q18

Número Filhos que Frequentam o Ensino	Frequência
Dois	34
Um	25
Três	7
Mais	1

DV – Q19 Nível de ensino dos filhos

Conforme se apresenta na Tabela 30, um dos fatores com maior influência nas respostas é a presença de famílias com filhos em idade escolar. Dentro desta comunidade migrante, verifica-se uma distribuição bastante positiva quanto à frequência dos diferentes níveis de ensino, o que evidencia um fator relevante para o seu desenvolvimento e integração.

Os dados revelam que a maioria das crianças e jovens está inserida no ensino secundário, contabilizando um total de 20 participantes. Segue-se o ensino básico do 3.º ciclo, com 18 participantes. Em menor número, mas ainda com alguma representatividade, encontram-se a educação pré-escolar e o ensino profissional, ambos com sete participantes.

Estes números demonstram a diversidade da população estudantil dentro da comunidade migrante, refletindo o impacto da escolarização no seu processo de adaptação e estabilidade na Região.

Tabela 30

Nível de ensino dos filhos - respostas obtidas à Q19

Nível de Ensino dos Filhos	Frequência
Não Responderam à Questão	50
Ensino secundário	20
Ensino básico – 3.º ciclo	18
Universitário	17
Ensino básico – 1.º ciclo	15
Ensino básico – 2.º ciclo	12
Educação pré-escolar	7
Formação profissional	7
Prefiro não responder	1

DV – Q20 Dificuldade no momento de matrícula

A maioria significativa dos participantes respondeu à Questão 20, cujos dados estão apresentados na Tabela 31, afirmando não ter encontrado dificuldades no processo de matrícula dos seus filhos no sistema de ensino, ou seja, um total de 58 participantes. Este facto sugere que, de uma forma geral, a integração escolar ocorreu de forma fluída e sem grandes obstáculos.

No entanto, um pequeno número de participantes relatou desafios, nomeadamente a falta de documentação necessária para a inscrição, referida por cinco participantes. Para além deste fator, outras dificuldades foram mencionadas, mas apenas por um único participante em cada caso, o que indica que estas situações foram pontuais e não representativas do panorama geral.

Assim, pode concluir-se que os alunos foram, na sua maioria, integrados no sistema educativo sem grandes impedimentos.

Tabela 31

Dificuldade no momento de matrícula - respostas obtidas à Q20

Dificuldade no Momento de Matrícula	Frequência
Não responderam à questão	51
Tudo correu bem e meus filhos foram matriculados sem quaisquer inconvenientes	58
Não tinha habilitações anteriores (da Venezuela)	5
Prefiro não responder	4
A documentação não estava traduzida para português e apostilada	1
Não encontrei vaga na escola para o ano de ensino	1

DV – Q21 Estratégias implementadas pela escola

Relativamente às estratégias adotadas pelas escolas e vistas como facilitadoras da integração dos filhos dos participantes no sistema de ensino, os dados apresentados na Tabela 32 evidenciam que a Incorporação da Língua não Materna foi destacada pela maioria, com 58 participantes a assinalarem esta medida.

Seguiram-se os apoios fornecidos em algumas disciplinas, referidos por 28 participantes, e o acompanhamento e adaptação dos conteúdos, mencionado por 11 participantes. Outras estratégias foram também identificadas, mas com frequências bastante inferiores, o que demonstra menor relevância no contexto global das respostas.

Tabela 32

Estratégias implementadas pela escola para a integração - respostas obtidas à Q21

Estratégias Implementadas pela Escola	Frequência
Não responderam à questão	50
Incorporação da Língua não materna	58
Apoios nalgumas disciplinas (português e matemática, etc.)	28
Acompanhamento e adaptação do conteúdo	11
Prefiro não responder	6
Não conheço as medidas que implementaram	5
Avaliação diferenciada	3
Grupos de promoção e intercâmbio cultural	3

DV – Q22 Oportunidades de formação

A Tabela 33 apresenta os dados relativos às oportunidades de formação frequentadas pelos participantes, destacando-se como um fator fundamental para a

integração e acesso a oportunidades de trabalho, nomeadamente através da continuidade da formação académica ou profissional, bem como do aperfeiçoamento linguístico, com ênfase na aprendizagem da língua portuguesa.

A aprendizagem do português como língua não materna foi a opção mais mencionada, com 71 participantes, destacando-se como um elemento-chave na sua experiência de integração.

Importa, no entanto, referir que, dos 121 participantes, 33 optaram por não responder a esta questão, o que poderá refletir diferentes realidades ou níveis de interesse relativamente à formação.

Entre as opções menos escolhidas encontram-se os cursos profissionais, com apenas 8 participantes, e o ensino secundário, com 10 participantes. Estes números sugerem que, apesar da reconhecida importância da educação e qualificação profissional, nem todos os migrantes têm a oportunidade de dar continuidade à formação, ou, alternativamente, pode inferir-se que esta comunidade já possui formação de base e que o seu maior interesse/necessidade se centra no desenvolvimento profissional.

Tabela 33

Oportunidades de formação - respostas obtidas à Q22

Oportunidades de Formação	Frequência
Portuguesa língua não materna	71
Prefiro não responder.	33
Curso Universitário	13
Conclusão do Secundário	10
Curso profissional	8

DV – Q23 Equivalência de habilitações

A Tabela 34 apresenta dados relevantes sobre o reconhecimento de qualificações académicas por parte dos participantes, permitindo aprofundar a análise dos dados sociodemográficos desta comunidade migrante.

Constata-se que uma percentagem significativa dos inquiridos possui formação superior: cerca de 50 % das mulheres e 27,9 % dos homens afirmaram ter concluído o grau de licenciatura, o que poderá permitir solicitar equivalências académicas em determinadas áreas profissionais na Região. No entanto, este processo nem sempre é simples, sendo frequentemente marcado por dificuldades que limitam o acesso a essa possibilidade.

Um dos principais entraves identificados está relacionado com a falta de documentação necessária para iniciar o processo de equivalência, situação reportada por 36 participantes, o que representa uma percentagem significativa da amostra.

Além disso, 22 participantes optaram por não responder a esta questão, o que pode indicar falta de informação sobre o procedimento ou outros fatores de ordem individual.

Tabela 34

Equivalência de habilitações - respostas obtidas à Q23

Equivalência de Habilitações	Frequência
Não tenho a documentação necessária	36
Prefiro não responder.	22
Não tenho interesse em solicitar a equivalência	18
Não tenho habilitações universitárias	16
Já foram aprovadas	13
Estou à espera de aprovação	11
O meu curso não existe em Portugal	7

Dimensão VI: Familiar e de apoio social à população

A Dimensão VI tem como objetivo compreender os fatores que levam os participantes a permanecer na RAM, analisando as suas motivações e circunstâncias individuais.

Para além disso, esta dimensão avalia o tipo de apoio social recebido, procurando identificar se este provém de instituições, programas governamentais, organizações sociais, entre outros.

Adicionalmente, investiga-se a duração desse apoio, permitindo aferir se se trata de um suporte contínuo e estruturado ou se é prestado de forma pontual e temporária.

DVI – Q24 Razão permanência na RAM

A Tabela 35 apresenta dados sobre a escolha dos inquiridos em permanecer na Região. A grande maioria dos participantes (86 %) afirma que a principal razão de permanência na RAM é a família.

As razões económicas e educativas foram igualmente escolhidas pelos participantes como segundo motivo de permanência na Região. A razão menos referida foi a de natureza social, com 22 respostas.

Tabela 35

Razões da permanência da comunidade venezuelana na RAM – respostas obtidas à Q24

Razão Permanência RAM	Frequência
Familiares	104
Económicas	46
Educativas	46
Sociais (Apoios, Segurança)	22
Prefiro não responder	4

DVI – Q25 Apoios recebidos

Na Tabela 36, cerca de metade dos participantes, especificamente 61, representando 50,4 %, indicaram não ter recebido qualquer tipo de apoio, o que revela que uma parte significativa desta comunidade migrante não tem beneficiado de assistência social ou institucional.

Entre aqueles que afirmaram ter recebido apoio, a ajuda providenciada pelo Instituto da Segurança Social da Madeira destaca-se como a mais mencionada, representando 36 % das respostas.

Por outro lado, o apoio prestado pelo Banco Alimentar registou o menor número de respostas, com cinco participantes.

Estes resultados permitem compreender melhor as dinâmicas de apoio social.

Tabela 36

Apoios sociais a família ou a população da comunidade venezuelana - respostas obtidas à Q25

Apoios Recebidos	Frequência
Não tenho recebido apoio	61
Instituto de Segurança Social da Madeira	44
Escola/ Casa do Povo	17
Instituto de Emprego da Madeira	12
Instituto de Habitação	7
Prefiro não responder.	6
Banco Alimentar	5

DVI – Q26 Duração dos apoios recebidos

Nesta questão sobre a duração do apoio social recebido, é importante destacar, como representado na Tabela 37, que a resposta não era de carácter obrigatório. Além disso, na Questão Q25, verificou-se que 50,4 % dos inquiridos indicaram não ter recebido qualquer tipo de apoio.

Entre os restantes participantes, 22 optaram por não responder, enquanto 21 referiram ter recebido apoio por um período igual ou superior a dois anos. Por outro lado, 10 participantes indicaram ter beneficiado de apoio por um período inferior a seis meses.

Estes dados permitem compreender a variação na duração do apoio social, refletindo diferentes realidades dentro da comunidade migrante, desde aqueles que nunca

recorreram a este tipo de auxílio até aos que beneficiaram de suporte durante um período prolongado.

Tabela 37

Duração dos apoios sociais recebidos - respostas obtidas à Q26

Duração dos Apoios Recebidos	Frequência
Prefiro não responder	22
2 anos ou mais	21
Menos de 1 ano	12
Menos de 6 meses	10

Dimensão VII: Perspetivas futuras

DVII – Q27 Perspetivas futuras

No que se refere às perspetivas futuras, observa-se, na Tabela 38, que as três opções mais respondidas pelos participantes indicam uma intenção de permanecer na Madeira, sendo a opção mais votada a que se refere à segurança e qualidade de vida, com uma percentagem de 60 %.

A frequência desta resposta corrobora a informação já fornecida pelos participantes na Dimensão I, quando indicaram a insegurança como o principal fator para terem abandonado o seu país de origem.

Quarenta e cinco participantes, ou seja, 37 %, afirmam ser sua intenção permanecer na Madeira e continuar a progredir profissionalmente e academicamente.

Um quinto dos participantes (20 %) respondeu que, dada a sua idade, considera a Madeira um lugar seguro para viver a velhice.

Novamente, 15 participantes referiram a questão da segurança, aliada a fatores económicos, como um bom motivo para permanecer na Região.

A frequência de participantes que tencionam sair da Madeira é bem menor, tendo nove participantes manifestado vontade de regressar à Venezuela, caso as condições sejam favoráveis, e sete indicaram intenção de migrar para outro país.

Tabela 38

Perspetivas futuras da comunidade venezuelana na RAM - respostas obtidas à Q27

Perspetivas Futuras	Frequência
A Madeira oferece-me segurança e qualidade de vida, bem como para a minha família	73
Desejo permanecer na Madeira e continuar a progredir quer no âmbito académico quer profissional	45
Já tenho uma certa idade e a Madeira garante-me segurança para a minha velhice	25
Sinto-me tranquilo/a e com estabilidade económica	15
Só estou à espera de uma melhoria na situação da Venezuela para regressar àquele país. Estou com algumas dúvidas em relação ao meu futuro.	9
Não vou permanecer muito tempo na Madeira, pois pretendo migrar para outro país	7
Prefiro não responder	6

8.3 Análise de resultados – triangulação

Esta investigação pretende analisar os contributos socioeconómicos e educativos da comunidade migrante na Região Autónoma da Madeira, destacando o papel fundamental que esta tem desempenhado na promoção da sinergia com a comunidade de acolhimento. Além disso, aprofunda os desafios enfrentados pelas famílias venezuelanas durante o processo de transição e integração na RAM, explorando as dificuldades e oportunidades que surgem nesse percurso.

A interação entre a comunidade migrante e a sociedade madeirense, em articulação com as políticas governamentais, tem vindo a fomentar um ambiente de

cooperação e respeito mútuo. Este contexto tem permitido a valorização e integração de diferentes formas culturais, promovendo um desenvolvimento comunitário sustentável e inclusivo.

O impacto da comunidade venezuelana tem sido significativo, tanto a nível económico como educativo. A sua presença e participação, aliadas às políticas públicas regionais, têm sido determinantes para a construção de uma relação comunitária harmoniosa e colaborativa, impulsionando o crescimento e a diversidade da RAM.

De acordo com Carmo (2001), o desenvolvimento comunitário baseia-se na valorização dos recursos locais, no fortalecimento das competências individuais e na promoção da independência das comunidades. O autor destaca ainda a importância da criação de redes de solidariedade, da cooperação entre diferentes agentes sociais e do reforço das políticas sociais a nível local.

Assim, a relevância do desenvolvimento comunitário como estratégia de intervenção social reside na sua capacidade de incentivar a participação ativa, consolidar os laços comunitários e encontrar soluções conjuntas e adaptadas aos desafios sociais atuais, nomeadamente no contexto das migrações.

Importa salientar que, nesta fase da análise, a triangulação dos dados recolhidos através de inquéritos, entrevistas e revisão da literatura, permitiu interpretar de forma mais aprofundada o impacto da comunidade migrante na RAM. A convergência entre as fontes destaca tendências significativas, tais como a valorização das redes de apoio comunitário e o papel estruturante das políticas públicas no processo de integração.

Desta forma, a investigação evidencia a importância estratégica da comunidade migrante na RAM e a relevância das políticas públicas regionais na promoção de uma integração eficaz e mutuamente benéfica.

Na perspetiva do secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres (2019), o migrante tem desempenhado um papel cada vez mais relevante nas sociedades onde se insere, contribuindo de forma significativa para diversas áreas, como a economia, a cultura e o desenvolvimento comunitário.

O seu impacto é visível não só no crescimento e sustentabilidade das comunidades de acolhimento, mas também no progresso dos países de origem, através da transferência de conhecimentos e da criação de redes transnacionais que fomentam cooperação e inovação.

Dimensão I - Caracterização pessoal/ sociodemográfica

Todos os entrevistados e inquiridos convergem na ideia de que o período entre 2015 e 2018 correspondeu a um momento de maior êxodo, durante o qual a chegada de migrantes venezuelanos à Madeira ocorreu em larga escala.

Segundo um dos entrevistados (E3), houve semanas em que as escolas da região registaram centenas de novas matrículas de alunos provenientes especificamente da Venezuela, ilustrando a magnitude do fluxo migratório.

Outro entrevistado (E1) mencionou que as estimativas apontavam para a chegada de aproximadamente 20 mil pessoas à RAM. No entanto, nem todos permaneceram: calcula-se que cerca de 12 mil indivíduos tenham fixado residência na ilha, enquanto outros utilizaram a Madeira como ponto de passagem para outros destinos.

A União Europeia, juntamente com a ACNUR e várias outras organizações internacionais, reconhece que a situação migratória da comunidade venezuelana é particularmente complexa. Esta crise, já considerada a maior migração dos tempos modernos, supera, em número, outras migrações motivadas por guerras ou catástrofes naturais.

A triangulação entre os dados dos inquéritos, entrevistas e referencial teórico permitiu compreender de forma mais aprofundada as características sociológicas desta comunidade na RAM.

Através dos inquéritos realizados, foi possível identificar diversos elementos determinantes para a caracterização deste grupo populacional.

Os dados recolhidos indicam um predomínio do género feminino. Em termos etários, a faixa entre os 41 e os 50 anos revela-se a mais representada, embora também se observe uma presença significativa de indivíduos jovens (18–30 anos), assim como homens com idades compreendidas entre os 50 e os 75 anos.

Outro dado relevante é o facto de a maioria possuir dupla nacionalidade, venezuelana e portuguesa. Esta informação confirma os testemunhos recolhidos nas entrevistas, que sublinham que grande parte destes migrantes são portugueses ou lusodescendentes, regressando à Madeira após décadas de emigração. Segundo Sampaio (2014), muitos migrantes desenvolvem uma dupla identidade, mantendo uma ligação cultural a dois mundos. Para grande parte deles, reconstruir a vida em Portugal representa um desafio complexo, nem sempre linear.

No que respeita ao nível de escolaridade, os dados indicam que uma percentagem significativa da amostra possui formação académica ao nível do ensino superior, com destaque para o grau de licenciatura: 50% das mulheres e 27,9% dos homens inquiridos referiram ter este grau. Simultaneamente, 23,1% das mulheres e 30,2% dos homens indicaram ter concluído o ensino secundário.

No que se refere à formação profissional, 17,9% das mulheres e 25,6% dos homens declararam possuir este tipo de qualificação. Estes dados sugerem um perfil académico e profissional relativamente elevado, o que poderá facilitar a integração laboral e social.

De acordo com Berry (1992) e Oliveras (2000), manter uma atitude positiva, respeitar a diversidade cultural, possuir um nível de escolaridade elevado e dominar vários idiomas são fatores que favorecem uma integração bem-sucedida. Estes elementos facilitam a adaptação cultural e o envolvimento na sociedade de acolhimento.

A análise dos inquéritos revelou ainda que a maioria dos participantes é casada, o que sugere que o processo migratório foi, na sua essência, de carácter familiar. Muitos dos indivíduos regressaram acompanhados pelos seus cônjuges e filhos, reforçando a ideia de um retorno coletivo e planeado.

Em relação à distribuição geográfica, os dados evidenciam que a comunidade migrante se dispersou por toda a ilha, seguindo uma lógica proporcional à distribuição da população originária.

Um fator determinante nesta dispersão foi a presença prévia de familiares, com muitos recém-chegados a residir em casas pertencentes à família, recorrendo à reabilitação urbana para tornar os imóveis habitáveis.

Esta observação é corroborada pelos testemunhos, que apontam para uma distribuição geográfica transversal tanto em termos económicos como educativos. Contudo, o Funchal destaca-se como principal polo de atração, não apenas pela sua centralidade e oferta de emprego, mas também pela concentração de serviços públicos, infraestruturas e instituições educativas, facilitando a integração da comunidade migrante.

O entrevistado (E3) refere: “[...] Temos alunos em todos os concelhos, o Funchal, que obviamente é maior, até 50% da população, mas temos uma situação generalizada...” Este excerto reforça, pela via qualitativa, os dados recolhidos nos inquéritos, evidenciando a dispersão e o impacto geográfico da comunidade migrante. Este fenómeno migratório teve um impacto considerável na estrutura social e económica

da Madeira, influenciando áreas como a educação, o mercado de trabalho e os serviços públicos, exigindo ajustamentos e respostas adaptadas por parte das autoridades locais.

Ao analisar as razões que levaram esta comunidade migrante a abandonar o seu país de origem, a Venezuela, constata-se que os motivos são diversos e refletem um conjunto de desafios enfrentados pela população. Entre os fatores mais mencionados, destaca-se, em primeiro lugar, a insegurança, identificada como a principal preocupação e impulsionadora da decisão de emigrar.

Em seguida, surgem questões de natureza económica, nomeadamente a deterioração das condições de vida, a falta de oportunidades de emprego e a instabilidade financeira. A escassez de alimentos e medicamentos foi também amplamente referida como uma dificuldade significativa, afetando diretamente o bem-estar e a qualidade de vida da população. Embora em menor grau, mas ainda assim com relevância, surgem fatores ligados à saúde e ao contexto político do país, que contribuíram para agravar o cenário de instabilidade e incerteza.

Para Trindade (2000), os movimentos populacionais, motivados por razões económicas, sociais, políticas ou culturais, têm sido objeto de diversas análises e interpretações. Estes fenómenos migratórios constituem um campo de estudo vasto e multidisciplinar, permitindo a investigação dos seus impactos nas sociedades de origem e de acolhimento, bem como a compreensão dos desafios e oportunidades que surgem desse processo de mobilidade humana.

Assim, percebe-se que um dos principais objetivos desta comunidade ao escolher um país de acolhimento, como Portugal, é encontrar tranquilidade e segurança, condições fundamentais para a reconstrução das suas vidas. Esta interpretação é reforçada pelo testemunho do entrevistado (E1), que afirmou: “...não queriam, de facto, viver naquela sociedade violenta, empobrecida, onde as oportunidades eram bastante limitadas e onde o acesso a bens básicos, como medicamentos ou comida, estava extremamente restringido.”

Conclui-se, assim, que a migração desta comunidade venezuelana não se deve apenas a um fator isolado, mas sim a um conjunto de circunstâncias adversas que, combinadas, impulsionaram a sua procura por um ambiente mais estável, seguro e promissor para si e para as suas famílias.

Dimensão II- Caracterização política e governamental

Na dimensão política e governamental, foram analisadas as diversas estratégias adotadas tanto pelo Governo Regional como pelo Governo Nacional, considerando as ações implementadas, os desafios enfrentados e as necessidades manifestadas pela comunidade migrante. Além disso, avaliou-se a percepção desta comunidade relativamente às respostas sociais disponibilizadas para apoiar a sua integração, com especial enfoque na acessibilidade à informação e na agilização dos procedimentos burocráticos relacionados com documentação.

No que diz respeito às medidas promovidas pelas autoridades da RAM, constatou-se que um número significativo de migrantes desconhece as iniciativas que têm sido desenvolvidas. No entanto, um dos serviços mais referenciados nos inquéritos foi o Balcão de Atendimento ao Migrante, criado especificamente para acolher e orientar esta comunidade. Além disso, o entrevistado (E1) destacou a criação de um mecanismo de resposta rápida: “[...] nós criámos um gabinete de crises, o Gabinete de Apoio ao Regressado da Venezuela, de forma a tentar perceber que realidade e quais eram as necessidades.”

Por outro lado, a interação com as associações de migrantes venezuelanos revelou-se uma opção menos frequente entre os entrevistados, sugerindo a necessidade de reforçar a articulação entre estas entidades e as políticas públicas de apoio à integração.

Os desafios enfrentados pelo governo, no contexto da chegada e integração da comunidade migrante, são refletidos tanto nas respostas dos inquiridos como nas opiniões expressas pelos entrevistados. O entrevistado (E1) destacou que, “do ponto de vista político, o governo nunca olhou para a chegada destes nossos conterrâneos e seus descendentes como um problema.” No entanto, reconheceu que “foram criados efetivamente alguns constrangimentos em alguns serviços”, devido ao aumento expressivo da população migrante num curto espaço de tempo, o que sobrecarregou certas áreas como a saúde e alguns mecanismos de apoio.

Para Sampaio (2014), os governantes recorrem a diversas estratégias, adaptativas ou não, para enfrentar as adversidades da melhor forma possível. Como resultado, promovem processos de integração e socialização numa nova cultura, o que implica transformações nos hábitos e atitudes, bem como mudanças nos padrões de pensamento e valores.

O entrevistado (E2) também sublinhou a importância da criação de um Conselho Social, um espaço que reúne diversas entidades associativas com o objetivo de delinear estratégias e coordenar ações que possam fortalecer a integração dos migrantes. Além disso, destacou a cooperação entre as autoridades regionais e nacionais, que permitiu uma resposta coordenada para apoiar alguns portugueses e instituições de solidariedade que permanecem na Venezuela e enfrentam dificuldades económicas significativas.

O entrevistado (E2) reforçou ainda o papel fundamental das equipas especializadas nos consulados portugueses na Venezuela, salientando que estas unidades têm trabalhado de forma colaborativa: “Estão todos juntos a partilhar experiências, conhecimentos, mas também a agir quando é necessário.” Esta atuação concertada demonstra o empenho em assegurar apoio à comunidade portuguesa, tanto na Venezuela como no seu processo de retorno e integração em Portugal.

Por sua vez, Durán (2021) fortalece a visão das autoridades regionais, reconhecendo que os cidadãos das comunidades madeirenses que residem na Venezuela se encontram em situações difíceis. O contexto adverso engloba várias áreas como desemprego, falta de acesso a serviços básicos como alimentação, saúde e educação, perseguição ou insegurança.

Entre as principais necessidades manifestadas pela comunidade venezuelana residente na RAM, destacam-se, de forma significativa, a procura de emprego e a aprendizagem da língua portuguesa. Ambos os aspetos são fundamentais para garantir uma integração plena e sustentável, permitindo que esta população consiga adaptar-se à sociedade e contribuir ativamente para o seu desenvolvimento.

O entrevistado (E1) sublinhou o esforço por parte do governo na promoção de cursos de PLNM, disponibilizados em diferentes contextos, como as Casas do Povo, as escolas da região e o Instituto Qualifica. Estas iniciativas registaram uma adesão significativa por parte da comunidade migrante venezuelana, demonstrando a importância do domínio da língua para a sua inclusão social e profissional.

Em relação à inserção da comunidade venezuelana no mercado de trabalho, os entrevistados concordaram que têm conseguido integrar-se de forma eficaz em diversos setores da economia regional. A sua presença tem sido notória em áreas cruciais, tendo desempenhado um papel fundamental no preenchimento de lacunas laborais, essenciais ao bom funcionamento e desenvolvimento da RAM.

O entrevistado (E1) destacou: “Estão nos TDVE, na distribuição de alimentos, em restaurantes, pastelarias, hotéis, na construção civil, em funções mais qualificadas como

contabilidade e na administração pública. Podemos observar isso, desde os mais jovens até os mais velhos, todos estão a trabalhar.” Por outro lado, o entrevistado (E2) acrescentou: “... do ponto de vista económico, a sua chegada veio dinamizar a economia... não apenas através da construção das suas habitações, mas também ao investir em novos negócios...”. Este dinamismo tem sido um fator facilitador no processo de acolhimento e integração da comunidade venezuelana, promovendo uma adaptação mais harmoniosa e equilibrada às condições locais.

Esta capacidade empreendedora tem impulsionado não apenas o setor habitacional, mas também o surgimento e fortalecimento de novos negócios, gerando emprego e novas oportunidades económicas. Deste modo, este dinamismo tem sido um fator determinante para a sua inclusão e integração na RAM, promovendo um processo de adaptação mais harmonioso e equilibrado, com benefícios tanto para a comunidade venezuelana como para a economia e sociedade madeirense.

Neste contexto, surgem diversas questões relacionadas com as políticas governamentais, que poderiam ser objeto de uma análise mais aprofundada no futuro. Se esta comunidade migrante não tivesse demonstrado um espírito empreendedor tão marcante, bem como um dinamismo e uma capacidade de investimento significativos, as políticas implementadas teriam sido as mesmas?

Além disso, importa refletir se o processo de acolhimento foi impulsionado principalmente pelos benefícios económicos e sociais gerados por esta migração na RAM, ou se, pelo contrário, resultou de um verdadeiro sentimento de solidariedade para com os seus conterrâneos.

Dimensão III- Caracterização económica e profissional

A maioria dos migrantes toma a difícil decisão de deixar para trás o seu país de origem devido a múltiplos fatores. No entanto, ao chegarem ao país de acolhimento, deparam-se frequentemente com constrangimentos significativos que dificultam a concretização dos seus objetivos de progresso económico e profissional. Desde barreiras linguísticas e burocráticas até à falta de reconhecimento das suas qualificações, os desafios são imensos e, muitas vezes, obrigam os migrantes a reformular as suas expectativas e a procurar novos caminhos de inserção no mercado de trabalho.

Na linha de pensamento de Rodrigues (2023):

O sucesso de uma região, ou de um país, depende muito da sua capacidade de empregabilidade e, por consequência, do crescimento económico e social. Sabemos que muitos territórios necessitam de transformações estruturais e todas elas dependem, essencialmente, da educação e da formação que oferecem. (p. 37)

Neste contexto, procurou-se compreender, através das respostas dos inquiridos, quais os principais fatores que têm influenciado o seu percurso profissional, bem como as dificuldades enfrentadas na procura por estabilidade e crescimento económico. A adaptação a um novo ambiente requer não apenas resiliência, mas também a capacidade de reinvenção e de desenvolvimento de novas competências, elementos essenciais para uma integração bem-sucedida.

Anastácio (2019) reconhece que o tipo de trabalho reflete uma realidade específica, o que tem um impacto significativo nas dinâmicas de comunicação e na mobilidade profissional. Nesse cenário, o trabalhador é muitas vezes visto como um recurso essencial dentro do capital social, como elemento de progresso económico.

A maioria dos inquiridos, correspondente a 52,89%, indicou estar empregada por conta de outrem, exercendo funções em diversas áreas da economia regional. No entanto, verifica-se também um grupo significativo de indivíduos que optou por trabalhar por conta própria (11,5%), revelando espírito empreendedor e capacidade de adaptação ao mercado.

Além destes, há ainda uma proporção menor desta comunidade migrante que se encontra a estudar, bem como um número de reformados. Importa destacar que alguns dos estudantes conciliam os estudos com o trabalho, enquanto, entre os reformados, há quem continue a exercer atividades informais para complementar os rendimentos. Apenas uma pequena fração dos inquiridos, 13,2%, declarou estar em situação de desemprego, destacando-se, assim, que 85,9% dos inquiridos se encontra a realizar alguma atividade. Estes resultados são altamente positivos, pois evidenciam uma comunidade migrante ativa, que participa de forma significativa na economia local e contribui diretamente para o crescimento e progresso da Região Autónoma da Madeira.

No que respeita às áreas de atividade, a maioria dos entrevistados, equivalente a 67,7%, encontra-se inserida no setor terciário, que abrange áreas como o comércio, os serviços, o transporte, a educação, a saúde, o turismo e o entretenimento. Já no setor

secundário, a taxa de empregabilidade situa-se nos 11,5%. Estes são setores estratégicos para a economia regional, representando motores fundamentais do seu desenvolvimento. Para além disso, é relevante assinalar que muitos trabalhadores do setor terciário, e até do setor secundário, complementam os seus rendimentos com atividades no setor primário, nomeadamente na agricultura e na pesca. Esta versatilidade e diversificação das fontes de rendimento evidenciam a capacidade de adaptação da comunidade migrante, bem como a sua disposição para contribuir ativamente em diferentes segmentos da economia, garantindo a sua integração e sustentabilidade financeira.

A maioria dos inquiridos referiu não estar atualmente a trabalhar na sua área de formação original. Esta realidade leva muitos a desenvolver novas competências e a adquirir novas habilidades que lhes permitam uma melhor adaptação ao mercado de trabalho e às exigências das suas funções. A necessidade de requalificação e de aprendizagem contínua tem sido um fator determinante para a integração profissional, permitindo que muitos consigam encontrar oportunidades laborais mesmo fora do seu campo de especialização inicial.

Segundo Gois (2019), a migração em Portugal ainda não tem sido plenamente reconhecida, nem tem beneficiado das oportunidades que merece. No entanto, há um percurso promissor a seguir no que diz respeito à valorização da integração dos migrantes. Esse caminho pode ser mais valorizado através de um conjunto de iniciativas diversificadas que promovam a inclusão social e a equidade, o acesso a oportunidades justas e o reconhecimento do contributo dos migrantes para a sociedade.

A comunidade venezuelana residente na RAM também tem manifestado diversas dificuldades relacionadas com a procura de emprego e com as condições de trabalho. Entre os principais desafios apontados, destaca-se o pouco respeito pelos horários de trabalho, com jornadas muitas vezes prolongadas e exigências excessivas por parte dos empregadores. Outra preocupação frequente refere-se à sobrecarga de funções, nas quais um único trabalhador é responsabilizado por múltiplas tarefas, sem a devida compensação económica ou reconhecimento.

Adicionalmente, a idade também surge como um fator limitante no acesso a determinadas oportunidades, tornando-se um obstáculo para alguns trabalhadores que procuram uma reinserção no mercado laboral. A barreira linguística é outro dos aspetos mencionados, uma vez que o domínio da língua portuguesa é essencial para garantir uma comunicação eficaz no ambiente de trabalho, permitindo uma melhor integração e evitando possíveis mal-entendidos que possam dificultar o desempenho das funções.

Estes desafios evidenciam a necessidade de políticas e iniciativas que promovam uma maior inclusão da comunidade migrante, facilitando o seu acesso a oportunidades de emprego dignas e garantindo condições de trabalho mais justas e equitativas. Segundo Sampaio (2014), a adaptação pode implicar momentos de desconforto e dificuldades, resultantes do confronto entre diferentes culturas e de experiências, por vezes, menos positivas no país de acolhimento, relacionadas principalmente com o desempenho profissional e com os hábitos de convivência.

A maioria dos trabalhadores inquiridos destacou que se encontra no mesmo emprego há mais de dois anos, o que pode indicar uma certa estabilidade profissional dentro da comunidade migrante. No entanto, um grupo significativo mencionou não possuir um contrato de trabalho fixo, revelando uma maior vulnerabilidade laboral e uma possível insegurança no emprego.

Por outro lado, um número menor de inquiridos referiu estar há mais de cinco anos na mesma função. Além disso, há também um grupo ainda mais reduzido que relatou experiências laborais positivas, tendo encontrado boas oportunidades de emprego e conseguido uma adaptação satisfatória ao contexto profissional madeirense.

Esta diversidade de experiências evidencia a necessidade de um olhar mais aprofundado sobre o tipo de oportunidades de trabalho que estão a ser oferecidas à comunidade migrante. Um dos aspetos fundamentais a considerar é a valorização da formação de base destes trabalhadores, garantindo que as suas competências e qualificações sejam devidamente reconhecidas e aproveitadas. Dessa forma, o seu contributo poderia tornar-se ainda mais relevante para o desenvolvimento da economia local, promovendo uma inserção laboral mais estável e qualificada, que beneficie tanto os migrantes como a própria região.

Para Gois (2019), “a inserção de trabalhadores estrangeiros nos diferentes grupos profissionais e atividades económicas do mercado de trabalho português não reflete necessariamente as qualificações e experiência profissional destes trabalhadores (...) desempenham funções abaixo do nível das suas habilitações” (p. 44). Por sua vez, o entrevistado (E2) corrobora esta perspetiva, ao afirmar: “(...) muitos dos que vêm para aqui residir têm qualificações superiores e não estão a exercer a profissão para a qual têm habilitação e para a qual se qualificaram, e acabam por ter empregos de menor qualificação”.

A perceção predominante dentro desta comunidade é de que, na sua maioria, ainda não atingiu uma verdadeira estabilidade económica no país de acolhimento. No entanto,

um grupo menor, mas ainda assim significativo, já conseguiu adquirir um imóvel para habitação própria. Apesar de este ser um passo importante no percurso de integração e progresso financeiro, não constitui, por si só, um indicador absoluto dessa estabilidade. Pelo contrário, representa um marco fundamental que viabiliza a construção gradual de um futuro mais seguro, sustentado no desempenho laboral e no crescimento profissional.

É importante considerar, neste contexto, os próprios indicadores macroeconómicos da Região, onde a aquisição de habitação se tem tornado um desafio crescente, não apenas para a comunidade migrante, mas também para os casais jovens locais. Fatores como a inflação, a especulação imobiliária e os baixos rendimentos, comparados ao custo da habitação, dificultam significativamente o acesso a uma casa própria, tornando este objetivo cada vez mais complexo.

Relativamente aos fatores sociodemográficos que influenciam o desenvolvimento laboral, profissional e económico, os aspetos mais mencionados pelos inquiridos foram a idade, a nacionalidade e o nível de formação. A idade pode representar uma limitação no acesso a determinadas oportunidades de trabalho, enquanto a nacionalidade, em alguns casos, pode influenciar o grau de aceitação no mercado de trabalho. Por outro lado, o nível de formação tem um impacto direto na capacidade de inserção e progressão profissional, demonstrando a importância do reconhecimento de qualificações e do investimento em formação contínua para garantir uma melhor integração e oportunidades mais vantajosas. Segundo Rios (2008), há variáveis que têm influenciado de forma significativa o percurso migratório, por exemplo: a idade, o género, a profissão, o nível de escolaridade, as condições de migração, o domínio da língua e as experiências pessoais. Estes elementos têm desempenhado um papel fundamental na diferenciação das experiências migratórias.

Questiona-se se as autoridades governamentais estão plenamente conscientes da realidade de abuso e, em muitos casos, de exploração a que inúmeros migrantes estão sujeitos por parte de alguns empregadores. Se essa problemática é reconhecida, por que motivo ainda não foi criada uma estrutura específica, ligada ao Ministério do Trabalho, com o objetivo de reforçar a fiscalização e garantir uma supervisão eficaz das empresas? A implementação de um mecanismo deste tipo poderia contribuir significativamente para a redução e controlo destas práticas abusivas, assegurando condições laborais mais justas e dignas para as comunidades migrantes, promovendo assim uma verdadeira integração social e profissional.

Dimensão IV - Caracterização sociocultural

Os contributos desta comunidade não se refletem só no impacto económico e na dinamização de setores estratégicos. Para além de impulsionarem a economia local, os migrantes desempenham um papel fundamental na construção de uma sociedade mais multicultural, participativa e coesa. A sua adaptação ao novo contexto e o seu envolvimento ativo em diversas áreas da vida comunitária fazem deles um elemento-chave para a promoção da estabilidade e do progresso social. Nesta perspetiva, Carmo (2001) defende que o desenvolvimento comunitário constitui uma abordagem que valoriza a participação ativa e o envolvimento direto das comunidades nos processos de mudança social.

Na perspetiva de Ramos (2007):

As problemáticas da diversidade cultural e da interculturalidade implicam um novo reposicionamento metodológico e epistemológico ao nível da investigação e da intervenção, tendo vindo a colocar novos desafios às sociedades e às políticas do século XXI, no que diz respeito à gestão da diversidade cultural, das identidades, dos conflitos, da educação e da comunicação intercultural, às interações entre o eu e o outro, entre o universal e o singular. (p. 225)

Este processo de interação tem vindo a reforçar o tecido social, fomentando relações de proximidade e colaboração entre a população local e os recém-chegados. A presença desta comunidade tem contribuído para uma convivência harmoniosa, onde a diversidade cultural se transforma num fator enriquecedor, trazendo novas perspetivas, tradições e conhecimentos que beneficiam toda a sociedade. Esta visão é reforçada por Ferreira e Ramos (2012), que referem que, quando os indivíduos e comunidades migrantes se integram plenamente numa sociedade, esta beneficia em vários aspetos, para além dos planos cultural e humano. A diversidade resultante fomenta a solidariedade, a tolerância e um intercâmbio contínuo de experiências, conhecimentos e tradições, tornando a sociedade recetora mais rica e dinâmica.

No contexto cultural da RAM, foi analisado o grau de participação da comunidade migrante nos diferentes grupos e atividades sociais existentes. Os resultados mostram que mais de metade dos inquiridos não está envolvida nestas iniciativas. No entanto, um número menor de indivíduos tem marcado presença em diversos grupos, nomeadamente musicais, desportivos e de dança, demonstrando um envolvimento crescente na vida cultural da Região.

A chegada desta comunidade trouxe uma evidente diversificação cultural, enriquecendo o panorama sociocultural madeirense. Entre os exemplos mais inovadores, destaca-se a introdução do softball, um desporto anteriormente desconhecido na ilha, que já conta com sete equipas distribuídas por várias freguesias da RAM. No domínio musical, o impacto tem sido igualmente notável, com a formação de inúmeros grupos que não só atuam regularmente em diversos eventos da Região, como também têm conquistado projeção em Portugal Continental. O entrevistado (E1) comenta, “...nós temos imensos músicos que estão perfeitamente integrados, que trabalham e que fazem festivais, que trabalham em bares. Temos um clube de desporto ou semelhante; os campos de pádel estão peçados de luso-venezuelanos. Eu creio que eles estão, de facto, mais ou menos em todos os setores culturais.”

Além disso, a presença ativa da comunidade venezuelana nas festividades regionais tem sido cada vez mais expressiva. Eventos como as Festas Luso-Venezuelanas e o Festival Gastronómico destacam-se como momentos de grande adesão, sendo amplamente reconhecidos tanto pela comunidade migrante como pela população local. Estas celebrações reforçam os laços culturais e sociais, criando oportunidades para a valorização das tradições e para a construção de um ambiente de integração e partilha. O entrevistado (E1) sublinha essa participação ativa, afirmando: “...participamos e constituímos-nos como parceiros de muitas outras, a Festa Luso-Venezuelana que aconteceu na Ribeira Brava, e outras que são essencialmente vocacionadas para a comunidade luso-venezuelana. Nós associamo-nos a esses eventos todos, porque entendemos, de facto, que o multiculturalismo é uma prece e não um problema.” Já o entrevistado (E2) destaca o impacto positivo desta influência cultural, afirmando: “(...) a influência cultural é brutal, e ainda bem que assim é. Como já aqui referi, no âmbito da gastronomia, no âmbito da música, no âmbito das próprias tradições, e isso só vai ser um acrescento. Temos aqui um valor acrescentado em todos os domínios transversais da nossa sociedade.”

Dessa forma, a participação da comunidade venezuelana não só tem contribuído para a diversidade cultural da RAM, como também tem fortalecido o espírito de convivência e integração, criando uma sociedade mais rica e dinâmica, onde o multiculturalismo é visto como uma oportunidade de crescimento coletivo.

As principais dificuldades referidas no processo de integração dizem respeito, sobretudo, à área profissional, identificada por 47,9% dos inquiridos como a maior preocupação. Em segundo lugar, surgem os desafios relacionados com a interação social, mencionados por 45,45% dos participantes. Ambos os aspetos revelam-se determinantes no processo migratório, que, inevitavelmente, implica transformações profundas em várias dimensões da vida. A integração num novo país exige não apenas estabilidade financeira, mas também o fortalecimento de redes de apoio e uma adaptação contínua a novas dinâmicas culturais e sociais.

Além das dificuldades no mercado de trabalho, os inquiridos mencionaram desafios na interação cultural e social, referindo que, apesar das semelhanças históricas entre Portugal e a Venezuela, existem diferenças culturais que tornam o processo de adaptação mais complexo. No entanto, muitos destacam que, com o tempo, tem-se revelado possível encontrar pontos de convergência e promover a partilha de costumes e tradições. Ainda assim, embora com menor frequência, foram assinalados episódios de intolerância.

O entrevistado (E2) relembra que a receção inicial nem sempre foi positiva, afirmando: “Eu acho que no início houve sinceramente uma reação que não foi propriamente positiva por parte de toda a gente (...) porque quando começaram a chegar muitos portugueses e lusodescendentes da Venezuela, houve muitos madeirenses, infelizmente, que se sentiram ameaçados.” Estas perceções refletem a complexidade da integração de uma comunidade migrante e a necessidade de sensibilização e promoção de um ambiente mais inclusivo. “A educação pode e deve ser assumida como cidadania ativa e empoderamento de cada pessoa, enquanto sujeito que não se sujeita. A prioridade da investigação e da ação em intervenção comunitária estará sempre nos grupos mais frágeis” (Rodrigues, 2023, p. 32).

Apesar destes desafios, a convivência tem evoluído de forma positiva, e o intercâmbio cultural entre a comunidade venezuelana e a população madeirense tem contribuído para um entendimento mais harmonioso. A valorização da diversidade e o reconhecimento do contributo dos migrantes para a economia da região são aspetos

essenciais para reforçar o processo de integração e fomentar um clima de respeito e aceitação mútua.

Importa aprofundar e analisar as diversas contribuições aos elementos sociais e culturais, como o léxico madeirense com palavras castelhanas que refletem a proximidade histórica e linguística, e a gastronomia enriquecida por novas influências que moldam hábitos e introduzem tendências inovadoras na RAM. É essencial analisar como as tendências musicais e culturais venezuelanas influenciam a sociedade madeirense, integrando-se nas festividades e arraiais. Este intercâmbio revela-se vital para o desenvolvimento sustentável da região, promovendo um ambiente inclusivo e dinâmico.

De acordo com Gois (2019), a participação de imigrantes nos setores artístico, cultural e desportivo em Portugal tem sido, até agora, pouco valorizada e não tem recebido a devida atenção. A sua influência impacta a sociedade portuguesa, enriquecendo a diversidade cultural, dinamizando vários domínios e refletindo-se na criação artística e desportiva.

O debate europeu em torno da interculturalidade tem vindo a alargar-se progressivamente, deixando de se centrar exclusivamente na questão da inserção dos migrantes. Assim, a interculturalidade, na perspetiva de Fleuri (2003), deve ser compreendida como um processo dinâmico e contínuo de construção de sentidos, que ultrapassa a mera coexistência entre culturas e exige diálogo, reconhecimento mútuo e estratégias inclusivas.

Neste quadro, os dados da investigação evidenciam que a comunidade migrante venezuelana assume um papel ativo na sociedade madeirense, não apenas enquanto beneficiária de medidas de acolhimento, mas também enquanto agente de transformação social. A sua participação em atividades culturais, a criação de grupos artísticos e desportivos e o envolvimento em festividades locais refletem novas formas de pertença, expressão identitária e contributo comunitário, fundamentais para o fortalecimento de uma sociedade mais inclusiva, plural e solidária.

Dimensão V - Caracterização desenvolvimento educativo

O acesso à educação, a integração no sistema de ensino e as diversas oportunidades de aprendizagem desempenham um papel fundamental na inclusão social e na melhoria da qualidade de vida das famílias migrantes. A escola não é apenas um

espaço de formação académica, mas também um meio privilegiado de adaptação e socialização, onde crianças, jovens e adultos podem adquirir novas competências, estabelecer laços e construir um sentido de pertença na sociedade de acolhimento.

Na perspetiva de Ramos (2007):

A experiência da alteridade e da diversidade estão, de facto, no cerne da interculturalidade e da educação, implicando um novo paradigma e abordagem. O paradigma intercultural vem desafiar os paradigmas tradicionais em educação e colocar novos desafios teóricos e metodológicos ao nível da pesquisa, da intervenção e da formação. (p. 226)

A análise destes fatores permite compreender de forma mais aprofundada os desafios enfrentados pelos migrantes no seu percurso educativo, bem como as oportunidades que se apresentam para facilitar a sua integração. Com base nessa avaliação, torna-se possível definir estratégias e diretrizes que promovam um processo migratório mais equilibrado e sustentável, garantindo que o acesso ao ensino seja efetivamente inclusivo e ajustado às necessidades específicas desta população.

No contexto das migrações e da interculturalidade na educação, Candau e Russo (2010) destacam a estreita relação entre os processos educativos e os contextos socioculturais na construção de práticas pedagógicas mais significativas. Em resposta a essa realidade, é necessário o reconhecimento da diversidade étnica, cultural e linguística presentes nas sociedades atuais.

Na perspetiva de Ramos (2007):

Ao nível internacional, europeu e nacional e das políticas educativas, várias medidas existem e estão a ser preconizadas para fazer face às novas realidades emergentes das migrações e da diversidade cultural, dirigidas em simultâneo aos agentes educativos, aos grupos minoritários e estrangeiros e seus descendentes e à sociedade em geral, de modo a assegurar que as crianças e os jovens de grupos

minoritários tenham acesso à educação nas mesmas condições que os nacionais.

(p. 225)

O setor educativo assume, assim, um papel central na adaptação dos migrantes, influenciando não apenas o percurso escolar dos mais jovens, mas também a dinâmica familiar como um todo.

A aprendizagem de uma nova língua, a adaptação a metodologias de ensino distintas e o reconhecimento de qualificações são desafios que afetam diretamente a experiência migratória.

Ao analisar e compreender estas variáveis, é possível delinear políticas mais eficazes que reforcem o sucesso escolar, a integração cultural e o bem-estar das famílias, assegurando um futuro mais promissor para as novas gerações.

A presença ativa da comunidade venezuelana tem sido crucial para impulsionar o progresso e a estabilidade, enriquecendo o panorama educativo com novas perspectivas e experiências.

Esta visão é sustentada pelos entrevistados. O entrevistado (E2) comenta: “Em termos educativos, eu acho que a questão de vir de outro país da América Latina, com uma cultura muito diferente e distinta da nossa, com experiências de vida muito diferentes e diversas, acaba por ser uma mescla cultural importantíssima; não há nada melhor do que a diversidade cultural.” Por outro lado, o entrevistado (E3) sublinha: “(...) é mais um aparte cultural, portanto, é mais uma dinâmica que se cria nas nossas escolas e é sempre interessante, em termos de alunos que trazem outras experiências.” Assim, a integração dos migrantes não se limita à simples adaptação, mas contribui para um ambiente de cooperação mútua e para o avanço coletivo da sociedade, reforçando os alicerces de uma convivência diversa e inclusiva.

Entre o grupo de inquiridos, analisou-se quantos têm filhos em idade escolar. A análise das respostas revelou que a maioria dos inquiridos, 55,37%, afirmou ter filhos nesta faixa etária. Além disso, constatou-se que, desse grupo, 50,7% tem dois filhos, enquanto 37,3% indicou ter apenas um filho; os restantes inquiridos com filhos em idade escolar referiram ter três ou mais filhos nesta faixa etária. Estes dados reforçam a perspectiva do entrevistado (E1), que destacou que esta comunidade migrante é maioritariamente composta por casais jovens com filhos.

Outro aspeto relevante é a distribuição destas crianças e jovens pelos diferentes níveis do sistema educativo da Região. Verifica-se que estão presentes em todos os níveis de ensino, com uma ligeira predominância de 20 inquiridos no ensino secundário. Este facto sugere uma integração diversificada, abrangendo diferentes fases do percurso escolar, coincidindo com a opinião do entrevistado (E3): “(...) em praticamente todos os níveis de ensino, desde a creche ao ensino secundário, é aliás, nós não tivemos necessidade de criar nenhuma turma para acolher estes alunos, eles foram-se integrando naquilo que era a oferta que já existia. Aliás, em alguns concelhos até tínhamos turmas diminutas e, com a chegada destas crianças e destes jovens, deram corpo a essas turmas.”

Por outro lado, o entrevistado (E1) salienta as vantagens desta comunidade para o setor educativo da Região: “Teve impacto muito positivo na educação, nas escolas como sabe, nós vivemos um certo inverno demográfico com uma diminuição do número de nascimentos, as escolas estavam a perder alunos, (...), isto não inverteu a situação da taxa de natalidade, mas atenuou bastante a situação. Aliás, (...). Muitas escolas não encerraram porque vieram meninos luso-venezuelanos ou que nasceram cá, que permitiram manter as escolas abertas.”

Um dos desafios mais significativos enfrentados por esta comunidade aquando da sua chegada foi a obtenção de documentação comprovativa das suas habilitações académicas, tanto próprias como dos seus filhos. Durante os períodos de maior instabilidade na Venezuela, as autoridades locais limitaram ou mesmo impediram a emissão de registos e a autenticação oficial dos documentos, dificultando a sua validação no estrangeiro. Como consequência, muitos migrantes deixaram o país sem qualquer documentação que atestasse os seus percursos académicos.

Perante esta situação, a Secretaria Regional de Educação, em articulação com a Direção Regional de Comunidades e Cooperação Externa, implementou medidas de emergência para garantir a rápida integração das crianças e jovens no sistema educativo da região. Estas ações tiveram como objetivo atenuar os impactos da falta de documentação e permitir a matrícula e a inserção dos alunos com a maior celeridade possível.

Esta abordagem encontra eco no testemunho do entrevistado (E1), que referiu: “(...) nós percebemos que, numa primeira fase, as pessoas estavam a fugir e, no meio do desespero, não traziam os documentos devidamente legalizados, e fomos integrando.”

A eficácia destas medidas foi amplamente reconhecida pelos inquiridos, sendo que 86,5% dos que indicaram ter filhos em idade escolar avaliaram o processo de

matrícula e a incorporação escolar como positivo e sem contratemplos, o que demonstra a gestão eficaz das instituições educativas face a este desafio.

Os inquiridos também partilharam a sua opinião sobre as estratégias adotadas pelas escolas para promover uma integração eficaz desta comunidade migrante. De forma geral, as respostas coincidiram com as perceções dos entrevistados, destacando que 86,5% referiram que as principais iniciativas implementadas foram a inserção destes alunos em programas de PLNM e a disponibilização de apoio adicional em disciplinas consideradas mais desafiantes, como a Matemática, que teve uma frequência de 41,7% entre os inquiridos com filhos em idade escolar.

Embora em menor proporção, alguns inquiridos referiram ainda ter beneficiado de outras medidas, tais como a adequação dos conteúdos e alguns ajustes nas avaliações de determinadas disciplinas, de forma a permitir uma melhor correspondência ao nível de conhecimento e competências dos estudantes recém-chegados. No entanto, o entrevistado (E3), contrariamente a esta observação, manifestou que a abordagem geral e as estratégias de aprendizagem foram essencialmente iguais para todos, sem adaptações e sem avaliações diferenciadas. Esta perceção do entrevistado pode estar relacionada com diretrizes gerais que podem ou não estar efetivamente em consonância com a realidade pedagógica direta de algumas escolas da região.

É fundamental desenvolver estratégias que se baseiem na promoção da comunicação intercultural (Hopes, 1979, citado por Ramos, 2007). Estas estratégias demonstram o esforço das instituições educativas para garantir uma reaprendizagem para os alunos migrantes, proporcionando-lhes as ferramentas necessárias para superar as barreiras linguísticas e académicas, destacar as competências individuais e fomentar um contexto plural de aprendizagem.

Tendo em conta que os filhos de migrantes, na maioria dos casos, enfrentam grandes desafios na sua integração e percurso escolar, seria essencial realizar um estudo sobre o seu desenvolvimento académico, continuidade educativa e desempenho no sistema de ensino da RAM. Este estudo permitiria ainda identificar as áreas de maior interesse e possíveis dificuldades, contribuindo para a implementação de medidas que promovam uma melhor inclusão e sucesso escolar.

Outro aspeto analisado neste estudo sobre a comunidade migrante diz respeito às oportunidades de formação disponíveis. Neste caso, o foco não está nas crianças e jovens em idade escolar, mas sim nos adultos que, como já referido anteriormente, ao chegarem

à região sentiram a necessidade de adquirir novas competências para facilitar a sua integração no mercado de trabalho.

A maioria dos inquiridos, 58,67%, indicou ter frequentado módulos de português oferecidos por diversas instituições locais, como casas do povo, escolas da região, entre outras, reconhecendo a importância do domínio da língua para a sua adaptação e empregabilidade. Além disso, um grupo menor, 25,6%, referiu ter tido acesso a cursos de nível universitário ou a formações técnicas e profissionais, que lhes permitiram desenvolver competências específicas para uma futura integração no mercado de trabalho.

O entrevistado (E1) reforçou esta ideia, explicando: “Promovemos diversas formações modulares de português para falantes de outras línguas e também promovemos algumas formações de inglês, uma vez que o nosso mercado de trabalho, como se sabe, está essencialmente ligado ao turismo e muitas destas pessoas não dominavam o inglês.”

Este testemunho evidencia não só o esforço das entidades regionais para apoiar a qualificação dos migrantes, mas também a perceção da necessidade de um ensino direcionado para as exigências do mercado de trabalho próprio da região. O investimento na aprendizagem de línguas, especialmente o português e o inglês, revela-se, assim, um fator determinante para ampliar as oportunidades de integração profissional desta comunidade.

Por sua vez, dando continuidade à formação dos estrangeiros adultos na língua portuguesa, é necessário destacar que o centro de formação Qualifica teve de reforçar a oferta de cursos de PLNM, bem como outras formações mais especializadas destinadas à integração de migrantes, sobretudo provenientes da Venezuela.

No que respeita ao reconhecimento de equivalências académicas, todos os entrevistados concordaram que a maioria dos membros desta comunidade migrante possui formação de base obtida no país de origem. Este dado está em consonância com as conclusões já analisadas na Dimensão III – Económica e Profissional. Contudo, apesar dessa formação prévia, o processo de reconhecimento de equivalências nem sempre decorre de forma célere, devido à necessidade de validação da documentação e à adaptação dos diplomas estrangeiros ao sistema nacional de ensino e certificação.

O reconhecimento destas habilitações representaria uma mais-valia, ao evidenciar a capacidade desta comunidade para contribuir de forma mais qualificada para o desenvolvimento económico e social da região, possibilitando um melhor aproveitamento das suas competências e conhecimentos. O entrevistado (E2) corrobora com esta

perspetiva, afirmando: “(...) muitos dos que vêm para cá residir têm qualificações superiores e não estão a exercer a profissão para a qual têm habilitação e para a qual se qualificaram, e acabam por ter empregos menos qualificados porque infelizmente ainda não se conseguiu. Embora o governo tenha dado alguns passos, reduzir os obstáculos existentes na questão das equivalências, nomeadamente por parte das ordens profissionais ou de algumas ordens.”

Outro obstáculo relevante identificado pelos inquiridos prende-se com a falta de documentação necessária para iniciar o processo de equivalência. Grande parte desta comunidade teve de abandonar a Venezuela de forma repentina, sem tempo nem condições para realizar os trâmites administrativos que lhes permitissem obter e legalizar os respetivos certificados académicos.

Apesar destas dificuldades, observam-se sinais positivos. Uma percentagem reduzida, 10,7%, dos inquiridos já conseguiu obter o reconhecimento das suas formações, enquanto um grupo semelhante, 9,09%, aguarda a homologação oficial. Esta evolução representa um sinal encorajador, pois demonstra que, com um processo mais acessível e bem estruturado, mais migrantes poderão ver as suas qualificações reconhecidas, abrindo caminho a melhores oportunidades profissionais e favorecendo uma integração mais plena no mercado de trabalho regional.

Neste sentido, os entrevistados refletem. O entrevistado (E1) afirma: “Em Portugal, infelizmente, ainda domina um certo corporativismo quer nas universidades quer nas ordens profissionais e que condicionam a entrada no mercado de trabalho de muitos profissionais qualificados que vieram para cá e que nunca conseguiram obter as suas equivalências.” Apesar dos esforços, este processo depende diretamente das universidades e das ordens profissionais. O entrevistado (E3) reforça esta ideia: “(...) desde o primeiro momento, criámos aqui algumas ligações, particularmente com a Universidade da Madeira e com outras instituições, através do nosso Gabinete de Ensino Superior (...). Nenhuma destas áreas depende da Secretaria ou do Governo Regional, dependem das universidades. Mas algumas áreas dependem também das ordens, e, em certos casos, o processo é de facto mais complexo (...)”

A integração bem-sucedida no sistema educativo, no mercado de trabalho e na vida social constitui um pilar essencial para a afirmação da identidade de um grupo étnico ou cultural no país de acolhimento. O sucesso escolar, sobretudo entre as gerações mais jovens, não só abre portas a melhores oportunidades profissionais, como também representa um sinal de superação, esforço e capacidade de adaptação. Esta visão é

reforçada por Ramos (2007) ao afirmar que “a escola, enquanto espaço de encontro das diferenças, de convivência de diferentes culturas e de aprendizagem, constitui um desafio à educação e ao desenvolvimento integral de todas as crianças e jovens, migrantes ou autóctones, constituindo igualmente um fator de integração, de coesão e de enriquecimento pessoal e social” (p. 233).

As conquistas nas equivalências dos diplomas profissionais contribuem para a visibilidade positiva da comunidade migrante, contrariando estigmas e promovendo o reconhecimento social. Para Ramos (2007), “as famílias depositam, em geral, no sistema educativo, as esperanças e o êxito social não concretizados no país de origem, expectativas que, muitas vezes, não estão em condições de oferecer” (p. 233).

Os resultados obtidos neste estudo evidenciam que a participação ativa em redes comunitárias, destacada por muitos inquiridos, contribui para reforçar o sentimento de pertença e facilita a construção de pontes com a sociedade de acolhimento. Esta ligação direta entre as experiências relatadas e o envolvimento em contextos comunitários valida a importância das relações sociais no processo de integração.

Verificou-se ainda que esta dinâmica de inserção tem repercussões intergeracionais relevantes. Os filhos destes migrantes, ao beneficiarem de um ambiente que valoriza simultaneamente as suas raízes culturais e as oportunidades no novo contexto, desenvolvem identidades híbridas, mais seguras e conscientes do seu lugar no mundo.

A análise das entrevistas e dos inquéritos revela que o processo de integração não se limita à adaptação individual, mas potencia novas formas de aprendizagem e de relacionamento social. Estas formas emergem do contacto entre culturas, saberes e práticas diversas, manifestando-se tanto em contextos formais (como escolas ou formações) como em espaços informais, como círculos comunitários e redes de solidariedade.

Os dados recolhidos confirmam que estas interações transcendem a mera aquisição de competências linguísticas ou técnicas, pois promovem capacidades como a empatia, a cooperação e a negociação intercultural, fundamentais para uma cidadania ativa.

Neste sentido, as novas aprendizagens e relações sociais construídas por migrantes adultos, tal como evidenciado ao longo desta investigação, não apenas favorecem uma integração mais plena, mas também contribuem para a construção de uma sociedade mais sensível à diversidade, à equidade e à dignidade humana. Este entendimento de justiça

social vai além da igualdade formal, propondo práticas que combatem desigualdades estruturais e promovem inclusão, representatividade e respeito mútuo.

Dimensão VI- Caracterização familiar e de apoio social à população

Tal como já foi mencionado anteriormente, esta migração caracteriza-se essencialmente como um movimento de retorno, em que a reunificação familiar assume um papel determinante. Os migrantes devem evidenciar um verdadeiro empenho na sua integração, adotando uma postura de aceitação recíproca. Por sua vez, a sociedade de acolhimento, tal como referido por Harari (2018), deve recebê-los de forma justa e igualitária, reconhecendo-os como parte integrante da comunidade. Para muitas destas famílias, a necessidade de abandonar a Venezuela representou e continua a representar um enorme desafio, exigindo uma reestruturação das suas vidas num novo contexto.

Nesta perspetiva, os dados recolhidos revelam que, para a maioria dos participantes, a principal razão para permanecer na Madeira está associada aos laços familiares. Por esse motivo, decidiram fixar residência na região. Este panorama reforça a ideia de que o apego e a afetividade familiar são elementos determinantes no processo de integração e essenciais para a permanência a longo prazo.

Embora com menor expressão, surgem também outras razões apontadas, tais como as oportunidades económicas e educativas. Ainda que menos frequentes, estas respostas evidenciam a relevância de um contexto estável e com perspetivas de crescimento para a fixação desta comunidade.

Relativamente aos apoios recebidos, uma pequena percentagem dos inquiridos referiu ter beneficiado de algum tipo de assistência, sendo que a maioria destes indicou o

Instituto de Segurança Social da Madeira (ISSM) como a principal entidade prestadora de apoio. Em menor número, alguns mencionaram também o auxílio das Casas do Povo, enquanto um grupo ainda mais reduzido declarou ter recebido apoio do Banco Alimentar.

Quanto à duração desses apoios, apenas um número muito limitado de inquiridos afirmou ter beneficiado de assistência por um período de dois anos ou mais. Estes dados sugerem que, embora tenham existido mecanismos de suporte disponíveis, nem todos os migrantes deles usufruíram. Este cenário pode indicar que muitos conseguiram alcançar alguma autonomia num período relativamente curto, o que coincide com a visão do

entrevistado (E1): “Há uma ideia errada, absolutamente errada, na rua e sobretudo nas redes sociais, de alguns heróis do anonimato que acham que os apoios foram todos para

os venezuelanos. Mas foram conseguidos apoios de emergência numa determinada fase e tudo o resto foi em condições de equidade.”

Em resumo, os apoios foram inicialmente concedidos como resposta a emergências, numa fase inicial da chegada desta comunidade à RAM, quando enfrentavam uma série de necessidades urgentes. Nesse período, a ajuda foi fundamental para dar suporte a estas famílias em adaptação ao novo contexto.

Com o passar do tempo e à medida que as famílias foram conseguindo encontrar emprego e uma solução habitacional, a natureza e a intensidade desses apoios foram sendo progressivamente reduzidas. A partir desse momento, cada família passou a ser responsável por apresentar a documentação necessária às entidades competentes, que, por sua vez, avaliavam a sua elegibilidade para a continuidade da assistência. Com base nessa análise, decidia-se, caso a caso, a manutenção ou interrupção dos apoios. Este processo foi conduzido de forma gradual e meticulosa, com um estudo detalhado de cada situação, tendo em conta a evolução das condições de vida de cada família. Gois (2019) ilustra esta ideia no Projeto *Migrações e Desenvolvimento em Portugal*: “Os estrangeiros a residir em Portugal estão em maior risco de pobreza do que os residentes portugueses. No entanto, de acordo com dados oficiais, contribuem mais para a segurança social do que recebem em benefícios sociais, contrariando assim o estereótipo de serem considerados como uma população dependente da segurança social” (p. 28).

Embora nem todos os migrantes tenham acesso direto a estas políticas sociais, a existência de uma rede de apoio desempenha um papel fundamental na sua integração. Este suporte contribui de forma significativa para uma adaptação mais estável e harmoniosa à nova realidade, promovendo o sentimento de pertença e criando vínculos sociais duradouros. Para as famílias migrantes, esta estrutura é essencial para que se sintam acolhidas, amparadas e mais seguras no novo contexto em que se inserem. As políticas sociais, na perspetiva de Ramos (2007), “(...) oferecem não só a capacidade de elaborar as mudanças e mitigar a vulnerabilidade que este processo envolve, mas também a possibilidade de se fortalecer com elas” (p. 234).

O migrante precisa de construir redes de apoio, tanto com pessoas da sua própria origem cultural como com indivíduos do país de acolhimento. Esta necessidade está profundamente ligada ao seu bem-estar emocional, pois estas conexões proporcionam-lhe um sentimento de pertença, reforçam a autoconfiança e desenvolvem competências fundamentais de resiliência. Estes vínculos tornam-se particularmente relevantes em períodos marcados por mudanças, ruturas e processos de adaptação, sendo essenciais para

lidar com perdas de natureza emocional, social e identitária, inerentes à experiência migratória.

Ramos (2007) salienta que, “para a criança e jovem migrante ou de minorias étnicas, vínculos sólidos, estáveis e gratificantes estabelecidos precocemente, a valorização das tradições e valores familiares e culturais, [e] a língua materna são elementos que a inserem numa filiação, lhe asseguram uma identidade individual e coletiva” (p. 234).

À luz do exposto, torna-se pertinente refletir de forma mais integrada sobre os dados recolhidos e a literatura consultada. Em síntese, os dados recolhidos, tanto através dos inquéritos como das entrevistas, convergem na valorização da família e das redes de apoio como pilares fundamentais da integração dos migrantes. Os discursos dos participantes sublinham a importância dos laços afetivos e da assistência institucional, sobretudo em fases iniciais da migração, reforçando a ideia de que a integração não depende exclusivamente da adaptação individual, mas também de um sistema de suporte social e emocional. Esta análise dialoga com as perspetivas de autores como Ramos (2007) e Gois (2019), que destacam o papel estruturante das políticas sociais e dos vínculos interpessoais na construção da identidade e na promoção da autonomia dos migrantes. Assim, compreende-se que a integração é um processo multidimensional, sustentado não apenas por condições materiais, mas também por mecanismos simbólicos de pertença, reconhecimento e valorização cultural.

Dimensão VII- Perspetivas de futuro

Quando falamos de migração, é comum associarmos este fenómeno a comunidades caracterizadas por uma elevada mobilidade, impulsionada por fatores sociais e económicos que influenciam deslocações frequentes em períodos relativamente curtos. Neste contexto, surgiu a necessidade de compreender como estas famílias encaram a sua permanência na região.

Foi particularmente relevante constatar que uma percentagem significativa dos inquiridos (81,9%) manifestou o desejo de continuar a residir na Madeira. As razões apontadas para esta escolha são diversas, destacando-se a segurança e a qualidade de vida que a região oferece, o desejo de continuar a evoluir a nível pessoal e profissional, e a garantia de estabilidade e proteção para os idosos. Estes fatores demonstram que a decisão de permanecer na Madeira ultrapassa as motivações económicas imediatas, refletindo

uma valorização da segurança e da tranquilidade como aspetos essenciais para a comunidade migrante.

Esta perceção reforça a análise da dimensão I, onde os inquiridos indicaram a insegurança como principal razão para saírem da Venezuela. Na dimensão III, embora muitos participantes tenham referido não ter ainda alcançado estabilidade económica, a sua prioridade continua a ser o bem-estar e a segurança proporcionados pela Madeira. Esta visão encontra eco no testemunho do entrevistado (E2), que sublinha a forte integração da comunidade na vida local: “(...) eu julgo que muitos dos que vieram já não irão regressar, até porque estão a investir nos seus negócios, nas suas casas, criam aqui amizades, os seus filhos também estão a construir as suas vidas, a seguir o seu percurso académico e, portanto, eu julgo que vão permanecer cá.”

Deste modo, torna-se evidente que a Madeira não é apenas um destino de passagem para estas famílias, mas um espaço de enraizamento e construção de futuro, onde encontram estabilidade e oportunidades, integrando-se ativamente na sociedade. O entrevistado (E1) reforça: “(...) queremos que essas comunidades se integrem, que se enquadrem, que aceitem a cultura para a qual vieram, que dominem a língua portuguesa, e por isso fazemos esse esforço. Nós celebramos o multiculturalismo, o que nós fazemos conduz a esse modelo que nós queremos: que no futuro as pessoas se organizem nas suas comunidades migrantes, que celebrem a sua cultura, naturalmente integrando-se também naquilo que é a sociedade madeirense, sem qualquer tensão.”

A investigação sobre a migração venezuelana na Região Autónoma da Madeira evidencia uma forte ligação aos princípios do desenvolvimento comunitário. Na perspetiva de Carmo (2001), esta abordagem, enquanto estratégia de intervenção social, destaca-se pela capacidade de estimular a participação ativa dos cidadãos, reforçar os laços de cooperação dentro das comunidades e fomentar um sentido de pertença, elementos claramente visíveis nas diferentes dimensões deste estudo.

A migração venezuelana na região não é um fenómeno pontual, mas sim um processo contínuo e dinâmico, intensificado ao longo da última década e marcado por fluxos sucessivos que envolvem múltiplas gerações. Estes movimentos não se limitam à deslocação física de indivíduos, estendendo-se às suas descendências, que crescem entre dois ou mais mundos culturais, linguísticos e identitários. Como afirma Ramos (2007), a migração constitui:

Um recurso de capacitação e revalorização de identidades culturais, uma oportunidade de desenvolvimento individual, social e cultural e um processo de resistência e de resiliência, fortalecendo as capacidades dos indivíduos e dos grupos para enfrentarem a mudança e o seu próprio desenvolvimento, integração e destino de uma forma positiva e participativa. (p. 240)

A continuidade da migração manifesta-se não só no reagrupamento familiar, mas também nas marcas profundas deixadas nas trajetórias das gerações seguintes. Estas expressam-se na forma como os filhos de migrantes lidam com questões de pertença, identidade, expectativas familiares e relações com a sociedade de acolhimento. Tal como reforça Ramos (2007), “a integração e o sucesso educativo dos alunos originários de outras culturas e/ou descendentes de imigrantes é um importante indicador de integração social, de desenvolvimento e de coesão social” (p. 225).

O impacto intergeracional destes processos migratórios faz-se sentir em várias esferas: na educação, onde podem surgir desafios ligados ao bilinguismo ou ao reconhecimento cultural; no mundo do trabalho, onde a geração seguinte pode ocupar posições de grande relevância; e no plano emocional, onde emergem, por vezes, sentimentos de lealdade dividida ou reconstrução identitária.

Neste contexto, Fleuri (2003) destaca que, o enfoque da educação intercultural na Europa tem enfatizado a relação entre culturas diferentes como fator pedagógico importante. Mas, tal como o multiculturalismo e o antirracismo, a sua elaboração manteve estreita relação com a presença de imigrantes que, em quantidade cada vez mais maciça, vêm buscando inserir-se no mercado de trabalho e na vida social de vários países. A educação assume, assim, um papel fundamental na promoção da integração e da coesão social, para as famílias migrantes.

Importa reconhecer que esta herança migratória, embora possa gerar desafios, também representa uma fonte de riqueza e resiliência. As novas gerações frequentemente desenvolvem competências interculturais, espírito crítico e maior adaptabilidade, assumindo o papel de pontes entre culturas e de agentes de transformação social. Além disso, a valorização das dinâmicas migratórias permite construir respostas ajustadas às realidades regionais, através da articulação entre diferentes entidades sociais, educativas e governamentais. O desenvolvimento comunitário, nesse sentido, surge como um

mecanismo essencial para enfrentar os desafios contemporâneos, promovendo a inclusão, o bem-estar coletivo e a coesão social.

Neste sentido, perante os dados recolhidos e as perspectivas teóricas analisadas, compreende-se que as famílias migrantes venezuelanas demonstram um forte desejo de permanecer na Madeira, motivado por fatores que transcendem a esfera económica, como a segurança, a estabilidade e o sentido de pertença. Os testemunhos dos participantes refletem processos de enraizamento e integração que vão ao encontro das dinâmicas do desenvolvimento comunitário, sublinhando o papel da participação ativa e da valorização cultural. Simultaneamente, os dados revelam que os impactos da migração se prolongam no tempo, influenciando gerações futuras e revelando-se tanto em desafios como em potencialidades sociais, educativas e culturais. Assim, a migração não é apenas uma deslocação, mas um processo contínuo de transformação individual e coletiva, com implicações profundas para a construção de uma sociedade mais coesa e intercultural.

Considerações finais

As migrações têm sido um tema polémico ao longo dos anos, porque existe pouca consciencialização por parte de alguns líderes políticos e da população em geral para identificar a contribuição dos migrantes nos países de acolhimento.

É um facto que cada grupo de migração tem características e expectativas distintas, mas todos coincidem na necessidade de se integrar e de contribuir com o país de acolhimento que lhes brinda a oportunidade de um novo começo. “A prioridade da investigação e da ação em intervenção comunitária estará sempre nos grupos mais frágeis” (Rodrigues, 2023, p. 34).

O propósito desta investigação foi compreender a contribuição socioeconómica e educacional da comunidade venezuelana na Região Autónoma da Madeira, nos últimos dez anos. Como investigadora e lusodescendente, tenho uma motivação particular em explorar o crescimento e o desenvolvimento da comunidade venezuelana na RAM, reconhecendo e valorizando as suas contribuições.

As limitações inerentes a esta pesquisa estão vinculadas à escassez de informações estatísticas disponíveis sobre a comunidade migrante venezuelana na RAM. No entanto, foram realizados esforços para mitigar essas limitações, explorando outras fontes de informação disponíveis e adotando uma abordagem qualitativa para complementar os dados estatísticos limitados. A análise foi conduzida com consciência crítica dessas limitações, procurando assegurar o rigor e a fidelidade à realidade vivida pelos participantes, sem comprometer a validade dos resultados obtidos.

Os resultados apontam para a valorização da comunidade migrante venezuelana enquanto agente ativo no desenvolvimento comunitário, educativo e económico da RAM, sem que tenham sido identificados, no âmbito deste estudo, indícios de perceção institucional que associassem esta migração a um problema social.

No que diz respeito ao primeiro objetivo específico, sobre as variáveis sociodemográficas que influenciam os desafios de transição enfrentados pelas famílias venezuelanas na Madeira, os dados recolhidos através do inquérito por questionário revelaram alguns padrões importantes. O perfil etário sugere uma migração em idade produtiva, com um número expressivo de indivíduos casados, o que indica uma forte ligação associada à reunificação familiar. Outro dado relevante obtido nos inquéritos destaca que a maioria desta comunidade possui dupla nacionalidade, nomeadamente

venezuelana e portuguesa. Esta característica particular reflete a origem desta migração: trata-se, na sua essência, de portugueses ou descendentes de portugueses que, em tempos, emigraram para a Venezuela e que agora regressam, à procura de melhores condições de vida e de maior segurança para si e para as suas famílias.

Relativamente ao nível de escolaridade, verificou-se que os resultados apontam para um perfil académico globalmente elevado no seio desta comunidade migrante. A combinação entre um perfil académico elevado e a motivação pessoal demonstrada pela maioria dos inquiridos revela uma predisposição positiva para a integração ativa na sociedade madeirense.

Verificou-se a existência de estratégias nas áreas social, económica e educativa para apoiar o desenvolvimento e a integração da comunidade venezuelana na Região. Inicialmente, devido ao elevado fluxo e à vulnerabilidade das pessoas migrantes, foram aplicadas medidas de emergência para dar resposta às suas necessidades imediatas, sublinhando que “A sustentabilidade depende do investimento” (Rodrigues, 2023, p. 41). Posteriormente, foram sendo integradas em programas específicos das diferentes entidades, aos quais cada família se podia candidatar, de acordo com as suas condições e necessidades, em total igualdade de condições com os residentes locais. Contudo, esta constatação convive com o facto de muitos migrantes desconhecerem os apoios existentes, revelando uma lacuna entre a conceção das políticas públicas e a sua comunicação e alcance real.

Os inquiridos indicaram que, na sua chegada à Madeira, as principais necessidades centravam-se na procura de emprego e na aprendizagem da língua portuguesa. Adicionalmente, para muitos, a legalização da sua documentação era uma prioridade. Em resposta a estas necessidades, a DRCCE, em colaboração com outros organismos governamentais, desenvolveu diversas estratégias. Como resultado desse contacto direto com a comunidade venezuelana, identificou-se a necessidade de realizar jornadas de informação e sensibilização em diversos concelhos da RAM, uma vez que esta comunidade está dispersa por toda a ilha. Importa destacar que, apesar das medidas promovidas pelas autoridades da RAM, verificou-se que um número significativo de migrantes desconhecia as iniciativas desenvolvidas para o seu apoio e integração.

O Governo da Madeira, ao integrar a comunidade venezuelana, reconheceu que, em vez de ser um desafio, esta poderia representar um motor de inovação e de novos rumos para a sociedade regional. O estudo das condições de integração e das necessidades dessa população revela que a inclusão social e a oferta de oportunidades, tanto em termos

de trabalho como de apoio à adaptação, são fundamentais para consolidar uma relação de benefício mútuo.

Relativamente ao terceiro objetivo específico, que aborda a perceção do nível de evolução socioeconómica das famílias venezuelanas na Madeira, o estudo revelou que 85,9 % dos inquiridos estão a exercer alguma atividade profissional. A maioria dos inquiridos não está a trabalhar na área de formação, levando-os a desenvolver novas competências para se adaptarem ao mercado de trabalho. Esta resiliência pode ser vista como um dos principais motores de adaptação social, reforçando o papel da comunidade como agente ativo do seu próprio processo de integração.

Durante um período em que a Região Autónoma da Madeira enfrentava sérias dificuldades económicas, somadas à escassez de mão de obra qualificada, especialmente nas áreas do turismo e da restauração, a chegada da comunidade migrante venezuelana representou uma valiosa mais-valia para a Região. Esta comunidade não apenas preencheu lacunas essenciais no mercado de trabalho, mas também contribuiu para o desenvolvimento de várias áreas estratégicas, tendo igualmente impulsionado o investimento comercial, ao fomentar novas oportunidades de negócios e dinamizar o tecido económico local. Além disso, a contribuição dos migrantes foi essencial para os esforços de reabilitação urbana, já que muitos se fixaram em zonas carecidas de intervenção, contribuindo de forma significativa para a revitalização dos espaços urbanos. Este envolvimento tem vindo a gerar um período de crescimento e melhoria da qualidade de vida, beneficiando tanto a comunidade migrante como a população local.

Embora se tenha verificado uma grande versatilidade e capacidade de adaptação da comunidade migrante, o estudo também permitiu identificar alguns desafios e dificuldades associados ao desenvolvimento económico, nomeadamente no que respeita à procura de emprego e às condições de trabalho. Entre os principais problemas mencionados pelos inquiridos, destacam-se: horários de trabalho prolongados e exigências excessivas por parte dos empregadores, sem a correspondente compensação económica ou o devido reconhecimento.

É fundamental garantir condições de trabalho dignas para todos os migrantes, assegurando salários justos e em igualdade com o restante da população. Para isso, é essencial apelar à responsabilidade dos empregadores, que devem comprometer-se com a promoção de ambientes de trabalho seguros e equitativos. Ainda assim, persistem desafios estruturais no mercado de trabalho que exigem resposta integrada e fiscalização contínua por parte das entidades competentes.

No que diz respeito à estabilidade económica das famílias venezuelanas, a informação recolhida indica que a maioria ainda não alcançou estabilidade económica na Região. Um grupo menor conseguiu adquirir habitação própria, o que representa um marco de progresso; no entanto, tal conquista não garante estabilidade, a qual depende de fatores como emprego seguro, rendimentos regulares, acesso a crédito e poupança a longo prazo. O contraste entre os avanços individuais e a persistência de uma instabilidade estrutural evidencia a necessidade de políticas públicas que não apenas acolham, mas sustentem a integração de forma duradoura.

O presente estudo evidencia o contributo significativo desta comunidade migrante para o desenvolvimento educativo na RAM, destacando não só os desafios enfrentados, mas também as oportunidades que facilitam a sua integração. Para além de contribuírem com a sua força de trabalho e diversidade cultural, estas famílias desempenharam um papel crucial no combate ao “inverno demográfico” que há já algum tempo se vinha verificando na Madeira. Este aspeto reforça a interligação entre as dimensões educativa, cultural e demográfica, sublinhando o papel transformador da migração no seio das escolas.

A chegada de migrantes e, especialmente, a integração dos seus filhos no sistema de ensino regional representaram um verdadeiro rejuvenescimento da população, um fator essencial para assegurar a sustentabilidade demográfica da Região. Esta dinâmica não apenas contribuiu para inverter a tendência de envelhecimento populacional, mas também se refletiu num aumento muito favorável da taxa de escolaridade na Madeira. Adicionalmente, esta comunidade migrante trouxe para as escolas da Região uma nova dinâmica, conferindo ao ambiente escolar uma diversidade cultural enriquecedora. A sua presença introduziu práticas e valores que ampliaram horizontes, incentivando a adoção de abordagens pedagógicas mais inclusivas e adaptadas à realidade multicultural. Esta influência permitiu não apenas alargar as perspetivas educativas, mas também diversificar o currículo escolar, tornando-o mais globalizado e atento às especificidades e necessidades de todos os alunos.

No entanto, a existência de obstáculos no reconhecimento de qualificações revela tensões entre a valorização simbólica da diversidade e os entraves formais à sua plena integração profissional. Em diversas situações, este processo tem-se revelado limitado, com barreiras que se acentuam sobretudo nas ordens profissionais, dificultando o pleno reconhecimento das competências adquiridas na Venezuela. Na perspetiva de Ramos (2007), as famílias confiam ao sistema educativo a concretização das suas aspirações,

mas este nem sempre está preparado ou dispõe dos recursos para as satisfazer. Contudo, os progressos que têm vindo a ser alcançados na obtenção das equivalências representam um contributo valioso para a visibilidade positiva da comunidade migrante. Estes avanços promovem o reconhecimento social e a capacidade de contribuir para o desenvolvimento económico e social da Região. Além disso, a obtenção de equivalências contribui para uma maior diversidade e enriquecimento das profissões na Madeira, promovendo um mercado de trabalho mais inclusivo e competitivo.

No domínio educativo, torna-se fundamental fomentar, desde cedo, o reconhecimento e a valorização da diversidade cultural no ambiente escolar. Simultaneamente, pode ser incentivada a divulgação da história da diáspora portuguesa, contribuindo para uma maior compreensão das raízes culturais nacionais e do fenómeno migratório, fortalecendo assim o sentimento de pertença e identidade partilhada. É essencial incluir a migração em contextos educativos, de investigação e de formação contínua, para capacitar a comunidade educativa e a sociedade no acolhimento e integração de migrantes.

No que respeita ao último objetivo específico, que se centra nas formas de interação e no desenvolvimento social e cultural das famílias venezuelanas, bem como nas suas perspetivas futuras, é possível destacar um contributo notável para a diversificação do tecido cultural madeirense. A presença desta comunidade tem-se afirmado de forma cada vez mais expressiva, em iniciativas artísticas e desportivas. A formação de grupos de música, dança e animação tem vindo a demonstrar a vitalidade e a criatividade desta população, que introduz novas tradições e linguagens culturais à sociedade madeirense. A participação ativa da comunidade venezuelana nestas atividades não só enriquece o panorama sociocultural da Região, mas também promove o diálogo intercultural e fortalece os laços comunitários.

Além disso, a cultura venezuelana, com a sua rica diversidade, alegria contagiante e energia vibrante, trouxe um novo fôlego à comunidade madeirense. Outro contributo importante foi o enriquecimento da gastronomia local. Os pratos tradicionais venezuelanos, com os seus sabores únicos e receitas transmitidas de geração em geração, passaram a integrar o cardápio da Madeira, oferecendo uma nova experiência culinária aos madeirenses e turistas, dando “origem a novos desenvolvimentos culturais que são expressos em nova literatura, música, dança ou em nova gastronomia, de forma simultânea, global e localmente” (Góis, 2019, p. 26).

Em resumo, de acordo com a informação recolhida, a chegada da comunidade migrante venezuelana à Madeira não apenas acrescentou novos elementos ao cenário cultural da Região, mas também revitalizou e enriqueceu tradições, práticas e costumes, criando uma sinergia entre o que é local e o que é trazido de fora. Este intercâmbio cultural contribuiu para tornar a Madeira uma sociedade ainda mais rica, diversa e vibrante, abraçando a multiculturalidade como um valor essencial para o seu desenvolvimento social e cultural.

Para garantir uma abordagem mais coordenada e eficaz nestas matérias, é recomendável desenvolver um mecanismo interinstitucional de diálogo contínuo, mesmo que informal, que reúna organismos governamentais relevantes, parceiros sociais e organizações da sociedade civil envolvidas no apoio a migrantes. Este espaço de cooperação permitiria identificar necessidades, partilhar boas práticas e encontrar soluções conjuntas para os desafios que se colocam no terreno.

Compreende-se que um dos principais motivos que levam esta comunidade a escolher um país de acolhimento, como Portugal, e em particular a Madeira, é a procura de tranquilidade e segurança, condições indispensáveis para reconstruírem as suas vidas. Este aspeto ficou claramente demonstrado pelos dados recolhidos, que revelam que uma percentagem expressiva dos inquiridos (81,9 %) manifestou a intenção de permanecer na Região. Embora se reconheça que as raízes familiares tenham motivado a chegada à Madeira, os migrantes encontraram na Região razões para permanecer, como a segurança, a qualidade de vida, o crescimento pessoal e profissional e a proteção dos idosos. Estes dados evidenciam que a integração bem-sucedida ultrapassa os indicadores económicos, incluindo fatores subjetivos e afetivos que devem ser considerados na formulação de políticas públicas duradouras.

Tendo em conta o que foi exposto, é importante proceder a uma reflexão integrada sobre os dados obtidos e a literatura analisada. Em síntese, as informações recolhidas, tanto por via dos inquéritos como das entrevistas, evidenciam a valorização da família migrante, destacando os seus contributos e a sua integração cultural, económica e educativa, os quais são fortemente potenciados pelo apoio proporcionado pelas instituições sociais e comunitárias e pelas políticas de ação governamentais, assumindo-se estas como elementos essenciais para o processo de integração. Assim, a comunidade venezuelana, longe de representar um obstáculo ou um sem-fim de dificuldades, demonstrou ser um verdadeiro impulsionador do desenvolvimento na Madeira. O seu contributo tem-se refletido no crescimento económico, social e cultural da Região,

enquanto ajudou a enfrentar os desafios demográficos, promovendo o rejuvenescimento e a renovação da vitalidade da sociedade madeirense, abraçando a multiculturalidade como uma bandeira social.

Para aprofundar o conhecimento sobre estas dinâmicas, sugere-se o alargamento do estudo a outras regiões, em especial do continente, permitindo uma análise comparada que enriqueça a compreensão dos processos de integração em diferentes contextos. Esta abordagem permitiria analisar de forma mais abrangente os contributos desta comunidade noutras latitudes, nomeadamente em zonas urbanas ou interiores, oferecendo um contraste com a realidade de uma ilha periférica como a Madeira. Tal comparação poderia não só aprofundar a compreensão dos fatores de integração e das dinâmicas migratórias, mas também contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas mais ajustadas às diversas realidades do país.

Esta investigação teve também um impacto significativo no meu crescimento pessoal e profissional. Sendo eu própria migrante venezuelana, este estudo permitiu-me aprofundar a compreensão sobre as diversas experiências migratórias, os desafios que estas acarretam e a relevância das políticas locais para a integração da comunidade migrante na sociedade madeirense. Para além disso, ajudou-me a perceber que ainda há um longo percurso a percorrer, dado que existem situações que exigem acompanhamento e orientação contínuos. Através deste trabalho, adquiri uma experiência valiosa que, combinada com o conhecimento teórico, será certamente fundamental para o meu desenvolvimento profissional futuro.

Em suma, esta investigação contribuiu de forma positiva para a aquisição de competências e capacidades que beneficiam o meu percurso, tanto a nível pessoal como profissional. Reafirmo, assim, o meu compromisso com a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e capaz de acolher e valorizar a diversidade enquanto fonte de renovação e coesão social.

Referências bibliográficas

- ACNUR. (2021). *Relatório Tendências Globais 2021*. <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2022/09/CSVM-Relato%CC%81rio-Anual-2022.pdf>
- ACNUR. (2021). *Situação da Venezuela – Relatório da emigração 2021*. <https://www.acnur.org/emergencias/situacion-de-venezuela>
- Agência Lusa. (2019, 22 de fevereiro). Venezuela. Cerca de 3,4 milhões de pessoas saíram do país desde o início da crise. *Observador*. <https://observador.pt/2019/02/22/venezuela-cerca-de-34-milhoes-de-pessoas-sairam-do-pais-desde-o-inicio-da-crise/>
- Amado, J. (2014). *Manual de investigação qualitativa em educação* (2.^a ed., pp. 121–143). Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Amado, J. (2021). *Manual de investigação qualitativa em educação*. Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Anastácio, J. (2019). O fenómeno migratório, a imigração em Portugal e o impacto no desenvolvimento dos países de origem: Os casos das comunidades cabo-verdiana e ucraniana. *Universidade Autónoma de Lisboa*. <https://repositorio.ual.pt/handle/11144/4715>
- Ander-Egg, E. (1980). *Metodología y práctica del desarrollo de la comunidad* (10.^a ed.). UNIEUROPE.
- António, A. R. I. (2020). Que política e planeamento linguístico existe para a integração dos cidadãos oriundos da Venezuela na Madeira? [*Dissertação de mestrado, Universidade Aberta*]. <https://repositorioaberto.uab.pt/entities/publication/fbb484be-91c0-4d72-a2e2-02c6ba57c5bb>
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Bento, A. (2015). *15 Tópicos (e Dicas) Fundamentais sobre Investigação*. <http://id.bnportugal.gov.pt/bib/bibnacional/1929099>
- Berry, J. (1992). *Acculturation and adaptation in a new society*. *International Migration*, 30, 69–85.
- Bogdan, R., & Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa*. Porto Editora.

- Bogdan, R., & Biklen, S. (2010). *Investigação qualitativa em educação: Uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto Editora.
- Calegari, M. (2016). *Migração de crise: refúgio e família no Brasil*. Anais do XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais População, Governança e Bem-estar, (pp. 1-20). Universidade Estadual de Campinas.
- Candau, V. (2008). *Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica*. In V. M. F. Candau (Org.), *Multiculturalismo: Diferenças culturais e práticas pedagógicas* (pp. 13- 37). Vozes.
- Candau, V., & Russo, K. (2010). Interculturalidade e educação na América Latina: Uma construção plural, original e complexa. *Revista Diálogo Educação*, 10(29), 151–169. <https://www.redalyc.org/pdf/1891/189114444009.pdf>
- Candau, V. (2012). Diferenças culturais, interculturalidade e educação em direitos humanos. *Educação & Sociedade*, 33(118). <https://doi.org/10.1590/S0101-73302012000100015>
- Cardoso, R., & Lycarião, D. (2021). *Análise de conteúdo categorial: Manual de aplicação*. Escola Nacional de Administração Pública.
- Caride, J. A. (2000). Escolas e comunidades na construção de uma sociedade pluralista. In F. Trillo (Ed.), *Atitudes e valores no ensino* (pp. 171–274). Instituto Piaget.
- Caride, J. A., Freitas, O. M., & Vargas, G. C. (2007). *Educação e desenvolvimento comunitário local: Perspectivas pedagógicas e sociais de sustentabilidade*. Profedições.
- Carmo, H. (2001). A atualidade do desenvolvimento comunitário como estratégia de intervenção social. In *Atas da 1.ª Conferência sobre Desenvolvimento Comunitário e Saúde Mental* (ISPA). Universidade Aberta, CEMRI, & ISCSP/UTL. <https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/1853/1/2001-A%20actualidade%20do%20DC%20como%20estrat%3%a9gia%20de%20inter%20ven%3%a7%3%a3o%20social-ISPA.pdf>
- Carneiro, R. (1996). *Educação e comunidades humanas revivificadas*.
- Carneiro, R. (2009). A educação intercultural. *Povos e Culturas*, (13), 129–188.
- Comissão Europeia. (2018, abril 18). *Integração dos migrantes: Comissão e OCDE publicam lista de controlo para ajudar as autoridades locais, regionais e nacionais* [Comunicado de imprensa]. https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/pt/IP_18_3321

- Comissão Europeia. (2018, maio 29). *Coesão e valores: Textos jurídicos e fichas informativas* [Comunicado de imprensa]. https://commission.europa.eu/publications/cohesion-and-values-legal-texts-and-factsheets_pt
- Comissão Europeia. (2018, junho 12). *Orçamento da UE para o futuro*. https://commission.europa.eu/system/files/2018-09/budget-may2018-securing-external-borders_pt.pdf
- Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida. (2018). *Integridade na investigação científica*. <https://www.ufp.pt/app/uploads/2019/06/IntegridadeCNECV2018.pdf>
- Conselho da União Europeia. (2019, 22 de maio). Abordagem global do ensino e aprendizagem das línguas (2019/C 189/03). *Jornal Oficial da União Europeia*. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A52019XG0605%2802%29>
- Decreto Legislativo Regional n.º 5/2016/M, de 3 de fevereiro. *Cria o Fórum Madeira Global e o Conselho da Diáspora Madeirense*. *Diário da República*, 1.ª série, n.º 23/2016. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/diario-republica/23-2016-73416664>
- Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho. *Estabelece os princípios e normas que garantem a inclusão educativa* [Diário da República, 1.ª série, n.º 129/2018]. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/54-2018-115652961>
- Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho. *Estabelece o currículo dos ensinamentos básico e secundário e os princípios orientadores da avaliação das aprendizagens*. *Diário da República*, 1.ª série, n.º 129/2018, 2928–2943. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/55-2018-115652962>
- Decreto Regulamentar Regional n.º 8-A/2019/M, de 25 de novembro. *Diário da República*. <https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/decreto-regulamentar-regional/2019-170382805>
- Despacho n.º 12941/2014, de 23 de outubro. *Diário da República*, 2.ª série, n.º 206/2014. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/despacho/12941-2014-58555843>
- Despacho Normativo n.º 7/2006, de 6 de fevereiro. *Ensino da língua portuguesa como língua não materna*. *Diário da República*. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/despacho-normativo/7-2006-551834>
- Despacho Normativo n.º 12/2011, de 22 de agosto. *Regula o regime de matrícula e frequência no ensino básico e secundário*. *Diário da República*, 2.ª série, n.º

160/2011. <https://dre.tretas.org/dre/285742/despacho-normativo-12-2011-de-22-de-agosto>

Despacho Normativo n.º 12/2011, de 22 de agosto. *Diário da República*. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/despacho-normativo/12-2011-829810>

Diário de Notícias. (2019, 15 de fevereiro). Acolhimento de migrantes traz vantagens para o país – Governo. <https://www.dn.pt/lusa/acolhimento-de-migrantes-traz-vantagens-para-o-pais-governo-10581774.html>

Dicionário de Desenvolvimento. (2007). <https://ddesenvolvimento.com/>

Direção de Administração Escolar. (2022). *Quadros síntese: Estatísticas da educação 2021/2022*. https://www.madeira.gov.pt/Portals/16/Users/001/13/513/Quadros%20S%C3%ADntese%20Estat%C3%ADsticas%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%2021_2022.pdf

Direção Regional de Estatística da Madeira. (2022). Censo 2021: Resultados definitivos – Região Autónoma da Madeira.

Durán, M. (2021). Venezuela: Estrategias para sobrevivir en el límite. *Nueva Sociedad*. <https://www.nuso.org/articulo/Venezuela-Maduro-crisis/>

Embaixada de Portugal na Venezuela. (n.d.). *Movimento associativo*. <https://caracas.embaixadaportugal.mne.gov.pt/pt/comunidade-portuguesa/movimento-associativo>

Ferreira, A. C., & Ramos, M. (2012). Padrões de casamento dos imigrantes brasileiros residentes em Portugal. *Revista Brasileira de Estudos de População*.

Fleuri, R. M. (2003). Intercultura e educação. *Revista Brasileira Educativa*, (23), 16–35. http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-24782003000200003&lng=es&nrm=iso

Flick, U. (2007). *Uma introdução à pesquisa qualitativa* (2.ª ed.). Artmed Editora.

Fortin, M. F. (2009). *Fundamentos e etapas do processo de investigação*. Lusodidacta.

Freixo, M. (2011). *Metodologia científica: Fundamentos, métodos e técnicas*. Instituto Piaget.

Góis, P., & Marques, J. (2006). Retrato de um Portugal migrante: A evolução da emigração, da imigração e do seu estudo nos últimos 40 anos. <https://journals.openedition.org/eces/3307>

- Góis, P. (2019). *Migrações e desenvolvimento em Portugal: Avançar nas práticas – Rumo à inclusão e coesão social*. Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Cáritas Portuguesa.
- Guterres, A. (2019, 18 de dezembro). Guterres diz que “migração segura, ordenada e regular é do interesse de todos” [Discurso principal]. *Dia Internacional dos Migrantes, ONU News*. <https://news.un.org/pt/story/2019/12/1698251>
- Harari, Y. N. (2018). *21 lições para o século XXI*. Elsinore.
- Instituto Nacional de Estatística. (n.d.). *Indicadores estatísticos*. https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0001274&contexto=bd&selTab=tab2
- Marconi, M., & Lakatos, E. (2003). *Fundamentos de metodologia científica* (59.^a ed.). Editora Atlas S.A. https://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india
- Mariano, A., Lima, F., Castilho, M., Moraes, O., & Mota, C. (2019). *Orientações para a elaboração de projetos de pesquisa*. Programa de Orientação Científica, Universidade de Brasília.
- Melo, M. (2023, fevereiro). O que significa interculturalidade? Entenda o significado do termo. <https://www.ie.com.br/intercambio/que-significa-interculturalidade/>
- Nóvoa, A. (2006). A escola e a cidadania: Apontamentos incómodos. <https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/4811/1/9729604894.pdf>
- Oliveras, A. (2000). *Hacia la competencia intercultural en el aprendizaje de una lengua extranjera: Estudio del choque cultural y los malentendidos*. Universidade de Barcelona.
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico. (2007). <https://www.dgae.gov.pt/servicos/comercio-internacional-e-relacoes-internacionais/multilaterais/organizacao-para-a-cooperacao-e-desenvolvimento-economico-ocde-.aspx>
- Pena Pires, R., Pereira, C., Azevedo, J., Vidigal, I., & Moura Veiga, C. (2017). *Emigração portuguesa: Relatório estatístico 2017*. Observatório da Emigração. <https://observatorioemigracao.pt/np4/5926.html>
- Perrenoud, P. (2002). Os sistemas educativos face às desigualdades e ao insucesso escolar: Uma incapacidade mesclada de cansaço. *Université de Genève*.

https://www.unige.ch/fapse/SSE/teachers/perrenoud/php_main/php_2002/2002_14.html

Portaria n.º 176/2014, de 11 de setembro. *Regulamenta diversos aspetos relativos à realização da prova do conhecimento da língua portuguesa. Diário da República.* <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/portaria/176-2014-56727877>

Portaria n.º 216-B/2012, de 18 de julho. Ministérios da Economia e do Emprego e da Educação e Ciência. *Diário da República*, 1.º Suplemento, Série I, n.º 138/2012. <https://dre.tretas.org/dre/302466/portaria-216-B-2012-de-18-de-julho>

Portaria n.º 1262/2009, de 15 de outubro. *Diário da República.* <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/portaria/1262-2009-483078>

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. (1999). *Relatório do desenvolvimento humano 1999*. Trinova Editora.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. (2009). *Relatório do desenvolvimento humano 2009: Resumo em português.* <https://hdr.undp.org/system/files/documents/2009-hdr-portuguese-summary.2009-hdr-portuguese-summary>

Ramos, N. (2001). Comunicação, cultura e interculturalidade: Para uma comunicação intercultural. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 35(2), 155–178. <https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/5839/1/Ramos%20%282001%29.%20Comunica%C3%A7%C3%A3o%20cultura%20e%20interculturalidade.pdf>

Ramos, N. (2007). Sociedades multiculturais, interculturalidade e educação: Desafios pedagógicos, comunicacionais e políticos. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 41(3), 223–244.

Ramos, N. (2008). *Saúde, migração e interculturalidade: Perspetivas teóricas e práticas*. Editora Universitária UFPB.

Ramos, N. (2011). Educar para a interculturalidade e cidadania: Princípios e desafios. Universidade de Coimbra. <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/5834>

República Portuguesa. (2020, 16 de janeiro). Contribuições dos imigrantes «são muito maiores que os benefícios» que recebem. *Histórico XXII Governo.* <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/comunicacao/noticia?i=contribuicoes-dos-imigrantes-sao-muito-maiores-que-os-beneficios-que-recebem>

- Organização Internacional para as Migrações. (2022). *Relatório mundial para as migrações 2022*. <https://publications.iom.int/books/informe-sobre-las-migraciones-en-el-mundo-2022>
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 12-B/2015, de 20 de março. Aprova o Plano Estratégico para as Migrações (2015–2020). *Diário da República, 1.º Suplemento, Série I, n.º 56/2015*. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-conselho-ministros/12-b-2015-66807913>
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 141/2019, de 20 de agosto. Aprova o Plano Nacional de Implementação do Pacto Global das Migrações. *Diário da República, Série I*. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-conselho-ministros/141-2019-124044668>
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 74/2010, de 17 de setembro. Aprova o II Plano para a Integração dos Imigrantes (2010–2013). *Diário da República, Série I, n.º 182/2010*. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-conselho-ministros/74-2010-341856>
- Ríos, D. (2008). Migration and psychopathology. *Anuario de Psicología Clínica y de la Salud, 4*, 15–25.
- Rodrigues, L. (2023). Educação e intervenção comunitária. In L. Rodrigues & J. M. Sousa (Orgs.), *Educação e desenvolvimento comunitário* (pp. 29–44). Imprensa Académica da Madeira. <https://digituma.uma.pt/handle/10400.13/5348>
- Sacristán, G. (2003). *O aluno como invenção*. Porto.
- Sampaio, P. (2014). A adaptação dos lusodescendentes de regresso a Portugal. *InterDISCIPLINARY Journal of Portuguese Diaspora Studies, 3*(1), 77–98.
- Santos, B. S. (2002). Para ampliar o cânone da produção. In B. S. Santos (Ed.), *Produzir para viver: Os caminhos da produção não capitalista. Por uma conceção multicultural dos direitos humanos* (pp. 23–77). Civilização Brasileira.
- Savoie-Zajc, L. (2003). A entrevista semi-dirigida. In B. Gauthier (Dir.), *Investigação social: Da problemática à colheita de dados* (3.ª ed., pp. 15–32). Lusociência.
- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (2023). *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2022*. Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.
- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. (2021). *Relatório Estatístico 2021*. <https://www.sef.pt/pt/Pages/homepage.aspx>
- Silva, T. (Org.). (2020). *Identidade e diferença*. Editora Vozes.
- Sousa, A. (2005). *Investigação em educação*. Livros Horizonte.

- Stake, R. (2009). *A arte de investigação com estudos de caso* (2.^a ed.). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Stake, R. E. (2012). *A arte da investigação com estudos de caso* (3.^a ed.). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Torres, C. A. (2005). Os mundos distorcidos de Ivan Illich e Paulo Freire. In A. Teodoro & C. A. Torres (Orgs.), *Educação crítica e utopia: Perspetivas para o século XXI* (pp. 83–97). Edições Afrontamento.
- Trindade, R. (2000). Escolaridade básica e cidadania: Contributo para um debate que se quer mais urgente que apressado. *Revista Portuguesa de Educação*, 13(1), 39–75. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=37413104>
- UNESCO. (2009). *Investir na diversidade cultural e no diálogo intercultural: Relatório mundial da UNESCO*. https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000184755_por
- United Nations. (2000). *United Nations Millennium Declaration* (Resolução 55/2, adotada em 8 de setembro de 2000). http://www.un.org/spanish/millenniumgoals/pdf/MDG_Report_2008_SPANIS
- Vitorino, A. (2023, março 29). Diálogo internacional sobre migração. *ONU News*. <https://news.un.org/pt/story/2023/03/1812157>
- Yin, R. K. (2001). *Estudo de caso: Planejamento e método* (D. Grassi, Trad., 2.^a ed.). Porto Alegre. http://maratavarespsictics.pbworks.com/w/file/74304716/3-YIN-planejamento_metodologia.pdf
- Yin, R. K. (2010). *Estudo de caso: Planejamento e métodos* (4.^a ed.). Porto Alegre.

Apêndices

Apêndice A - Modelo do pedido de autorização para recolha de dados quantitativos



Assunto: Pedido de autorização para recolha de dados quantitativos na XXX

O meu nome é Fátima Maria Freitas Gonçalves e sou estudante da Universidade da Madeira. Atualmente, frequento o 2º ano do Mestrado em Educação e desenvolvimento Comunitário e estou a realizar a minha dissertação de Mestrado intitulada “Desenvolvimento da Comunidade Migratória Venezuelana no Contexto Socioeconómico e Educativo da Região Autónoma da Madeira”, sob a orientação da Professora Doutora Carla Patrícia Martins Gonçalves.

A compreensão da evolução temporal dos sistemas migratórios e da forma como as fronteiras entre eles se estabilizam ou se tornam permeáveis é crucial para a análise de fluxos migratórios contemporâneos, especialmente no contexto de estudo da migração em Portugal. O objetivo principal desta investigação é analisar as influências da comunidade migratória venezuelana no contributo socioeconómico e educativo na Região Autónoma da Madeira.

Para alcançar este propósito, pretende-se realizar entrevistas a representantes de instituições públicas, nomeadamente a um membro da XXX. É de salientar que a colaboração desta instituição no estudo é de imensurável relevância.

É de destacar que esta investigação de mestrado irá garantir não só o anonimato de todas as pessoas entrevistadas, como também a confidencialidade de todos os dados recolhidos e analisados. Além disso, é essencial mencionar que as gravações das entrevistas serão eliminadas num período máximo de seis meses após a sua obtenção.

A Investigadora

A Orientadora

Apêndice B - Consentimento informado, esclarecido e livre para participação em estudo de investigação



Consentimento Informado, Esclarecido e Livre para Participação em estudos de Investigação

Identificação do Investigador: Fátima Maria Freitas Gonçalves

Título do estudo: Desenvolvimento da Comunidade Migratória Venezuelana no Contexto Socioeconómico e Educativo da Região Autónoma da Madeira. (Projeto de Dissertação de Mestrado)

Enquadramento:

A compreensão da evolução temporal dos sistemas migratórios e da forma como as fronteiras entre eles se estabilizam ou se tornam permeáveis é crucial para a análise dos fluxos migratórios contemporâneos, especialmente no contexto do estudo da migração em Portugal, mais especificamente na RAM, por ser uma ilha, distante da capital do país.

Por outro lado, a situação da Venezuela (desde o ano 2000), tem sofrido uma transformação em todos os seus aspetos sociais, educativos, políticos e económicos, fazendo com que um grande número de portugueses com as suas famílias, já enraizadas, tenham de voltar ao país de origem e reiniciar caminhos à procura de novas e diferentes oportunidades.

Por esta razão, foi necessário focar a investigação na migração venezuelana em terras portuguesas, especificamente na RAM, onde se tenta conhecer os contributos sociais, económicos e educativos que esta comunidade tem desenvolvido, perante os desafios e dificuldades que tem enfrentado.

O processo de integração dos lusodescendentes (no país de origem dos seus pais), é um verdadeiro desafio, já que este processo está influenciado pela identidade que esta população desenvolveu, sendo descendentes da diáspora portuguesa, com características autênticas das experiências vividas no país de nascimento.

Explicação do estudo:

O objetivo principal desta investigação é: Analisar as influências da comunidade migratória venezuelana no contributo socioeconómico e educativo na Região Autónoma da Madeira.

O método a desenvolver é a pesquisa mista (quantitativa e qualitativa), usando como instrumentos de recolha de dados entrevistas semiestruturadas, a funcionários de diversas dependências institucionais publicas, as quais pretende-se gravar (áudio), e serão destruídas aproximadamente 6 meses depois da transcrição e análises de resultados do projeto; e a aplicação de inquérito por questionário a comunidade migrante venezuelana que têm residência a um ano o mais na RAM.

Condições e financiamento:

O estudo é orientado no marco do Mestrado de Educação e Desenvolvimento Comunitário da Universidade da Madeira; financiado pela investigadora, a participação é de carácter voluntário. O projeto mereceu o parecer da Comissão de Ética, e a Comissão de Proteção de dados da Universidade da Madeira.

Anonimato e confidencialidade:

Neste estudo se garante a confidencialidade e o uso exclusivo dos dados recolhidos; só para fins da investigação, por isso os contactos serão em ambiente de máxima privacidade, é os dados serão resguardados no computador da investigadora. Para esclarecer dúvidas, é através da investigadora – Fátima Maria Freitas Gonçalves, estudante da Universidade da Madeira, do Mestrado de Educação e Desenvolvimento Comunitário;

Por favor, leia com atenção esta informação. Se achar que algo está incorreto ou que não está claro, não hesite em solicitar mais informações.

Se concorda com a proposta que lhe foi feita, queira assinar este documento.

Assinatura de quem pede consentimento:

Apêndice C - Declaração de consentimento do participante**Declaração de Consentimento do Participante**

Eu, Doutor _____ - Diretor de Serviços _____ - Governo Regional da Madeira, declaro ter lido e compreendido este documento, bem como as informações verbais que me foram fornecidas pela investigadora, Fátima Maria Freitas Gonçalves. Foi-me garantida a possibilidade de, em qualquer altura, recusar participar neste estudo sem qualquer tipo de consequências. Desta forma, aceito participar neste estudo, como entrevistado (gravação áudio), e permito a utilização dos dados, que de forma voluntária forneço, confiando em que apenas serão utilizados para fins científicos e publicações que delas decorram e com as garantias de confidencialidade e anonimato que me são dadas pela investigadora.

Assinatura legível e manuscrita:

Data: ___/___/_____

Apêndice D - Perfil dos entrevistados

Categoria	Subcategoria	Indicadores	E1	E2	E3
Caracterização Pessoal	Perfil do entrevistado	Tempo de serviço	2015 – Atualmente.	“Professor desde 1995 e iniciei a atividade política em 2013 interrompida cerca de 1 ano e meio e até à atualidade”.	2015- Atualmente
		Percurso Profissional	“Licenciado em filosofia pela Universidade de Coimbra” (...) “uma pós-graduação em gestão da qualidade, uma outra pós-graduação em direito administrativo pela universidade católica, dois cursos de especializados da função pública, um para cargos de administração local outro para a administração pública, e outras tantas formações especializadas em gestão e administração”.	“Licenciado em História pela Universidade de Coimbra”.	“Licenciado em Educação física e Mestrado em Gestão do Desporto”.

		Cargos	<ul style="list-style-type: none"> -Coordenador do gabinete Évora Cidade Educadora -Adjunto do Secretário Regional de Assuntos Parlamentares europeus - Coordenador dos centros das Comunidades Madeirenses e Migrações - Diretor de serviços das comunidades e cooperação económica - Diretor Regional das Comunidades e Cooperação externa 	<ul style="list-style-type: none"> - Profissional docente - Presidente da Câmara do Funchal - Deputado na Assembleia Regional -Deputado na Assembleia da República -Membro do vigésimo terceiro governo constitucional com o cargo de Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, integrado no Ministério dos Negócios Estrangeiros, 	Secretário Regional de Educação
--	--	--------	---	---	---------------------------------

Apêndice E - Características sociodemográficas e visão migratória

Categoria	Subcategoria	Indicadores	E1	E2	E3
Caracterização Demográfica	Fluxo Migratório	Anos de maior afluência migratória	“Estamos a falar de 2015 a 2020 para a frente. Fugiram naturalmente da situação socioeconómica bastante complicada”.	“Houve um boom que se notou ali por volta de 2017 e 2018”.	(...) “tivemos um período entre 2016 e 2020 que foi muito mais significativo. (...) no sistema educativo temos cerca de 2000 alunos oriundos da Venezuela”
		Concelho de maior presença da migração venezuelana	(...) “têm mais presença é o Funchal, a comunidade venezuelana está mais ou menos distribuída por toda a ilha, em função até da própria população de cada concelho”.	(...) “não existe dados mensuráveis e julgo que nunca existiram tantos luso-venezuelanos aqui como agora em 2024”.	(...) “temos praticamente em todos os concelhos, (...) o Funchal que obviamente é maior até 50% da população, mas temos uma situação generalizada”.
		Evolução da quantidade de migrantes na RAM	“foi um período de grande êxodo da Venezuela, a nossa estimativa é que tenham passado por cá 20000 pessoas, que não se fixaram. A nossa outra estimativa é que se tenha fixado cerca de 12000 pessoas, (...) a maioria tem nacionalidade	(...) “os portugueses e luso descendentes vieram, como estão a vir também venezuelanos que nunca tinham estado em Portugal, nem na região e que agora estão a residir cá, seja pelas ligações	(...) “proporcionalmente podemos ter concelhos onde em termos de percentagem possa ser mais significativo, mas também tem a ver com a proporção da população”.

			portuguesa. Os dados estatísticos de 31/12/2023, (...) apontam no sentido de termos 2500 e poucos venezuelanos a residir na região. É a maior comunidade estrangeira que reside cá”.	que a comunidade portuguesa tem, seja porque a Madeira acaba por ser conhecida da Venezuela tendo em conta a nossa vasta comunidade”.	
	Visão migratória	Principais razões desta migração	“fugiram dessa deterioração da situação económica e social, e saíram também, (...) pela criminalidade altíssima, muitos raptos, muitas mortes, muitos assaltos e, por isso, as pessoas estavam a fugir. Casais jovens, muito qualificados e com filhos que não queriam de facto viver naquela sociedade violenta, empobrecida onde as oportunidades eram bastante limitadas, o acesso a bens básicos como medicamentos ou	(...) “é curioso que mesmo com a situação política e económica, nunca deixaram de ter uma ligação com a Venezuela, é uma afetividade emocional (...) Acabaram por vir para a Madeira, pelas questões políticas e económicas”.	

			comida estava muito limitada”.		
		Interação do povo madeirense com esta comunidade.	(...) “a população madeirense é de facto uma população tolerante para com aquilo que é diferente para com o outro (...) porque nós somos um produto culturalmente do ponto de vista biológico, produto de diversas culturas e diversas origens”.	(...) “no início houve uma reação que não foi propriamente positiva (...) sentiram-se ameaçados por assim dizer, (...) vem para cá tirar o emprego vem cá tirar a nossa habitação, portanto houve eu diria alguma resistência, (...) apesar dessas resistências residuais a grande maioria da população madeirense recebeu os seus”.	(...) “não sentimos nenhuma dificuldade e também não foi necessário criar-se nenhuma situação específica para essa integração (...) não existe a barreira tão complexa de língua”.

Apêndice F - Políticas públicas e contributos da comunidade migrante

Categoria	Subcategoria	Indicadores	E1	E2	E3
Caracterização política e governamental	Políticas sociais integradoras	Desafios enfrentados pelo governo	(...) “foi um período curto com uma migração bastante intensa (...) do ponto de vista político o governo nunca olhou para a chegada destes nossos conterrâneos, e seus descendentes, como um problema”. “Percebemos imediatamente, as oportunidades que aqui surgiram (...) criaram efetivamente constrangimentos nalguns serviços”. “Do ponto de vista de constrangimento, fui essencialmente na saúde, houve um custo também bastante acrescentado”.	(...) “tendo em conta a situação económica daquele país, o governo português tem aqui pela Venezuela uma prioridade no âmbito social (...) nós criamos um apoio aos idosos carenciados que se chama ASIC (apoio social aos idosos carenciados); (...) mas também temos o ASEC (apoio social aos emigrantes carenciados), (...) também fui colocado lá um adito social que acaba por ser quem coordena toda ajuda social”.	(...) “as nossas escolas já estavam preparadas, e todas elas têm o ensino do português língua não materna (...) não houve aqui a necessidade de criarmos nenhuma logística especial”.
		Estratégias políticas para integração	“nós criamos um gabinete de crises, (...) o Gabinete de apoio ao	(...) “tendo em conta a situação económica daquele país, o	(...) “sempre recebeu crianças e jovens oriundos dos

		<p>dos migrantes na RAM</p>	<p>regressado da Venezuela, de forma a tentar perceber quer realidade e quais eram as necessidades”.</p> <p>“Íamos ao aeroporto sempre que chegava o voo proveniente da Venezuela, (...) dar informação e dizer: estamos disponíveis para dar-vos informações e para vos ajudarmos na vossa integração”.</p>	<p>governo português tem aqui pela Venezuela uma prioridade no âmbito social”.</p>	<p>diferentes países da sua diáspora, portanto; é uma prática já está instituída nas nossas escolas”.</p>
	<p>Ações de abordagem social</p>	<p>Respostas sociais das instituições públicas</p>	<p>“Depois fizemos com ARM para as famílias que chegavam cá (...) uma atribuição da tarifa social pela parte da ARM”</p> <p>(...) “nas escolas, concedemos o escolão provisório a todos”.</p> <p>“Promovemos diversas formações modulares de português para falantes de outras línguas e também promovemos algumas formações de inglês, (...) se</p>	<p>(...)”esse adito social que está ligado à embaixada, (...) mas foi criado também um conselho social; (...) para que todas as entidades associativas possam neste concelho social delinear estratégias mas também a ação, para que a ajuda possa chegar, (...) também uma coisa que é</p>	<p>(...) “essa mescla de nacionalidades faz com que as escolas tenham também os seus mecanismos e as suas dinâmicas de integração”.</p>

			<p>integrar no mercado de trabalho”.</p> <p>(...) “a prestação de serviços de saúde (...) é relevante dizer que enviamos muitos medicamentos para a Venezuela, para o nosso consulado para ser distribuída pela comunidade portuguesa”.</p> <p>“ Fizemos uma atribuição de habitações para famílias carenciadas” (...)</p> <p>“fizemos ações de formação de informação e sensibilização.</p> <p>Juntamos também membros dos concelhos, das câmaras municipais e das juntas de freguesia”.</p>	<p>inédita no mundo da diáspora portuguesa que é uma rede médica, nós temos lá médicos que são contratados pelo governo português, (...) esta rede médica e de um grande suporte; porque sabemos que a saúde pública, os hospitais públicos, são muito precários na Venezuela”.</p>	
	Políticas educativas	Logística e orçamento	<p>“Muitas escolas não encerraram porque vieram meninos luso venezuelanos, que mantiveram as escolas abertas, porque caso contrário as escolas</p>	<p>“Neste aspeto educativo, a partilha de experiências, de conhecimento, uma partilha também essencialmente cultural, é</p>	<p>(...) “nós não tivemos grandes impactos a esse nível, (...) não tivemos necessidade de criar nenhuma turma para acolher estes</p>

			tinham encerrado por falta de alunos”.	extremamente positivo”.	alunos eles foram se integrando”.
		Recebimento e Integração de novos estudantes	(...) “alguns dos melhores alunos que nós temos na região são luso-venezuelanos”. “Poderá estar entre os mais brilhantes ou entre os que têm mais dificuldades, mas na média. Por isso é que nós temos vários reforços, inclusive de língua não materna”.	“Os filhos dos lusodescendentes estão integrados, aliás, é se olharmos para as turmas das escolas aqui na região, muitas têm alunos luso descendentes, que prosseguem o seu percurso escolar, tal como um aluno que nasceu aqui na região”.	(...) “os alunos também foram dispersos pela ilha como referi em praticamente todos os níveis de ensino desde a creche ao ensino secundário”.

Apêndice G - Enquadramento económico e profissional da comunidade migrante

Categoria	Subcategoria	Indicadores	E1	E2	E3
Caracterização económica/profissional	Variação económica	Taxas de ocupação laboral	(...) “essa questão teria de ser colocado no instituto de emprego da Madeira”. (...) “a taxa de desemprego dos lusos-venezolanos será muito próxima a zero, todas as pessoas jovens e não tão jovens trabalham fazem tudo, integram-se em todos os meios”.	(...) “é gente de trabalho, aliás, tem o espírito do imigrante que é fazer do trabalho a sua dignidade”.	(...) “é uma integração que eu diria que é quase plena”.
		Áreas de crescimento económico	“Foi essencialmente a nível da reabilitação urbana, depois em imensos investimentos que foram feitos em cafés, snack bares, na distribuição, pequenos supermercados” . (...) “estão na hotelaria, na construção civil,	(...) “do ponto de vista económico veio dinamizar a economia, não só com remessas, não só ao construir a sua habitação, mas investir em negócios”.	

			na restauração, na área da prestação de cuidados de saúde e de cuidado como auxiliar de lares”.		
		Habilitações e qualificações	<p>“Em Portugal infelizmente ainda domina um certo corporativismo quer nas universidades quer nas ordens profissionais e que condicionam a entrada no mercado de trabalho de muitos profissionais qualificados que vieram para cá e que o nunca conseguiram obter as suas equivalências”.</p> <p>(...)</p> <p>“nomeadamente a ordem dos médicos não facilita de facto o acesso destas pessoas a profissão, bem pelo contrário,</p>	(...) “muitos dos que vêm para aqui residir, têm qualificações superiores e não estão exercer a profissão para a qual têm habilitação e para a qual se qualificaram e acabam por ter empregos mais de baixas qualificações, porque infelizmente ainda não se conseguiram, embora, se tivesse no governo dado alguns passos, na questão das equivalências, não haver tantos obstáculos nomeadamente das ordens profissionais ou de algumas ordens, isso é um	<p>“São ainda um número bastante significativo quem tem feito equivalências em Portugal, na Madeira, especificament e, é mais limitativo pelas áreas que oferece a Universidade”.</p> <p>(...) “nós procuramos sempre tentar dar as melhores orientações”.</p>

			dificulta este acesso”.	processo que está a evoluir mas ainda há muito a fazer”.	
		Contexto laboral e faixa etária	“às oportunidades de trabalho para a comunidade luso-venezuelana são rigorosamente as mesmas que existem para os demais cidadãos (...) as pessoas estão dispersas pelos principais setores da economia madeirense, (...) vemos das pessoas mais novas até pessoas com mais idade todas elas estão a trabalhar”.	(...) “a maior parte dos madeirenses que regressaram são homens ou Mulheres de negócio que estão a investir”.	(...) “têm desempenhos muito positivos e a comunidade em geral é uma comunidade que se integrou facilmente, seja do ponto de vista laboral, empresarial, cultural”.
	Contributos económicos da comunidade migrante	Evolução social e económica das famílias venezuelanas na RAM	(...) “foram-se distribuindo no tecido social madeirense, contamos com uma comunidade luso-venezuelana, que se mantém muito religada às suas tradições	(...) “eu julgo que muitos dos que vieram já não irão regressar, até porque estão a investir nos seus negócios, nas suas casas, criam aqui amizades, os seus filhos também estão a construir as suas	(...) “eu acho que isso facilita o acolhimento e simultaneamente e, depois, os desempenhos sociais de quem particularmente vem da Venezuela”.

			<p>a sua língua ao castelhano, é uma comunidade já organizada, (...) por outro lado, muitos dos casais que regressaram, tinham formação superior, também tiveram um impacto bastante positivo na economia regional”. “Nós temos pessoas a trabalhar em todos os níveis da administração e em todas as empresas públicas, muitos quadros superiores provenientes da Venezuela”.</p>	<p>vidas a seguir o seu percurso académico, eu juro que vão permanecer cá”.</p>	
		<p>Relação Investimento - Benefícios</p>	<p>(...) “impacto positivo é que estas pessoas são extremamente dinâmicas, são empreendedoras vêm com uma vontade de trabalhar</p>	<p>(...) “em primeiro lugar, somos das regiões onde o inverno demográfico é mais acentuado e a vinda destes nossos compatriotas nomeadamente</p>	<p>“Também quando solicitados de ser necessário, também estamos disponíveis para colaborar em iniciativas que promova a</p>

			<p>enorme e trabalhar em diversas áreas, muitos também com capacidade de investimento e a reabilitação que nós vemos nos centros urbanos, também no Funchal, mas em todos deve-se em grande parte devido a capitais que vieram da Venezuela, isto tem sido do ponto de vista social e do ponto de vista económico bastante benéfico para a região”.</p>	<p>aqueles que vêm com filhos acaba por ser importantíssimo para inverter a tendência de envelhecimento da população”. “O segundo aspeto é que dinamizou a economia, (...) antes estes portugueses que residiam na Venezuela mandavam remessas para cá, e muitos investiram também na aquisição das suas casas, agora é investimento em negócios”.</p>	<p>integração dos venezuelanos na nossa região”.</p>
--	--	--	---	--	--

Apêndice H - Contexto educativo; processos de integração e formação

Categoria	Subcategoria	Indicadores	E1	E2	E3
Dimensão educativa	Participação da comunidade migrante	Integração escolar	(...)“nós percebemos que numa primeira fase que as pessoas estavam a fugir e no meio do desespero não traziam os documentos devidamente legalizados e, fomos integrando”. (...) “poderá estar entre os mais brilhantes entre os que mais dificuldades, mas também mais ou menos em média, por isso é que nós temos vários reforços inclusive de língua não materna”.	“Os filhos dos lusodescendentes estão completamente integrados, (...) que prosseguem o seu percurso escolar tal como um aluno que nasceu aqui na região”. (...) “os pais também isso nota-se muito, zelam pela sua educação, acompanham a educação dos seus filhos, e eu diria que a maioria irá ter curso escolar de sucesso”.	“A integração foi relativamente fácil, normalizada, os resultados são positivos (...), isso demonstra não só a capacidade de integração, mas também, depois a competência para atingir esses resultados de excelência”.
		Oportunidades de formação	“A formação universitária que nós promovemos é a mesma que para os residentes da Madeira, nós não promovemos a iniquidade, promovemos aliás a equidade entre todos os cidadãos”.		(...) “temos cursos para adultos de português língua não materna (...) houve um incremento depois da chegada desta migração”.
		Prossecução educativa	(...) “fazê-lo com a Universidade da Madeira, mostrando	(...) “e um percurso escolar de sucesso de	(...) “um número bastante significativo

			que a integração não é uma competência não é uma responsabilidade de uma apenas das entidades, mas é uma competência de toda a sociedade e de todas as instituições”.	nível superior, estamos a falar de licenciaturas, mestrados, ou doutoramentos e não tenho dúvida nenhuma, e já está a acontecer”.	quem tem feito equivalências (...) é mais limitativo pelas áreas que oferece a Universidade”. (...) “algumas áreas dependem também das ordens e efetivamente o processo é mais complexo”.
		Iniciativas educativas dos entes do Governo	“Nós promovemos imensos cursos de língua não materna, reforço da língua portuguesa para os meninos que estão integrados nas escolas, fazemos o reforço de língua portuguesa isso quer dizer não há nenhum percurso específico; também temos uma formação que este ano foi a 13ª edição (...) com colaboração da Universidade da Madeira, é um curso de língua portuguesa e cultura literatura madeirense”.	(...) “há tantas formas de expressão onde isso se pode fazer, que até no âmbito da história, no próprio âmbito linguístico”.	(...) “criamos aqui algumas ligações particularmente com a Universidade da Madeira e com outras instituições através do nosso Gabinete de Ensino Superior”.
	Contributo educativo	Expectativas e Impacto na Comunidade educativa	“Teve impacto muito positivo por exemplo na educação, as escolas como se sabe, nós vivemos um certo	“O que eu acho é que não estamos a fazer o suficiente, ou seja, deveriam as escolas ter até	(...) “são extremamente positivos, como referi os alunos integraram sem

			<p>inverno demográfico com uma diminuição do número de nascimentos, as escolas estavam a perder alunos, (...) muitas escolas não encerraram porque vieram meninos luso venezuelanos o que nasceram cá, e, portanto, que mantiveram as escolas abertas, porque caso contrário escolas tinham encerrado por falta de alunos”.</p>	<p>no âmbito da sua autonomia, mas também orientadas pelo próprio governo regional projetos em que se evidenciasse mais esta cultura da Venezuela”.</p>	<p>grandes dificuldades têm desempenhos muito positivos, (...) isso facilita o acolhimento”. “(...) com a chegada destes alunos isso permitiu que as turmas passassem a ter um número mais significativo e em alguns casos até eu diria que passaram a ter um número normal de alunos para o funcionamento de uma escola”.</p>
--	--	--	---	---	--

Apêndice I - Participação comunitária, identidade cultural e perspectivas de futuro

Categoria	Subcategoria	Indicadores	E1	E2	E3
Caracterização socio/cultural	Benefícios e intercambio de práticas	Desafios e oportunidades	<p>“Nós organizamos anualmente um evento que é a festa da Diversidade Cultural”. (...) “nós celebramos esta diversidade cultural porque para nós uma sociedade multicultural é uma sociedade mais cosmopolita, é uma sociedade mais evoluída do ponto de vista civilizacional e é nisso que nós apostamos”.</p>	<p>(...) “a questão de vir de outro país da América Latina, com uma cultura muito diferente e distinta da nossa, com experiências de vida muito diferentes e diversas, acaba por ser uma mescla cultural importantíssima”.</p>	<p>“As práticas pedagógicas para os alunos chegados foi tudo dentro daquilo que é o padrão”. (...) “demonstra não só a capacidade de integração, mas também, depois a competência para atingir esses resultados de excelência”.</p>
		Integração e participação	<p>(...) “trouxeram a boa gastronomia venezuelana, que hoje em dia, está dispersa não apenas por restaurantes e por bares propriedade de luso-venezuelanos, mas mesmo em</p>	<p>“Eu não conheço país em que haja comunidades portuguesas onde o movimento associativo seja tão forte”.</p>	<p>“A integração foi relativamente fácil, normalizada, os resultados são positivos porque não temos nenhum relato de situações críticas, como referiu, aliás,</p>

			muitos cafés que muitas vezes não tem nada a ver com essa comunidade”.		isso refletia se em algumas circunstâncias, próprias das escolas”.
		Promoção e interação cultural	<p>“Nós temos imensos eventos culturais que já são promovidos, (...) são organizados por luso venezuelanos (...) temos imensos músicos que estão perfeitamente integrados que trabalham e que fazem festivais (...) os campos de pádel estão pejados de luso-venezuelanos, portanto, eu creio que eles estão de facto mais ou menos em todos os setores”.</p>	<p>(...) “a influência cultural é brutal e ainda bem que assim é, como já aqui referi no âmbito da gastronomia, no âmbito da música, no âmbito das próprias tradições, e isso só vai ser um acrescento temos aqui um valor acrescentado em todos os domínios transversais da nossa sociedade devido a presença da comunidade que agora regressou e que tem sido fundamental para uma outra Madeira e é uma Madeira melhor”.</p>	<p>“Todas as nossas escolas têm o quadro de honra, tem os prémios de mérito, e em muitas circunstâncias tínhamos alunos luso venezuelanos que atingiam esse patamar”.</p>

	Contributos culturais e sociais	Impacto do Intercambio de costumes e tradições	(...) “a questão da gastronomia está absolutamente dispersa por toda a ilha, quer através de restaurantes especializados na oferta da comida venezuelana, quer noutros (...) a cultura madeirense mistificou um pouco mais com esta vinda, isso é perfeito; quer dizer acolhemos a diversidade e começamos a integrá-lo também naquilo que são as nossas tradições”.	(...) “além da questão da socialização, acabam por também ser embaixadores da nossa cultura porque são centros também das nossas tradições da música da gastronomia do folclore, (...) umas componentes muito fortes acabam por também ali continuar a afirmar-se como madeirenses e a difundir a nossa cultura e a nossa identidade na Venezuela”.	(...) “as vantagens é mais um aparte cultural, portanto, é mais uma dinâmica que se cria nas nossas escolas”.
Caracterização da visão de perspetivas de futuro	Promoção e progresso	Melhores Condições	“promovemos uma série de iniciativas que garantam o que aprofundem (...) queremos que essas comunidades se integrem, sim; que se enquadrem, que aceitem a cultura	“Eu acho que aqui é uma questão de criar raízes (...) é importante que pudessem cada vez mais ter uma participação política e essa participação política nos mais diversos	(...) “sempre que somos solicitados para qualquer evento que seja mais característico da própria comunidade também apoiamos”.

			para a qual vieram, que dominem a língua portuguesa e por isso fazemos esse esforço, mas também, queremos que se mantenham os vínculos às suas culturas de origem”.	patamares, (...) como participantes ativos e intervenientes e de forma crítica, (...) ainda temos um longo caminho a percorrer”.	
Satisfação e permanência na RAM	Impactos da Integração	(...) “nós queremos que o futuro é que as pessoas se organizem nas suas comunidades que celebrem a sua cultura, naturalmente integrando-se também daquilo que a sociedade madeirense sem qualquer tensão conforme tem acontecido (...) nós celebramos a Diversidade Cultural”.	(...) “e diria que é um chão comum onde o respeito pela diferença cultural, pela tolerância, pela diferença linguística, (...) estou a falar de projetos e de partilha, (...) projetos no âmbito da música, do desporto, da questão cultural, há tantas formas de expressão, até da no âmbito da história, (...) há uma riqueza que nós não estamos a aproveitar”.	(...) “orientarmos as pessoas que nos procuram e fazemos as pontes com as diferentes instituições”.	

Apêndice J - Guião da entrevista semiestruturada n.º 1

I. Dimensão - Caracterização pessoal

1.1. De uma forma sucinta, faça uma apresentação de si próprio, referindo a sua formação académica, cargos desempenhados, e há quanto tempo desempenha as atuais funções...

II. Dimensão demográfica:

2.1. Qual é a população estimada da Comunidade Migrante venezuelana na Região Autónoma da Madeira?

2.2. Quais foram os anos de maior afluência da migração venezuelana na Madeira, e quais foram as razões desta migração?

2.3. Quais são os concelhos, cuja presença da população migrante venezuelana é mais significativa?

2.4. Como tem sido a evolução do número de migrantes venezuelanos na Região Autónoma da Madeira ao longo dos últimos dez anos?

III. Dimensão política e governamental:

3.1. Quais têm sido os principais desafios enfrentados pelo Governo com a chegada da migração venezuelana na Madeira?

3.2. Quais foram as principais estratégias políticas incentivadas pelos organismos governamentais para a receção e integração desta comunidade na RAM?

IV. Dimensão económica/profissional:

4.1. Que impacto na variação económica representou para a Região a integração dos migrantes venezuelanos?

4.2. Como têm sido as taxas de ocupação laboral da Comunidade migrante venezuelana na RAM?

4.3. Quais são as áreas do desenvolvimento socioeconómico da comunidade venezuelana na Madeira que têm sido mais exploradas?

4.4. Os trabalhos oferecidos aos migrantes são compatíveis com as suas capacidades e qualificações?

4.5. Quais são os desafios que a Comunidade venezuelana enfrenta na Madeira em relação ao desenvolvimento laboral, em função da sua faixa etária?

4.6. Como é percebido o nível de evolução socioeconómica das famílias venezuelanas na Madeira e qual é a relação com a sua permanência na RAM?

4.7. Quais são os contributos económicos de esta comunidade migrante na RAM?

V. Dimensão social e cultural:

5.1. Que desafios e oportunidades têm sido identificados em relação à integração e participação da comunidade venezuelana na sociedade madeirense?

5.2. Quais são as principais necessidades e preocupações manifestadas pela comunidade venezuelana na Madeira, e de que forma a Secretaria Regional tem respondido a essas necessidades?

5.3. De que forma a Secretaria Regional está a promover a interação e a confraternização cultural entre a comunidade venezuelana e outras comunidades locais na Madeira?

5.4. Quais são os contributos a nível cultural e social de esta comunidade venezuelana na Madeira?

VI. Dimensão educativa:

6.1. Como tem sido desenvolvida a integração escolar destes migrantes, nos diferentes níveis de ensino?

6.2. Qual é a perceção da Secretaria Regional sobre o contributo socio educativo da comunidade venezuelana na Região Autónoma da Madeira?

6.3. Qual são as oportunidades que oferece a Madeira para a Comunidade Migrante venezuelana com formação profissional universitária?

6.4. Quais são as iniciativas, promovidas desde a Secretaria Regional no âmbito educativo para integrar a Comunidade migratória venezuelana na RAM?

VII. Dimensão perspectivas futuras:

7.1. Como é que a Secretaria Regional de Comunidades Estrangeiras e Cooperação da Madeira pretende promover o progresso, a satisfação e a permanência da comunidade migrante venezuelana na RAM no futuro?

Apêndice K - Guião da entrevista semiestruturada n.º 2

I. Dimensão caracterização pessoal

1.1. De uma forma sucinta, faça uma apresentação de si próprio, referindo a sua formação académica, cargos desempenhados, e há quanto tempo desempenha as atuais funções...

II. Dimensão demográfica e fluxo migratório

2.1. Quais foram os anos de maior afluência da migração venezuelana na Madeira?

2.2. Qual é a sua visão sobre a situação da Venezuela e os portugueses que lá se encontram? Existem realmente razões para esta grande migração?

2.3. Qual é a visão do Governo Nacional desta comunidade migratória venezuelana que tem chegado principalmente a Madeira?

2.4. Como tem recebido o povo madeirense o migrante venezuelano?

III. Dimensão política e governamental,

3.1. Quais são as estratégias políticas e sociais integradas na RAM para promover o desenvolvimento e adaptação da comunidade venezuelana?

3.2. Quais têm sido os principais desafios enfrentados pelo Governo com a chegada da migração venezuelana na Madeira?

3.3. Quais são as principais necessidades e preocupações manifestadas pela comunidade venezuelana na Madeira, e de que forma a Secretaria de Estado para as comunidades portuguesas, tem respondido a essas necessidades?

IV: Dimensão económica e profissional,

4.1. Como se percebe a Comunidade migratória venezuelana, desde o ponto de vista económico e profissional?

4.2. Qual é o impacto económico e social do trabalho desempenhado pela população venezuelana na Madeira?

4.3. Os trabalhos oferecidos aos migrantes são compatíveis com as suas capacidades e qualificações?

4.4. Como é percebido o nível de evolução socioeconómica das famílias venezuelanas na Madeira e qual é a relação com a sua permanência na RAM?

V. Dimensão social e cultural

5.1. De que forma a Secretaria de estado está a promover a interação e a confraternização cultural entre a comunidade venezuelana e outras comunidades locais na Madeira?

5.2. Quais são os contributos a nível cultural e social de esta comunidade venezuelana na Madeira?

VI. Dimensão educativa:

6.1. Como se percebe a Comunidade venezuelana a nível de formação e estudos académicos?

6.2. Quais são os principais desafios e oportunidades que a comunidade venezuelana enfrenta em relação ao seu desenvolvimento educacional na RAM?

6.3. Os profissionais da Comunidade migratória venezuelana, têm sido valorizados como uma mais-valia para o desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira?

6.4. Qual é a perceção da Secretaria de Estado para as comunidades portuguesas, sobre o contributo socio educativo da comunidade venezuelana na Região Autónoma da Madeira?

VII. Dimensão perspectivas futuras:

7.1. Como se percebe a Comunidade Venezuela na Madeira, a nível de progresso e satisfação e permanência na RAM?

7.2. Como é que a Secretaria de Estado das Comunidades portuguesas pretende promover o progresso, a satisfação e a permanência da comunidade migrante venezuelana na RAM no futuro?

Apêndice L - Guião da entrevista semiestruturada n.º 3

I. Dimensão caracterização pessoal

1.1. De uma forma sucinta, faça uma apresentação de si próprio, referindo a sua formação académica, cargos desempenhados, e há quanto tempo desempenha as atuais funções...

II. Dimensão demográfica e fluxo migratório

2.1. Como poderia caracterizar a Comunidade migrante venezuelana em termos educativos?

2.2. Quantos estudantes de naturalidade venezuelana têm sido matriculados nas escolas da Região Autónoma da Madeira, nestes últimos dez anos?

2.3. Quais são os concelhos de maior afluência de estudantes da migração venezuelana na Madeira?

III. Dimensão políticas educacionais

3.1. O que representa em termos logísticos e orçamentais a integração de tantos estudantes venezuelanos nas escolas da RAM?

3.2. Quais são as políticas educativas que implementaram como necessidade para o recebimento desta comunidade migrante?

IV. Dimensão social e cultural

4.1. Que desafios e oportunidades têm sido identificados em relação à integração e participação da comunidade venezuelana na comunidade educativa madeirense?

4.2. De que forma a Secretaria Regional de Educação está a promover a interação e a confraternização cultural entre a comunidade venezuelana e outras comunidades locais na Madeira?

V. Dimensão de integração educativa

5.1. Qual tem sido o papel das escolas e das suas autoridades educacionais na promoção da inclusão e integração dos alunos migrantes venezuelanos?

5.2. Como têm sido adaptadas as práticas pedagógicas para atender às necessidades específicas dos alunos migrantes venezuelanos?

5.3. Existe algum programa de tutoria ou apoio individualizado para os alunos migrantes venezuelanos que enfrentam desafios de aprendizagem ou de adaptação?

VI. Dimensão desenvolvimento educativo

- 6.1. Quais são os principais resultados e desafios identificados na educação dos alunos migrantes venezuelanos em termos de desempenho académico, integração social e bem-estar?
- 6.2. Existe alguma modificação no desenvolvimento e avaliação para os alunos migrantes venezuelanos que enfrentam desafios de aprendizagem ou de adaptação?
- 6.3. O que tem representado para a educação na Madeira a integração desta comunidade migrante. (Vantagens e Desvantagens).

VII. Dimensão programas de formação,

- 7.1. Como tem sido a participação da comunidade migrante venezuelana em outros programas educacionais, tais como português língua não materna, cursos de formação profissional, entre outros?
- 7.2. Tem conhecimento da prossecução educativa desta população migrante?
- 7.3. A nível da formação universitária, como se tem conduzido a possibilidade de equivalências?
- 7.4. Nesta Comunidade migrante existem áreas profissionais que não existem na RAM, tem contemplado avaliar a incorporação de alguma delas, no curriculum educativo?
- 7.5. Quais são os contributos educativos que trouxe consigo a Migração venezuelana a Madeira?

VIII. Dimensão perspectivas futuras.

- 8.1. Como é que a Secretaria Regional de Educação da Madeira pretende promover o progresso, a satisfação e a permanência da comunidade migrante venezuelana no âmbito educativo na RAM no futuro?

Apêndice M - Inquérito por questionário**COMUNIDADE MIGRATÓRIA VENEZUELANA NA REGIÃO AUTÓNOMA
DA MADEIRA**

O presente inquérito por questionário é anónimo e tem por objetivo: Analisar as influências da comunidade migratória venezuelana no contributo socioeconómico e educativo na Região Autónoma da Madeira (RAM). Enquadra-se no âmbito de uma investigação do mestrado em Educação e Desenvolvimento Comunitário pela Universidade da Madeira. A sua participação nesta investigação é voluntária e não envolve nenhuma compensação financeira. A confidencialidade e o anonimato dos dados serão garantidos durante a investigação. Este inquérito será via online, os dados que nos fornecer não serão rastreáveis nem a sua identidade será tornada pública. Todos os dados serão tratados de acordo com o Regulamento Geral de Proteção de Dados. Desta forma, aceito participar neste estudo e permito a utilização dos dados, que de forma voluntária forneço, confiando em que apenas serão utilizados para fins científicos e publicações que delas decorram e com as garantias de confidencialidade e anonimato que me são dadas pela investigadora. Qualquer dúvida não hesite em contactar a investigadora: Fátima Maria Freitas Gonçalves

Agradecemos antecipadamente a sua participação nesta investigação

Secção 1

1. Consentimento

1. Se concordar em participar nesta investigação, por favor, assinale todos os itens abaixo: É necessário responder. Escolha múltipla.

Selecione 3 opções.

Tenho 18 anos ou mais.

Declaro ter lido e compreendido as informações fornecidas, estando plenamente informado/a sobre os objetivos e as condições da minha participação voluntária nesta investigação.

Reconheço ainda que posso retirar-me a qualquer momento, sem qualquer consequência adversa, e aceito os termos e condições anteriormente mencionados.

Secção 2

I. Dimensão caracterização pessoal/ sociodemográfica da amostra.

Pode seleccionar apenas uma opção

2. Género: É necessário responder. Escolha única.

- Feminino.
- Masculino.
- Prefiro não responder.

3. Idade (anos): É necessário responder. Escolha única.

- 18 – 30.
- 31 – 40.
- 41 – 50.
- 51 – 75.
- Mais de 75.
- Prefiro não responder.

4. Nacionalidade: É necessário responder. Escolha única.

- Venezuelana.
- Lusodescendente.
- Portuguesa.
- Prefiro não responder.

5. Habilitações académicas: É necessário responder. Escolha única.

- Sem educação formal.
- Ensino básico – 1.º ciclo.
- Ensino básico – 2.º ciclo.
- Ensino básico – 3.º ciclo.
- Ensino secundário.
- Formação profissional.
- Licenciatura.
- Mestrado.
- Doutoramento.
- Prefiro não responder.

6. Estado Civil: É necessário responder. Escolha única.

- Solteira(o).
- Casado(a)/ União de facto.

- Numa relação.
- Divorciado/a/ Separado/a.
- Viúvo/a.
- Prefiro não responder.

7. Concelho de residência. É necessário responder. Escolha única.

- Funchal.
- Santa Cruz.
- Machico.
- Santana.
- Ribeira Brava.
- Câmara de Lobos.
- Porto Moniz.
- Ponta do Sol.
- Calheta.
- São Vicente.
- Prefiro não responder.

8. Tempo de permanência na Madeira: É necessário responder. Escolha única.

- 1 - 2 anos.
- 3 - 5 anos.
- 6 - 10 anos.
- Mais de 10 anos.
- Prefiro não responder.

9. Qual a razão que o/a levou a sair da Venezuela? É necessário responder. Escolha múltipla.

- Económico.
- Regressar ao país de origem.
- Insegurança.
- Político.
- Saúde.
- Escassez de alimento/ medicamento.
- Prefiro não responder.

10. Por que razão escolheu a Madeira como destino de imigração? É necessário responder. Escolha múltipla.

- Raízes familiares.
- Documentos (legalidade).
- Segurança.
- Desenvolvimento económico.
- Prefiro não responder.

Secção 3

II. Dimensão Política/ Governamental.

Pode seleccionar uma ou várias opções.

11. Quais são as ações promovidas pelas autoridades da RAM, para a integração da Comunidade venezuelana na Madeira? É necessário responder. Escolha múltipla.

- Ações de sensibilização.
- Balcão de Atendimento ao migrante.
- Ação de esclarecimento nas dependências do Instituto da Segurança Social.
- Orientação por parte das associações de migrantes venezuelanos.
- Não conheço as ações promovidas na RAM para os migrantes.
- Prefiro não responder.

12. Na sua perspetiva, quais têm sido os principais desafios enfrentados pelo Governo da RAM com a chegada da migração venezuelana na Madeira? É necessário responder.

Escolha múltipla.

- A quantidade de migrantes que chegaram a RAM.
- As autoridades desconheciam a dinâmica desta migração.
- O orçamento para a chegada desta comunidade, tornou-se difícil.
- As políticas de recebimento migratório não estavam bem definidas.
- Foram muito diligentes na abordagem da migração.
- Houve uma adequação as necessidades dos migrantes.
- Não tenho conhecimento.
- Prefiro não responder.

13. Quais foram as principais necessidades, na sua chegada a Madeira? É necessário responder. Escolha múltipla.

- Procurar trabalho.
- Procurar sítio onde viver.
- Fazer os trâmites para ter a documentação legal.

- Conhecer a Região e o seu desenvolvimento.
- Fazer conexão com outros elementos da comunidade venezuelana.
- Procurar apoios sociais.
- Aprender o idioma.
- Prefiro não responder.

14. Encontrou resposta às suas necessidades ou desafios nas entidades da Região? É necessário responder. Escolha múltipla.

- As informações não eram claras.
- Muita burocracia nos trâmites.
- As informações foram oportunas e adequadas.
- Houve boa cooperação e facilitaram os trâmites.
- Prefiro não responder.

Secção 4

III. Dimensão económica e profissional

Pode seleccionar uma ou várias opções

15. Situação profissional: É necessário responder. Escolha múltipla.

- Estudante.
- Trabalhador por conta própria.
- Trabalhador por conta de outrem.
- Desempregado/a.
- Reformado/a.
- Prefiro não responder.

16. Quais são os sectores de atividades que tem explorado no âmbito laboral na Madeira? É necessário responder. Escolha múltipla.

- Primário (pesca, agricultura, silvicultura).
- Secundário (construção civil, produção industrial).
- Terciário (Comércio, serviços, transporte, educação, saúde, turismo, entretenimento).
- Prefiro não responder.

17. Os trabalhos que tem desempenhado na RAM, são compatíveis com a sua formação anterior e as suas qualificações? É necessário responder. Escolha múltipla.

- Estou a trabalhar na área da minha formação profissional.

- Estou na área profissional, no entanto, o salário não corresponde ao desempenho.
- Tenho formação em alguma área e estou a aprender outra no campo laboral.
- Não me encontro a trabalhar na minha área de formação.
- Prefiro não responder.

18. Quais são os principais desafios enfrentados na procura e permanência de ofertas laborais na RAM? É necessário responder. Escolha múltipla.

- Os contratos laborais são de curta duração (3 a 6 meses).
- Agrupam muitas responsabilidades num só trabalhador.
- Pouco respeito pelos horários e dias de descanso.
- Faixa etária é determinante (+50 anos, já com poucas oportunidades).
- O concelho de residência interfere nas oportunidades laborais.
- Não estou familiarizado com a língua, por tanto, as minhas opções são limitadas.
- A minha permanência na área laboral tem sido satisfatória.
- Tenho encontrado ótimas oportunidades laborais.
- Prefiro não responder.

19. Na esfera laboral, seja por conta própria ou de outrem, a sua permanência tem sido: É necessário responder. Escolha múltipla.

- Não tenho contrato fixo.
- Tenho mudado muito de emprego.
- Tenho mais de 2 anos no mesmo emprego.
- Tenho mais de 5 anos, estou já efetivo/a.
- Atualmente estou por conta do Instituto de Emprego da Madeira.
- Prefiro não responder.

20. O contributo económico que tem alcançado na Madeira e que consolida a sua permanência vai direcionado a: É necessário responder. Escolha múltipla.

- Um investimento comercial/empresarial.
- Adquisição de um imóvel (residência familiar).
- Aquisição de outros imóveis secundários (investimento).
- Aquisição de uma ou várias viaturas.
- Garantir um fundo de poupança.
- Não tenho consolidado uma estabilidade económica.
- Prefiro não responder.

21. Na sua perspetiva, acha que existem alguns fatores sociodemográficos que têm interferido com o seu desenvolvimento económico e social na RAM? É necessário responder. Escolha múltipla.

- Idade.
- Género.
- Nacionalidade.
- Estado civil.
- Filhos.
- Nível de formação.
- Lugar de residência.
- Prefiro não responder.

Secção 5

**IV. Dimensão social e cultural,
Pode selecionar uma ou várias opções**

22. Participa na RAM em algum grupo? É necessário responder. Escolha múltipla.

- Desportivo.
- Cultural.
- Musical.
- Não participo.
- Prefiro não responder.

23. Quais são as atividades promovidas pelo Governo Regional para fortalecer as políticas de integração e de confraternização cultural entre as comunidades migrantes? É necessário responder. Escolha múltipla.

- Festas luso-venezuelanas.
- Festa da diversidade cultural.
- Festival gastronómico.
- Semana da interculturalidade.
- Não conheço as atividades promovidas pelo Governo Regional.
- Prefiro não responder.

24. Onde apresentou maior dificuldade de integração: É necessário responder. Escolha múltipla.

- Na esfera laboral.

- Na dinâmica familiar.
- Nos ajustes económicos.
- Na interação social.
- Na integração académica.
- Prefiro não responder.

25. Como pode descrever a interação cultural e social dos migrantes venezuelanos com o povo madeirense? É necessário responder. Escolha múltipla.

- É uma interação muito positiva e de cooperação.
- Há partilha de costumes e tradições.
- Representa grandes desafios, são culturas diferentes.
- Há pouca inclusão e tolerância.
- Prefiro não responder.

26. Tem recebido assessoria ou acompanhamento por parte de associações constituídas por lusodescendentes? É necessário responder. Escolha múltipla.

- Associação da Comunidade de Imigrantes Venezuelanos na Madeira - VENECOM.
- Associação de Imigrantes Venezuelanos em Portugal - VENEXOS.
- Associação Amigos da Diáspora é os Emigrantes Madeirenses - AADAM
- Não conheço estas associações.
- Não tive interação com nenhuma delas.
- Prefiro não responder.

Secção 6

IV. Dimensão educativa

Pode selecionar uma ou várias opções, se há resposta da primeira pergunta é não pode avançar a pergunta 32

27. Tem filhos em idade escolar? É necessário responder. Escolha única.

- Sim.
- Não.

(Se não tem filhos em idade escolar, passar á questão 32)

28. N.º de filhos a frequentar o ensino: Escolha única.

- 1.
- 2.

- 3.
- Mais de 3

29. Níveis de ensino que frequentam os seus filhos; Escolha múltipla.

- Educação pré-escolar.
- Ensino básico – 1.º ciclo.
- Ensino básico – 2.º ciclo.
- Ensino básico – 3.º ciclo.
- Ensino secundário.
- Formação profissional.
- Universitário.
- Prefiro não responder.

30. Quais foram os desafios para matricular os seus filhos nos estabelecimentos de educação na RAM? Escolha única.

- Não tinha habilitações anteriores (da Venezuela).
- A documentação não estava traduzida para português e apostilada.
- Não encontrei vaga na escola para o ano de ensino.
- Tudo correu bem e meus filhos foram matriculados sem quaisquer inconvenientes.
- Prefiro não responder.

31. Quais foram as estratégias que a escola implementou, através da Secretaria Regional de Educação, Ciência e Tecnologia, para apoiar ou garantir a adaptação dos seus educandos no sistema educativo na RAM. Escolha múltipla.

- Incorporação da Língua não materna.
- Apoios nalgumas disciplinas (português e matemática, etc.).
- Acompanhamento e adaptação do conteúdo.
- Avaliação diferenciada.
- Grupos de promoção e intercâmbio cultural.
- Não conheço as medidas que implementaram.
- Prefiro não responder.

32. Na sua permanência na RAM, teve acesso a oportunidades de formação em alguma área ou nível de ensino? É necessário responder. Escolha múltipla.

- Português língua não materna.
- Conclusão do Secundário.

- Curso profissional.
- Curso Universitário.
- Prefiro não responder.

33. Solicitou a equivalência das suas habilitações universitárias obtidas no país de origem? É necessário responder. Escolha múltipla.

- Já foram aprovadas.
- Estou à espera de aprovação.
- Não tenho habilitações universitárias.
- Não tenho a documentação necessária.
- Não tenho interesse em solicitar a equivalência.
- O meu curso não existe em Portugal.
- Prefiro não responder.

Secção 7

VI Dimensão familiar e de apoio social à população

Pode seleccionar uma ou várias opções

34. Razão pela qual permanece na Madeira? É necessário responder. Escolha múltipla.

- Familiares.
- Económicas.
- Educativas.
- Sociais (apoios, segurança).
- Prefiro não responder.

35. Na sua chegada e permanência na RAM, tem recebido alguma forma de apoio por parte das entidades governamentais? É necessário responder. Escolha múltipla.

- Instituto de Segurança Social da Madeira.
- Instituto de Emprego da Madeira.
- Instituto de Habitação.
- Associações de solidariedade.
- Banco Alimentar.
- Escola/ Casa do Povo.
- Não tenho recebido apoio.
- Prefiro não responder.

36. Qual é a duração do apoio que tem recebido? Se não recebeu apoio não responda a esta questão. Escolha única.

- Menos de 6 meses.
- Menos de 1 ano.
- 2 anos ou mais.
- Prefiro não responder.

Secção 8

VII Dimensão perspetivas de futuro

Pode seleccionar uma ou várias opções

37. Quais são as suas perspetivas de futuro na RAM, a nível de progresso pessoal, profissional e satisfação familiar? É necessário responder. Escolha múltipla.

- Desejo permanecer na Madeira e continuar a progredir quer no âmbito académico quer profissional.
- A Madeira oferece-me segurança e qualidade de vida, bem como para a minha família.
- Sinto-me tranquilo/a e com estabilidade económica.
- Já tenho uma certa idade e a Madeira garante-me segurança para a minha velhice.
- Não vou permanecer muito tempo na Madeira, pois pretendo migrar para outro país.
- Só estou à espera de uma melhoria na situação da Venezuela para regressar àquele país. Estou com algumas dúvidas em relação ao meu futuro.
- Prefiro não responder.

38. Se desejar pode fazer qualquer comentário. Texto Com Múltiplas Linhas.

Introduza a sua resposta

Apêndice N - Resultados da entrevista nº 1

I. Caracterização Pessoal

1.1. De uma forma sucinta, faça uma apresentação de si próprio, referindo a sua formação académica, cargos desempenhados, e há quanto tempo desempenha as atuais funções?

O meu nome é XXX, Licenciado em filosofia pela Universidade de Coimbra. Quando terminei o curso, dei aulas, depois regresssei à Madeira, onde fui jornalista durante dois anos, depois saí, fui viver para Évora e fui trabalhar para a Câmara municipal de Évora. Aqui, trabalhei até 2015 exercendo diversas funções, fui coordenador das SAEC e depois fui coordenador do gabinete Évora Cidade Educadora. Integrei a comissão de coordenação da rede territorial portuguesa das cidades educadoras muitos anos, assim como realizei trabalhos interessantes ao nível das cidades educadoras e dos projetos educativos locais. Aliás eu coordenei um trabalho que foi único no país, que foi a criação do referencial para a elaboração, com base na carta dos princípios das necessidades das cidades educadoras, do projeto educativo local. Contou com uma equipa nacional composta por Lisboa, Almada e Santa Maria da Feira. Enquanto era responsável pelo gabinete de Évora Cidade Educadora, coordenei ainda esta equipa, constituída por diversas cidades, incluindo o Porto. Regressei à Madeira em 2015, fui convidado para adjunto pelo então Secretário Regional de Assuntos Parlamentares Europeus o Doutor Sérgio Marques. Fui seu adjunto de 2015 até 2017 e fui nomeado coordenador dos centros das comunidades madeirenses e migrações. Nós tínhamos feito uma reestruturação ao centro, o centro era, do ponto de vista orgânico, uma divisão, nós quisemos dar algo de maior relevância e criamos uma Direção de serviços. Só que essa Direção de serviços nunca foi ocupada, o Secretário regional, o Sérgio Marques, então pediu, uma vez que eu tinha experiência na administração pública, que eu coordenasse o centro. Depois em 2017 o centro passou para a tutela e parceria formal da secretaria regional da educação com o Dr. Jorge Carvalho e nomeou-me especialista para coordenar o centro onde mantive-me até 2018. Em 2018 abriu concurso e candidatei-me, fiquei em primeiro lugar e fui diretor dos centros das Comunidades madeirenses e migrações, até 2019. Quando foi criada a Direção Regional das Comunidades e Cooperação externa, pela primeira vez uma Direção Regional, uma Direção superior, coisa que nunca tinha acontecido durante a autonomia, nesta área, não tinha sido levada a direção regional. Ficou o Dr. Rui Abreu e fiquei de nº

dois, como Diretor de serviços das comunidades e cooperação económica, onde me mantive até julho de 2024. A partir do primeiro de agosto fui nomeado como Diretor Regional das Comunidades e Cooperação externa. Na formação, sou licenciado em filosofia pela universidade de Coimbra, tenho uma pós-graduação em gestão da qualidade, uma outra pós-graduação em direito administrativo pela universidade católica, dois cursos de especializados da função pública, um para cargos de administração local outro para a administração pública, e outras tantas formações especializadas em gestão e administração.

II. Dimensão demográfica

2.1. Qual é a população estimada da Comunidade Migrante venezuelana na Região Autónoma da Madeira?

As nossas estimativas é que residam na Madeira aproximadamente 25000 pessoas, 10 % da população, que de uma ou de outra tenham estado na Venezuela, ou tenham nascido, ou tenham lá trabalhado. Mas isto é uma estimativa por alto e que foi do regresso ao longo dos anos, ou seja, não é apenas aquele regresso que houve de forma intensiva entre 2015 e 2019 ou o decréscimo de 2020, mais ou menos quando começou a pandemia, devido à ausência de transportes.

No primeiro período, que foi um período de grande êxodo da Venezuela, a nossa estimativa é que tenham passado por cá 20000 pessoas, que não se fixaram. A nossa outra estimativa é que se tenham fixado cerca de 12000 pessoas, os outros que passaram por um motivo ou por outro, não se adaptaram, ou passaram por cá, utilizaram a região como uma plataforma giratória, ou eventualmente até regressaram à Venezuela. Os motivos são variados pelas quais essas pessoas acabaram por não ficar por cá, os que ficaram, a maioria tem nacionalidade portuguesa. Os dados estatísticos de 31/12/2023, que são os mais atualizados que nós temos, apontam no sentido de termos na altura 2500 e poucos venezuelanos a residir na região. É a maior comunidade estrangeira que reside cá, mas isso não é tão relevante, é 1% da população. Nós estamos a falar de estrangeiros que não têm nacionalidade portuguesa ainda, já que muitos destes estão em processo de obtenção de nacionalidade ou por casamento, ou por serem descendentes, ou por outras razões. É possível que eventualmente este número vai variando e até reduza com o passar dos anos. Estas pessoas têm expectativa legítima de obter a nacionalidade portuguesa.

2.2. Quais foram os anos de maior afluência da migração venezuelana na Madeira, e quais foram as razões desta migração?

Estamos a falar de 2015 a 2020 para a frente. Fugiram naturalmente da situação socioeconómica bastante complicada como era evidente, fugiram essencialmente dessa deterioração da situação económica e social, e saíram também, porque não sei se recorda, mas nesse período a Venezuela vivia uma criminalidade altíssima, muitos raptos, muitas mortes, muitos assaltos e, por isso, as pessoas estavam a fugir. Casais jovens, casais muito qualificados e com filhos jovens e que não queriam de facto viver naquela sociedade violenta, empobrecida, onde as oportunidades eram bastante limitadas, o acesso a bens básicos como medicamentos ou comida estava muito limitada e essencialmente fugiram dessa situação. Esse facto é o que nos reportaram as pessoas que cá chegaram.

2.3. Quais são os concelhos, cuja presença da população migrante venezuelana é mais significativa?

Enquanto os conselhos que têm mais presença é o Funchal, a comunidade venezuelana está mais ou menos distribuída por toda a ilha, mais ou menos em função até da própria população de cada concelho. Quando os concelhos com mais pessoas são os concelhos onde residem mais luso-venezuelanos, nós por exemplo, fixamos muito na Ribeira Brava ou na Calheta, por terem muitos luso-venezuelanos. Estes conselhos não têm mais do que têm Câmara de Lobos ou Santa Cruz, eventualmente poderá ter proporcionalmente a dimensão da população dos concelhos, que poderá ser elevada, mas do ponto de vista regional, não é assim tão elevado como se disse. As pessoas estão efetivamente distribuídas por todos os concelhos, mais ou menos em função também da própria dimensão de cada um dos concelhos.

2.4. Como tem sido a evolução do número de migrantes venezuelanos na Região Autónoma da Madeira ao longo dos últimos dez anos?

Houve de forma intensiva uma chegada da Venezuela entre 2015 até 2020, até mais ou menos quando começou a pandemia, aí houve um decréscimo bastante grande, logo a

situação foi diminuindo. No entanto, continuamos a receber pessoal da Venezuela, mas não de forma tão intensa como nos anos anteriores.

III. Dimensão política e governamental:

3.1. Quais têm sido os principais desafios enfrentados pelo Governo com a chegada da migração venezuelana na Madeira?

Vamos lá ver, aquilo foi um período curto, com a migração bastante intensa, gostava de dizer isto, do ponto de vista político o governo nunca olhou para a chegada destes nossos conterrâneos, e seus descendentes, como um problema. Percebemos imediatamente, as oportunidades que aqui surgiram e já vamos falar delas. Agora, criaram efetivamente constrangimentos nalguns serviços, vou lhe dar um exemplo: a saúde estava dimensionada para uma determinada população. Quer dizer, chegou uma população bastante grande, essa população cresceu de forma acentuada, ainda por cima com patologias, algumas desconhecidas porque vinham do Equador, de uma região exótica e outras as pessoas regressaram já doentes, porque tinham problemas que não estavam a ser resolvidos na Venezuela, outros idosos e a procura de medicamentos e de ser atendidos na saúde. Isto causou algum constrangimento, no sentido em que o sistema estava preparado para uma população e de repente apareceu outra, onde não se estava preparado e nós tivemos de adaptar de novo.

Do ponto de vista de constrangimento, foi essencialmente na saúde, houve um custo também bastante acrescentado. Nós tivemos um investimento em saúde, cerca de 1 milhão de euros em função de atender as necessidades desta comunidade, é um valor bastante grande. Ainda por cima, porque uns outros precisavam tratamentos que eram caros, e que nunca foram recusados, obviamente. Por outro lado, teve impacto muito positivo, por exemplo na educação, nas escolas como se sabe, nós vivemos um certo inverno demográfico com uma diminuição do número de nascimentos, as escolas estavam a perder alunos, continuam a perder alunos. Só que como eu já disse, muitos destes casais que regressaram foram casais jovens com crianças ou outros que tiveram cá filhos, já na Madeira. Também como sabe, o mindset desta comunidade mais jovem é um pouco diferente do mindset da sociedade europeia relativamente às famílias, porque nós estamos aqui formatados quase para ter um filho e muitas vezes para não ter filho nenhum. As

peessoas, os casais jovens que vêm da Venezuela, vêm com a expectativa de criar famílias de mais do que um filho. Como é evidente, isto é positivo, trouxeram este mindset diferente para nós, isto não inverteu a situação da taxa de natalidade, mas atenuou bastante a situação. Aliás, nós estamos acostumados a dizer isto e é verdade. Muitas escolas não encerraram porque vieram meninos luso venezuelanos ou que nasceram cá, que mantiveram as escolas abertas. Porque caso contrário, várias escolas tinham encerrado por falta de alunos. Outro impacto positivo é que estas pessoas são extremamente dinâmicas, são empreendedoras, vêm com uma vontade de trabalhar enorme e trabalhar em diversas áreas. Muitos também com capacidade de investimento e a reabilitação que nós vemos nos centros urbanos, também no Funchal, mas em todos os concelhos, deve-se em grande parte devido a capitais que vieram da Venezuela. Isto tem sido do ponto de vista social e do ponto de vista económico bastante benéfico para a região.

3.2. Quais foram as principais estratégias políticas incentivadas pelos organismos governamentais para a receção e integração desta comunidade na RAM?

Quando nós começamos a aperceber-nos de facto deste regresso, que era cada vez mais acentuado, nós procuramos estratégias, nós criamos um gabinete de crises, vamos dizer assim, que era o Gabinete de apoio ao regressado da Venezuela, de forma a tentar perceber quer realidade e quais eram as necessidades. Íamos ao aeroporto sempre que chegava ou que sabíamos que tinha chegado de Lisboa um voo proveniente da Venezuela, e depois íamos lá ver, receber, distribuir os cartões, dar informação e dizer: olha atenção, nós estamos aqui para vocês, estamos disponíveis para dar-vos informações e para vos ajudarmos na vossa integração.

Depois fizemos com ARM para as famílias que chegavam cá, muitas delas tinham casa como sabe, mas não conseguiam ligar a água. Outras vezes tinham casas dos seus avós que estavam fechadas há muito tempo. Nós fizemos uma atribuição da tarifa social pela parte da ARM das águas e resíduos da Madeira, a todos, independentemente de terem comprovado ou não se tinham necessidades, do ponto de vista social. Porque nós entendíamos que numa primeira fase devíamos apoiar toda a gente, depois logo se via como é que as pessoas conseguiam comprovar que se enquadravam, e eram elegíveis para contar com a tarifa social da ARM. Fizemos isso com o escalão nas escolas, concedemos o escalão provisório a todos, e logo fazíamos a análise das famílias, se as pessoas eram elegíveis ou não, se retirava ou se mantinha. Promovemos diversas formações modulares

de português para falantes de outras línguas e também promovemos algumas formações de inglês, uma vez que o nosso mercado de trabalho essencialmente, como se sabe, é relacionado com o turismo e muitas destas pessoas não dominavam o inglês. Fizemos muitas formações em inglês, também para que pudessem mais facilmente se integrar no mercado de trabalho.

Como eu disse já há pouco, a prestação de serviços de saúde com cuidados hospitalares, cuidados de saúde primários, comparticipação a medicamentos, pagamentos prestadores do serviço privado, também é relevante dizer que enviamos muitos medicamentos para a Venezuela, para o nosso consulado, para ser distribuído pela comunidade portuguesa. Fizemos uma atribuição de habitações para famílias carenciadas, em condições de equidade com o resto da população. Há uma ideia errada absolutamente errada na rua e sobretudo nas redes sociais, de alguns heróis do anonimato que acham que os apoios foram todos para os venezuelanos. Mas foram conseguidos apoios de emergência numa determinada fase e tudo o resto foi em condições de equidade. Havia que fazer o processo e se via que famílias eram elegíveis ou não, foi de facto o Governo Regional que convidou e fez uma associação de famílias para os complexos habitacionais em Machico, que eram propriedade do Investimento Habitacionais da Madeira (IHM). Depois a prestação dos apoios sociais; Rendimento Social de Inserção (RSI), Prestação Social para a Inclusão (PSI), Escalões de abono de família, apoio social de emergência, apoio alimentar e de medicação e Pensão social para os reformados. Como sabe, nós temos dois tipos de pensão, uma retributiva, que tem a ver com a comparticipação feita pelo cidadão, que tenham descontado cá na Madeira, ou então uma pensão social, alguém que nunca descontou cá, mas pela sua fragilidade social e socioeconómica lhe concedemos uma pensão social. Essa pensão foi concedida mesmo sem conseguir comprovar numa primeira fase essa necessidade social.

Também prestamos apoio, porque achamos que era importante e porque sabemos que estavam a ficar muitas pessoas indigentes nos dois lares (na Venezuela), quer no lar Padre João Ferreira quer no geriátrico luso venezuelano. Demos apoio financeiro a esses dois lares, trabalhamos com a Secretaria de Estado das comunidades portuguesas de forma a agilizar as medidas de apoio social aos emigrantes carenciados quer através do ASIC e ASEC. Na altura, com o Secretário de Estado João Luís Carneiro, fizemos o lançamento de roteiros sociais, entre outras ações.

IV. Dimensão económica/profissional:

4.1. Que impacto na variação económica representou para a Região a integração dos migrantes venezuelanos?

Nós não temos quantificado o impacto económico desta ligação, agora, como lhe disse, muitas destas pessoas tinham capacidade de investimento e nós vemos isso e sabemos que muito da requalificação urbana que nós vemos a investir nos povos urbanos da Madeira, devem-se ao investimento dessas pessoas por um lado. Por outro lado, muitos dos casais que regressaram tinham formação superior e também tiveram um impacto bastante positivo na economia regional, uma vez que trouxeram talento, mais valias e conhecimento e foram integrados. Nós temos pessoas a trabalhar em todos os níveis da administração e em todas as empresas públicas, muitos quadros superiores provenientes da Venezuela. Temos até em cargos de gerente e até em cargos eleitos. Eu recorro por exemplo que nós temos um deputado luso venezuelano eleito pelo PSD, temos uma variadora na Câmara municipal do Funchal, que regressou em 2014, portanto está cá há 10 anos e já é variadora com pelouro, aliás criaram inclusive recentemente um pelouro das migrações. Isto para dizer que esta comunidade está dispersa por todos os setores da sociedade inclusive no meio político, o que revela bem da facilidade de integração desta comunidade.

4.2. Como têm sido as taxas de ocupação laboral da Comunidade migrante venezuelana na RAM?

Não sei, essa questão teria de ser colocado atualmente no instituto de emprego da Madeira porque não tenho esses dados, aliás, nós fizemos relatórios até 2020 a cada três meses, com equidade, portanto, deixamos de fazer quando houve esta quebra nesse regresso do luso- venezuelanos. Agora, eu diria que a taxa de desemprego dos lusos- venezolanos será muito próxima a zero, todas as pessoas jovens e não tão jovens trabalham fazem tudo, integram-se em todos os meios.

4.3. Quais são as áreas do desenvolvimento socioeconómico da comunidade venezuelana na Madeira que têm sido mais exploradas?

Estão nos TDVE, na distribuição da comida, nos restaurantes, nas pastelarias, nos hotéis, na construção civil, em trabalhos mais qualificados como contabilidade e na administração pública. Nós vemos isso, vemos das pessoas mais novas até pessoas com mais idade, todas elas estão a trabalhar. Não sei, mas diria que a taxa de desocupação seria muito próxima a zero, aliás, é a nossa ideia, que as pessoas de facto não vêm para aqui para estarem desempregados, as pessoas regressaram e querem, estudar ou trabalhar, há outras que estudam e trabalham e portanto, não estão aqui para viver à conta de outros.

4.4. Os trabalhos oferecidos aos migrantes são compatíveis com as suas capacidades e qualificações?

Não, primeiro deixa-me só dizer isto, porque me parece muito interessante, nós vivemos um período muito interessante em 2015- 2016- 2018 porque foram criadas aqui na região quase novas profissões que não havia cá. Por exemplo, temos de associar isto também com o próprio fenómeno a nível nacional e Internacional, em alguns casos, mas noutros eu não tenho dúvidas nenhuma que as pessoas trouxeram mais rapidamente determinados fenómenos que teriam levado mais algum tempo. Estava a falar dos TDVE, uma grande fatia dos motoristas TVDE são lusos- venezuelanos, uma grande fatia da distribuição de comida que vemos de moto e carro são lusos- venezuelanos, eventualmente não havia nada disto em 2007 – 2008. Não recordo, ou seja, não quer dizer que não tivessem chegado, mas acho que se acelerou esse processo. Nós não tínhamos empanada, melhor dito, tínhamos, mas não valia nada, em alguns restaurantes e em alguns cafés e efetivamente houve essa alteração significativa. Trouxeram a boa gastronomia venezuelana, que hoje em dia está dispersa, não apenas por restaurantes e por bares propriedade de luso- venezuelanos, que tem comida típica luso venezuelana, mas mesmo em muitos cafés que muitas vezes não têm nada a ver com essa comunidade. Neste momento esses cafés compram ou encomendam e até já aprenderam a fazer essa comida. Retomo a ideia da pergunta: Não, especialmente não todas. Em Portugal infelizmente ainda domina um certo corporativismo quer nas universidades quer nas ordens profissionais e que condicionam a entrada no mercado de trabalho de muitos profissionais qualificados que vieram para cá e que nunca conseguiram obter as suas equivalências. Por exemplo, isto aconteceu com Medicina, as universidades não abriram processos de equivalência. Eu costumo dizer que o negócio das universidades é formar jovens não é fazer equivalências, eles não gostam de fazer equivalências e dificultam muitas vezes o

processo de equivalências, o de reconhecimento de licenciaturas. Medicina e medicina dentária foi extremamente difícil, muito difícil mesmo, para estas pessoas terem equivalências e reconhecimento da sua licenciatura. Depois os próprios órgãos também não facilitam, nomeadamente a ordem dos médicos, não facilita de facto o acesso destas pessoas à profissão, bem pelo contrário, dificulta este acesso e, portanto, nós notamos isso. Há ainda outras licenciaturas, que não têm uma equivalência direta aqui com o sistema de formação de ensino superior português, e por isso, não têm uma entrada imediata no mercado de trabalho, porque não há essa equivalência. Nós temos muitas pessoas qualificadas que eram licenciadas na Venezuela e que nunca conseguiram obter cá os seus processos de qualificação, então a fazer outras coisas e muitas vezes a fazer um trabalho não diferenciado, quando tinham capacidade formativa para fazer um trabalho mais diferenciado. Por outro lado, também há apesar de ter começado pela parte negativa, mas também há boas práticas, por exemplo o curso de direito, nomeadamente o direito dos licenciados na universidade clássica (UCV) e na Católica de Caracas (UCAB) os processos para esses licenciados foram muito fáceis, o reconhecimento foi fácil. Conheço imensos que estão cá, e que estão na administração pública e que fizeram esses processos muito simples de forma muito descomplexada. Apesar da obtenção de equivalências e reconhecimento de licenciatura ser difícil para engenheiros das diversas áreas, a ordem técnica e a ordem dos engenheiros têm um convénio com a ordem dos engenheiros da Venezuela que permite que licenciados portugueses possam trabalhar na Venezuela e que licenciados venezuelanos possam trabalhar aqui. Facilitam assim bastante a integração do engenheiro, mesmo não obtendo o seu processo de equivalência, nem reconhecimento, estão integrados na área de trabalho. Até porque muitas destas pessoas fugiram de lá sem documentos da sua licenciatura, sem estar devidamente apostilada, de facto, os engenheiros podem trabalhar cá e isto é uma boa notícia

4.5. Quais são os desafios que a Comunidade venezuelana enfrenta na Madeira em relação ao desenvolvimento laboral, em função da sua faixa etária?

Repare, as oportunidades de trabalho para a comunidade luso- venezuelana são rigorosamente as mesmas que existem para os demais cidadãos, até porque eles já estão mais ou menos integrados. Pode haver algumas questões, mas está integrado, as oportunidades de trabalho estão na hotelaria, na construção civil, na restauração, nos serviços e nós vemos muitos por exemplo a trabalhar na área da prestação de cuidados de

saúde e de cuidado como auxiliar de lares. Portanto, eu creio que as pessoas estão mais ou menos dispersas pelos principais setores da economia madeirense.

4.6. Como é percecionado o nível de evolução socioeconómica das famílias venezuelanas na Madeira e qual é a relação com a sua permanência na RAM?

Como eu disse antes, foram concedidos apoios de emergência às pessoas que estavam a chegar, que conseguisse ou não comprovar numa primeira fase a sua elegibilidade para obtenção desses benefícios ou desses apoios. Depois foi sendo feita naturalmente a verificação, foram começando a ser instruídos nos processos e as pessoas foram mais ou menos integrando, foram trabalhando, encontraram casa, alugando casa, reconstruindo casa, reencontraram trabalho aqui, mudaram-se para outro lado, e foram-se distribuindo no tecido social madeirense. Contamos com uma comunidade luso- venezuelana, e ainda bem, que se mantém muito ligada às suas tradições, à sua língua, ao castelhano, é por isso uma comunidade já organizada. Nós temos diversas associações que reúnem inúmeros luso venezuelanos, aliás, temos os partidos políticos, o partido PSD criou pela primeira vez em 2018, um núcleo de emigrantes que é essencialmente constituído por luso venezuelanos, entretanto o PS e o JPP criaram um núcleo semelhante. Todos os partidos estão a criar, isto revela o quê? Revela uma organização da comunidade que não tem nada mal, porque a comunidade integrada pode perfeitamente estar organizada e manterem os seus laços e os vínculos à sua cultura materna, chamemos assim. Agora, eu creio que a comunidade está mais ou menos inserida dispersa, sim, eu acho que as pessoas, como dizia, arranjam trabalho, aqueles que investiram também fizeram os seus investimentos, isto vem ao encontro que a maior parte destas pessoas estão empregadas, estão mais ou menos inseridos também desse ponto de vista.

4.7. Quais são os contributos económicos de esta comunidade migrante na RAM?

Foi essencialmente a nível da reabilitação urbana, depois, em imensos investimentos que foram feitos em cafés, snack bares, na distribuição, pequenos supermercados, até porque as pessoas foram mais ou menos investindo naquilo que já dominavam e eram essencialmente estas áreas. Grande desenvolvimento na área da hoteleira e de restauração, encheram imensas praças de trabalho, entre muitas outras. Assim como já disse, ampliaram e diversificaram diversas profissões que atualmente estão na nossa Região.

V. Dimensão social e cultural:

1.1. Que desafios e oportunidades têm sido identificados em relação à integração e participação da comunidade venezuelana na sociedade madeirense?

Nós esta semana vamos ter, esta sexta-feira um espetáculo relacionado com as migrações orientadas pela associação de Diáspora pelo mundo, que é uma associação criada por luso-venezuelanos. Vai ser ali no teatro municipal, nós temos imensos eventos culturais que já são promovidos na Região. O ano passado tivemos um fim de semana gastronómico no parque Santa Luzia, também organizado por uma associação luso- venezuelana, nós temos já no calendário de festas na Madeira anual, que é muito intenso, como já se sabe, muitas delas organizadas por luso-venezuelanos. Por outro lado, nós temos imensos músicos que estão perfeitamente integrados que trabalham e que fazem festivais, que trabalham em bares, temos um clube de desporto ou semelhante, os campos de pádel estão peçados de luso- venezuelanos, eu creio que eles estão de facto mais ou menos em todos os setores culturais.

A questão da gastronomia está absolutamente dispersa por toda a ilha, quer através de restaurantes especializados na oferta da comida venezuelana, quer noutros que não estão especializados, mas de facto começam a disponibilizar devido à muita procura que há por alguns desses produtos, e eu creio que aliás a nossa cultura, a cultura madeirense, mistificou um pouco mais com esta vinda, isso é perfeito. Quer dizer, acolhemos a diversidade e começamos a integrá-lo também naquilo que são as nossas tradições.

1.2. Quais são as principais necessidades e preocupações manifestadas pela comunidade venezuelana na Madeira, e de que forma a Secretaria Regional tem respondido a essas necessidades?

Fazíamos também uma coisa que foi a única e que funcionou muito bem, nós identificámos onde é que as pessoas estavam, e fizemos ações de formação, de informação e sensibilização local com uma equipa liderada por nós, e eram compostas por pessoas de saúde, da área social, da área da habitação, da educação, etc. Juntamos também membros dos concelhos, das câmaras municipais e das juntas de freguesia, organizamos diversas ações de informação e descentralizadas, fomos a Calheta, Ribeira Brava, Santa Cruz,

Câmara lobos, Machico, fomos até onde as pessoas estavam para dar esta informação e permitíamos que as pessoas colocassem as suas dúvidas, mas muitas vezes não tínhamos capacidade de resposta no local. As dúvidas são muito variadas, o que fazíamos era ficar com os contactos das pessoas e ficaram com nossos contactos, trazíamos as dúvidas e posteriormente dávamos resposta. Foi de facto uma medida absolutamente pioneira e que funciona muito bem e nós contactamos com mais de 5 mil pessoas. Nestas ações de governo a proximidade foi uma coisa que funcionou muito bem.

1.3. De que forma a Secretaria Regional está a promover a interação e a confraternização cultural entre a comunidade venezuelana e outras comunidades locais na Madeira?

Nós organizamos anualmente um evento que é a festa da Diversidade Cultural que costuma ser em maio, em São Martinho e aqui envolvemos todo o movimento associativo migrante da região e outras comunidades que não têm ainda orgânicas, ou seja, que não tenham associações constituídas, de forma a festejar e a celebrar a diversidade cultural que nós temos na região. Nós temos, recorde, 123 nacionalidades a conviver na região, é muita gente, mas nós celebramos esta diversidade cultural porque para nós uma sociedade multicultural é uma sociedade mais cosmopolita, é uma sociedade mais evoluída do ponto de vista civilizacional e é nisso que nós apostamos. Do ponto de vista de celebração, esta é de facto a única celebração que nós organizamos, agora, participamos e constituímos como parceiros de muitas outras, a festa lusa- venezolana que aconteceu na Ribeira Brava, e outras que são essencialmente vocacionados para a comunidade luso- venezuelana. Nós associamos a esses eventos todos, porque entendemos de facto que o multiculturalismo é uma prece e não um problema.

1.4. Quais são os contributos a nível cultural e social de esta comunidade venezuelana na Madeira?

A questão da gastronomia está absolutamente dispersa por toda a ilha, quer através de restaurantes especializados na oferta da comida venezuelana, quer noutros. O ano passado tivemos um fim de semana gastronómico no parque Santa Luzia, temos imensos músicos que estão integrados que trabalham nos festivais, arraiais e em muitas atividades culturais. Contamos com um clube de desporto com atividades variadas, algumas delas pouco conhecidas na ilha, os campos de pádel estão cheios de luso- venezuelanos, eu creio que

estão de facto mais ou menos em todos os setores. O impacto cultural é imenso e acho que se tem posicionado perfeitamente com a cultura madeirense.

VI. Dimensão educativa:

6.1. Como tem sido desenvolvida a integração escolar destes migrantes, nos diferentes níveis de ensino?

Como eu disse, nós percebemos que numa primeira fase as pessoas estavam a fugir e no meio do desespero não traziam os documentos devidamente legalizados e fomos integrando. Por exemplo, as pessoas chegavam cá, uma família com uma criança de 10 anos, se essas pessoas nos dissessem que o miúdo estava lá a frequentar o quarto ou quinto ano era aí que nós integrávamos a criança, independentemente de comprovar ou não, porque esse comprovativo depois chegaria. Mas tomando bem cuidado, não é por as pessoas com crianças de 10 anos dizerem que estava no 12º ano, que ia para o 12º, iria para o 5º, ajustado ao que é. De facto, o que eu posso dizer é: em primeiro lugar, isto é uma questão que é transversal a qualquer migrante, por norma e em qualquer país, alguns dos piores alunos são filhos de imigrantes e isto tem a ver com idiossincrasias próprias, tem a ver com a cultura que trazem muitas vezes do seu país, que é diferente ao do país de acolhimento. Tem a ver com domínio da língua portuguesa no nosso caso, com língua do país de acolhimento, quando muitas vezes nem sequer falavam essa língua. Há diversos fatores que contribuem para que isso aconteça, agora é um facto que todos os estudos revelam isso: também posso dizer que alguns dos melhores alunos que nós temos na região são luso- venezuelanos. Eu recorde que em 2020, um rapaz que entrou num curso de engenharia bilingue (português- inglês), depois veio para a Universidade da Madeira, com uma nota de 19 pontos, foi a nota mais alta, esta nota era das mais elevadas para os cursos mais procurados em Portugal, e foi um aluno que chegou cá para o 10º, tinha chegado entre 2015 ou 2016. Isto para dizer que alguns dos mais brilhantes alunos são também meninos e meninas luso venezuelanos. Esta questão, que por uma questão de consciência tenho de dizer, é que estão numa média. Poderá estar entre os mais brilhantes ou entre os que têm mais dificuldades, mas na média. Por isso é que nós temos vários reforços, inclusive de língua não materna, poderão ter mais dificuldade nas línguas que

propriamente outras áreas, no ensino é mais ou menos semelhante, mas acho que está na média.

6.2. Qual é a percepção da Secretaria Regional sobre o contributo socio educativo da comunidade venezuelana na Região Autónoma da Madeira?

Na Madeira, vivemos um certo inverno demográfico, com uma diminuição do número de nascimentos. Com a vinda dos luso-venezuelanos, isto não inverteu a situação da taxa de natalidade, mas atenuou bastante a situação. Muitas escolas não encerraram porque vieram meninos luso venezuelanos, que mantiveram as escolas abertas, porque caso contrário as escolas tinham encerrado por falta de alunos.

Por outro lado, muitos dos casais que regressaram, tinham formação superior e também tiveram um impacto bastante positivo no nosso tecido social. Quer dizer, acolhemos a diversidade e começamos a integrá-lo também naquilo que são as nossas tradições.

6.3. Qual são as oportunidades que oferece a Madeira para a Comunidade Migrante venezuelana com formação profissional universitária?

A formação universitária que nós promovemos é a mesma que para os residentes da Madeira, nós não promovemos a iniquidade, promovemos aliás a equidade entre todos os cidadãos e tratamos todos de forma igual, daquilo que são as suas características, idiossincrasias e as necessidades específicas.

6.4. Quais são as iniciativas, promovidas desde a Secretaria Regional no âmbito educativo para integrar a Comunidade migratória venezuelana na RAM?

Nós promovemos imensos cursos de língua não materna, reforço da língua portuguesa para os meninos que estão integrados nas escolas. Também temos uma formação que este ano foi a 13ª edição, já fazemos há 13 anos, com colaboração da Universidade da Madeira, é um curso de língua portuguesa e cultura literatura madeirense. Este curso inicialmente foi pensado para jovens luso descendentes que pudessem vir para cá passar um mês a aprender, a aprofundar os seus conhecimentos e as suas competências linguísticas no português, mas também para que pudessem conhecer a cultura e a literatura madeirense. Progressivamente foi se transformando, com a vinda dos lusos- venezuelanos, foi se

transformando em outra coisa, aqueles que cá chegaram e que estavam cá, e queriam aprofundar os seus conhecimentos e as suas competências, inscreviam-se e atualmente, o curso ocorreu em julho, foi essencialmente composto por luso- venezuelanos que já cá estavam de todas as faixas etárias. Fazê-lo com a Universidade da Madeira, mostrando que a integração não é uma competência, mas é uma responsabilidade das entidades e de toda a sociedade, assim como das instituições. Esta de facto é uma parceria que nós temos com a Universidade da Madeira, que funciona muito bem e que queremos manter. É realmente um curso bastante abrangente, fazemos visitas e tem uma dimensão prática bastante grande, com visitas aos nossos conselhos da região, a diversas entidades, a museus, à Assembleia a Câmara, portanto é um curso realmente interessante.

VII. Dimensão perspetivas futuras:

7.1. Como é que a Secretaria Regional das Comunidades e Cooperação Externa da Madeira pretende promover o progresso, a satisfação e a permanência da comunidade migrante venezuelana na RAM no futuro?

A nossa adesão para os outros, é a mesma que temos para nós próprios, quer isto dizer o quê? Nós temos a competência para a emigração, fazendo acompanhamento da nossa diáspora e temos a competência também para a imigração. Isto é algo que é único no país, nós estamos nas duas áreas, e se por um lado para nós é fundamental que as nossas comunidades no estrangeiro mantenham um vínculo cultural identitário à região da Madeira, promovemos uma série de iniciativas que o garantam ou que aprofundem, ou que vão perpetuando esses laços, começando pela proximidade que nós temos com às nossas comunidades. Por outro lado, olhamos para as nossas comunidades migrantes e não queremos também que seja de outra forma, ou seja, queremos que essas comunidades se integrem, que se enquadrem que aceitem a cultura para a qual vieram, que dominem a língua portuguesa e por isso fazemos esse esforço. Mas também, queremos que se mantenham os vínculos às suas culturas de origem.

Nós celebramos o multiculturalismo, o que nós fazemos conduz a esse modelo que nós queremos que no futuro as pessoas se organizem nas suas comunidades migrantes, que celebrem a sua cultura, naturalmente integrando-se também aquilo que é a sociedade madeirense, sem qualquer tensão. Conforme tem acontecido aí, porque eu acho que a população madeirense é de facto uma população tolerante para com aquilo que é

diferente, para com o outro, eu costumo dizer, que a xenofobia é uma estupidez ainda maior para o madeirense, porque nós somos um produto culturalmente, do ponto de vista biológico, um produto de diversas culturas e diversas origens. Nós somos compostos, para além do sangue mestiçado que nós temos já português, nós recebemos cá flamengos, ingleses, escravos africanos, escravos do Oeste e eu costumo dizer que se a sociedade madeirense nos séculos XVI e XVII tinham metade da população negra por exemplo, ou mestiça, essas pessoas não foram para lado nenhum. Se não foram para lado nenhum, se nós não temos aqui muitos mestiços: isso significa que diluíram, e provavelmente o meu sangue tem sangue desta gente toda. Lembro-me um filósofo que escreveu um texto quando foi feito um acordo ortográfico, em que muitos portugueses não gostavam do acordo ortográfico, tinha sido feito pela CPLP, e ele dizia: ‘o problema deste acordo não é ter enegrecido a língua portuguesa, o problema é que não enegreceu o suficiente’ e eu estou absolutamente de acordo com ele. O que nós queremos é celebrar este multiculturalismo, permitindo que as pessoas vivam as suas culturas e exaltando as celebrações culturais, mas que se integrem também na nossa, quer no nosso tecido social, no nosso tecido económico, mas também cultural, obviamente.

Apêndice O - Resultados da entrevista n.º 2

I. Dimensão caracterização pessoal

1.1. De uma forma sucinta, faça uma apresentação de si próprio, referindo a sua formação académica, cargos desempenhados, e há quanto tempo desempenha as atuais funções

O meu nome é XXX, em termos de profissão e habilitações sou licenciado em história pela Universidade de Coimbra e além da carreira docente, exerci diversos cargos políticos, nomeadamente; fui Presidente da Câmara do Funchal fui também deputado na Assembleia regional, fui deputado na Assembleia da República e fui também membro do governo do vigésimo terceiro governo constitucional, com o cargo de Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, integrado no Ministério dos Negócios Estrangeiros, portanto, acaba por ser este o meu percurso profissional, sendo que, sou profissional docente e licenciou-me. Sou professor desde 1995 e iniciei a minha atividade política em 2013, interrompida cerca de 1 ano e meio e até à atualidade.

II. Dimensão demográfica e fluxo migratório

2.1. Quais foram os anos de maior afluência da migração venezuelana na Madeira?

Houve um boom que se notou, ali por volta de 2017 e 2018; eu estou a referir do regresso, nessa altura, tendo em conta a crise que existiu na Venezuela, eu julgo que 2017 /2018 foram anos onde uma vaga, aliás, pode-se dizer que há portugueses e luso venezuelanos vieram para a Madeira, mas também muitos venezuelanos.

2.2. Qual é a sua visão sobre a situação da Venezuela e os portugueses que lá se encontram? Existem realmente razões para esta grande migração?

Olhe; eu nas viagens e visitas oficiais que fiz a Venezuela, como Presidente da Câmara do Funchal, mas também fiz como Secretário de estado das comunidades portuguesas; os portugueses que lá vivem, ou, os descendentes filhos e filhas de portugueses que nasceram na Venezuela, mas são lusodescendentes, tem um amor muito grande pela Venezuela e é curioso que mesmo com a situação política e económica, nunca deixaram de ter uma ligação com a Venezuela. É uma afetividade emocional com a Venezuela e diria que, o

seu coração tem 2 países, portanto, na verdade há um coração, mas que se reparte-nos dos países, e até diria que nem sei qual é que gostam mais; neste sentido que é, nós nunca podemos perguntar ao filho se gosta mais do pai ou da mãe. É o que se passa com isto, eu não posso perguntar um luso venezuelano ou um português que reside na Venezuela se gosta mais da Madeira ou se gosta mais da Venezuela? Não se pode fazer essa pergunta, porque se tem raízes fortes na Madeira, curiosamente é daquelas comunidades que tem uma ligação mais intensa com as suas raízes, mas nunca deixaram de ter uma ligação muito forte com a Venezuela e até foi lá que construíram a sua vida, que tiveram os seus filhos, foi lá que tem os seus empregos, os seus negócios. Os portugueses ou luso descendentes sabem distinguir o que é a situação política e o governo da Venezuela, daquilo que é o país Venezuela. Há esta distinção e esta separação e a comunidade portuguesa lá, tem uma comunidade que é muito importante para a economia da Venezuela. Se nós repararmos no campo alimentar seja na distribuição alimentar, as grandes cadeias de supermercados estão na mão de portugueses, particularmente os originários da Madeira; mesmo restauração, tem uma coisa curiosa que todos nós falamos das arepas, mas grande parte das arepas são madeirenses não são venezuelanas, isto é no campo alimentar, no campo por exemplo da indústria farmacêutica, há uma diversidade; no campo do comércio os madeirenses; mesmo com esta vaga, muitos que virão para cá mas continuam a ter negócios lá; ou seja, nunca deixaram de acreditar naquele país, ao contrário de outras comunidades que saíram e nunca mais quiseram saber da Venezuela, nós os portugueses falo portugueses. Mas obviamente falo dos originários da Madeira sempre tiveram esta ligação, e mesmo muitos dos que estão cá continuam a ter negócios lá, mesmo que não vão lá algum tempo, mas tem lá o seu negócio, as suas casas e alguns mesmo andam cá e lá, e, portanto, há uma ligação muito forte e os portugueses têm uma importância muito grande na economia da Venezuela. Esqueci-me de uma coisa, que foi a agricultura nós também temos muitos madeirenses em determinadas regiões, ali particularmente nos altos mirandinos, que têm domínio e o abastecimento agrícola, nomeadamente de Caracas, que são madeirenses e portanto, é estar a falar disto da importância para a economia. Agora é uma comunidade que acaba por ser uma comunidade, que pelas condições do país nomeadamente de insegurança acabou por criar uma coesão muito grande.

Acabaram por vir para a Madeira, pelas questões políticas e económicas

2.3. Qual é a visão do Governo Nacional desta comunidade migratória venezuelana que tem chegado principalmente a Madeira?

Muitos portugueses e luso- venezuelanos vieram, mais também muitos venezuelanos, pelas questões políticas e económicas, terminaram por abandonar o país e acho que alguns oito milhões de venezuelanos tenham saído da Venezuela.

Mais recentemente eu noto que, não sendo um bom, mas foi na verdade um maior volume de pessoas que se vieram para a região, que regressaram para a região; depois foram aos poucos chegando cada vez mais, não tendo dados concretos nem censos, nem estatísticos, continuamente o número concreto; isto é uma coisa que era necessário fazer que na verdade não existe dados mensuráveis e julgo que nunca existiram tantos luso- venezuelanos aqui como agora em 2024. E digo os luso- venezuelanos mas também digo venezuelanos, porque é curioso que aconteceu aqui, um fenómeno e que foi o facto de nós portugueses residentes na Venezuela, os luso venezuelanos, quando virem para cá, muitos deles montaram negócios, onde, negócios próprios que adquiriram de negócios que já existia e acabaram também nos tempos mais recentes, pela falta de mão de obra que existe no país, mas também existe na Madeira, por trazer eles próprios também venezuelanos, não portugueses nem luso- venezuelanos, para trabalharem cá. E portanto eu diria que neste momento é uma coisa interessante analisar, é que a nomeadamente da Madeira acabou por haver uma vaga de madeirenses que foram para a Venezuela, agora, não só; os portugueses e luso descendentes vieram, como estão a vir também venezuelanos que nunca tinham estado em Portugal, nem na região e que agora estão a residir cá, seja pelas ligações que a comunidade portuguesa tem, seja porque a Madeira acaba por ser conhecida da Venezuela tendo em conta a nossa vasta comunidade.

2.4. Como tem recebido o povo madeirense o migrante venezuelano?

Eu acho que no início houve sinceramente uma reação que não foi propriamente positiva por parte de toda a gente, esta é a minha análise que faço, porque quando começaram a chegar muitos portugueses e lusodescendentes da Venezuela, houve muitos madeirenses infelizmente que sentiram-se ameaçados por assim dizer, porque aquilo que muita gente dizia que vem para cá tirar o emprego vem cá tirar a nossa habitação, portanto houve alguma resistência, felizmente não por toda a população mas houve uma parte da

população, por desconhecimento, essa resistência, mas isso acho também foi residual. Sinceramente acho que foi residual porque facilmente todos nós apercebemos que as pessoas que vieram da Venezuela não vieram para aqui para receber subsídios nem está à espera de que o governo ou as câmaras lhes dessem casa, não; é gente de trabalho, aliás, tem o espírito do imigrante que é fazer do trabalho a sua dignidade, e isso viu-se e se vê e se se continua a ver porque são pessoas de trabalho e que trabalham muito bem, mais do que os madeirenses que residem cá. Porque tem este espírito de emigrante, eu diria que apesar dessas resistências residuais a grande maioria da população madeirense recebeu os seus. Porque não estamos a falar de estrangeiros, estamos a falar de gente do nosso sangue e que atendeu e deu no passado tanto à Madeira, e no presente continua a dar tanto à Madeira, e portanto, eu acho que de uma forma geral estão bem integrados, apesar das questões provisórias da língua, mas eu considero que é uma integração bem cozida.

III. Dimensão política e governamental,

3.1. Quais são as estratégias políticas e sociais integradas na RAM para promover o desenvolvimento e adaptação da comunidade venezuelana?

Nós temos na Venezuela, tendo em conta a situação económica daquele país, o governo português tem aqui pela Venezuela uma prioridade no âmbito social e digo isto porque não há país onde o governo português apoia tanto como a Venezuela. E temos criado e que recebe mais apoios, não só os apoios às associações, e digo associações culturais, mas também associações sociais, desde ONG que dão apoio alimentar, que dão apoio a portugueses na situação de sem abrigo; que existem, e muitos, que dão apoio aos lares, onde portugueses não têm capacidade financeira e acabam por estar lá institucionalizados. Recebem do governo português, através do lar, esse apoio para os custos que obviamente são grandes para a sua permanência nesses lares.

3.2. Quais têm sido os principais desafios enfrentados pelo Governo com a chegada da migração venezuelana na Madeira?

Além disso, apoiamos ativismo, nós temos e criamos um apoio aos idosos carenciados que se chama ASIC (apoio social aos idosos carenciados); que acaba por ser como

complemento de reforma às pessoas que têm baixos rendimentos com mais de 65 anos. Mas também temos o ASEC (apoio social aos emigrantes carenciados), que acaba por ser, não uma ajuda mensal como o ASIC, que isso é um complemento de reforma e é mensal. Mas para situações de por exemplo alguém que precisa de uma operação cirúrgica e alguém que por exemplo precisa de um equipamento médico para ter em casa, alguém que precisa de reabilitar a sua habitação, alguém que precisa de uma ajuda para adquirir eletrodomésticos, porque não tem, ou seja, só ajudas pontuais, tudo dirigido pela Secretaria de Estado das Comunidades, também fui colocado lá um adito social que acaba por ser quem coordena toda ajuda social.

3.3. Quais são as principais necessidades e preocupações manifestadas pela comunidade venezuelana na Madeira, e de que forma a Secretaria de Estado para as comunidades portuguesas, tem respondido a essas necessidades?

Eu cheguei a criar esse adito social que está ligado à embaixada, e portanto; nós temos lá dois consulados o de Caracas e o de Valência, mas temos os consulados honorários, ele dá o apoio social na rede diplomática que existe na Venezuela, mas foi criado também um conselho social; para quê? para que todas as entidades associativas possam neste conselho social delinear estratégias mas também a ação, para que a ajuda possa chegar, e portanto, assim estão todos juntos a partilhar experiências, conhecimentos, mas também a agir quando é necessário. Temos também uma coisa que é inédita no mundo da diáspora portuguesa que é uma rede médica portuguesa, nós temos lá médicos, que são contratados pelo governo português, precisamente para desde consultas, exames médicos e de diagnóstico, ou a envio de medicamentos, esta rede médica é de um grande suporte. Porque sabemos que a saúde pública, os hospitais públicos, são muito precários na Venezuela, para ter acesso às clínicas é só com os seguros elevados e, portanto, esta rede médica acaba por ser um suporte fundamental para a nossa comunidade.

IV: Dimensão económica e profissional,

4.1. Como se percebe a Comunidade migratória venezuelana, desde o ponto de vista económico e profissional?

Esta comunidade migratória que regressa à Madeira tem sido muito importante aqui para a região, em primeiro lugar, somos das regiões onde o inverno demográfico é mais acentuado e a vinda destes nossos compatriotas nomeadamente aqueles que vêm com filhos acaba por ser importantíssimo para inverter a tendência de envelhecimento da população, do inverno demográfico que nós temos. E portanto, isso o primeiro aspeto positivo, o segundo aspeto que eu acho importantíssimo é que dinamizou a economia; antes, estes nossos portugueses que residiam na Venezuela mandavam remessas para cá muito importantes, aliás, a Madeira desenvolveu-se do ponto de vista financeiro por causa destas remessas e muitos investiram também na aquisição das suas casas. Mas aquilo que se nota agora é investimento em negócios, este regresso à região levou a que muitos, até pela situação económica da Venezuela, começassem a apostar e a investir aqui na Madeira, e, portanto, acaba por ser muito útil, seja na questão da demografia, seja na questão económica. Um importante contributo para a região, e portanto, eu acho que nós madeirenses só temos que estar satisfeitos e agradecidos por este regresso, por circunstâncias obviamente más, mas que acaba por ser para a região positivo esta vinda a que se acresce além da questão demográfica, questão económica e a questão cultural; é impressionante que seja ao nível das tradições da Venezuela, o nível da música da alegria contagiante que os luso- descendentes da Venezuela trazem, e da gastronomia, todos nós aqui já nos habituámos às arepas, aos tequenhos, as empanadas, ao pão de jamón, as hallacas; a carne mechada; tudo isso, acaba por ter entrado curiosamente na nossa cultura e nos nossos hábitos, e portanto, temos a questão demográfica a questão económica e a questão cultural que eu acho que é importantíssimo e só vem enriquecer a nossa região.

4.2. Qual é o impacto económico e social do trabalho desempenhado pela população venezuelana na Madeira?

Eu acho que do ponto de vista económico veio dinamizar a economia, não só com remessas, não só ao construir a sua habitação, mas investir em negócios e, portanto, isto veio realmente dinamizar muito a nossa economia.

4.3. Os trabalhos oferecidos aos migrantes são compatíveis com as suas capacidades e qualificações?

Não, e digo que não, porquê? Porque muitos dos que vêm para aqui residir, têm qualificações superiores e não estão a exercer a profissão para a qual têm habilitação e para a qual se qualificaram, e acabam por ter empregos mais de baixas qualificações, porque infelizmente ainda não se conseguiu, embora se tivesse no governo dado alguns passos, na questão das equivalências, não haver tantos obstáculos, nomeadamente das ordens profissionais ou de algumas ordens. Isso é um processo que está a evoluir, mas ainda há muito a fazer e, portanto, a maior parte dos madeirenses que regressaram são homens ou mulheres de negócio que estão a investir. E, portanto, as pessoas que têm qualificações e habilitações superiores, alguns já estão a exercer, mas muitos não estão ainda, o seja, estão a desempenhar empregos abaixo das suas qualificações.

4.4. Como é percecionado o nível de evolução socioeconómica das famílias venezuelanas na Madeira e qual é a relação com a sua permanência na RAM?

Eu acho que vão permanecer, muitos dos que regressaram, estamos a falar aqui já de pessoas estão aqui já há 5 ou 7 ou 8 anos, muitos desses já não vão regressar, podem ir à Venezuela porque ainda têm lá família, alguns têm lá as suas casas, alguns ainda mantêm sociedades empresariais, mas estou convicto, até porque a situação política não tem evoluído no sistema e no regime que tem governado a Venezuela há 25 anos. Portanto, eu acredito que depois, até porque muitos deles já têm filhos, os filhos aqui acabam por habituar-se à ambiência, ao estilo de vida daqui de Portugal e da região, eu julgo que muitos dos que vieram já não irão regressar, até porque estão a investir nos seus negócios, nas suas casas, criam aqui amizades, os seus filhos também estão a construir as suas vidas, a seguir o seu percurso académico e, portanto, eu juro que vão permanecer cá.

V. Dimensão social e cultural

5.1. De que forma a Secretaria de estado está a promover a interação e a confraternização cultural entre a comunidade venezuelana e outras comunidades locais na Madeira?

Eu não conheço país em que haja comunidades portuguesas onde o movimento associativo seja tão forte, a Venezuela tem, e não é só Caracas, tem em vários Estados; centros portugueses e que são quase todos madeirenses onde as pessoas por uma questão de segurança não têm a possibilidade de conviver como nós aqui. E, portanto, criaram

estes Centros culturais, sociais, desportivos, recreativos pela Venezuela toda, onde isso possibilita que haja uma grande coesão da comunidade, porque juntam-se ali, encontram-se ali diariamente, os fins de semana em atividades culturais, sociais, desportivas. E isto além da questão da socialização, acabam por também ser embaixadores da nossa cultura, porque são centros também das nossas tradições, da música, da gastronomia, do folclore, enfim, acaba por, na parte religiosa, também uma componente muito forte, acabam por também ali continuar a afirmar-se como madeirenses e a difundir a nossa cultura e a nossa identidade na Venezuela. E, portanto, é uma comunidade muito pujante, tem obviamente grandes empresários, grandes negócios, mas também tem a outra face da moeda, que é muitas carências, que têm sócio económicas;

5.2. Quais são os contributos a nível cultural e social de esta comunidade venezuelana na Madeira?

Além da questão política, da questão económica, da questão cultural; a influência cultural é brutal, e ainda bem que assim é, como já aqui referi, no âmbito da gastronomia, no âmbito da música, no âmbito das próprias tradições, e isso só vai ser um acrescento, temos aqui um valor acrescentado em todos os domínios transversais da nossa sociedade devido à presença da comunidade que agora regressou e que tem sido fundamental para uma outra Madeira, e é uma Madeira melhor.

VI. Dimensão educativa:

6.1. Como se percebe a Comunidade venezuelana a nível de formação e estudos académicos?

Os filhos dos lusodescendentes estão completamente integrados, aliás o que eu noto, e se olharmos para as turmas das escolas aqui na região, muitas têm alunos luso descendentes, que prosseguem o seu percurso escolar, tal como um aluno que nasceu aqui na região e portanto, e muitos já estão a aceder ao ensino superior seja na universidade da Madeira, seja em outras universidades; e eu diria que em nesse aspeto tenham capacidade, porque são pessoas que cá estão, que os pais também, isso nota-se muito. Zelam pela sua educação, acompanham a educação dos seus filhos, e eu diria que a maioria irá ter um

percurso escolar de sucesso e um percurso escolar de sucesso de nível superior, portanto, ou seja, estamos a falar de licenciaturas, mestrados, ou doutoramentos e não tenho dúvida nenhuma, que já está a acontecer. E, portanto, a esse nível acho que um percurso escolar de formação de sucesso.

6.2. Quais são os principais desafios e oportunidades que a comunidade venezuelana enfrenta em relação ao seu desenvolvimento educacional na RAM?

Em termos educativos eu acho que a questão de vir de outro país da América Latina, com uma cultura muito diferente e distinta da nossa, com experiências de vida muito diferentes e diversas, acaba por ser uma mescla cultural importantíssima; não há nada melhor do que a diversidade cultural. Nós somos uma região do turismo, na própria cidade do Funchal é cosmopolita, mas hoje em dia toda a região é cosmopolita, mas os turistas que vêm de outras partes do mundo vêm só por pouco tempo, portanto; não há bem um convívio diário, vêm cá, estão poucos dias e voltam, neste caso, estamos a falar de pessoas jovens ou menos jovens que aqui vêm. Neste aspeto educativo, a partilha de experiências, de conhecimento, uma partilha também essencialmente cultural, é extremamente positivo. Porque esta diversidade é enriquecedora e só ficou a ganhar em termos educativos aqui, os alunos da região;

6.3. Os profissionais da Comunidade migratória venezuelana, têm sido valorizados como uma mais-valia para o desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira?

Na economia, obviamente muitos negócios hoje em dia estão nas mãos das pessoas que vieram da Venezuela, seja porque compraram já negócios, ou até mesmo, nós vemos mesmo como funcionários ou trabalhadores. É incrível que nós vamos uma loja e o castelhano está lá, isso é um importante contributo porque numa altura em que a Madeira precisa de investimento, a Madeira precisa de mão de obra, esta vinda dos nossos compatriotas da Venezuela acaba por ser fundamental para uma alavancagem na nossa economia. Porque se não fosse, eu diria que a economia da região estaria muito pior, e portanto, nós estamos a falar do evento remessas, estamos a falar mesmo do investimento em negócios e de trabalhadores. São importantíssimos para setores como nomeadamente

o turismo ou o setor do comércio, por exemplo, que possam estar a ter a dinâmica que está.

6.4. Qual é a perceção da Secretaria de Estado para as comunidades portuguesas, sobre o contributo socio educativo da comunidade venezuelana na Região Autónoma da Madeira?

O que eu acho é que não estamos a fazer o suficiente, ou seja, deveriam as escolas ter até no âmbito da sua autonomia, mas também orientadas pelo próprio governo regional, projetos em que se evidenciasse mais esta cultura da Venezuela, e que também nesta partilha porque, isto é, como digo, uma riqueza. Que pudesse não só servir para realçar a riqueza cultural que estes jovens, estes alunos, estas crianças trazem, mas numa simbiose que devia existir. Não, no sentido de criar separação, mas pelo contrário, quem que os alunos aqui da região e do sistema educativo da região só teriam a ganhar com projetos, onde uma cultura diferente entre pares, entre alunos, pudesse realçar as vantagens desta multiculturalidade que existe aqui na região com a vinda destes alunos.

VII. Dimensão perspectivas futuras:

7.1. Como se percebe a Comunidade Venezuela na Madeira, a nível de progresso e satisfação e permanência na RAM?

Eu acho que aqui é uma questão de criar raízes, e criar raízes estamos a falar da comunidade, sim, eu acho que aqui era muito importante, quando falo dos alunos, cá está, falo de envolver os pais desses alunos; eu acho que seria muito importante que existissem projetos partilhados de modo a evidenciar e realçar esta cultura; eu digo aos pais porquê? por isso é que falo em termos de comunidade educativa, porque se as crianças, os filhos nas turmas envolvem-se, enfim, os pais às vezes terão mais dificuldade, o que quer dizer? Particularmente aqueles que nasceram na Venezuela e tiveram lá uma vida na Venezuela, 30 ou 40 anos na Venezuela, e de repente vem para cá. Até podem ter vindo cá de férias, mas uma coisa é vir 15 dias ou um mês de férias, outra coisa está a viver cá, e até no sentido desta comunidade abrir-se cada vez mais, e nós percebermos aquilo que podem dar a região, as escolas são um meio fundamental! E diria que é um chão comum onde o respeito pela diferença cultural, pela tolerância, pela diferença linguística, mesmo

pudesse em projetos comuns. Estou a falar de projetos e de partilha, não em termos de quem nasceu na Madeira de um lado e quem nasceu na Venezuela de outro, pelo contrário, projetos no âmbito da música, do desporto, da questão cultural. Não só a música, há tantas formas de expressão onde isso se pode fazer, que até no âmbito da história, no próprio âmbito linguístico. Aqui há uma riqueza que nós não estamos a aproveitar, que é o castelhano, ou seja, hoje em dia estamos a falar que as línguas que obviamente dominam o mundo. Sabemos que o inglês, sabemos que é o mandarim, sabemos que é também português, mas também o espanhol ou castelhano, nós podemos ter aqui, no âmbito das opções linguísticas nas escolas, estamos a falar na questão do espanhol, do castelhano, devíamos conseguir aproveitar estes alunos, estes jovens. Para também não só eles poderem que a sua língua materna, mas também introduzirem, aqui no sistema de ensino, uma maior divulgação como língua estrangeira, não é? para quem aqui residiu e isso obviamente é uma vantagem em termos de futuro, o domínio das línguas é essencial no mundo global em que vivemos e que se o castelhano é fundamental. E, portanto, acho que essa seria também um passo que deveria ser dado.

7.2. Como é que a Secretaria de Estado das Comunidades portuguesas pretende promover o progresso, a satisfação e a permanência da comunidade migrante venezuelana na RAM no futuro?

Em termos políticos, começemos por aí, e é muito importante que pudessem cada vez mais ter uma participação política e essa participação política nos mais diversos patamares, não é, aqui falamos desde poder local, autárquico, regional, mas também movimentos cívicos da sociedade civil. Era muito importante que pudessem cada vez mais termos portugueses que vieram da Venezuela ou lusodescendentes como participantes ativos, e intervenientes, e de forma crítica, não é? Portanto, tem uma Visão do mundo, do outro mundo, que era importante também aqui dar esse contributo. Ainda temos um longo caminho a percorrer apesar de serem cada vez mais pessoas que integram, não só os partidos políticos, mas que integram listas, integram movimentos e associações, isso é muito importante. Na economia, muitos negócios estão nas mãos das pessoas que vieram da Venezuela, sejam já que compraram negócios, ou como funcionários, ou trabalhadores, é incrível que vamos a uma loja é o castelhano está lá. Tem um importante contributo, numa altura em que a Madeira precisa de investimento, precisa de mão de

obra, esta vinda desta comunidade da Venezuela, acaba por ser uma alavancagem na nossa economia, avivar o setor do turismo, e se possa ter a dinâmica tão favorável que têm; também a influência cultural é muito significativa, temos um valor acrescentado em todos os âmbitos da nossa sociedade; que todos os entes governamentais têm interesse em continuar apoiando.

Apêndice P - Resultados da entrevista n.º 3

I. Dimensão caracterização pessoal

1.1. De uma forma sucinta, faça uma apresentação de si próprio, referindo a sua formação académica, cargos desempenhados, e há quanto tempo desempenha as atuais funções.

Eu sou XXX, Licenciado em Educação física e mestrado em Gestão do Desporto; ocupo o cargo de Secretário Regional de Educação desde 2015.

II. Dimensão demográfica e fluxo migratório

2.1. Como poderia caracterizar a Comunidade migrante venezuelana em termos educativos?

Nós sempre tivemos na região um aporte de imigrantes, ou de luso descendentes oriundos da Venezuela, obviamente que tivemos aqui um período entre 2016 e 2020 que foi um período muito mais significativo, a partir daí estabilizou. É essencialmente ao nível dos mais novos, nós tivemos aqui períodos onde chegaram algumas centenas de crianças.

2.2. Quantos estudantes de naturalidade venezuelana têm sido matriculados nas escolas da Região Autónoma da Madeira, nestes últimos dez anos?

Neste momento no sistema educativo temos cerca de 2000 alunos oriundos da Venezuela.

2.3. Quais são os concelhos de maior afluência de estudantes da migração venezuelana na Madeira?

Nós temos praticamente em todos os concelhos, obviamente que proporcionalmente podemos ter concelhos onde em termos de percentagem possa ser mais significativo, mas também tem a ver com a proporção. Por exemplo o Funchal que obviamente é maior até 50% da população, mas temos uma situação generalizada, portanto estão presentes em todos os concelhos.

III. Dimensão políticas educacionais

3.1. O que representa em termos logísticos e orçamentais a integração de tantos estudantes venezuelanos nas escolas da RAM?

Eu diria que nós não tivemos grandes impactos a esse nível, não tivemos grandes impactos porque os alunos também foram dispersos pela ilha. Como referi, em praticamente todos os níveis de ensino, desde a creche ao ensino secundário, é aliás, nós não tivemos necessidade de criar nenhuma turma para acolher estes alunos, eles foram se integrando e encaixamos, se assim podemos dizer, naquilo que era oferta, que já existia. Aliás, em alguns concelhos até tínhamos turmas diminutas e com a chegada destas crianças, e destes jovens; deram corpo a essas turmas.

3.2. Quais são as políticas educativas que implementaram como necessidade para o recebimento desta comunidade migrante?

Por outro lado, era também já uma prática não só pelo luso- venezuelanos, mas por outras crianças e jovens que chegam de outros países, também da emigração, mas não só. As nossas escolas já estavam preparadas, e todas elas têm o ensino do português língua não materna, portanto; não houve aqui a necessidade de criarmos nenhuma logística especial para recebermos estes jovens.

IV. Dimensão social e cultural

4.1. Que desafios e oportunidades têm sido identificados em relação à integração e participação da comunidade venezuelana na comunidade educativa madeirense?

A integração é uma integração que eu diria que é quase plena, até porque como referi no início, a Madeira sempre recebeu crianças e jovens oriundos dos diferentes países da sua diáspora, portanto, é uma prática já está instituída nas nossas escolas. Chega um aluno da África do Sul, ou chega do Reino Unido, ou chega de França, da Venezuela, ou do Brasil, portanto, essa mescla de nacionalidades faz com que as escolas tenham também os seus mecanismos e as suas dinâmicas de integração.

4.2. De que forma a Secretaria Regional de Educação está a promover a interação e a confraternização cultural entre a comunidade venezuelana e outras comunidades locais na Madeira?

Também aí não sentimos nenhuma dificuldade e também não foi necessário criar-se nenhuma situação específica para essa integração, até porque no caso dos lusos-venezuelanos, não existe a barreira tão complexa de língua como no caso por exemplo dos Sul – africano, do Reino Unido, de França. Portanto, a fala do castelhano é uma língua que pode ser difícil para quem fala castelhano compreender português, mas fruto desta relação com a diáspora, facilmente nós entendemos o castelhano, e isso nas escolas também é facilitador.

V. Dimensão de integração educativa

5.1. Qual tem sido o papel das escolas e das suas autoridades educacionais na promoção da inclusão e integração dos alunos migrantes venezuelanos?

Tudo correu dentro da sua normalidade, não tivemos nenhuma situação crítica.

5.2. Como têm sido adaptadas as práticas pedagógicas para atender às necessidades específicas dos alunos migrantes venezuelanos?

As práticas pedagógicas para os alunos chegados foi tudo dentro daquilo que é o padrão; como referi, apenas e tão só, em algumas circunstâncias, o maior incremento do português língua não materna.

5.3. Existe algum programa de tutoria ou apoio individualizado para os alunos migrantes venezuelanos que enfrentam desafios de aprendizagem ou de adaptação?

A integração foi relativamente fácil, normalizada, os resultados são positivos porque não temos nenhum relato de situações críticas, como referiu, aliás, isso refletia se em algumas circunstâncias, próprias das escolas.

VI. Dimensão desenvolvimento educativo

6.1. Quais são os principais resultados e desafios identificados na educação dos alunos migrantes venezuelanos em termos de desempenho acadêmico, integração social e bem-estar?

Todas as nossas escolas têm o quadro de honra, tem os prêmios de mérito, e em muitas circunstâncias tínhamos alunos luso venezuelanos que atingiam esse patamar. Portanto, normalmente eu participo desses eventos nas escolas e, portanto, isso demonstra não só a capacidade de integração, mas também, depois a competência para atingir esses resultados de excelência.

6.2. Existe alguma modificação no desenvolvimento e avaliação para os alunos migrantes venezuelanos que enfrentam desafios de aprendizagem ou de adaptação?

Não, foi tudo dentro do padrão, da dinâmica das escolas.

6.3. O que tem representado para a educação na Madeira a integração desta comunidade migrante. (Vantagens e Desvantagens).

Desvantagens tenho dificuldade em encontrar, porque as nossas escolas têm dezenas de alunos de nacionalidades diferentes, portanto; é mais uma nacionalidade. Não há aqui uma situação específica desta comunidade: as vantagens é mais um aparte cultural, portanto, é mais uma dinâmica que se cria nas nossas escolas e é sempre interessante, em termos de alunos que trazem outras experiências. Nós tínhamos escolas que o número de alunos por cada sala de cada turma já era pequena, e com a chegada destes alunos isso permitiu que as turmas passassem a ter um número mais significativo, e em alguns casos, até eu diria, que passaram a ter um número normal de alunos para o funcionamento de uma escola. Bem por isso é que referi há pouco, que não houve a necessidade do ponto de vista logístico de criar nenhuma situação, nem abrir escolas, nem criar mais turmas para acolher estes alunos que vieram da Venezuela.

VII. Dimensão programas de formação,

7.1. Como tem sido a participação da comunidade migrante venezuelana em outros programas educacionais, tais como português língua não materna (PLNM), cursos de formação profissional, entre outros?

Nós aqui temos essencialmente ao nível da língua não materna, porque temos na escola Francisco Fernandes, temos cursos para adultos de português língua não materna (PLNM) e temos muitos lusos- venezuelano que frequentaram ou frequentam esses cursos. Houve um incremento depois da chegada desta migração.

7.2. Tem conhecimento da prossecução educativa desta população migrante?

São ainda um número bastante significativo quem tem feito equivalências em Portugal, na Madeira, especificamente, é mais limitativo pelas áreas que oferece a Universidade. Áreas como direito, praticamente não diria que é impossível, mas muito difícil, porque estamos a falar sequer de leis que não são iguais. Portanto, área da saúde, em algumas áreas sociais, engenharias ou artes torna-se mais fácil, mas o nosso papel para àqueles que nos procuram, nós procuramos sempre tentar dar as melhores orientações.

7.3. A nível da formação universitária, como se tem conduzido a possibilidade de equivalências?

Nós, desde o primeiro momento criamos aqui algumas ligações particularmente com a Universidade da Madeira e com outras instituições através do nosso Gabinete de Ensino Superior, há algumas áreas de formação em que não depende, aliás, em nenhuma área depende da Secretaria nem do Governo Regional, depende das universidades. Mas algumas áreas dependem também das ordens e algumas efetivamente o processo é mais complexo, nomeadamente a área da saúde. A Secretaria não tem qualquer incidência, o nosso papel é o de ser facilitador, portanto, de orientarmos as pessoas que nos procuram e fazermos as pontes com as diferentes instituições.

7.4. Nesta Comunidade migrante existem áreas profissionais que não existem na RAM, tem contemplado avaliar a incorporação de alguma delas, no curriculum educativo?

Não temos essa perspetiva, porque como não temos qualquer intervenção ao nível de ensino superior, aliás, nós não temos qualquer intervenção na Universidade da Madeira, ela depende do Ministério de Educação. São áreas que nós não equacionamos até o momento, não só porque não nos foi colocada essa situação, mas uma vez que não está

na nossa dependência, portanto, nos preocupamos mais em dar respostas de integração, do que propriamente do ponto de vista do curriculum sobre o qual não temos intervenção.

7.5. Quais são os contributos educativos que troce consigo a Migração venezuelana a Madeira?

Os contributos são extremamente positivos, como referi, os alunos integraram sem grandes dificuldades, têm desempenhos muito positivos e a comunidade em geral é uma comunidade que se integrou facilmente, seja do ponto de vista laboral, empresarial, cultural. Portanto, há um aspeto que eu acho bastante relevante que é o facto de que na Madeira dificilmente encontramos uma família que não tenha alguém emigrado. Esse princípio de acolhimento do regresso, é algo que está também apurado na comunidade madeirense em geral, eu acho que isso facilita o acolhimento e simultaneamente, depois, os desempenhos sociais de quem particularmente vem da Venezuela.

VIII. Dimensão perspectivas futuras.

8.1. Como é que a Secretaria Regional de Educação da Madeira pretende promover o progresso, a satisfação e a permanência da comunidade migrante venezuelana no âmbito educativo na RAM no futuro?

Nós temos procurado acima de tudo integrar esta comunidade, no entanto, também procuramos, sempre que somos solicitados, para qualquer evento que seja mais característico da própria comunidade também apoiamos. Quando a comunidade procura realizar algum evento para afirmar aquilo que é a cultura venezuelana, os seus aspetos artísticos, culturais, nós procuramos acima de tudo a integração entre aqueles que cá chegam na comunidade. Também quando solicitados de ser necessário, também estamos disponíveis para colaborar em iniciativas que promova a integração dos venezuelanos na nossa região.

